

ROBERTO SAMARTIM / IRIA CAAMAÑO FRANCO

EDITORES

**CIDADES,
TURISMO
E CAMINHOS DE SANTIAGO**

**CIUDADES,
TURISMO
Y CAMINOS DE SANTIAGO**



andavira
editora

**CIDADES, TURISMO
E CAMINHOS DE SANTIAGO**

•

***CIDADES, TURISMO
Y CAMINOS DE SANTIAGO***

ROBERTO SAMARTIM
IRIA CAAMAÑO FRANCO
(Eds.)

Samartim, Roberto e Caamaño Franco, Iria (eds.): *Cidades, Turismo e Caminhos de Santiago / Ciudades, Turismo y Caminos de Santiago*. Santiago de Compostela, Andavira Editora, 2023.

© Andavira Editora, S. L.
Vía de Édison, 33-35 (Polígono do Tambre)
15890 Santiago de Compostela (A Coruña)
www.andavira.com · info@andavira.com

© Dos textos: os seus autores

Reservados todos os dereitos. Non se permite a reprodución total ou parcial desta obra, nin a súa incorporación a un sistema informático, nin a súa transmisión en calquera forma ou por calquera medio (electrónico, mecánico, fotocopia, grabación ou outros) sen autorización previa e por escrito dos titulares do copyright. A infracción dos ditos dereitos pode constituír un delito contra a propiedade intelectual.

Depósito legal: C 833-2023
ISBN: 978-84-126281-4-2

Impresión e encadernación: Tórculo Comunicación Gráfica, S. A.
Impreso na Galiza (España) - *Printed in Galicia (Spain)*

ÍNDICE

DE NARRATIVAS, TERRITÓRIOS E COMUNIDADES. MÉTODOS E CASOS	
<i>Roberto Samartim (GET-UDC / Rede Galabra) / Iria Caamaño Franco (GET-UDC)</i>	7
LA OBSOLESCENCIA ARQUITECTÓNICA Y SUS EFECTOS EN LA PERCEPCIÓN RESIDENCIAL: EL CASO DEL BARRIO DE RECIMIL EN LA CIUDAD DE FERROL (GALICIA, ESPAÑA)	
<i>Manuel Díaz Leira, Raimundo Otero-Enríquez, Estefanía Calo y Alberto Rodríguez-Barcón (GET-UDC)</i>	15
LA “FESTA DA FABA DE LOURENZÁ”, UN EJEMPLO DE PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL CON IMPACTO EN EL DESARROLLO LOCAL	
<i>Antonia Pérez-García (GET-UDC)</i>	51
CARTOGRAFÍA DIGITAL DE LA HOSPITALIDAD EN LA PROVINCIA DE LUGO: DEL CÓMO Y EL PARA QUÉ	
<i>Estefanía López Salas (GET-UDC)</i>	87
REDESCUBRIENDO LAS RELACIONES ENTRE EL CAMINO DE SANTIAGO Y SUS ACTORES IMPLICADOS: ILUSIONES, EXPECTATIVAS Y REALIDADES	
<i>Iria Caamaño Franco / María Andrade Suárez (GET-UDC)</i>	123

DO LITORAL AO TURÍSTICO-ECONÓMICO. PER- CEÇÕES E IDEIAS SOBRE O CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES <i>Carlos Pazos-Justo, Álvaro Iriarte Sanromán, Maria João Moreira, Inês Americano Lopes (Galabra UMinho)</i>	155
APROXIMAÇÃO A UMA ANÁLISE QUANTITATIVA- DEDUTIVA DE DADOS QUALITATIVOS-INDUTIVOS: BASE DE DADOS DE HÁBITOS DE CONSUMO DE VI- SITANTES EM SANTIAGO DE COMPOSTELA (GALIZA) <i>Emilio Carral, Marisa del Río Araújo, Elias J. Torres Feijó (Galabra USC).....</i>	181
ANÁLISE LEXICOMÉTRICA: ALGUMAS TÉCNICAS APLICADAS A ENTREVISTAS A VISITANTES DE SAN- TIAGO DE COMPOSTELA <i>Álvaro Iriarte (Galabra UMinho), Susana Sotelo (Galabra USC).....</i>	213
NOTA BIO-ACADÉMICA DE AUTORIAS	247

DE NARRATIVAS, TERRITÓRIOS E COMUNIDADES. MÉTODOS E CASOS

ROBERTO SAMARTIM
(GET-UDC / Rede Galabra)

IRIA CAAMAÑO FRANCO
(GET-UDC)

Este volume resulta da relação de colaboração estabelecida entre o Grupo de Estudos Territoriais da Universidade da Corunha (GET-UDC) e a Rede Galabra, nomeadamente neste último caso através dos seus grupos sediados na Universidade de Santiago de Compostela e na Universidade do Minho (USC e UMinho). Esta colaboração começa formalmente com a celebração em 3 de setembro de 2019 na Faculdade de Sociologia da UDC do Seminário de Investigación intitulado “O estudo da cultura e o território. Encontro GET-Galabra”¹, organizado pelas professoras Carmen Lamela e Iria Caamaño Franco (GET-UDC) e polo professor Roberto Samartim (GET-UDC e Galabra USC e UMinho). Durante este encontro de trabalho foram apresentadas investigações e discutidas metodologias, técnicas e ferramentas vinculadas ao estudo da natureza das relações entre as narrativas culturais e as identidades urbanas polo pessoal do GET (procedente das áreas da sociologia, a arquitetura, a geografia, o urbanismo e o turismo) e pelas pessoas da Rede Galabra que (desde os estudos da cultura, a linguística, a ecologia e a economia)

¹ <https://www.udc.gal/gl/novas/Simposio-sobre-o-estudo-da-cultura-e-o-territorio-un-encontro-entre-o-Grupo-de-Estudos-Territoriais-e-a-rede-Galabra/>

integravam o projeto “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela”².

Os resultados deste encontro constataram a comunidade de interesses de ambas as equipas, verificaram a existência de perspetivas, metodologias e até de casos de estudo comuns ou de interesse mútuo e, conseqüentemente, evidenciaram a possibilidade de serem estabelecidas sinergias de vários tipos e espaços estáveis de colaboração benéficos para ambos os grupos. Essa desejada abertura de espaços estáveis de colaboração materializa-se agora na publicação deste livro conjunto.

Para a preparação desta publicação (prevista inicialmente para dezembro de 2020 e adiada por causa da pandemia de COVID 19) foi realizado um segundo seminário de trabalho em 24 de novembro de 2021 sob o mesmo título que encabeça esta introdução, “De narrativas, territórios e comunidades. Métodos e casos”. Nele foram apresentadas, arguidas e discutidas colaborativamente as versões iniciais dos sete capítulos que finalmente compõem este volume, quatro deles elaborados por pessoas integradas no GET e três por pessoal vinculado à Rede Galabra.

O primeiro dos contributos que conformam este volume apresenta resultados da investigação realizada por uma equipa composta por Manuel Díaz Leira, Raimundo Otero-Enríquez, Estefanía Calo e Alberto Rodríguez-Barcón sobre a obsolescência arquitetónica e os seus efeitos na perceção residencial a partir do estudo do caso do bairro popular de Recimil, construído nos anos quarenta do século XX na cidade galega do Ferrol. A partir da exploração de um censo e de um inquérito elaborados para o caso, complementada com a análise de bibliografia secundária, este trabalho analisa como a obsolescência arquitetónica impacta na perceção habitacional da vizinhança de um bairro degradado de uma cidade galega cuja vida está condicionada pela crise industrial desde há décadas. O contributo contextualiza a história do bairro de Recimil, apresentando o seu retrato imobiliário

² Projeto financiado entre 2018 e 2022 polos fondos FEDER do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades – Agencia Estatal de Investigación do Governo da Espanha (Ref: FFI2017-88196-R); <https://redegalabra.org/impactos-camino-comunidade-local-santiago-compostela/>

e sociodemográfico em relação com os pressupostos teóricos da obsolescência arquitetónica e com as ações urbanísticas implementadas nas últimas décadas pela administração municipal, atual proprietária dos prédios.

O texto conclui que a vulnerabilidade urbana do bairro de Recimil está determinada pela pauperização das condições de vida, o envelhecimento da população e a alta percentagem de desemprego e de habitações em estado ruinoso. De facto, os dados apontam para um alargando consenso na hora de relacionar a degradação urbana do bairro com o descenso da qualidade de vida das pessoas que o habitam. Delas, são as pessoas residentes mais novas e de etnia cigana quem mais abertamente declaram o desejo de acederem à propriedade das moradias, a necessidade de reabilitação tanto das edificações como dos espaços comuns e, em última instância, a urgência na implementação de políticas públicas apropriadas para garantir a habitabilidade do bairro de Recimil.

Da autoria de Antonia Pérez García, o segundo contributo deste volume aborda um caso relativamente exitoso de aproveitamento turístico a partir da patrimonialização de um produto agrícola próprio da comarca galega da Marinha luguesa (a fava de Lourenzá). O texto analisa o caso da “Festa da Faba de Lourenzá” por meio de uma investigação de tipo descritivo-explicativo, com aplicação de uma metodologia basicamente qualitativa, com entrevistas em profundidade e análise de conteúdo das notícias locais e das webs institucionais.

O capítulo documenta a perceção deste evento gastronómico —que acaba por congrega atividades culturais, lúdicas e folclóricas— polos vários agentes envolvidos, que consideram o seu impacto como positivo para a localidade e a comarca em relação com os planos do turismo, a identidade própria e o desenvolvimento local. Assim, ao lado do impacto no desenvolvimento local referenciado sobretudo no aspeto económico, esta festa é percebida como um motor para a promoção gastronómica da restauração local e a geração de visitas turísticas desestacionalizadas ao longo de todo o ano, assim como um evento que contribui para o reforçamento do orgulho e da sensação de pertença, nomeadamente, das pessoas agricultoras produtoras da leguminosa.

Já em relação com os estudos sobre o Caminho de Santiago, o terceiro capítulo do volume, da autoria de Estafanía López Salas, ocupa-se da cartografia digital da hospitalidade em uma região da Galiza a partir dos dados tirados da pergunta número trinta do *Interrogatorio del Catastro del Marqués de la Ensenada*, elaborado a meados do século XVIII nos territórios que pertenciam na altura à Coroa de Castela; este censo contém também nos seus múltiplos expedientes, portanto, a imagem escrita da rede hospitalar existente nessa época no Reino da Galiza. Em concreto, o trabalho apresenta o método e os resultados atingidos com o mapeamento web e a análise das respostas dadas à pergunta número trinta deste catastro, que foca a existência, qualidade, renda e mantimentos dos hospitais ativos em cada freguesia para aquelas instituições hospitalares localizadas nos limites atuais da província de Lugo.

Realizada dentro do projeto Mapping Hospitals³, esta pesquisa parte do conceito medieval de hospital, como lugar frequentado por pessoas pobres, peregrinas, doentes ou em trânsito, e estuda a hospitalidade a partir de uma abordagem global, comparativa e relacionada com o território e seu contexto, cartografando a rede de instituições ao serviço da caridade existente neste território da Galiza em uma época tradicionalmente marginalizada nos estudos sobre a peregrinação a Santiago de Compostela. O trabalho combina métodos digitais de visualização e mapeamento web interativo com o recurso a fontes textuais para obter uma compreensão integral do complexo sistema hospitalar desta região galega, e demonstra a existência de uma rede que conectava hospitais a menos de uma jornada de viagem em uma zona alargada das antigas províncias galegas de Mondonhedo e Lugo. Esta rede hospitalar estava ao serviço dos caminhos de peregrinação e atendia as populações e a sua contorna. Nalguns lugares, a ausência de hospitais para uma distância acorde com um dia de viagem pode apontar tanto para o decaimento desta rede em rotas relativamente secundárias de peregrinação como explicar, também e por contraste,

³ Projeto financiado por uma Bolsa de Investigación sobre o Camiño de Santiago e as Peregrinacións, outorgada em junho de 2018 pola Cátedra do Camiño de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago de Compostela; https://mappinghospitals.udc.es/index_gl.html

a continuidade no tempo da importância histórica do Caminho Francês.

Os contributos procedentes do GET encerram com o capítulo da autoria de Iria Caamaño Franco e María Andrade Suárez sobre o impacto no desenvolvimento rural do Caminho de Santiago e a análise das principais perceções e interpretações dos atores envolvidos, que nem sempre compartilham objetivos e interesses, relativamente à eventual reavaliação ou reativação após a pandemia de COVID19 de uma Rota de Peregrinação que é, igualmente, também um produto turístico consolidado: o Caminho Francês a Compostela. A partir de uma metodologia qualitativa baseada em dez entrevistas em profundidade a atores turísticos estratégicos com vinculação com o aproveitamento turístico do Caminho Francês (responsáveis políticos em diferentes níveis administrativos, profissionais do setor público e privado, residentes e caminhantes), o trabalho tem uma natureza exploratória e o objetivo de avançar no conhecimento da valorização e do potencial desta rota como fator de desenvolvimento local, assim como hipotetizar sobre o apoio, a escala local, da evolução atual deste caminho, também com a finalidade de identificar os aspetos mais problemáticos do ponto de vista das partes envolvidas.

Os resultados das entrevistas em profundidade realizadas permitem observar tanto as dificuldades na interação dos diferentes setores envolvidos como a predisposição para a sua superação e a procura de soluções consensuadas por meio da cooperação e a colaboração. Além disto, evidencia-se um alargado consenso entre todos os agentes entrevistados no sentido de perceberem maiores benefícios que prejuízos no território rural por onde passa o Caminho Francês. Ainda sem ser possível estabelecer pautas comuns para todas as comunidades atravessadas pelo Caminho, toda a vez que ele está em graus de aproveitamento e institucionalização diferentes, a perspetiva económica é a mais destacada nos depoimentos que sustentam esta investigação, no sentido de o Caminho ser percebido como um produto turístico de elevado impacto e com potencialidade para gerar riqueza, emprego e fixar população no rural galego. Em menor medida, as pessoas entrevistadas referem a perspetiva simbólica, patrimonial e social do Caminho, visualizando-o como promotor de consciência ambiental e territorial e, também, como um meio capaz

de promover no exterior a cultura e a imagem dos territórios rurais por onde passa. Ao lado destes, os resultados alertam também para a situação de turistificação gerada pelo aumento de pessoas visitantes no Caminho Francês a Compostela, o que é entendido como um risco para sua sustentabilidade como recurso turístico massivo.

Os contributos procedentes de Galabra, por sua vez, dizem respeito também a este bloco temático central dedicado aos estudos sobre os Caminhos de Santiago. Em primeiro lugar, as Políticas públicas e associativas identificadas no Caminho Português da Costa são atendidas no capítulo assinado por pessoal do Grupo Galabra da Universidade do Minho. Assim, considerando o processo em curso de maior notoriedade pública dos Caminhos de Santiago em Portugal em várias dimensões e partindo da hipótese de haver um crescimento significativo do interesse entre entidades públicas e privadas na sua promoção e desenvolvimento, o trabalho assinado por Carlos Pazos-Justo, Álvaro Iriarte Sanromán, Maria João Moreira e Inês Americano Lopes, pretende avançar no conhecimento sobre o estado de tal processo relativamente ao Caminho Português da Costa, aquele que tem experimentado na última década, em termos quantitativos, um aumento exponencial de pessoas peregrinas e de visibilidade nacional e internacional.

Através do recurso à consulta da bibliografia existente sobre este itinerário e, sobretudo, da elaboração e implementação de questionários a agentes políticos e associativos previamente identificados, o contributo avança no conhecimento das linhas de força das políticas públicas dos dez municípios atravessados por este percurso dos Caminhos a Santiago e identifica as finalidades, ideias e ações das entidades associativas vinculadas com esta rota. Neste sentido, o trabalho conclui que existe um alargado consenso na secundarização do elemento religioso e no entendimento do Caminho Português da Costa como muito positivo para o desenvolvimento das comunidades locais (ignoradas, aliás, na planificação e implementação de políticas públicas), mas face à orientação central turístico-económica presente nos municípios, a dimensão cultural-patrimonial é objeto de generalizada reivindicação da parte das associações, que pretendem preencher de conteúdo cultural/patrimonial o itinerário em foco.

Ainda vinculado às investigações sobre os Caminhos a Santiago, o seguinte contributo abre um bloco de natureza mais claramente metodológica e está assinado por Emilio Carral Vilariño, Marisa del Río Araújo e Elias J. Torres Feijó. Nele é analisada, de uma perspectiva dedutiva, uma seleção da base de dados composta pelos 2.081 inquéritos realizados, no período de março de 2013 a março de 2014, a visitantes procedentes da Galiza, Espanha, Portugal e o Brasil dentro dos dous projetos de investigação sobre os impactos do Caminho de Santiago na comunidade local compostelana desenvolvidos por uma equipa da Rede Galabra na última década. Com o objetivo de avaliar a possibilidade de extrair uma maior informação com significação estatística mediante a validação de blocos temáticos aplicando a prova de Crombach e análise da variância, esta abordagem analisa um total de 5.245 respostas que fazem referência a hábitos de consumo de visitantes em relação com os campos temáticos dos produtos gastronómicos (que compram, onde compram, qualidade e tipo de oferta), os *souvenirs* (compra prevista, compra realizada, local onde foi realizada a compra e qualidade e tipo de oferta) e as fontes de informação utilizadas na visita a Compostela (mapas e guias consultados).

Aplicando o modelo neutro, que considera todas as variáveis equivalentes e que não faz diferença para o significado estatístico, o trabalho estuda a correspondência entre número de inquéritos, equilíbrio no número de respostas e significação estatística (análise quantitativa), destaca que variáveis não estatisticamente significativas podem ser consideradas representativas (análise qualitativa) a partir da medição das distancias entre percentagens de respostas positivas e negativas por item perguntado, comprova a homogeneidade da informação agrupada nos blocos construídos pola aproximação indutiva e, posteriormente, desenvolve uma comparação por pares, entendendo cada item do bloco como réplicas estatísticas.

O contributo que encerra o volume, por seu lado, aplica algumas metodologias e técnicas próprias da lexicometria a um corpus de 222 entrevistas realizadas a visitantes procedentes da Galiza, Espanha, Portugal e Brasil no âmbito dos referidos projetos de investigação de Galabra sobre os impactos do Caminho na comunidade local de Compostela. Estas entrevistas foram transcritas, codificadas em XML, etiquetadas automaticamente (com revisão manual) e analisadas para

este trabalho por Álvaro Iriarte e Susana Sotelo com uma combinação de técnicas e ferramentas automáticas, semiautomáticas e manuais próprias do Processamento de Linguagem Natural (PNL).

Para além dos quatro subgrupos relativos aos países de procedência, as técnicas de lexicometria utilizadas permitem construir vários perfis de viajantes a partir dos dados escolhidos das pessoas entrevistadas (peregrinas/não peregrinas; género; nível de estudos; idade). As propostas metodológicas apresentadas para a extração de conhecimento a partir de dados não estruturados provenientes das transcrições de entrevistas a visitantes (incluindo também turistas e pessoas peregrinas) da cidade de Santiago de Compostela, combinando técnicas e ferramentas de PNL com a análise manual ou semiautomática, permite também retirar informação em forma de termos, ou candidatos a termos, que ajudam a criar categorias, ou verificar categorias previamente definidas, relevantes na análise de grandes volumes de corpora textuais, tal como verificado com as explorações feitas neste estudo de caso.

São apresentados neste volume, então, alguns exemplos dos resultados das investigações desenvolvidas por agentes vinculados a equipas do GET e de Galabra em universidades públicas do espaço galego-português. Vinculados com os estudos sobre a habitabilidade das cidades, o aproveitamento turístico (com as oportunidades e ameaças que ele supõe) e, nomeadamente, com os impactos passados e presentes do fenómeno dos Caminhos a Santiago nas comunidades por eles atravessadas, os trabalhos recolhidos neste livro pretendem contribuir, enfim, para um duplo objetivo. Por um lado, para testar e divulgar abordagens, técnicas e métodos que possam eventualmente servir de modelos para investigações similares desenvolvidas no presente ou no futuro desde o âmbito académico e, por outro lado, para gerar um tipo de conhecimento capaz de ser aproveitado por agentes (localizados quer nas instituições quer nas comunidades) com responsabilidades na planificação e no desenho de políticas públicas.

LA OBSOLESCENCIA ARQUITECTÓNICA Y SUS EFECTOS EN LA PERCEPCIÓN RESIDENCIAL: EL CASO DEL BARRIO DE RECIMIL EN LA CIUDAD DE FERROL (GALICIA, ESPAÑA)

MANUEL DÍAZ LEIRA
RAIMUNDO OTERO-ENRÍQUEZ
ESTEFANÍA CALO
ALBERTO RODRÍGUEZ-BARCÓN
(GET-UDC)

1. INTRODUCCIÓN

Uno de los fenómenos más particulares y graves para la población en riesgo de vulnerabilidad residencial intraurbana (De Cos y Usobiaga, 2019), se está produciendo en una tipología edificatoria característica de España: los polígonos residenciales construidos, especialmente, entre la década de los años cuarenta y sesenta del siglo XX (también conocidos como Casas Baratas). Estas barriadas, erigidas en los años duros de la dictadura franquista, presentan situaciones sociodemográficas, económicas y subjetivas muy particulares, y adversas, en comparación con las piezas urbanas cercanas.

Partiendo del hecho de que las Casas Baratas son una respuesta urgente a la enorme carencia de alojamiento en las -entonces- periferias urbanas de la postguerra española, su edificación, llevada a cabo en

un contexto económico totalmente regresivo, presenta materiales constructivos de muy baja calidad (Tatjer, 2005). Mantenido esta situación original hasta el presente, las intervenciones rehabilitadoras en estos barrios, o han sido escasas, o se han visto gravemente afectadas por la intensa recesión económica que ha experimentado España en la última década. Por tanto, al complejo tramado social, demográfico y económico se le suma un gran déficit constructivo y habitacional; en este sentido, diferentes autores (García, 2015; Craviotto, 2017; Macías *et al.*, 2017) catalogan estas barriadas, junto con los polígonos residenciales construidos hasta la década de los ochenta, como “obsolescentes”.

Sin embargo, fuera del ámbito de la intervención y óptica arquitectónicas, son escasos, en el contexto español, los acercamientos analíticos que tratan de esclarecer las siguientes preguntas de investigación: ¿cómo de intensa es una de las dimensiones propias de la obsolescencia urbana (la llamada obsolescencia arquitectónica) en el presente de las Casas Baratas?; ¿cómo ésta afecta a la percepción del vecindario sobre su calidad de vida y satisfacción residencial?; ¿y en qué grado, atendiendo a diferentes variables de segmentación (edad, etnia, estructura del hogar y percepción de la situación económica del hogar), se intensifica dicha obsolescencia? Dar respuesta a estas cuestiones supone encarar el estudio de la llamada vulnerabilidad subjetiva (Instituto Juan de Herrera, 2011).

Recogiendo estas preguntas de investigación, y aplicando una triangulación intermétodos (cuantitativa y cualitativa), el presente trabajo pretende, en consecuencia, esclarecer las relaciones existentes entre una coyuntura de obsolescencia arquitectónica y su afectación en la percepción residencial del vecindario en un escenario espacial concreto: el del barrio de Recimil, situado en la ciudad de Ferrol (Galicia, España), uno de los ejemplos más paradigmáticos de las Casas Baratas españolas (Clemente, 1984). Necesariamente, esta meta analítica implica exponer una contextualización histórica de Recimil, y la presentación de un retrato inmobiliario y sociodemográfico que se identifique con los presupuestos teóricos de la obsolescencia arquitectónica. También, para entender la actual coyuntura del barrio, resulta importante analizar tanto su composición y evolución sociodemográfica, como la actuación urbanística en el área de estudio por parte de la administración municipal en las últimas décadas (y, por cierto, actual titular de las viviendas de Recimil).

Es necesario también precisar que el presente estudio se basa en un análisis cuantitativo y longitudinal establecido a través de dos fuentes primarias de información: una encuesta con datos representativos y dirigidos a resolver las preguntas de investigación (realizada en el año 2017); y un censo elaborado *ad hoc* para analizar las características habitacionales de Recimil (llevado a cabo en el año 2001). Esta estrategia de análisis ha permitido sortear las serias carencias y problemas metodológicos que arrastran las fuentes secundarias oficiales (de modo especial, el pasado Censo de Población y Viviendas del año 2011) a la hora de abordar el análisis del espacio inframunicipal.

En último lugar, esclarecer las interacciones entre percepciones residenciales y una pieza urbana “vulnerable” y “obsolescente” implica exponer cuáles pueden ser las soluciones que el vecindario propone para la rehabilitación integral (Cervero, 2013) del barrio de Recimil. En este sentido, de manera intercalada con las evidencias cuantitativas, se presentan los discursos extraídos de cuatro entrevistas semiestructuradas realizadas a diferentes actores (institucionales, políticos y vecinales).

2. ACERCAMIENTO CONCEPTUAL A LAS DIMENSIONES DE LA VULNERABILIDAD URBANA Y OBSOLESCENCIA ARQUITECTÓNICA

En los años de la reciente y grave recesión económica que ha atravesado España, han sido varias las alertas ligadas a los intensos problemas de “vulnerabilidad” localizados en áreas urbanas, de diferente tipología y construcción, erigidas desde un período comprendido entre la postguerra y los años ochenta principalmente (Egea *et al.*, 2008; Rubio y Molina, 2010; Hernández *et al.*, 2015). Entendiendo la vulnerabilidad como una situación “de elevada exposición a determinados riesgos e incertidumbres, combinado con una capacidad disminuida para protegerse o defenderse de ellos y hacer frente a sus consecuencias negativas” (Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 2003: 8), podemos acotarla en tres dimensiones en el espacio urbano (Alguacil, Camacho y Hernández, 2014; De Cos y Usobiaga, 2019):

- Una de tipo demográfico, asociada a procesos de envejecimiento (y, en consecuencia, al aumento de problemas de movilidad en el espacio), a modificaciones de la estructura de los hogares (por ejemplo,

el incremento de hogares unipersonales con redes sociales y familiares débiles), y a la presencia de población inmigrante (en tanto en cuanto tiene un acceso a la vivienda y a zonas determinadas del espacio metropolitano más precario que el de la población nativa).

- Una segunda de naturaleza económica y social, representada por el colectivo de residentes en situación de desempleo y/o residentes de bajo nivel formativo.
- Una tercera y última de tipo residencial, que se explicita en el análisis de variables edificatorias o urbanísticas (normalmente, año de construcción, número de plantas, el estado de la edificación y su uso dominante).

De modo específico, existe una batería de indicadores institucionalizados, con unos umbrales bien delimitados, que mide la presencia e intensidad de la vulnerabilidad urbana. En este sentido, los denominados “indicadores básicos de vulnerabilidad urbana” (en adelante IBVU) se centran en medir la tasa de paro, el porcentaje de población analfabeta y diferentes variables referidas a la vivienda (por ejemplo, el porcentaje de viviendas en edificios en estado ruinoso, deficiente o malo). La vulnerabilidad se empieza a detectar, por norma general, cuando alguno de estos indicadores supera 1,5 veces el valor de la media nacional (Instituto Juan de Herrera, 2016).

Derivado de este concepto, se desarrolla el de obsolescencia urbana¹ que se reproduce en una parte significativa de los polígonos residenciales construidos en España entre 1950 y 1980 (García, 2010, 2015; Valero, 2010; Craviotto, 2017; Macías *et al.*, 2017; Guajardo-Fajardo y Alanís, 2017). En especial, dentro de esta tipología constructiva, podemos incluir a los barrios de Casas Baratas de la postguerra como exponentes de una coyuntura obsolescente (García, 2015: 2).

¹ En el escenario internacional, la acepción de obsolescencia, en el campo urbanístico, tiene otras vertientes. Destacamos dos de ellas: la primera, la visión crítica y contradictoria entre la obsolescencia (unida a un entendimiento efímero y capitalista de la arquitectura) y las nociones de sostenibilidad, ecologismo y preservación del patrimonio construido (Abramson, 2012); la segunda, el entendimiento de la obsolescencia como un mecanismo neoliberal que favorece los procesos de acumulación de capital (Weber, 2002), junto con otros procesos de renovación y valorización que rigen las percepciones del espacio urbano o mercado inmobiliario global (Bryson, 1997; Vormann, 2015).

Desde un punto de vista teórico, la obsolescencia urbana es proclive a agudizar en un barrio las problemáticas sociales y demográficas propias de la vulnerabilidad (envejecimiento, desventajas formativas y ocupacionales, etc.). No obstante, este concepto también abarca, en su desarrollo teórico, un análisis de las carencias residenciales y arquitectónicas de un espacio urbano. En este sentido, más que de una obsolescencia de tipo residencial, directamente, se habla de una de tipo arquitectónica. Tal obsolescencia arquitectónica, además de configurar el objeto de estudio principal de este texto, engloba problemáticas especialmente acuciantes en las barriadas residenciales de postguerra (García, 2010)². Destacamos las siguientes:

- Deterioro grave y acelerado de los materiales utilizados en la construcción, equipamientos inadecuados³, etc.
- Dotación de equipamientos insuficientes o deficientes en lo referido a telecomunicaciones, climatización, etc.
- Persistencia de una segregación espacial y monofuncionalidad residencial de estas piezas urbanas respecto del resto de la trama urbana plurifuncional.
- Problemas de degradación del espacio público.

A diferencia de los indicadores que miden la vulnerabilidad urbana, todavía no existe una batería institucional o consensuada de indicadores que registren, mediante umbrales específicos, la intensidad de la obsolescencia arquitectónica. También, fuera de las propuestas de rehabilitación dirigidas a superar esta adversa realidad intraurbana, no existen estudios concretos que esclarezcan los efectos que este tipo de obsolescencia, muy característica de determinados polígonos residenciales, tiene en la percepción de la calidad de vida vecinal. Superar esta carencia analítica, cabe subrayar, forma parte de la preocupación del Instituto Juan de Herrera (2011: 7-8) por analizar las vulnerabilidades subjetivas, esto es, “considerar las percepciones subjetivas que tienen los residentes respecto del medio urbano y social

² Véase otra caracterización de la obsolescencia en un espacio urbano en el trabajo de Guajardo-Fajardo y Alanís (2017: 257).

³ Consúltese sobre esta cuestión, por ejemplo, el trabajo de Kurtz *et al.* (2015) sobre la obsolescencia de la envolvente térmica y acústica de las viviendas sociales de la postguerra.

donde se ubica su residencia y que se puede considerar como referencia de la calidad del entorno residencial (vecindario, barrio)”.

Cabe decir que, desde finales del siglo pasado, se activan desde el ámbito público diferentes políticas rehabilitadoras que tratan de revertir una coyuntura adversa de obsolescencia en sus múltiples dimensiones espaciales y socioeconómicas. Esto es, la rehabilitación se empieza a entender desde la multidimensionalidad y sostenibilidad (Cervero, 2013).

Desde los años noventa, y con muy desiguales resultados, se suceden en las periferias y cascos históricos de España, entre otras políticas, los programas de cooperación interadministrativa de Iniciativa Comunitaria URBAN, las “leyes de barrios” catalana y balear, el desarrollo de Áreas de Rehabilitación Integrada (ARI) y Áreas de Renovación Urbana (ARU) contemplados en el *Plan de Vivienda y Rehabilitación 2009-2012*, etc. En el contexto de las viviendas sociales, se suceden intervenciones paradigmáticas en los últimos veinte años como los programas mixtos de rehabilitación/remodelación del barrio de San Cristóbal de los Ángeles (Madrid), y del *Proyecto de Transformación Urbana del Barrio de La Mina* (en el municipio de Sant Adrià de Besòs) (Rubio y Molina, 2010); también es destacable, entre otros ejemplos posibles, los mecanismos de participación vecinal y medidas de rehabilitación integral puestas en marcha en el Poblado de Caño Roto situado en Madrid (Cervero, 2017).

En el contexto internacional, por último, es relevante destacar algunas contribuciones centradas en el estudio de las vulnerabilidades subjetivas en espacios intraurbanos. Por ejemplo, debemos referir los trabajos clásicos sobre calidad de vida percibida y barriadas deprimidas de Sirgy y Cornwell (2002), o de Smith *et al.* (2004) sobre valoraciones de la calidad de vida en colectivos poblacionales envejecidos. Como aportaciones actuales a la literatura sobre esta temática, circunscritas al ámbito iberoamericano, señalamos las aportaciones de Pérez (2011), Hidalgo *et al.* (2017) y von Breyman (2019).

3. METODOLOGÍA

En primer lugar, resulta pertinente, antes de detallar la trayectoria histórica del barrio de Recimil y presentar el análisis de los -pocos- datos recabados en las fuentes estadísticas habituales, explicar la secuencia intermétodos (Forni y Grande, 2020) en la que se sustenta este trabajo.

La dimensión cuantitativa pivota en la realización de una encuesta presencial a las personas residentes del barrio, que se lleva a cabo en 2017, compuesta fundamentalmente por variables de escala y un detallado abanico de ítems de segmentación sociodemográficos, formativos y ocupacionales. También se analizan la trayectoria residencial del vecindario, las percepciones/opiniones sobre las obras acometidas durante las últimas décadas en viviendas y edificios, así como las necesidades de rehabilitación arquitectónica de Recimil (Díaz, 2017: 27-32). Cabe precisar, por último, que se ha procedido en la realización del cuestionario, a solicitar a la persona encuestada que se ubicase como perteneciente, o no, a la etnia gitana. Esta cuestión es importante en tanto en cuanto visibiliza la percepción residencial de un colectivo étnico con una presencia histórica muy relevante en el barrio de Recimil⁴.

La muestra probabilística que sustenta la encuesta está formada por 137 casos, teniendo como referencia un universo de 1.656 habitantes (atendiendo a los datos del Padrón Continuo del año 2016). Dicha muestra es estratificada, mediante una afijación proporcional [en la cual $n_i = n \cdot (N_i/N)$], según el sexo y edad de las personas residentes, observando un grado de confianza del 95% y un error absoluto del 8% (asumiendo la condición de que p y q es igual a 0,5). El trabajo de campo se desarrolla en el mes de mayo de 2017.

Asimismo, las estimaciones recabadas son contrastadas con los datos reflejados en la encuesta realizada por Oficina de Planeamiento, en el año 2001, para la redacción del *Programa para la Rehabilitación Integrada del barrio de Recimil*. Esta encuesta se realiza a un total de 519 residentes con la finalidad, también, de obtener un retrato sociodemográfico y habitacional del barrio, y de cuyos datos se ha dispuesto para la realización de esta investigación⁵. Para elaborar una comparativa longitudinal, los cuestionarios tanto de nuestra investigación como de la llevada a cabo por Oficina de Planeamiento (2001: 2) observan

⁴ Asimismo, hay que recordar la frecuente utilización de este tipo de variables en los censos y operaciones estadísticas de algunos países (piénsese en los casos estadounidense, peruano, ecuatoriano, etc.) y diferentes estudios urbanos (Lake, 1979; Wacquant, 2007).

⁵ Agradecer a Oficina de Planeamiento S.A. el acceso a estos datos y su permiso para ser presentados en publicaciones de corte exclusivamente académico.

variables idénticas (especialmente referidas a las trayectorias residenciales y alcance de las reformas ejecutadas en las viviendas).

Las principales técnicas de análisis estadístico utilizadas consisten, en primer lugar, en la realización de diferentes contrastes simples de medias y análisis de varianza (en adelante ANOVA), teniendo como factores las variables categóricas -y sociodemográficas- fundamentales del análisis (edad, sexo, etnia, percepción de la situación económica en el hogar, y estructura en el hogar). En lo referente al cálculo de los ANOVA, se ha evaluado el supuesto de normalidad mediante los estadísticos de Kolmogorov-Smirnov y Shapiro-Wilk. Asimismo, atendiendo al rechazo o no de la hipótesis nula de la prueba de Levene, se realizaron pruebas *post-hoc* de Games-Howell (asumiendo varianzas desiguales), o de Tukey (asumiendo varianzas iguales). Cuando el supuesto de normalidad de los casos acumulados en determinadas categorías no se ha cumplido, se ha verificado la desigualdad significativa de medias a través de una prueba no paramétrica de Kruskal Wallis. De manera puntual, solo contando con variables nominales u ordinales, también se realiza un análisis de componentes principales categórico (en adelante CATPCA).

De manera subordinada al análisis cuantitativo, resulta fundamental dar voz, mediante la realización de entrevistas semiestructuradas, a cuatro actores (una técnica del Concello de Ferrol, portavoces de las dos asociaciones vecinales del barrio y a un reconocido urbanista) que conocen de primera mano la realidad arquitectónica de Recimil y sus complejas circunstancias socio-históricas. Los *verbatim*s que se depuran tras la realización del pertinente análisis de contenido de las entrevistas, de tipo temático (Conde, 2010), son relevantes para ir contrastando/matizando algunas de las evidencias cuantitativas que se presentan en el texto.

4. TRAYECTORIA HISTÓRICA DE RECIMIL

El barrio de Recimil se ubica en el municipio de Ferrol. Esta ciudad gallega observa la particularidad de estar sufriendo desde los años ochenta del siglo XX una fuerte pérdida de población debido, principalmente, a una profunda reconversión postfordista de la antaño pujante industria naval de la ciudad; y a la reducción, tras la profesionalización del ejército, de efectivos militares ubicados en diferentes emplazamientos del municipio (Cardesín, 2000; Agirre-Maskariano, 2019). En concreto, la ciudad reúne

actualmente a poco más de 65.000 residentes, y en los últimos treinta años ha perdido a casi un 24% de su población, dinámica demográfica inédita en el sistema de ciudades del conjunto de España. De hecho, Ferrol es etiquetada como ejemplo de *shrinking city* (Agirre-Maskariano, 2019).

Teniendo como referencia un contexto demográfico y económico regresivo, las Casas Baratas de Recimil se construyeron a lo largo de la década de los años 40, en una zona céntrica de la ciudad, en línea casi paralela a la actual Plaza de España (véase Figura 1). Esta intervención supone el origen del primer barrio prototípico en Ferrol de vivienda pública de la dictadura (Castelo, 2000; COAG, 2007), y es financiada principalmente por el antiguo Instituto Nacional de la Vivienda.

Figura 1. Maqueta del barrio de Recimil (arriba a la izquierda); construcción del barrio (abajo a la izquierda); vista aérea del barrio (derecha).



Fuente: *Concello de Ferrol y elaboración propia.*

En 1953 se culmina la construcción, al levantarse un inmueble de planta triangular destinado al Patronato de Casas Militares, que observa un vano interior conocido hoy como Plaza de Sevilla. En total, se construye una pieza residencial de importantes dimensiones, compuesta por 141 edificios, de cuatro pisos y vivienda en la planta baja, y 1.013 viviendas de titularidad, en origen, estatal (COAG, 2007). Llama la atención la

disposición unida de los edificios, formando una fachada continua de más de 200 metros. Sus principales destinatarios son las familias obreras que trabajan en el emergente astillero militar de la ciudad (Cardesín, 2004).

Su morfología, de trama cuartelera y típica de las Casas Baratas, tiene un carácter peculiar, ya que es un barrio diseñado para ser “autosuficiente” gracias a la construcción de un colegio y un mercado de alimentos (Soraluce y Fernández, 2001: 215). Tiene un formato cerrado al exterior y dotado de túneles interiores que facilitan la transición por los edificios. De este modo, y en especial tras la urbanización de la Plaza de España “y del ángulo que forma la plaza con la antigua calle de la Muralla” (Precedo, 1995: 100), el barrio queda aislado por la construcción de edificios de mayor calidad y altura que ocultan el estado en el que se encuentran sus fachadas y viviendas (Clemente, 1984); también, esta segregación espacial respecto al resto de la trama urbana, origina, según Fidel (2009), que la población desarrolle un fuerte sentido de pertenencia al barrio.

Los bloques se construyen, al igual que tantos polígonos residenciales de la época, con materiales de baja calidad, por lo que las viviendas se degradaron con rapidez; de hecho, ya en el año 1953 el Ayuntamiento de Ferrol ejecuta el apuntalamiento de algunos bloques (Soraluce y Fernández, 2001: 215).

Con la llegada de la democracia, y tras consecutivas etapas de descentralización administrativa, la titularidad de las viviendas se transfiere al Concello de Ferrol, responsable desde entonces del arriendo de las viviendas mediante el cobro de rentas de alquiler muy modestas⁶. Sus diferentes corporaciones gestionan de manera totalmente deficiente el conjunto residencial (Díaz, 2017: 23-26); muestra de esta situación, por ejemplo, es la mínima atención normativa que los últimos planes generales de ordenación municipal de la ciudad (del año 1984 y 2000) dedican al barrio (Díaz, 2017: 23-26).

Con el paso de los años, y con el fallecimiento progresivo o mudanza de las personas arrendadas originales de las viviendas, se suceden

⁶ En una adjudicación de viviendas sociales realizada en 2013, y teniendo como referencia el *Regulamento Municipal das Vivendas de Recimil* vigente en ese año, el contrato de alquiler, por un periodo máximo de 5 años, con derecho a prórroga, oscila entre los 30 y 100 euros mensuales. Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/3tCE9AF> (consultado el 06/02/2022).

“vacíos” en la situación administrativa de los nuevos inquilinos, o de familiares de los antiguos titulares (las personas llamadas “históricas” de Recimil), y se apuntala un fenómeno de ocupación ilegal de viviendas que origina fuertes tensiones vecinales. La respuesta del Concello ante esta situación es, en sucesivas ocasiones, la de ir regularizando la situación administrativa de las personas que viven en alquiler⁷.

Más al detalle, el Concello de Ferrol ha tratado de conocer la situación inmobiliaria del barrio elaborando censos *ad hoc* en los años 2004 y 2010 que no se realizan con éxito. En el año 2013 y 2015 se repite la operación, para lograr cuantificar el volumen de residencia legal o ilegalmente ocupada, pendiente de regularizar, vacía, etc. (Agirre-Maskariano, 2019)⁸. Los datos obtenidos en el último conteo de 2019 son los siguientes: de las 1.050 viviendas municipales disponibles, 350 tendrían un contrato aún de renta antigua y 250 se encontrarían vacías u ocupadas ilegalmente⁹.

Respecto a las medidas de mejora arquitectónica y similares, es destacable, en primer lugar, la no ejecución del *Programa para la Rehabilitación Integrada del barrio de Recimil*, cuya memoria se redacta en 2001 (Oficina de Planeamiento, 2001). A este programa se suma otro proyecto de rehabilitación en el año 2006 que queda sin ejecutar (Agirre-Maskariano, 2019: 20). En el año 2016 el barrio es declarado por la Xunta de Galicia como Área de Rehabilitación Integral, consiguiéndose ayudas de la Unión Europea, lo cual activa el inicio de progresivas obras rehabilitadoras para la mejora de la eficiencia energética, envolvente térmica de los edificios¹⁰, etc.

Finalmente, llegado el año 2017, el gobierno municipal de aquel momento comienza a plantearse la posibilidad de dar acceso a la propiedad de las viviendas a las personas consideradas “históricas” de Recimil, una demanda prioritaria del vecindario y de su tejido asociativo¹¹. Actualmente, esta posibilidad ha quedado en suspenso tras el último cambio de gobierno municipal en 2019.

⁷ Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/3y60CJz> (consultado el 06/02/2022).

⁸ Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/2ROntJ4> (consultado el 06/02/2022).

⁹ Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/3fbBzwd> (consultado el 06/02/2022).

¹⁰ Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/3fhEP98> (consultado el 06/02/2022).

¹¹ Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/2R5kADT> (consultado el 06/02/2022).

Todo este proceso de acciones administrativas inconclusas, y la falta de medidas de rehabilitación de alcance durante décadas, transcurre junto a un contexto de fuerte precarización económica y social de la ciudad. Desde mediados de los años ochenta se viene produciendo un continuo goteo de noticias en los medios de comunicación locales, alertando del gravísimo y progresivo deterioro de los inmuebles de Recimil, de la pauperización de las condiciones de vida de sus residentes y del auge del consumo y tráfico de estupefacientes.

También, como trasfondo, se sucede una dialéctica de enfrentamiento entre el tejido asociativo del barrio (liderado por las históricas asociaciones de El Pilar y San Fernando) que se oponen frontalmente a los conatos mediáticos y políticos, de diferentes gobiernos municipales, que entienden deseable el derribo y construcción de un nuevo Recimil (Agirre-Maskariano, 2019: 14-15). No es casual que el auge de esta propuesta de demolición se localice en los años álgidos del *boom* del ladrillo, y la irrupción en la ciudad de los parámetros clásicos -y especulativos- de un mercado inmobiliario neoliberal (Cardesín, 2004). En el año 2005 esta posibilidad empieza a desaparecer cuando se produce un acto de enorme simbolismo: el *Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia*, en el Día Mundial de la Arquitectura, tiene como protagonista del acto el barrio de Recimil y sus cualidades urbanísticas.

5. VULNERABILIDAD URBANA Y RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO DE RECIMIL

Hecho este repaso del origen y presente del barrio, cabe abordar las fuentes secundarias disponibles para el análisis de Recimil. Afortunadamente esta pieza urbana es englobada con precisión por dos secciones censales¹², lo cual facilita tener datos que permiten el cálculo de los principales IBVU, que son: porcentaje de población en paro, porcentaje de población sin es-

¹² Las secciones censales utilizadas tienen los siguientes códigos del Instituto Nacional de Estadística (INE): 1503601004 y 1503601005. Concentran la mayor parte de la planta del barrio, pero no incluyen el triángulo de bloques que rodean a la plaza de Sevilla, ni la esquina este de Recimil (situada entre la calle Álvarez de Sotomayor y calle 10 do marzal). Haber incluido a las dos secciones que abarcan estas dos zonas concretas de Recimil, hubiese supuesto dar cabida a tejidos intraurbanos de la ciudad de Ferrol con trayectorias sociales y demográficas manifiestamente distintas.

tudios, y porcentaje de viviendas en edificios en estado de conservación ruinoso, malo o deficiente (Instituto Juan de Herrera, 2016: 4-5). Esta posibilidad de análisis es importante, puesto que en las sucesivas ediciones del *Catálogo de Barrios Vulnerables*, el barrio de Recimil se ha desdibujado en áreas de la ciudad de mayor tamaño (el conjunto del barrio de Esteiro en la edición de 1991, o el conjunto del Área Estadística Vulnerable¹³, en la edición de 2011, que comprende un distrito censal que aglutina todo el centro de la ciudad con tejidos urbanos muy heterogéneos).

Figura 2. Fachadas de Recimil sin rehabilitar en el año 2016 (arriba) y rehabilitadas en el 2018 (abajo).



Fuente: *Concello de Ferrol (arriba) y Ángel Manso (abajo).*

¹³ Agrupación de secciones censales colindantes y de cierta homogeneidad urbanística, de entre 3.500 y 15.000 habitantes en las que, al menos, uno de los tres IBVU del conjunto supera el valor establecido como referencia de vulnerabilidad. Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/2QbtgrG> (consultado el 06/02/2022).

Atendiendo a los datos inframunicipales de los dos últimos Censos disponibles de los años 2001 y 2011, se obtiene una primera visual del alcance de la vulnerabilidad urbana de Recimil. Los tres IBVU analizados del barrio son claramente superiores a las medias nacionales en todos los casos y, en menor medida, a las del municipio de Ferrol. Los umbrales de la vulnerabilidad urbana (véase la última fila de la Tabla 1) se superan claramente en dos indicadores: la tasa de paro (que alcanza el 44,2% en 2011, frente al 29,6% nacional); y el porcentaje de viviendas en edificios en estado de conservación ruinoso, malo o deficiente (del 60,4% y 50,0%, respectivamente, en 2001 y 2011, siendo la media española, para los mismos años, del 10,1% y del 7,0%) (véase Tabla 1). Al ser estas últimas cifras superiores en más de 2,5 veces a las nacionales, el mal estado de los edificios ilustra una situación de vulnerabilidad severa (Instituto Juan de Herrera, 2016: 8); dicho con otras palabras, la situación arquitectónica de los inmuebles de Recimil es claramente obsoleta.

Tabla 1. Evolución de indicadores básicos de vulnerabilidad urbana (2001-2011).

Indicadores Básicos de Vulnerabilidad Urbana (IBVU)	Tasa de paro		Porcentaje de población analfabeta y sin estudios		Porcentaje de viviendas en edificios en estado de conservación ruinoso, malo o deficiente	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Recimil	24,8	44,2	10,2	16,0	60,4	50,0
Municipio de Ferrol	17,6	19,4	15,1	8,1	20,5	10,9
España	14,0	29,6	15,3	10,9	10,1	7,0
Umbral de vulnerabilidad	>=21,3	>=42,3	>=22,9	>=16,3	>=15,1	>=17,5

Fuente: *Censos de Población y Viviendas 2001, 2011. INE.*

En 2017 la población del barrio de Recimil asciende a los 1.884 habitantes, lo que representa el 2,8% de los residentes del municipio de Ferrol. Atendiendo a la tasa de crecimiento medio anual del barrio, no

se observa un patrón concluyente acerca de su evolución demográfica reciente. Sí cabe señalar que durante el último intervalo considerado (años 2012-2016), Recimil ha experimentado un leve incremento poblacional (del 0,1%), que contrasta vivamente con el importante decrecimiento del conjunto del municipio ferrolano (del 1,3% anual) (véase Tabla 2).

Tabla 2. Evolución poblacional del barrio de Recimil en comparación con el municipio de Ferrol (Tasas de crecimiento medio anual -TCMA-).

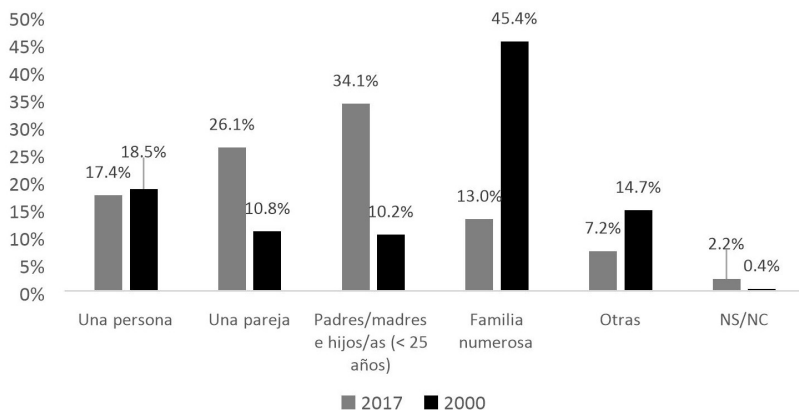
Intervalos	Recimil		Ferrol	
	Pob. Final	TCMA	Pob. Final	TCMA
2001-2004	1.779	-2,1	77.859	0,0
2004-2008	2.020	3,2	74.696	-1,0
2008-2012	1.880	-1,8	71.997	-0,9
2012-2016	1.884	0,1	68.308	-1,3

Fuente: *Padrón Continuo. INE.*

Cabe destacar otros dos aspectos de la estructura sociodemográfica de Recimil recogidos en el Padrón Continuo: el fuerte peso poblacional de personas mayores de 77 años, que ascendía en 2017 al 16,7% del vecindario (frente al 14,0% municipal y al 9,4% nacional)¹⁴; una presencia minoritaria de población extranjera de régimen no comunitario (que concentraba a solo 32 residentes empadronados para el mismo año, esto es, un 1,7% del total del vecindario).

Incorporando las estimaciones de la encuesta realizada, es importante hacer mención a la distribución porcentual de las variables que van a ser fundamentales, junto con la edad de las personas encuestadas, en el posterior análisis de resultados. En este sentido, hay que destacar la sustancial presencia de residentes de etnia gitana en el barrio (un total del 26,1% de la población). Asimismo, en el año 2017, el tipo de hogar predominante era el constituido por una familia biparental con descendientes menores de 25 años (el 34,1% del total), no por una familia numerosa (como sucedía en el año 2000) (véase Gráfico 1).

¹⁴ Asimismo, el colectivo de residentes de entre 18 a 34 años representaba al 23,2% de la población de Recimil; el de 35 a 64, al 45,7%; y el de 65 o más años, al 31,2%.

Gráfico 1. Evolución del tipo de hogar (2000-2017).

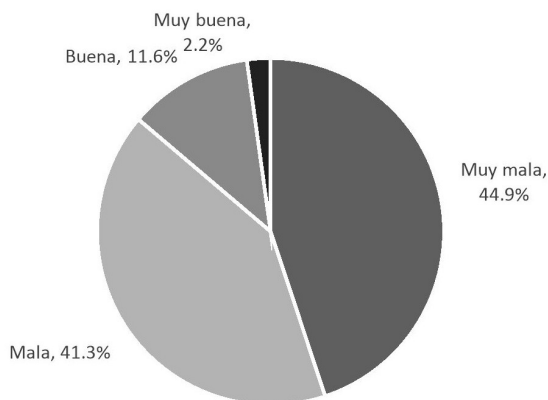
Fuente: elaboración propia.

Por último, resultan contundentes los datos recabados acerca de la percepción de las personas encuestadas sobre la situación económica del hogar durante los últimos años¹⁵ (otra variable a testar en el análisis posterior): un 41,3% y un 44,9% entiende, respectivamente, que dicha situación es mala o muy mala (véase Gráfico 2). Tales cifras cobran especial relevancia atendiendo al hecho de que, en el momento de realizar la encuesta en el año 2017, un 36% de los residentes se encontraban en paro¹⁶, y otro 31% manifestaba estar en la etapa de la jubilación.

¹⁵ Véase el planteamiento teórico de este tipo de variables económicas subjetivas en Porter y Garman (1993) o Brenes-Camacho (2013).

¹⁶ Tasa, en cualquier caso, cinco puntos menor a la registrada en el Censo de 2011 (véase Tabla 1).

Gráfico 2. Percepción de la situación económica del hogar durante los últimos años (2017).



Fuente: elaboración propia.

6. PERCEPCIONES SOBRE EL ESTADO ARQUITECTÓNICO DE RECIMIL

Introduciéndonos en los resultados de la encuesta, son varios los aspectos valorativos/perceptivos del vecindario que pueden ser comentados. En primer lugar, la dimensión física *ad extra* de Recimil está bien estimada; esto es, es una pieza urbana que las personas residentes consideran bien comunicada con el resto de la ciudad, que posee un buen servicio de transporte público, y en la cual los espacios públicos son adecuados. También la percepción de la integración del barrio, en un sentido genérico, con el resto de la ciudad alcanza un aprobado (véase Gráfico 3). Argumenta sobre estas cuestiones una entrevistada:

“Este barrio tiene grandes potenciales, al tratarse de un barrio colindante con el centro histórico de la ciudad, con una fuerte centralidad, una singularidad histórica-cultural, fuertes e importantes equipamientos, población fuertemente arraigada, proximidad al campus universitario y la existencia de un fuerte tejido asociativo amplio y complejo”...

(Técnica del Concello de Ferrol)

Por tanto, dos de las dimensiones inherentes a la obsolescencia arquitectónica (García, 2015) de Recimil¹⁷ (la segregación residencial respecto del resto de la trama plurifuncional, o la degradación del espacio público -véase Figura 3-), no se observan con intensidad en este barrio de postguerra.

Figura 3. Imágenes panorámicas de la Plaza de Sevilla.



Fuente: *elaboración propia.*

En cambio, desde una perspectiva *ad intra*, sí que afloran percepciones abiertamente negativas sobre el estado arquitectónico del barrio, y sobre la valoración de la “calidad de vida percibida” (véase Gráfico 3). Son elocuentes, a este respecto, algunos *verbatim*s seleccionados de las entrevistas:

“(Hablando de Recimil) ...Urbanísticamente muy mal y socialmente cada vez peor, ¿no?”...

(Portavoz de asociación de vecinos 1. * La cursiva es de los/as autores/as)

¹⁷ Consúltense, de nuevo, los datos censales en la Tabla 1 acerca del estado de los inmuebles del barrio.

“El barrio de Recimil se encuentra en la actualidad con una serie de debilidades y amenazas importantes, debido a su paulatino deterioro constructivo (...) y dificultades de mantenimiento de la edificación, y de su adaptación a condiciones de funcionalidad, seguridad, habitabilidad y eficiencia energética”.

(Técnica del Concello de Ferrol)

Gráfico 3. Valoraciones sobre el estado arquitectónico y accesibilidad del barrio de Recimil (2017).



Fuente: elaboración propia. Escala del 0 -nada de acuerdo- al 10 -muy de acuerdo-.

Entrando en detalle, respecto a la consideración de si “Recimil es un barrio en un buen estado arquitectónico”, es evidente que una gran mayoría de la vecindad no comparte esta aseveración; ante la misma, en una escala del 0 (“nada de acuerdo”) al 10 (“muy de acuerdo”)¹⁸, el promedio valorativo alcanzado es de sólo 2,9 puntos (véase Gráfico 3). Poniendo en relación, mediante un ANOVA o contraste simple de medias, cinco factores o variables sociodemográficas (edad, etnia, percepción de la situación económica en el hogar, y estructura en el

¹⁸ Obsérvese que este tipo de escalas son utilizadas con frecuencia en algunas variables de las encuestas y barómetros del Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS). Tienen, entre otras ventajas, la posibilidad de construir variables con más de 7 rangos, y, en consecuencia, poder configurar modelos de regresión múltiple (Montero, 2016). Tales modelos, sobre la percepción residencial de Recimil, serán presentados en próximas publicaciones.

hogar)¹⁹ y la mala percepción del estado arquitectónico del barrio, cabe destacar los resultados que consigue la variable/factor de la edad (atendiendo al valor de F y su significación asociada)²⁰. Viendo las distancias significativas entre las medias, son los residentes más jóvenes (1,9 puntos de promedio) quienes peor perciben la situación arquitectónica de Recimil, frente a las personas de más de 65 años (4,3 puntos). También, el colectivo gitano del barrio muestra una valoración sobre el estado de Recimil (3,2 puntos) significativamente más negativa que la del resto de los residentes (véase Tabla 3). Esta asimetría valorativa entre grupos de edad diversos y pertenencia o no a la etnia gitana, va a ser relevante en lo que resta del análisis de resultados.

¹⁹ Se incluye, en principio, como factor, el sexo de las personas encuestadas. Al no arrojar ningún contraste significativo en el análisis de resultados, no se menciona a lo largo del texto.

²⁰ En todo el análisis de resultados se procede de esta manera. Se testan los resultados de los ANOVA con estos cuatro factores/variables dependientes que son contrastados con la variable de mayor interés en el epígrafe. Se comentan, a continuación y en el epígrafe correspondiente, solamente los contrastes estadísticamente significativos.

Tabla 3. ANOVA y contraste simple de medias.

Recimil es un barrio en un buen estado arquitectónico			ANOVA		Games-Howell (GH)		
			F	Sig.	Relaciones significativas	Diferencias de medias (I-J)	Sig.*
Grupo de edad	CAT 1 - 18 a 34 años	1,9	20,742	0,000	GH - CAT 1 y 3	-2,427	0,000
	CAT 2 - 35 a 64 años	2,5					
	CAT 3 - Más 65 años	4,3			GH - CAT 2 y 3	-1,842	0,000
Etnia gitana	Sí	2,1	7,833	0,006	-		
	No	3,2					

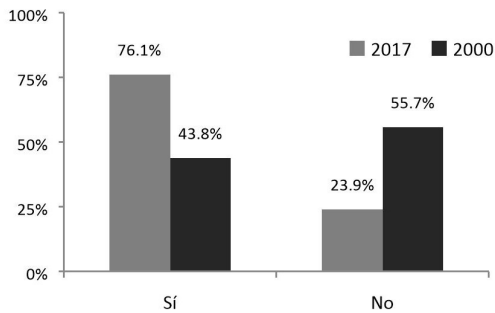
Fuente: elaboración propia. Escala del 0 -nada de acuerdo- al 10 -muy de acuerdo-. *Prueba de Kruskal-Wallis (Sig.<0,01).

7. ESTADO DE LOS EDIFICIOS Y DE LAS VIVIENDAS: PERCEPCIONES Y SOLUCIONES

Para adentrarnos en dos de las dimensiones básicas de la obsolescencia arquitectónica (García, 2015), a saber, un deterioro grave en los materiales constructivos, y una dotación insuficiente de equipamientos diversos, se evalúan las necesidades percibidas acerca de la rehabilitación de los edificios. Las tres primeras necesidades de arreglos son las siguientes: para un contundente 98,6% del vecindario, es importante la mejora de tejados; para un 97,8%, la mejora de ascensores e instalaciones comunes de luz y agua; y, para un 92%, es relevante el arreglo de portales y escaleras.

Respecto a las viviendas, un 100% de personas encuestadas manifiesta que son necesarias medidas para su rehabilitación. No es extraño que desde el año 2000 haya aumentado en más de un 32% las personas que han tenido que realizar obras de alcance en su vivienda (que en su totalidad representan a más de un 76% de la población de Recimil) (véase Gráfico 4).

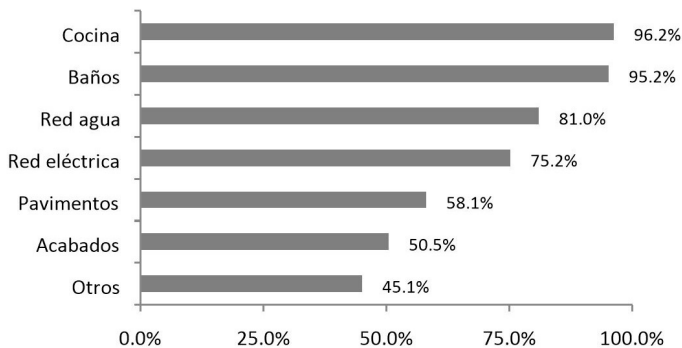
Gráfico 4. Población que sí ha realizado arreglos en la vivienda, por parte de la población residente, en los últimos años (2000-2017).



Fuente: elaboración propia y Oficina de Planeamiento (2001).

A este respecto, es importante señalar que el 93,3% de la vecindad ha utilizado recursos propios destinados a acometer tales reformas (recordemos que el titular de las viviendas es el Concello de Ferrol), localizadas fundamentalmente en la mejora de cocinas, baños e instalaciones de agua y electricidad) (véase Gráfico 5).

Gráfico 5. Espacios de la vivienda donde sí se han realizado arreglos, por parte de la población residente, en los últimos años (2017).



Fuente: elaboración propia.

En una escala del 0 (“nada necesarios”) al 10 (“muy necesarios”), los 9,4 puntos alcanzados de media rebelan la acuciante demanda de arreglos/reformas en el interior de las viviendas. Al igual que en los análisis anteriores, las variables sociodemográficas que consiguen un contraste estadísticamente significativo de medias vuelven a ser la edad, y la pertenencia a la etnia gitana. En primer lugar, el colectivo más joven (de 18 a 34 años), es el que percibe como más apremiante la rehabilitación de la vivienda frente a los grupos de edad restantes (9,5 puntos de media); lo mismo ocurre con las valoraciones de los residentes de etnia gitana (9,6 puntos) respecto del resto de la vecindad (véase Tabla 4).

Tabla 4. ANOVA y contraste simple de medias.

Recimil es un barrio en un buen estado arquitectónico			ANOVA		Games-Howell (GH)		
			F	Sig.	Relaciones significativas	Diferencias de medias (I-J)	Sig.*
Grupo de edad	CAT 1 - 18 a 34 años	9,5					
	CAT 2 - 35 a 64 años	9,1	7,773	0,001	GH - CAT 1 y 3	1,159	0,000
	CAT 3 - Más 65 años	8,3					
Etnia gitana	Sí	9,6	10,985	0,001			
	No	8,7					

Fuente: elaboración propia. Escala del 0 -nada necesarios- al 10 -muy necesarios-. *Prueba de Kruskal-Wallis (Sig.<0,01).

Se corrobora, por tanto, que la obsolescencia arquitectónica de Recimil se circunscribe, gravemente, a la dimensión *ad intra* de los edificios y de las viviendas. En primer lugar, el vecindario expresa las siguientes opciones, por orden de importancia, para lograr rehabilitar el barrio, y revertir su proceso de degradación estructural: que se permita el acceso a la compra de las viviendas (40,2% de personas encuestadas), demanda histórica ya comentada en los epígrafes iniciales del estudio; y que aumente la inversión pública y las ayudas a la rehabilitación (15,2%). Sólo un 2,5% entiende que la demolición y nueva construcción del barrio es una solución a sus graves problemas constructivos. Comenta uno de los entrevistados:

“A solución definitiva, e volvemos a repetir, é a rehabilitación con acceso a propiedade pero (...) xa non confiamos nin no Concello, nin na Xunta, nin... Nin en nada xa”.

(Portavoz de asociación de vecinos 2)

Las restantes personas entrevistadas manifiestan la urgencia de activar medidas de rehabilitación de carácter sostenible e integral, en el sentido dado por Cervero (2013), y que no se han acometido hasta el momento:

“En el siglo XXI, plantear la rehabilitación de este tipo de tejidos sin que esta no abarque lo constructivo, la habitabilidad, lo social, o lo ambiental, sería un error; y de hecho cada una de las intervenciones sectoriales que se produjeron en el Barrio no fueron (...) suficientes para una renovación integral”.

(Experto en urbanismo)

“La rehabilitación integral de la generalidad del barrio será el gran caballo de batalla, de improbable realización sin la aportación de fondos públicos suficientes por todas las Administraciones implicadas (...) El Concello debe promover la planificación urbanística necesaria para el caso de reformular la rehabilitación edificatoria, y programar la actuación con cierto realismo y por fases temporales independientes que incluyan bloques completos que compartan elementos comunes (...) Para estos fines el Concello deberá contar con el realojo y retorno de los ocupantes legales (...) Pero todo esto parte de ser una actuación económicamente sostenible”.

(Técnica del Concello de Ferrol)

8. CALIDAD DE VIDA Y EXPECTATIVAS DE MOVILIDAD RESIDENCIAL EN RECIMIL

Queda por responder a la principal pregunta de investigación: ¿cómo influye en la calidad de vida del vecindario la actual situación arquitectónica en la que se encuentra el barrio? Esta pregunta es directamente transformada en una variable de escala, que oscila entre un 0 (“muy negativamente”) y un 10 (“muy positivamente”). Los resultados valorativos son elocuentes: el conjunto del vecindario se posiciona, como promedio, en los 2,3 puntos; en consecuencia, el conjunto de residentes asume, por norma general, que el estado inmobiliario del barrio afecta gravemente a sus trayectorias vitales.

Pero más allá del dato descriptivo, mediante un último ANOVA y contraste simple de medias se deben buscar evidencias que indiquen el grado de dependencia estadística entre la obsolescencia percibida y la calidad de vida, atendiendo a las variables sociodemográficas. Los contrastes, esta vez, son significativos en cuatro variables. Sin ir más lejos, los resultados concluyen lo siguiente: la población residente de entre 18 años y 34 años (1,4 puntos de promedio), perteneciente a la etnia gitana (1,2), y que percibe que su situación económica durante los últimos años es muy negativa (1,6), es la que más acusa los efectos del deterioro material del barrio en su percepción de la calidad de vida. Además, el hecho de formar parte de una familia numerosa (1,4) o biparental (2,7), agrava claramente la negatividad de tal percepción (véase Tabla 5).

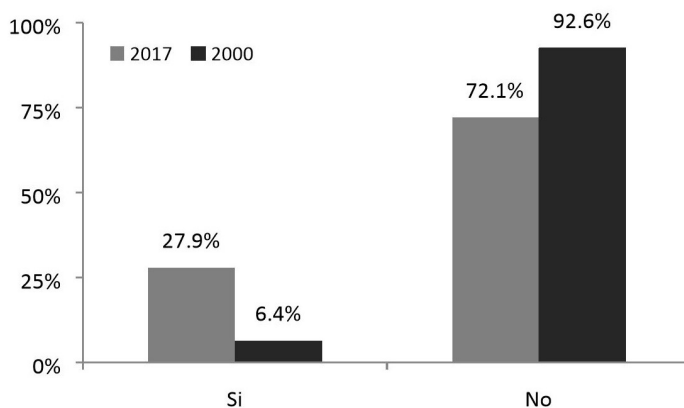
Tabla 5. ANOVA y contraste simple de medias.

			ANOVA		Tukey (TU)		
			F	Sig.	Relaciones significativas	Diferencia de medias (I-J)	Sig.*
¿Cómo le influye la actual situación arquitectónica en la que se encuentra el barrio de Recimil en su calidad de vida?	CAT 1 - 18 a 34 años	1,4	16,332	0,000	TU - CAT 1 y 2	-1,674	0,000
	CAT 2 - 35 a 64 años	3,1			TU - CAT 1 y 3	-2,330	0,000
	CAT 3 - Más 65 años	3,8					
Etnia gitana	Si	1,2	51,680	0,000	-		
	No	3,5					
Percepción de la situación económica del hogar durante los últimos años	CAT 1 - Muy buena	5,0	25,014	0,000	TU - CAT 1 y 4	3,439	0,002
	CAT 2 - Buena	4,4			TU - CAT 2 y 4	2,814	0,000
	CAT 3 - Mala	3,7			TU - CAT 3 y 4	2,148	0,000
	CAT 4 - Muy mala	1,6					
Residentes hogar	CAT 1 - Una persona	3,4	4,515	0,001	TU - CAT 1 y 4	1,972	0,011
	CAT 2 - Una pareja	3,6					
	CAT 3 - Padres e hijos/as (< 25 años)	2,7			TU - CAT 2 Y 4	2,139	0,001
	CAT 4 - Familia numerosa	1,4					

Fuente: elaboración propia. Escala del 0 -muy negativamente- al 10 -muy positivamente-. *Prueba de Kruskal-Wallis (Sig.<0,01).

Ligada a la afectación de la obsolescencia arquitectónica sobre la calidad de vida, se sitúan las perspectivas de cambio de residencia en un futuro próximo. Si en el año 2000 sólo el 6,4% de la vecindad manifestaba su intención de abandonar el barrio, en 2017 esta cifra ascendía al 27,9% (véase Gráfico 6).

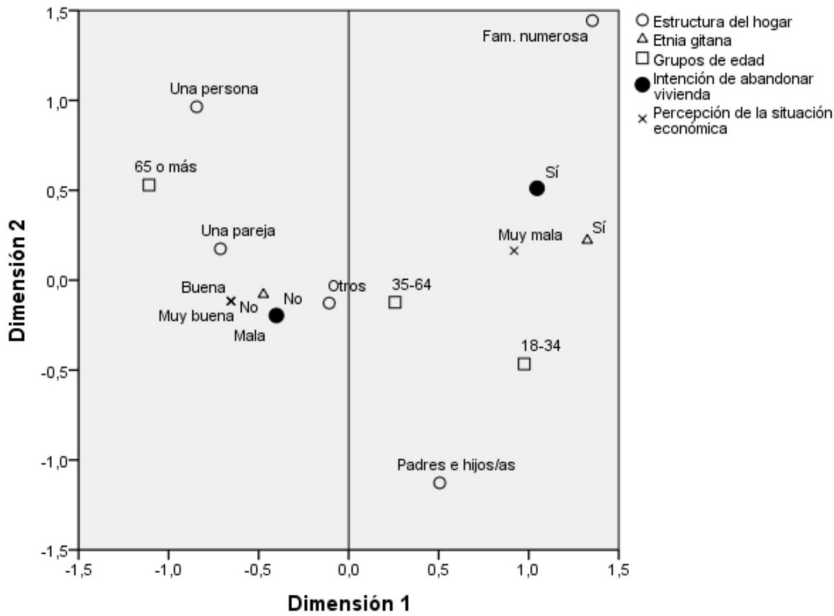
Gráfico 6. Intención de abandonar la vivienda actual en un futuro cercano (2000-2017).



Fuente: elaboración propia y Oficina de Planeamiento (2001).

Específicamente, se aplica un CATPCA para interpretar visualmente las correspondencias entre la variable “intención de abandonar la vivienda” y las cuatro variables sociodemográficas que más se ven afectadas en su calidad de vida por la obsolescencia arquitectónica de Recimil. Atendiendo a la disposición de la dimensión 1 (de izquierda a derecha) del mapa perceptual obtenido, se observa quienes son los más predispuestos a marcharse (véanse proximidades entre categorías y sus respectivos símbolos en la Figura 4): jóvenes, de entre 18-34 años, predominantemente de etnia gitana y que viven en hogares que, además de estar atravesando por una mala situación económica, están configurados por familias numerosas y/u hogares biparentales.

Figura 4. Gráfico de categorías conjuntas.



Fuente: elaboración propia. Autovalor (Total) = 3,283. Alfa de Cronbach (Total) = 0,861. Autovalor (Dimensión 1) = 2,856. Alfa de Cronbach (Dimensión 1) = 0,812.

9. CONCLUSIONES E INACCIONES

El presente trabajo pretende mejorar la comprensión teórica y analítica del concepto de obsolescencia arquitectónica como fenómeno característico de los polígonos residenciales construidos en España entre la década de los años cuarenta y sesenta, también conocidos como Casas Baratas. Con este objetivo se ha constatado, a través de una triangulación intermétodos cuantitativa y cualitativa, el alcance de esta obsolescencia arquitectónica en el Polígono de viviendas de Recimil, situado en la ciudad de Ferrol (Galicia), y que configura un ejemplo prototípico de Casas Baratas construidas en el período de la postguerra española.

Partiendo de una caracterización sociodemográfica de la vulnerabilidad urbana del barrio de Recimil, determinada por la pauperización de las condiciones de vida de este espacio residencial, ya

sea en forma de progresivo envejecimiento, ya sea en forma de elevadas tasas de paro, cabe ilustrar un primer indicador censal preocupante: el porcentaje de viviendas en edificios en estado de conservación ruinoso, malo o deficiente ha sido del 60,4% y 50,0%, respectivamente, en 2001 y 2011 (siendo la media nacional, para los mismos años, del 10,1% y del 7,0%). Partiendo de estas cifras, y a través de la realización de una encuesta en el año 2017, apoyada en una muestra probabilística, y comparando los resultados obtenidos con el de otro estudio realizado en 2001, la vecindad expresa que las necesidades de rehabilitación de las viviendas, de titularidad municipal, o de los espacios comunes de los edificios, son acuciantes. Especialmente, utilizando diferentes ANOVA y contrastes simples de medias, confirmamos que la población más joven y el colectivo gitano que reside en el barrio son los agentes que con más rotundidad expresan tales necesidades de cambio y mejora constructiva.

Delimitado el alcance *ad intra* de la obsolescencia arquitectónica de Recimil, cabe analizar su dependencia estadística frente a una vulnerabilidad subjetiva (Instituto Juan de Herrera, 2011) que se considera clave en el estudio: la percepción subjetiva que tienen las personas residentes respecto de la calidad de vida que proyecta su espacio residencial. En este sentido, se constata la existencia de un evidente consenso a la hora de ligar la degradación inmobiliaria de la barriada con una merma en la calidad de vida de la vecindad. Es más, esta dependencia, contrastada estadísticamente, explica una bajísima valoración de la calidad de vida de Recimil entre los residentes más jóvenes, vecindario gitano, familias numerosas, hogares biparentales con hijos e hijas a cargo, y personas encuestadas que están atravesando una mala situación económica durante los últimos años. No es baladí subrayar que, precisamente, este perfil de residente de Recimil, fundamental para su reproducción y sostenibilidad social y económica, es el que con más rotundidad expresa su deseo de abandonar el barrio (deseo compartido, se estima, por un 27,9% del total poblacional). Efectivamente, es importante recoger un último *verbatim* de uno de los entrevistados:

“(Hablando del estado arquitectónico de Recimil) Eu penso que inflúe negativamente porque sobre todo, pola... pola inestabilidade... E que temos os veciños de non saber en ningún momento o que vai a ser deste barrio, nin

a idea que ten o Concello para un futuro máis ou menos próximo, porque desgraciadamente hoxe están uns, mañana están outros e cada un trae unha idea distinta. Pero que desgraciadamente nin os uns nin os outros as levan a cabo”...

(Portavoz de asociación de vecinos 2. *La cursiva es de los/as autores/as)

Sin duda, la obsolescencia arquitectónica es una situación larvada durante décadas, gracias a que, reflexionan en profundidad las personas entrevistadas, no se ha producido una rehabilitación integral del barrio (Cervero, 2013). Asimismo, el alcance de iniciativas técnicas o rehabilitadoras, que en el papel pudieron ser relevantes, se han visto gravemente lastradas por la inacción de diferentes gobiernos municipales y por la falta de coordinación con otras Administraciones competentes en materia de vivienda²¹; a la par que el deterioro económico y social de Ferrol y, especialmente, el de Recimil, alcanzaban cotas inéditas en el contexto urbano de España.

En estos últimos años se está cuestionando con fuerza la omnipresencia de un sistema de vivienda basado en la propiedad, para dar paso a una mayor presencia en el mercado del alquiler y la vivienda protegida (Calo, 2014). También, la creciente defensa de procesos colectivos y participativos de acceso a la vivienda y formas de entenderla como un bien común se antoja más necesaria que nunca para que los municipios ejerzan, ante los colectivos sociales más vulnerables, “el derecho a la vivienda dentro del derecho a la ciudad”²². Resulta paradójico, en este contexto, que las personas con vecindad en Recimil manifiesten que la medida más urgente para revertir la situación de obsolescencia arquitectónica del barrio sea, precisamente, poder acceder a la propiedad de sus viviendas, dando por terminada la titularidad municipal. Por supuesto, es una medida que debe ser contemplada en los próximos años, habida cuenta de la prolongada inacción administrativa de las últimas décadas (y que,

²¹ Esta falta de coordinación entre Administraciones es un elemento en las últimas décadas consustancial a la política de vivienda en España (Zafra, 2013), y en Recimil encuentra un ejemplo paradigmático.

²² Cabe citar sobre esta cuestión el Plan para el Derecho a la Vivienda de Barcelona 2016-2025 del Ayuntamiento de Barcelona. Véase el siguiente enlace: <https://bit.ly/3odm4rJ> (consultado el 06/02/2022).

por cierto, evitaría cualquier nuevo conato de tipo especulativo que alentase la demolición de Recimil). Desgraciadamente, esta demanda vecinal ilustra el estrepitoso, e indeseado, fracaso de la gestión pública del parque inmobiliario de un polígono residencial con una más que destacada trayectoria histórica dentro de la ciudad de Ferrol.

10. BIBLIOGRAFÍA

- Abramson, D. M. (2012). From obsolescence to sustainability, back again, and beyond. *Design and Culture*, 4(3), 279-298. <https://doi.org/10.2752/175470812X13361292229078>
- Agirre-Maskariano, M. (2019). Resisting against Speculative Urban Regeneration in the Shrinking City of Ferrol. *Theoretical and Empirical Researches in Urban Management*, 14(1), 5-29.
- Alguacil, J., Camacho, J. y Hernández, A. (2014). La vulnerabilidad urbana en España. Identificación y evolución de los barrios vulnerables. *Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales*, 27, 73-94. <https://doi.org/10.5944/empiria.27.2014.10863>
- Brenes-Camacho, G. (2013). Factores socio-económicos asociados a la percepción de situación socioeconómica entre adultos mayores de dos países latinoamericanos. *Ciencias económicas*, 31(1), 153-167.
- Bryson, J. R. (1997). Obsolescence and the process of creative reconstruction. *Urban Studies*, 34(9), 1439-1458. <https://doi.org/10.1080/0042098975501>
- Calo, Estefanía (2014). Vivienda y territorio en España. En C. Lamela, J. M. Cardesín y M. García (Eds.), *Dinámicas territoriales en España: problemas y tendencias en la estructura y ordenación del territorio* (pp. 171-200). Biblioteca Nueva.
- Cardesín, J. M. (2000). Cuando un barco encalla contra una ciudad: las contradicciones en el proceso de urbanización y organización del territorio en la comarca de Ferrol. *Forum Sociológico*, 3/4(2), 263-292.
- Cardesín, J. M. (2004). A Tale of Two Cities. The Memory of Ferrol between the Navy and the Working Class. *Urban History*, 31(3), 329-356. <https://doi.org/10.1017/S0963926805002403>

- Castelo, B. (2000). *Ferrol: Morfología urbana y arquitectura civil 1900-1940*. UDC, Servicio de Publicacións.
- Cervero, N. (2013). El papel de la rehabilitación integral de barrios en la recuperación de las periferias. Intervención en el grupo “El Picarral”. *E-rph: Revista electrónica de Patrimonio Histórico*, 13, 64-78.
- Cervero, N. (2017). La rehabilitación urbana del Poblado Dirigido de Caño Roto (Madrid). Análisis del modelo de intervención. *Ciudad y territorio: Estudios territoriales*, 194, 699-712.
- Clemente, E. (1984). *Desarrollo Urbano y Crisis Social en Ferrol*. COAG, Universidad de Salamanca.
- COAG (2007). *Guía de Arquitectura. Ferrol e Comarca*. COAG.
- Conde, F. (2010). *Análisis sociológico del sistema de discursos*. CIS.
- Craviotto, P. (2017). Humanización y recuperación del urbanismo en las periferias urbanas. Revitalización de viviendas obsoletas: un reto social, económico y jurídico. En M. T. Pérez y D. Navas (Eds.), *Periferias Urbanas: la regeneración integral de barriadas residenciales obsoletas* (pp. 154-168). Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla.
- De Cos, O. y Usobiaga, E. (2019). Retos metodológicos para estudiar la vulnerabilidad demográfica y residencial a nivel intraurbano ante los cambios en las fuentes estadísticas habituales. *Scripta Nova*. XXIII(606). <https://bit.ly/3yag4V5>
- Departamento de Asuntos Económicos y Sociales (2003). *Informe sobre la situación social del mundo 2003. Vulnerabilidad social: Fuentes y desafíos*. Naciones Unidas.
- Díaz, M. (2017). *El barrio de Recimil: un estudio de caso sobre las consecuencias sociológicas de la obsolescencia urbana (Trabajo fin de máster)*. Universidade da Coruña.
- Egea, C., Nieto, J. A., Domínguez, J. y González, R. A. (2008). *Vulnerabilidad del tejido social de los barrios desfavorecidos de Andalucía. Análisis y potencialidades*. Centro de Estudios Andaluces, Junta de Andalucía.
- Fidel, E. (2009, Noviembre). *Recimil, un barrio obrero de Ferrol*. <https://bit.ly/3ojD1ko>

- Forni, P. y Grande, P. D. (2020). Triangulación y métodos mixtos en las ciencias sociales contemporáneas. *Revista mexicana de sociología*, 82(1), 159-189. <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2020.1.58064>
- García, C. (2010). Obsolescencias urbanas: el caso de las barriadas residenciales. *Revista "ciudad viva"*, 3, 4-5. <https://bit.ly/3hIXIup>
- García, C. (2015). La obsolescencia de las tipologías de vivienda de los polígonos residenciales construidos entre 1950 y 1976. Desajustes con la realidad sociocultural contemporánea. *Informes de la Construcción*, 67(Extra-1), 1-9. <https://doi.org/10.3989/ic.14.045>
- Guajardo-Fajardo, A. y Alanís, A. (2017). Manual de buenas prácticas para la intervención en barriadas residenciales obsoletas. En M.T. Pérez y D. Navas (Eds.), *Periferias Urbanas: la regeneración integral de barriadas residenciales obsoletas* (pp. 254-268). Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla.
- Hernández, A. et al. (2015). *Atlas de Barrios Vulnerables de España: 12 Ciudades 1991/2001/2006*. Instituto Juan de Herrera.
- Hidalgo, R., Urbina, P., Alvarado, V. C. y Paulsen, A. (2017). Desplazados y ¿olvidados?: contradicciones respecto de la satisfacción residencial en Bajos de Mena, Puente Alto, Santiago de Chile. *Revista INVI*, 32(89), 85-110.
- Instituto Juan de Herrera (2016). *Síntesis Metodológica general del Catálogo de Barrios Vulnerables e Indicadores Básicos de Vulnerabilidad Urbana*. Ministerio de Fomento. <https://bit.ly/3bF3DHx>
- Instituto Juan de Herrera (2011). *Análisis urbanístico de Barrios Vulnerables en España. Sobre la Vulnerabilidad Urbana*. Ministerio de Fomento. <https://bit.ly/3uNPnDG>
- Kurtz, F., Monzón, M. y López-Mesa, B. (2015). Obsolescencia de la envolvente térmica y acústica de la vivienda social de la postguerra española en áreas urbanas vulnerables: El caso de Zaragoza. *Informes de la Construcción*. 67(Extra-1), 1-17.
- Lake, R. W. (1979). Racial Transition and Black Homeownership in American Suburbs. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 441, 142-156.

- Macías, D., Del Espino, H. y Pérez-Cano, T. (2017). La obsolescencia urbana en las ciudades medias de Andalucía.: Sostenibilidad de los contextos urbanos en el sur de la provincia de Córdoba. En M. T. Pérez y D. Navas (Eds.), *Periferias Urbanas: la regeneración integral de barriadas residenciales obsoletas* (233-253). Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla.
- Montero, R. (2016). *Modelos de regresión lineal múltiple. Documentos de Trabajo en Economía Aplicada*. Universidad de Granada.
- Oficina de Planeamiento (2001). *Programa para a Rehabilitación Integrada do Barrio de Recimil*. Concello de Ferrol. <https://bit.ly/3fhVsla>
- Pérez, A. L. (2011). La calidad del hábitat para la vivienda de interés social: Soluciones desarrolladas entre 2000 y 2007 en Bogotá. *Revista INVI*, 26(72), 95-126.
- Porter, N. M. y Garman, E. T. (1993). Testing a conceptual model of financial well-being. *Financial counselling and planning*, 4, 135-164.
- Precedo, A. (1995). *El Área Urbana de Ferrol. La crisis de un modelo urbano*. Fundación Caixa Galicia.
- Rubio, J. y Molina, P. (2010). Estrategias, retos y oportunidades en la rehabilitación de los polígonos de vivienda construidos en España entre 1940 y 1980. *Ciudades*, 13, 15-37.
- Sirgy, M. J. y Cornwell, T. (2002). How neighborhood features affect quality of life. *Social indicators research*, 59(1), 79-114.
- Smith, A. E., Sim, J., Scharf, T. y Phillipson, C. (2004). Determinants of quality of life amongst older people in deprived neighbourhoods. *Ageing & Society*, 24(5), 793-814.
- Soraluce, J. R. y Fernández, X. (2001). *Arquitecturas da Provincia da Coruña: Ferrol*. Deputación Provincial da Coruña.
- Tatjer, M. (2005). La vivienda obrera en España de los siglos XIX y XX: de la promoción privada a la promoción pública (1853-1975). *Scripta Nova*, 9(194). <https://bit.ly/3fbSLlj>
- Valero, E. (2010). La cuestión: La obsolescencia de las barriadas residenciales. *Revista "ciudad viva"*, 3, 16-19. <https://bit.ly/3tQIZKN>
- Von Breymann, H. (2019). Indicadores de percepción de calidad del entorno residencial: una herramienta para la planificación

- urbana. Caso de estudio del cantón de Flores, Costa Rica. *Revista INVI*, 34(95), 101-132.
- Vormann, B. (2015). Toward an infrastructural critique of urban change: Obsolescence and changing perceptions of New York City's waterfront. *City*, 19(2-3), 356-364.
- Wacquant, L. (2007). French working-class banlieues and black American ghetto: from conflation to comparison. *Qui parle*, 16(2), 5-38
- Weber, R. (2002). Extracting value from the city: neoliberalism and urban redevelopment. *Antipode*, 34(3), 519-540.
- Zafra, M. (2013). La concertación en la formulación y desarrollo de las políticas de vivienda autonómicas y locales. *Revista de Estudios Políticos*, 161, 279-308.

LA “FESTA DA FABA DE LOURENZÁ”, UN EJEMPLO DE PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL CON IMPACTO EN EL DESARROLLO LOCAL

ANTONIA PÉREZ-GARCÍA
(GET-UDC)

1. INTRODUCCIÓN

Se puede afirmar que existe una correlación positiva entre patrimonio cultural y desarrollo local, pues este es un importante recurso endógeno a escala local con una doble magnitud: económica como bien mercantil de explotación turística y social como componente de identidad cultural, con “cierta capacidad de arrastre sobre otros activos del capital territorial” (Rubio, 2008: 42). En esa misma línea, Toselli (2006) afirma que el turismo cultural puede ser una herramienta positiva para el desarrollo local y regional, dado que permite una distribución igualitaria de beneficios –económico, social y cultural- en las comunidades anfitrionas. Todo ello repercute en la mejora de la educación, formación, creación de empleo y generación de ingresos -en el caso de países en vía de desarrollo colabora también en la erradicación de la pobreza-, además, dice Venturini (2003), se manifiesta como una opción estratégica que potencia el desarrollo sustentable. Afirma Herrero (2010), si hablamos de cultura como un factor del progreso humano en el que puede haber transacciones económicas, el patrimonio cultural hay que considerarlo como un factor productivo –*input*- con diferentes aplicaciones alternati-

vas que contribuyen al desarrollo de una comunidad. El desarrollo local, dentro del objetivo cultural, solo puede ser entendido en un contexto social estructurado en una triple dimensión: cohesión social, crecimiento económico y calidad de vida de la población (Rausell *et al.*, 2007).

Dentro de los objetivos o factores positivos, el turismo cultural destaca por “revitalizar el interés de los habitantes por su cultura, expresada a través de sus costumbres, artesanía, folklore, fiestas, gastronomía, tradiciones, así como en la protección del patrimonio arquitectónico y artístico” (Toselli, 2006: 177). Por lo cual, el turismo de fiestas populares potencia el desarrollo turístico de la localidad, teniendo efectos económicos sobre diversos sectores productivos (Elías, Genaisir y Leonardi, 2019).

Según Morales, Martínez Puche y Martínez Puche (2018), en concreto las fiestas populares se catalogan en un particular tipo de turismo cultural, el cual se caracteriza por agrupar cuatro dimensiones: disponen de un espacio geográfico compartido, tienen en cuenta la evolución histórica común de los hechos representados en el evento, comparten experiencias y emociones generadas y contemplan la participación de legados culturales comunitarios, de tipo material o inmaterial. Se matiza que, aunque las fiestas populares se hallan catalogadas como patrimonio inmaterial, como patrón general de comportamiento, también llevan asociados elementos materiales significativos de gran simbología; por ejemplo, en el Carnaval de Xinzo de Limia, los trajes, las *chocas* o las máscaras. Siguiendo la clasificación de Defert (citado en Leno, 1991: 11), basada en la Cosmología de Aristóteles, sería un recurso *antopomo*, en el que la actividad humana representa un elemento, este tipo de recurso abarcaría lo referido a la estructura socioeconómica, particularidades y características raciales, artesanía, folklore y actividades culturales, entre otros.

Este tipo de festejos son motores de diversas funciones, por un lado, se convierten en un elemento vertebrador, un eje sustentador de los procesos de cooperación y participación entre los diferentes actores sociales en los que se apoya la articulación del proyecto, a partir del cual se generan los vínculos necesarios para el impulso de la cultura tradicional local y el desarrollo económico-social del lugar. Las fiestas populares reflejan, dirán Elías, Genaisir y Leonardi (2019: 88), “la identidad cultural, la valoración, los intereses y la tradición

de una comunidad”, además de suponer una fuente de ingresos para la población local. Por otro lado, son acciones reforzadoras de la identidad y significación de un pueblo que ponen en valor el patrimonio cultural inmaterial y material de su territorio, igualmente constituyen “un incentivo para la recuperación del patrimonio cultural” (p. 89). Nascimento, Romero y Marini (2012) aluden también al hecho de que, este tipo de manifestaciones, potencian el aumento de la autoestima de la población y promueven la ayuda de conservación de sus raíces. En cuanto a su función de interacción social, Escudero (2017) argumenta que las fiestas populares atienden a una dinámica social, pues este tipo de eventos son, además, demostraciones de elementos formales y simbólicos, un objetivo social donde el protagonista principal es la comunidad local.

Por otra parte, el papel del turista o visitante a la fiesta popular retroalimenta esta interacción social, de la que habla Escudero, y refuerza significativamente la identidad cultural. Al respecto de este tipo de fiestas, argumentan Morales, Martínez Puche y Martínez Puche (2018: 249), todos juntos, habitantes y visitantes reviven los atractivos culturales que han sido “dispuestos estratégica y comercialmente a tal fin”, siendo los turistas de este tipo de eventos, principalmente locales (Millán, 2012), pero también foráneos, que viaja para conocer y “tomar contacto con las tradiciones y formas de vida de las comunidades locales” (Elías, Leonardi y Genaisir, 2020: 79).

Santos (1994) expone, que la mayor parte de las fiestas populares de exaltación gastronómica en Galicia datan de finales de los años 80 y 90, siendo las vinícolas las más antiguas –Fiesta del Albariño de 1952, Fiesta del Condado de 1959 y Fiesta del Ribeiro de 1964-. Estas fiestas surgieron como medio para proteger productos de calidad que pudieran llegar a desaparecer, por lo tanto, algunas de estas fiestas posteriores, como la del queso, castaña o miel, se celebraban para contribuir a la comercialización de productos tradicionales de calidad que estaban en retroceso. Santos afirma que este tipo de fiestas, de importantes repercusiones económicas y sociales, han tenido una difusión muy rápida hasta nuestros días. En concreto, las fiestas gastronómicas, como es el presente caso de estudio de la “Festa da Faba de Lourenzá”, es una herramienta con capacidad para ofrecer cultura y producción agrícola local, otorgando valor añadido a los productos y cultura local (Cuyate, Aparecido y Pasquotto, 2014).

Rodríguez (2007) incide en la evolución que han sufrido algunas de estas fiestas, pues unas han desaparecido o han quedado reducidas a “la mínima expresión”, cambiadas de fechas en el calendario romano o incluso han sido recuperadas años después. Y luego están las fiestas mayores que son propias de cada lugar, fiestas con alto valor de identificación tanto para los vecinos, residentes como para los visitantes.

Resumiendo, se trata de un recurso endógeno de patrimonio cultural inmaterial y material, referente a algunos de sus elementos, que refuerza la identidad cultural del territorio y fomenta el desarrollo económico-social del lugar. Además, la declaración y distintivo oficial de este tipo de fiestas supone una oportunidad de promoción turística que es capaz de generar impacto económico –directo e indirecto– que propicia e impulsa el desarrollo local, además de promover y activar el círculo social de colaboraciones y cooperaciones de los diferentes actores sociales.

En cuanto a la medición de impactos de este tipo de fiestas en el desarrollo local, Elías, Genaisir y Leonardi (2019) exponen la importancia de medir los efectos derivados del evento sobre un determinado territorio, durante un período de tiempo determinado para estimar su impacto socio-económico aplicando el llamado “método de los efectos” –medir la inversión realizada, determinar cambio o mejoras realizadas y beneficios obtenidos–. Si bien no existe un gran bagaje en este tipo de investigaciones, se han hallado algunos estudios que ponen de relieve, de forma contundente, el evidente impacto económico local que genera una Fiesta de Interés Turístico en el lugar. Perles y Sánchez (2019), en su artículo, hacen mención de las cifras que origina la fiesta de Moros y Cristianos -Fiesta de Interés Autonómico- y la fiesta de la Cerveza u *Oktoberfest* para el Ayuntamiento de Calp –Alicante– en sus diversas ediciones. Según Perles (2006), basándose en el modelo de los efectos establecido por Seaman (2003), los efectos de este tipo de fiestas populares pueden clasificarse en: a) directos –gastos para el Ayuntamiento, las asociaciones, etc.–, b) indirectos –de atracción turística por su número de visitantes, ocupación media de alojamientos y gasto medio diario por visitante– e c) inducidos –centrándose en la producción y el empleo y en la notoriedad o cobertura alcanzada en los medios de comunicación. Concluye Perles

(2006) que, este tipo de fiesta, tiene un impacto de tipo económico y constituye un elemento de competitividad turística en destinos maduros necesitados urgentemente de herramientas de diversificación y desestacionalización. En cuanto a los efectos de tipo inducido, según autores, algunos se centran en analizar más los aspectos de tipo cuantitativo de repercusión económica (Herrero, 2004; Gomes de Moraes, 2012), dado que son más fáciles de concretizar y analizar, y otros observan más los aspectos de tipo cualitativo, como en el caso de Perles (2006), incluyendo la repercusión en el aumento de la calidad de vida de la población, como indican González y Ramírez (2008).

2. LAS FIESTAS DE INTERÉS TURÍSTICO DE GALICIA (FITG)

En la gran mayoría de estos festejos se suelen mezclar diferentes tipos de actividades relacionadas con la gastronomía –muy presente-, la simbología religiosa y el folclore, además de otras actividades variadas. No obstante, suelen estar catalogadas por su característica principal y la denominación oficial de la fiesta puede venir determinada por el tipo de organización, motivo de la misma y enfoque, como carnaval, exaltación, fiesta, festival, feria, romería, mercado, muestra, etc.

La declaración de FITG, ha sido regulada por varios Decretos. Primeramente, por el Decreto 203/1998, de 25 de junio, en el que se regulaban las declaraciones de FITG, posteriormente, en 2001 se aprobó el Decreto 39/2001, de 1 de febrero, éste fue una refundición en materia de Consejo Gallego de Turismo, declaración de municipio turístico gallego y declaraciones de FITG. Finalmente, en 2015 se aprobó un nuevo Decreto 4/2015, de 8 de enero, por el que se regula la declaración de FITG con la intención de recoger la norma anterior, vinculando las FITG a las manifestaciones populares de tipo cultural como herramientas de impulso promocional turístico. Los objetivos de este nuevo Decreto son mejorar la calidad de las FITG mediante la aplicación de una regulación más exigente, incrementar la antigüedad mínima para acreditar el arraigo de la fiesta –cumplir con el requisito de llevar 20 ediciones celebrándose¹- y exigir nuevos requisitos y

¹ En los anteriores Decretos era un requisito de 10 ediciones.

criterios de valoración con la finalidad de conceder un reconocimiento y prestigio que se corresponda con la relevancia del distintivo de FITG.

Además, el Decreto de 2015 indica que este tipo de fiesta ha de ser “singular”² con continuidad en el tiempo, tener un manifiesto valor cultural, ya sea de tipo artístico, religioso, deportivo, gastronómico u otro –en Galicia el 58,16% se concentran en fiestas de tipo gastronómico y religioso-, tener potencial de atracción turística y contar con la participación del conjunto de la población local.

En la tabla 1 se pueden observar, hasta el momento del estudio, los tipos de fiestas gallegas, por provincias, que tienen concedido el distintivo de Fiesta de Interés Turístico a nivel internacional y nacional. Por otro lado, las FITG reúne un total de 130 festividades en toda Galicia, de las cuales, Pontevedra, es la provincia que aglutina mayor número de ellas (34,61%). Estas fiestas se celebran a lo largo de todo el año, aunque mayormente se concentran entre los meses de mayo a septiembre (48,56%).

² “Se valorará especialmente que sea un reflejo de la idiosincrasia de la zona y población local y que, desde el respeto a la tradición y costumbres que la hacen única, presente innovaciones en las ediciones sucesivas que contribuyan a ensalzar más el evento”.

Tabla 1. Relación de Fiestas en la Comunidad Autónoma de Galicia.

Provincia	Fiestas de Interés Turístico Internacional	Fiestas de Interés Turístico Nacional	Número de FITG
A Coruña	1.Festividad de Santiago Apóstol	1.Festa da Exaltación do Marisco do Grove	33
	2.Festival do Mundo Celta de Ortigueira	2.Romaría de Nosa Señora da Barça de Muxía	
	3.Semana Santa de Ferrol	3.Gran Premio de Carrilanas de Esteiro	
	4.Fogueras de San Xoan		
Pontevedra	1.A Rapa das Bestas de Sabucedo	1.Festa da Lamprea de Arbo	45
	2.Romaría Vikinga de Catoira	2.Festa da Reconquista de Vigo	
	3.Arribada da Carabela Pinta de Baiona	3.Festas Patronais na honra de San Roque de Vilagarcía	
	4.Festa do cocido de Lalín		
	5.Festa do Viño Alvariño de Cambados		
	6. Corpus Christi Alfombras Florais de Pontearreas		
Lugo	1.Semana Santa de Viveiro	1.Arde Lucus	32
		2.Festas de San Froilán	
		3.Feira do Bonito de Burela	
Orense	1.Entroido de Xinzo de Limia	1.Entroido de Verín	20
		2.Festa da Istoría de Ribadavia	
		3.Feira do Polbo de Carballiño	
Total Fiestas	12	12	130

Fuente: *Turismo de Galicia (03/2021)*, https://www.turismo.gal/localizador-de-recursos/-/sit/fiestas/fiestas-de-interes-turistico/galicia?langId=es_ES

3. LA FABA DE LOURENZÁ

Las particularidades del suelo, la climatología y las técnicas tradicionales de cultivo han contribuido a la producción de un haba de excepcional calidad en la comarca gallega de A Mariña luguesa, lo que ha llevado finalmente a su reconocimiento por el Consejo Regulador con la Indicación Geográfica Protegida “Faba de Lourenzá”³, en concreto con la variante Faba Galaica. Esto significa que, desde el 15 de octubre de 2009, tal y como se halla publicado en el Diario Oficial de la Unión Europea, quedó registrada como DOP (Denominación de Origen Protegida) e IGP (Indicación Geográfica Protegida). Aunque en el valle de Lourenzá se cultivan dos variedades locales: la Faba Galaica y Faba do Marisco⁴ –o Faba Verdina-. A su vez, hay que tener presente la labor de la Agencia Gallega de la Calidad Alimentaria (AGACAL), organismo encargado de controlar y certificar el producto en toda la zona, así como de comprobar el cumplimiento de condiciones y normas de aplicación.

La Faba Galaica tiene un alto valor en el mercado por sus cualidades sensoriales y, aunque su origen es incierto, sus propiedades indican una procedencia andina. En cambio, la Faba Verdina no está catalogada como de tipo comercial internacional, dado que precisa de una metodología más elaborada para su producción (De Ron *et al.*, 2016). La Faba Galaica, según la descripción de su IGP, es de color blanco uniforme, muy grande, en forma de riñón y con una escasa proporción de piel, con una excepcional calidad culinaria, puesto que dispone de una elevada capacidad de absorción de agua en su comportamiento en cocción, se comercializa ya seca y separada de su vaina, entera y limpia.

Con respecto al futuro de la variante Faba Verdina, Cuadrado, presidente de la IGP, expone,

[...] se está intentando tramitar la IGP, no sabemos muy bien todavía cómo enfocararlo porque crear una IGP nueva solo para la Faba Verdina tiene sus com-

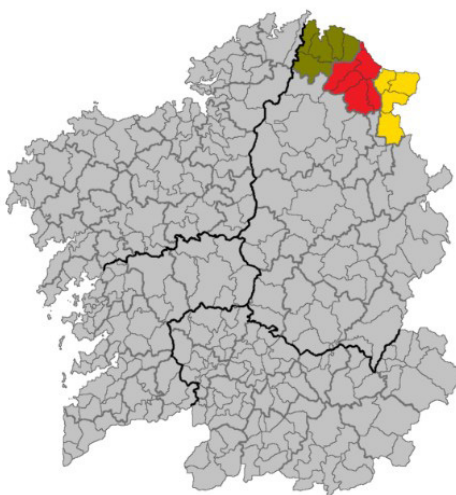
³ R (CE) N° 965/2009 de la Comisión de 15 de octubre de 2009. Registro de Denominaciones de Origen Protegidas y de Indicaciones Geográficas Protegidas – Faba de Lourenzá. (L271/8 do 16/10/2009). Disponible en: <https://www.terrasdamarina.com/faba-lourenza/>

⁴ Denominada así por la tradición gastronómica local de cocinarla acompañada de mariscos y pescados.

plicaciones y, a parte, sería confundir al consumidor con otra IGP. Hay varias opciones, una es crear una IGP para la Verdina, otra sería crear una marca de calidad colectiva [...] y otra opción es incluir esa variedad dentro de la IGP de la Faba de Lourenzá. Esta última opción es la más factible y coherente, de hecho, se ha comenzado con el registro de la semilla como variedad, porque no se puede solicitar una IGP si no hay un registro de variedad (E.3).

La recolección de la Faba de Lourenzá se realiza desde finales de agosto a finales de noviembre y su cultivo abarca la zona de costa de la provincia de Lugo (figura 1). En 2020 había un total de 36 productores registrados en la IGP, de los cuales 21 fueron activos, es decir, que han producido y cosechado y 7 envasadores, con una producción comercializada bajo el sello de la IGP de 19.900 kilos⁵, siendo la mayoría de los productores procedentes del municipio de Lourenzá, aunque su producción se ha ido extendiendo hasta un total de 15 municipios.

Figura 1. Mapa de las comarcas administrativas de la Mariña Lucense⁶.



Fuente: <https://actualidadbarreiros.info/marina/>

⁵ Datos oficiales facilitados por Cuadrado, presidente de la IGP de la Faba de Lourenzá, durante la entrevista.

⁶ Descripción del mapa: A Mariña Occidental (color verde), A Mariña Central (color rojo) y A Mariña Oriental (color amarillo). Municipios: Alfoz, Barreiros, Burela, Cervo, Foz, Lourenzá, Mondoñedo, Oourol, Pontenova (A), Ribadeo, Trabada, Valadouro (O), Vicedo (O), Viveiro y Xove.

Sobre la producción total de haba, Cuadrado indica:

La producción no oficial es muy difícil de saber y es muy superior a la cantidad oficial, ahí entra la venta a granel, la venta de muchos pequeños agricultores que no están inscritos y que no tienen la explotación dada de alta y que venden igual a mayoristas, intermediarios, tiendas o restaurantes [...]. Calculo que en toda la zona de la Mariña puede haber en torno a 250/300 productores de *faba* en general y estamos hablando de 36 registrados. [...] hay mucha más producción fuera de la IGP que dentro (E.3).

Martínez-Sierra (E.1) confirma, “hubo épocas en Lourenzá de tener más de 300.000 kilos de producción, siendo una zona mucho más reducida que Asturias [...] la faba asturiana junta no tiene más de 100.000 kilos”. Al hilo de esto argumenta Cuadrado,

Este es un trabajo que nos queda por hacer, que la gente tome conciencia y se motive de que hay que producir bajo unos estándares de calidad [...]. Se benefician y aprovechan de la imagen de la marca Faba de Lourenzá, pero, por otro lado, nos desprestigian porque no sabemos en qué condiciones llega esa *faba* al mercado, pues no cumplen con las exigencias de la IGP. [...] muchos de los casos son por miedo a la burocracia del papeleo, a los controles (E.3).

Sobre este tema, los pequeños agricultores locales entrevistados comentan que la opción de registrarse ha de ser opcional y no obligatoria, existiendo libertad en la decisión de cómo vender, recayendo la responsabilidad profesional en el propio productor, aunque entienden el rol y función de la IGP (E.5/E.6).

Hasta llegar a la situación actual, el camino de la Faba de Lourenzá ha sido arduo, pero certero, pues, aunque el cultivo de la leguminosa fue aumentando paulatinamente desde la década de los 70, no se produciría el gran impulso en su producción hasta la década de los 90, cuando algunos vecinos decidieron abandonar la cría de vacas lecheras –forzados por la imposición de las cuotas de la Unión Europea para la producción de leche- y dedicarse al cultivo y venta de habas (Campo Galego, 11/09/2019), (E.1 y E.4). Se puede confirmar que fueron las mujeres las que comenzaron con esta labor, Teresa Recalde, considerada la primera agricultora local, afirma: “No me fue fácil abrir camino. Entonces la Faba de Lourenzá no tenía el nombre que tiene hoy [...] es por ello que la mayoría de las marcas de fabas de Lourenzá

tiene firma de mujer, como Maruxa o Teresa, por ejemplo” (Campo Galego, 11/09/2019). A esto se sumaron los conocimientos aportados por Miguel Ángel Fueyo –técnico agrario del centro de Investigación Agraria de Villaviciosa en Asturias- que acudió a demanda del Ayuntamiento de Lourenzá y enseñó a los agricultores/as nuevas técnicas para aprovechar mejor la planta⁷ (El País, 03/10/2010).

Actualmente, el proceso de producción sigue siendo totalmente artesanal y tradicional (E.1, E.2, E.3 y E.4), manteniendo una estrecha colaboración con el Consejo Regulador con el objetivo de seguir investigando en la búsqueda de la mejora genética de un haba más resistente a las enfermedades para alcanzar una comercialización más efectiva (Rey, 2016). No obstante, aunque la trayectoria de la Faba de Lourenzá ha sido muy positiva, se muestra cierta preocupación por el futuro del relevo generacional de esta profesión. Cuadrado, también presidente de la Cooperativa Terras da Mariña y ADL (Agente de Desarrollo Local) del Ayuntamiento de Lourenzá, insiste en dar valor a una profesión que puede contribuir firmemente a fijar la población en el rural (La Voz de Galicia, 14/05/2019).

4. LA RUTA DE LA FABA DE LOURENZÁ

Desde 2017 se oferta, como producto turístico, la ruta de la Faba de Lourenzá. Se trata de un recorrido que gira en torno al arte, naturaleza, gastronomía y cultivo de la Faba de Lourenzá. Esta ruta incluye visitas guiadas por el patrimonio cultural artístico de la zona, en concreto se pueden visitar el Monasterio e Iglesia de San Salvador, el Pazo de Tovar, el Museo de Arte Sacro y el restaurado Molino do Pereiro. Durante la visita se ofrece una aproximación al cultivo y procesado de la Faba de Lourenzá en la Cooperativa Terras da Mariña y en el Centro de Interpretación da Faba, así como la degustación de este producto y otros de la zona (figura 2). Sobre la ruta, comenta Cuadrado,

Los visitantes van parando en las fincas de los agricultores de *faba* donde pueden interactuar y participar en las labores que estén haciendo en esos momentos. Esta interacción tiene un doble sentido, que la gente se lleve

⁷ La planta se cultivaba junto al *millo* (maíz) que servía de tutor, después se hizo por separado con tutores propios, lo que les llevó a aumentar la producción.

una lección y que los agricultores/as se sientan importantes porque le da valor a su trabajo y de esta forma se les da visibilidad [...]. Teníamos miedo de que fuese muy tostón porque son 6/7 horas, pero la gente queda encantada porque es muy entretenida [...] (E.3).

Figura 2. Información sobre las actividades a realizar dentro de la “Ruta da Faba de Lourenzá”

The infographic is titled "Ruta da FABA de Lourenzá". At the top, there is a collage of images: a church (Monasterio e Igrexa de San Salvador), a dirt road through a field, a pile of white beans, and a stone building (Pazo de Tover). Below the collage is a map of the route with several stops marked by arrows:

- Monasterio e Igrexa de San Salvador
- Centro de Interpretación
- Área Recreativa Muíño do Pereiro
- Mirador de A Valiña
- Cooperativa Terras de Mariña
- Pazo y Forno de Tobar

Text in the center: "Ven a disfrutar de una Ruta que gira alrededor de los principales tesoros de esta tierra: **Arte, Naturaleza, Gastronomía** y el cultivo de la **Faba de Lourenzá**".

Activities listed on the right:

- VISITAS GUIADAS POR EL PATRIMONIO ARTÍSTICO:** Monasterio e Igrexa de San Salvador de Lourenzá, Museo de Arte Sacro, Pazo de Tover.
- PASEOS POR LA NATURALEZA:** Área Recreativa de Muíño do Pereiro, Mirador de A Valiña.
- DEGUSTACIONES GASTRONÓMICAS:** Faba de Lourenzá y otros productos típicos de la zona.
- ADÉNTRATE EN EL MUNDO DEL CULTIVO Y PROCESADO DE LA FABA DE LOURENZÁ:** Centro de Interpretación da Faba, Cooperativa Terras da Mariña.

Contact information: Horario (aprox) de 10:30h a 18:00h, INFORMACIÓN Y RESERVAS: 683 401 865 - info@marinagalicia.com

Logos at the bottom include: em Mariña Lucense, Concello de Lourenzá, Iou sen Zaf, Xunta de Galicia, and galicia eVocemine.

Fuente: <https://amarinalucense.gal/es/ruta-da-faba-de-lourenza>

En 2020, con la situación sanitaria de pandemia de la COVID-19, también se ofreció la posibilidad de realizar la ruta en buggy (La Voz de Galicia, 02/10/2020). La propuesta de la ruta nació como una idea conjunta del Ayuntamiento de Lourenzá, productores de habas y el sector hostelero de la zona, con la intención de dar a conocer el territorio y su patrimonio cultural, además de promocionar todo lo relacionado con la Faba de Lourenzá. “Nació como experiencia piloto para aplicarla en Lourenzá, pero con la intención de hacerla extrapolable a otros ayuntamientos limítrofes” (E.3).

5. LA FESTA DA FABA

La fiesta se celebra oficialmente desde el año 1991 centrada en el primer fin de semana de octubre, aunque no siempre fue así, ya que empezó celebrándose en el mes de septiembre coincidiendo con la feria dominical hasta acabar siendo una celebración de tres días a partir de 2015 (E.1, E.3). Los haberos ubicaban sus casetas al aire libre en los alrededores del Monasterio de San Salvador y los artesanos y otras empresas ocupaban la zona del claustro con sus expositores. Debido al deterioro del claustro, las últimas ediciones se han pasado a celebrar en la plaza del ayuntamiento y en distintas calles de la villa, dando mayor amplitud y movilidad a los visitantes (E.3). Sobre su ubicación anterior, comenta Martínez-Sierra,

[...] ese claustro daba un atractivo especial a lo que era el entorno de la fiesta, porque nosotros queríamos crear una imagen de calidad, no queríamos una fiesta gastronómica al uso [...], se trataba precisamente de asociar la imagen de la fiesta con la calidad de la *faba*, por eso era importante la ubicación (E.1).

Las degustaciones gastronómicas populares son solo una parte del programa de la fiesta, pues esta se nutre también de eventos lúdico-culturales que, con el paso de las diferentes ediciones, se fueron incorporando: pasacalles, carrera popular, concierto o verbena, “Concurso de Fotografía Festa da Faba”⁸, cata de vinos, actividades infantiles, tren turístico o la “Concentración de Vehículos Clásicos e Históricos” (La Voz de Galicia, 02/10/2018). Hasta el momento, la única edición que tuvo que ser suspendida fue la de 2020 –edición XXX– por motivo de la situación sanitaria de pandemia de la COVID-19.

Entre 1998 y 2007, el Ayuntamiento de Lourenzá contrató un gabinete de relaciones públicas que gestionaba la campaña comunicativa con una misma línea de identidad corporativa para cada edición –cartelería, pregón, actividades y exposiciones–. Durante los años que estuvo en manos del gabinete, se consiguió impulsar la fiesta a un nivel importante, pues se trabajó sobre la puesta en valor de la semilla. Algunas de las acciones que lograron un destacado éxito

⁸ Esta es una de las actividades de especial importancia y peso en la fiesta, pues está vinculada al fomento y homenaje del arte, en sus diferentes disciplinas.

fueron: en 1999 (XI edición) se adoptó el *slogan* vertebrador “Cando a natureza é arte” que actualmente se usa también en versión castellano, tratando de divulgar el arte y vincular el haba a una modalidad artística –fotografía, teatro, artesanía, etc.-, de ahí que el cartel de cada edición sea diseñado por algún artista asociado a la zona, seleccionado a través de un concurso. Se intentó implicar a los diferentes públicos objetivos: científicos –colaborando con el CSIC⁹ de Pontevedra-, agricultores/as y medios de comunicación. Se potenció el emprendimiento femenino, dado que las mujeres fueron, inicialmente, las pioneras e impulsoras de este tipo de cultivo. Otro gran salto, promovido por este gabinete, fue la creación del Centro de Interpretación da Faba¹⁰, a través de un concurso público a nivel estatal, en el que posteriormente se diseñaron los contenidos y se planificó la difusión del mismo. Se realizó un estudio sociológico con la comunidad, cuyo resultado evidenció el germen de una idea colectiva transversal a varias generaciones, el sentir del trabajo artesanal del cultivo y la recogida del haba, sin caer en la explotación abusiva de la tierra para conseguir un producto de excelente calidad (E.4).

Martinez-Sierra concreta que la Festa da Faba de Lourenzá ha tenido tres etapas:

La primera etapa fue de 1991 a 1995, coincidiendo con la búsqueda de una alternativa a la cuota láctea, básicamente era un concurso de *fabas* y se premiaban las mejores, esas *fabas* se las quedaba el Ayuntamiento y las repartía para que se plantasen, era como una selección de semillas, pero no había degustaciones ni actividades. A partir de 1996 a 2000 empieza una segunda fase porque comenzamos a programar actos de acompañamiento a la fiesta, empezamos a pensar en el pregón, en las degustaciones [...] en un programa lúdico-cultural porque nos parecía básico (E.1).

Llegó un momento en que la Festa da Faba cogió tal auge que se hizo coincidir en el mismo fin de semana que la Fiesta de San Marcial, que tradicionalmente se celebraba en Lourenzá, quedando definitivamente fusionadas (E.1, E.3). Dice Martinez-Sierra (E.1): “uno de los primeros

⁹ Centro de Investigación del Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Fundación Misión Biológica de Galicia. Disponible en: <http://www.mbg.csic.es/es/>

¹⁰ Abrió sus puertas en octubre de 2004 con el apoyo de fondos europeos del Plan Leader Plus Terras de Miranda. Disponible en: <http://www.concellodelourenza.gal/es/pagina/centro-de-interpretacion-da-faba-1240>

eventos, para crear atractivo, fue un concurso de ganado, que era lo realmente importante y la *faba* era un complemento, luego fue cambiando y la Festa da Faba fue cogiendo todo el protagonismo”. Al inicio de la tercera fase se alcanzó la denominación de FITG en 2001, con lo que ya obtuvo un gran impulso, esta fase va hasta 2005 en la que se fueron incorporando nuevas especialidades de degustaciones *-fabas* con calamares, bacalao y grelos-. La siguiente fase estaría marcada por la obtención de la IGP, por lo que daría comienzo una nueva andadura (Martínez-Sierra *et al.*, 2008).

A partir de la segunda fase se hace especial hincapié en la creación y significado de la marca Festa da Faba, donde uno de los elementos comunicativos destacables de este concepto ha sido su cartelera. Una muestra de carteles de las últimas ediciones (figuras 3 a 8)¹¹ permite apreciar la idea del haba y/o planta leguminosa “como elemento de la naturaleza que es, como una obra de arte” (Martínez-Sierra *et al.*, 2008: 45).

¹¹ Cartel 2019 –edición XXIX- Diseño de FP Ciclo Medio de Actividades Comerciais do IES de Foz; Cartel 2018 –edición XXVIII- Diseño de Aixa Paz Mora; Cartel de 2017 –edición XXVII- Diseño del artista Laurentino Ignacio Castro (Nachok); Cartel 2016 –edición XXVI- Diseñado por Xoan Guerrero y Mateo Guerrero; Cartel 2015 -edición XXV- obra del artista alfoicense Hipólito Xeada y Cartel 2014 –edición XXIV- creación de Mila Orol.

Figura 3. Cartel 2019 (izquierda) **Figura 4.** Cartel 2018 (derecha)



Fuente figura 3: <https://www.paxinasgalegas.es/festas/festa-da-faba-lourenza-818.html> **Fuente figura 4:** <http://www.concellodelourenza.gal/es/pagina/el-programa-de-la-xxviii-festa-da-faba-de-l>

Figura 5. Cartel 2017 (izquierda) **Figura 6.** Cartel 2016 (derecha)



Fuente figura 5: <http://www.concellodelourenza.gal/es/pagina/hoy-ha-sido-presentado-el-cartel-de-la-xxvi> **Fuente figura 6:** <http://www.concellodelourenza.gal/es/pagina/presentado-el-cartel-y-el-programa-de-activ>

Figura 7. Cartel 2015 (izquierda) **Figura 8.** Cartel 2014 (derecha)



Fuente figura 7: <https://i.pinimg.com/originals/49/78/54/4978546a97e4f295addf8a29b77af915.jpg>. **Fuente figura 8:** <https://www.berenguela.com/wp-content/uploads/2014/09/cartelfestadafabalourenza2014.jpg>

6. METODOLOGÍA

Con el objetivo de dar explicación a la correlación existente entre este evento y su impacto en el desarrollo local, se aplica una metodología de carácter exploratorio-descriptiva basado en el “método de los efectos”, expuesto por Perles (2006) y por Elías, Genaisir y Leonardi (2019). En concreto, este análisis se centra solo en los efectos indirectos e inducidos (figura 9), quedando descartado del estudio los efectos directos por carecer de datos económicos concretos por parte del Ayuntamiento. Los efectos analizados son determinados a través del análisis de contenido de las noticias seleccionadas y de las entrevistas en profundidad semiestructuradas. En la sección de efectos inducidos se añaden las variables cualitativas “refuerzo de la identidad cultural del territorio”, “fomento del desarrollo social –cooperación y colaboración-” y “promoción y valor añadido a otros productos”, por considerarlas de peso y medidoras del impacto del desarrollo local. El análisis de noticias se centra en las ediciones de 2016 a 2019, porque, aunque

en 2021 se celebra nuevamente la fiesta, ésta estuvo mediatizada por protocolo COVID-19, sin actividades complementarias, exceptuando la carrera popular, y sin apenas cobertura de medios. No obstante, el análisis evolutivo general se realiza desde su creación como fiesta.

Figura 9. Efectos de análisis.

Efectos Indirectos	Efectos Inducidos
<ul style="list-style-type: none"> • Atracción turística (número de visitantes) • Gasto medio por visitante • Ocupación media de alojamientos de la zona 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura en los medios (notoriedad) • Empleo generado • Producción vendida • Refuerzo de la identidad cultural del territorio • Fomento del desarrollo social (cooperación y colaboración) • Promoción y valor añadido a otros productos

Fuente: *elaboración propia, basado en los efectos medidores según Perles (2006) y Elías, Genaisir y Leonardi (2019).* **Nota:** *en negrita las variables añadidas al modelo.*

La fase de investigación se divide en dos etapas: una primera basada en el análisis de contenido de las noticias seleccionadas para el estudio. El procedimiento de la búsqueda de noticias se ha realizado con la herramienta MyNews Hemeroteca profesional (<https://mynews.es/>). Primeramente, se hizo una búsqueda con las palabras clave: “Festa da Faba” y “Festa da Faba de Lourenzá”. El resultado arroja un total de 946 noticias en ambos casos. El rango de espacio temporal se ha acotado entre octubre de 1996 –fecha en que la plataforma permite recuperar noticias- y abril de 2021. El método de análisis de contenido, aplicado a las noticias, se ha iniciado con un resumen de la cuantificación de la cobertura y la distribución general por medios (tabla 2). Seguidamente, se aplica un análisis de tipo cualitativo, centrado en el contenido del cuerpo de la noticia y los titulares seleccionados por un muestreo por conveniencia, teniendo en cuenta el objetivo de partida y las variables de los efectos.

Tabla 2. Distribución general de “Festa da Faba de Lourenzá” en los medios.

Ámbito geográfico	Género	Tipología	Años/número
Nacional 389	Medios digitales – redes sociales- 389	Cultura y Ocio 45	2021-7
Regional 453		Deportivo 36	2020-10
Local 104	Prensa escrita versión digital 529	Información general 742	2019-250
	Revistas 8	Medio Ambiente 16	2018-279
	Agencias 2	Salud y Bienestar 74	2017-174
		Social 25	2016-155
		Sociedad 21	2015-9
			2014-7
			2013-6
			2012-49
			2011-4
			...
Total 946			

Fuente: *Elaboración propia basada en los datos aportados por MyNews Hemeroteca.*

En una segunda fase, el análisis se ha complementado con entrevistas en profundidad semiestructuradas a sujetos relacionados con el estudio (tabla 3). En este caso el muestreo de sujetos entrevistados ha sido realizado también por conveniencia, siendo un total de 6 entrevistas –realizadas entre junio y noviembre de 2021-. Para la elaboración del guion de la entrevista se ha seguido el criterio marcado en el objetivo y el método de los efectos, por lo que ha sido estructurada en 3 secciones: Percepciones generales sobre el impacto de la Festa da Faba en el desarrollo local, efectos indirectos y efectos inducidos específicos correlacionados con el desarrollo local.

Tabla 3. Muestra de entrevistas.

Código	Entidad/Sujeto
E.1	Ayuntamiento de Lourenzá (Vidal Martínez-Sierra López, Alcalde desde 1997 a 2012, Diputado del Parlamento de Galicia de 2012 a 2016). Actualmente Presidente del GDR (Grupo de Desarrollo Rural Terras do Miranda)
E.2	Centro de Interpretación da Faba de Lourenzá (Xusta Rodríguez Martínez, actual Responsable del Centro de Interpretación y Técnica en Turismo del Ayuntamiento de Lourenzá)
E.3	Cooperativa “Terras da Mariña” (José Cuadrado Oural, actual Presidente de la Cooperativa, Agente de Desarrollo Local del Ayuntamiento de Lourenzá, Presidente del Consejo Regulador IGP y Productor en activo de la Faba de Lourenzá)
E.4	ATANA Gabinete de Relaciones Públicas encargado de la organización y promoción, ediciones 1998 a 2007 (Marina Oural Villapol, Directora Gerente)
E.5	Representantes de la Comunidad Local y pequeños agricultores: Casa familiar Oural-Villapol (entrevista conjunta a Daniel Oural Acebo y Marina Villapol Valea).
E.6	

Fuente: *Elaboración propia.*

7. ANÁLISIS E INTERPRETACIÓN DE LOS RESULTADOS

7.1. Resultado del análisis sobre las noticias

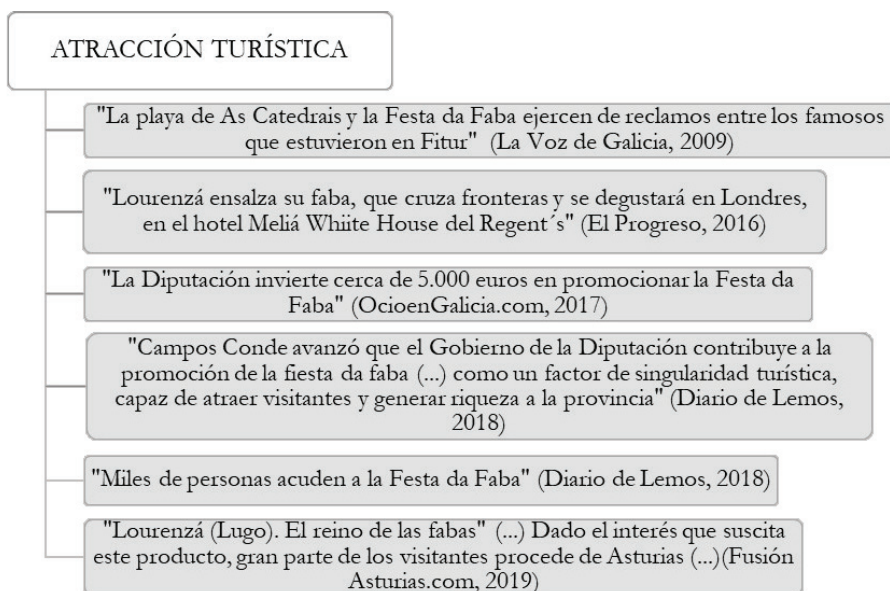
Del análisis de contenido de las noticias se deduce que la mayor cobertura de noticias se concentra en las ediciones de 2016 a 2019, aclarando que la plataforma MyNews recoge aquellas noticias que han sido publicadas solo en prensa digital impresa, así como noticias divulgadas a través de redes sociales. La primera noticia que se recoge en versión digital sobre la Festa da Faba data del año 2006. En 2020 el número de noticias baja debido a la situación sanitaria de pandemia y la suspensión de la fiesta.

En una aproximación al análisis descriptivo, a través de las noticias seleccionadas para la muestra, se han podido recoger datos correlacionados con algunas de las variables establecidas en los

efectos, aunque no todas las variables se hallan presentes, el resto son analizadas a través de las entrevistas, mostrando que, lo analizado en las noticias se ve confirmado también en las entrevistas.

En cuanto a la variable “atracción turística”, son muchas las noticias halladas, tomando como ejemplos algunas de las más sobresalientes (Figura 10). Desde que se le concedió el título de FITG en 2001, esta fiesta, que ya llevaba una larga tradición, se consolidó como un evento de promoción turística del territorio y desarrollo agrario de la costa lucense. Tanto el Ayuntamiento de Lourenzá como la Diputación ejercen un papel de suma importancia en su promoción, aspecto reflejado en el marco del Plan Estratégico de Turismo sobre el territorio. En esta proyección turística, también ha desempeñado un papel esencial la Cooperativa Terras da Mariña, pues fue el artífice de su impulso fuera de las fronteras gallegas organizando una degustación en Londres en 2016, coincidiendo con la Festa da Faba en Lourenzá.

Figura 10. Efecto indirecto. Variable: Atracción Turística.

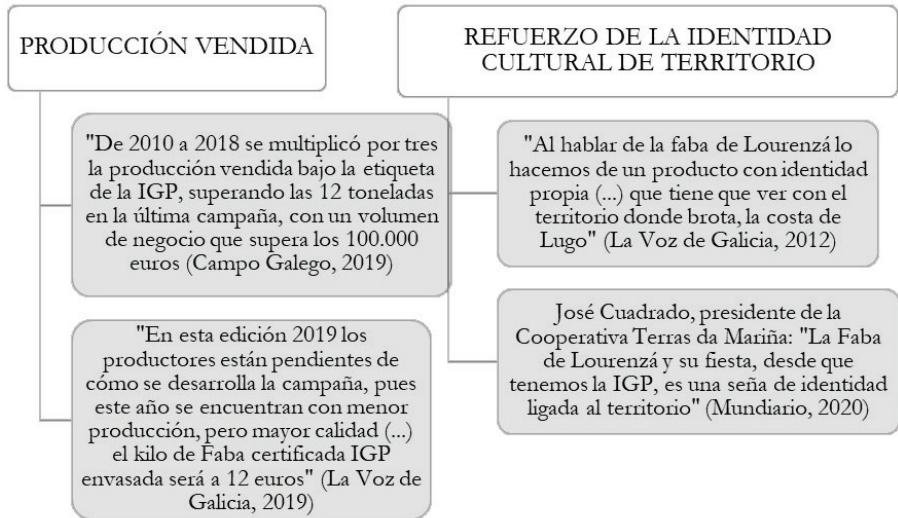


Fuente: *Elaboración propia.*

Sobre la variable “producción vendida” (figura 11), no cabe duda que ha tenido una trayectoria en crecimiento, siendo la Festa da Faba un punto de comercialización importante, además de ser un encuentro excelente para la presentación de nuevos productos relacionados con la Faba de Lourenzá. En 2015 se realizó la presentación de productos en conserva enlatados preparados con base de habas (El Progreso, 05/10/2015) y en 2019 se presentó, como producto complementario, el pan de habas (La Voz de Galicia, 03/10/2019). Aclarar que 2019 fue un año de inflexión, pues hubo menos producción debido a que “la faba ya había comenzado a secar, pero con las últimas lluvias de agosto volvió a florecer, por lo que presentó una campaña desigual y de menor producción, pero de excelente calidad” (Mundiario, 16/11/20). En cuanto al precio de la Faba Galaica con denominación de IGP, éste también se fue incrementando desde su denominación en 2009, oscilando desde los 8 euros el kilo en 2009/2010, hasta llegar a los 12 euros el kilo y 7 euros el medio kilo en la edición de 2019 (La Voz de Galicia, 07/10/2019).

En lo referente a la variable “refuerzo de la identidad cultural de territorio” (Figura 11), se ha encontrado un menor número de noticias, pues la variable, como tal, aparece disgregada entre otros conceptos relativos a la autenticidad del producto en sí y la denominación de IGP, referido a la calidad del producto atribuido a su origen geográfico. En los ejemplos extraídos se pueden observar que existen algunas alusiones a la “identidad”, tanto del haba –como producto- y de la Festa da Faba –como evento reforzador de dicha identidad-, relacionada con el territorio.

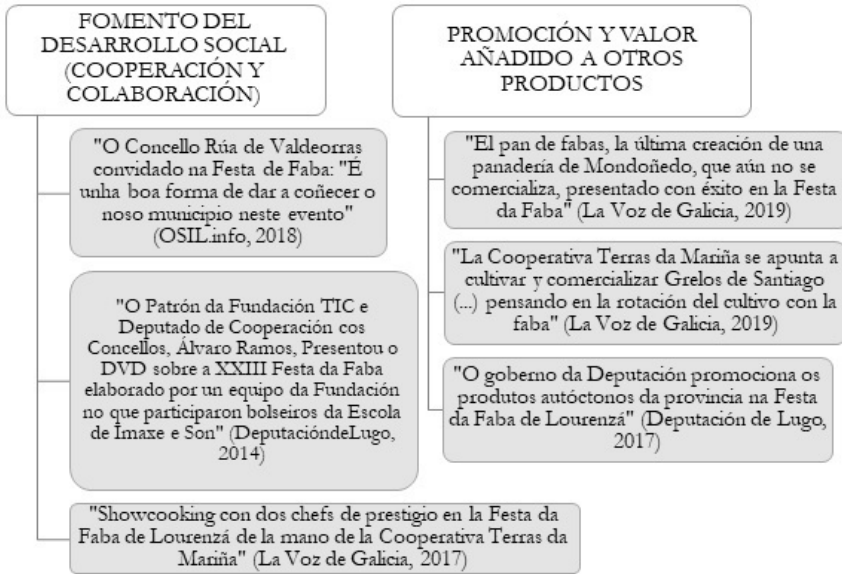
Figura 11. Efecto inducido. Variables: Producción vendida y Refuerzo de la identidad del territorio.



Fuente: *Elaboración propia.*

De la variable “fomento del desarrollo social -cooperación y colaboración-” (Figura 12) se han localizado bastantes referencias, de las cuales han sido seleccionados tres ejemplos relacionados con la organización de la Festa de Faba: cooperación con otros ayuntamientos invitados al evento y continuas colaboraciones con la Diputación de Lugo y Cooperativa de Terras da Mariña. El acontecimiento en sí es un nicho de participación e interacción social, con algunas cooperaciones y colaboraciones muy productivas para la FITG.

Figura 12. Efecto inducido. Variables: Fomento del desarrollo social y Valor añadido a otros productos.



Fuente: *Elaboración propia.*

Finalmente, en lo tocante a la variable “promoción y valor añadido a otros productos”, se encuentran algunas referencias con el interés puesto en la idea de promocionar otros productos ligados directamente a la Faba de Lourenzá o ligados a la propia Festa da Faba, como evento singular y plataforma de presentación, lanzamiento y comercialización. Durante la fiesta suelen tener representación otros sectores de la alimentación como el queso, la miel, la repostería, los embutidos, el vino, etc., además de otros sectores como la artesanía en cuero, textil, madera, entre otros (concellodelourenza.gal).

7.2. Resultados del análisis de las entrevistas

De los datos recogidos a través de las entrevistas, se aplica un análisis por cada una de las variables designadas, según los efectos (figura 9).

7.2.1. Efectos indirectos: variable “atracción turística” (número de visitantes)

Todos los sujetos entrevistados coinciden en afirmar que la Festa da Faba se ha ido configurando como un recurso muy importante de atracción turística, no solo de Lourenzá, sino de todo el territorio como comarca, pues los ayuntamientos limítrofes se han visto beneficiados colateralmente por la misma. Pese a que el Ayuntamiento no maneja datos oficiales sobre número de visitantes, sobre el evento se aprecian dos posturas contrarias, los entrevistados que observan una evolución positiva hasta la actualidad y los que perciben cierto estancamiento y declive en el mismo, concretamente en los últimos años, sobre todo a nivel cultural y de oferta gastronómica en los stands, por lo que parece necesario un cambio o nuevo proyecto para reactivarla.

Yo creo que año tras año fue cobrando más importancia [...] se ha notado una evolución muy importante, tanto en el número de actividades que se ofrecen como con el número de visitantes recibidos [...] es una tarjeta de presentación del Ayuntamiento, es lo que nos da nombre hacia el exterior (E.3).

La evolución siempre ha sido positiva, igual ha pasado un poco como con el resto de las fiestas gastronómicas, que se acaban desenfocando [...] (E.2).

[...] creo que ha llegado a un estancamiento [...]. La parte cultural con respecto a todo esto se mantiene en un espectro muy encorsetado, podría crecer mucho más y creo que no lo está haciendo (E.4).

Fue una evolución ascendente hasta llegar a conseguir la marca de calidad con la IGP [...]. La Festa da Faba fue un referente absoluto [...]. El evento, para mi gusto, lleva unos años atascado [...] así como fue aumentando el prestigio de la *faba* y, afortunadamente, adquirió vida propia, el evento no la acompañó. [...] el atractivo turístico se ha visto mermado [...] (E.1).

La evolución de impacto en el desarrollo ha sido positivo, pero donde vemos más declive, respecto a años anteriores, es en la pérdida de interés y entusiasmo en los stands, de dar unas tapas gratis a los visitantes, la gente ahora no quiere cocinar y eso era un reclamo en la fiesta [...] la oferta de *faba* cocinada está más arraigada en los establecimientos gastronómicos (E.5/E.6).

7.2.2. Efectos indirectos: variable “gasto medio por visitante”

Aunque el Ayuntamiento nunca ha recogido datos sobre el gasto medio que realiza el visitante durante los días que dura la fiesta, en general, opinan que ese gasto ha ido en aumento, tanto en compra, en restauración, como en alojamiento.

Estos últimos años no lo sé, pero fue en aumento durante mucho tiempo, no solo por la compra, sino por todo lo que suponía alrededor, por eso lo hacía atractivo [...] aun sabiendo que solo era ese fin de semana... todos los lugares de hospedaje estaban ocupados y mucha gente programaba sus vacaciones contando con la Festa da Faba [...] Por lo tanto, la economía giraba en torno a los visitantes que venían a consumir y disfrutar [...] (E.1).

[...] es difícil de cuantificar, pero viendo un poco el incremento, desde los puestos que solicitan colocarse esos días y que todos quieren repetir, se llegó a un 100% con lista de espera [...]. En ese sentido, la gente cada vez invierte más y gasta más, pero es muy difícil de cuantificar [...] no pasamos encuestas a los visitantes, no se hizo nunca, pero cada vez hay más actividades y más afluencia de público (E.3).

7.2.3. Efectos indirectos: variable “ocupación media de alojamientos en la zona”

Durante la fiesta, la ocupación alojativa es del 100% incluso en los ayuntamientos limítrofes, esto lo confirman todos los entrevistados, aunque, no disponen de datos oficiales registrados. Los visitantes principalmente son de Lugo, pero también de otras provincias gallegas, incluso de Barcelona o Madrid, aunque un peso importante lo tiene los visitantes de Asturias, para los cuales representa un atractivo turístico al tiempo que un evento comercial, pues comparten afinidad por el mismo producto.

Ese fin de semana están a un 100% los alojamientos, no solo los de Lourenzá, sino incluso los de ayuntamientos limítrofes. Se ocupa todo y con bastante antelación... esos días es imposible conseguir un alojamiento aquí e incluso es complicado comer porque están al 100% los restaurantes (E.3).

Esos días quedan todos los alojamientos completos, tanto la zona de Lourenzá como la comarca, es decir, de todos los concellos vecinos. Esta fiesta claramente compite con el San Froilán, en términos de visitantes alojados esos días (E.2).

7.2.4. Efectos inducidos: variable “cobertura de los medios”

Se ha podido observar, a través de la recogida de noticias, que la cobertura de medios ha sido siempre efectiva, con algunas fluctuaciones, especialmente más intensa en las cuatro ediciones objeto de análisis. Oural nos confirma que el tratamiento de medios, en el periodo en que trabajaron para el Ayuntamiento, era una de las principales estrategias de acción de relaciones públicas, pues ofrecían ruedas de prensa y tenían programas en directo, solo que en ese momento las noticias no quedaban registradas en Internet (E.4).

7.2.5. Efectos inducidos: variable “empleo generado”

Hay una postura unánime en cuanto a esta variable. Por un lado, el evento en sí genera empleo, aunque es un empleo puntual y temporal que supone una oportunidad económica para toda la zona, no solo para Lourenzá. Pero si hablamos de todo el proceso productivo, está el empleo de los temporeros que también es eventual, según necesidades de los agricultores/as, y está el autoempleo de los propios agricultores/as.

A nivel de fiesta, pues, como todas las fiestas, se busca personal extra (E.3).

[...] sí, sí que crea empleo porque es una oportunidad para mucha gente para darse a conocer [...], para los comercios y la actividad económica del pueblo, pues suponen una oportunidad, pero son puestos de trabajo puntuales. No obstante, todo el proceso de producción de la *faba* es un generador de empleo [...] hay momentos en que los agricultores también tienen que subcontratar (E.4).

7.2.6. Efectos inducidos: variable “producción vendida”

Todos los entrevistados están de acuerdo en el hecho de que, durante la Festa da Faba, se vende toda la producción y se llevan un ingreso extra para sus casas, además de percibir que la producción vendida ha ido en aumento. En las entrevistas confirman que el precio, desde hace algunas ediciones, se ha estabilizado llegando a ser aceptable, teniendo en cuenta la calidad del producto, no obstante, hay que diferenciar entre la venta de la Faba de Lourenzá, bajo del sello de la IGP, y del haba a granel, ya sea Galaica o Verdina.

La *faba* tiene una ventaja, que no es un producto perecedero y eso es importante y durante muchísimos años lo que marcaba que se vendiese más o

menos era el precio que tenía el año anterior [...] pero luego se fue profesionalizando y el precio se fue estabilizando. [...] (E.1).

Durante la fiesta se vende absolutamente todo, excepto lo que se queden para sus propias casas [...] Está claro que la fiesta es una plataforma importante para vender la producción (E.2).

[...] en las diferentes ediciones ha ido en aumento [...] de cara a los agricultores que ponen sus puestos en la fiesta están haciendo una promoción muy importante, al tiempo que están vendiendo. Algunos se toman la Festa da Faba como para ver lo que venden ese fin de semana, pero no es así, la Festa da Faba es para promocionar el producto [...] para hacer una inversión de futuro (E.3).

Con el tema COVID quedó todo muy parado, esta edición 2021 hubo *fabeiros* que no estuvieron con sus stands, no arriesgaron, no hubo actividades [...]. En cambio, el precio de la *faba* siguió para arriba [...] por eso pensamos que la Festa de la Faba, como evento, no está a la altura de la semilla de la *faba* de Lourenzá [...] el mercado funciona porque hay demanda, el precio no baja sino todo lo contrario (E.5/E.6).

7.2.7. Efectos inducidos: variable “refuerzo de la identidad cultural del territorio”

Al preguntar por esta variable, el ánimo en sus respuestas fue unánime. Hay una evidente percepción de orgullo y reconocimiento identitario por la fiesta en sí, no solo porque los agricultores/as se ven protagonistas de la misma, sino también por la visibilidad de su trabajo. Consideran que actualmente se ha alcanzado una significativa identidad cultural del territorio que se ha venido reforzando con el paso de los años, especialmente desde la denominación de la FITG y de la IGP. No obstante, también se percibe ese desencuentro, entre la fiesta, en fase de estancamiento, y el prestigio de la semilla, en continuo proceso ascendente.

Ir por ahí y solo con decir Lourenzá ya se relaciona con la *faba* y esto les da un prestigio, les da un orgullo, eso fue un trabajo importante [...] la gente adquirió un orgullo de producto de calidad (E.1).

Allí donde hay una *faba*, hay una vida. A través de la *faba* generamos comunicación e identidad. La consciencia a través de esto es brutal. Esta es una variable muy importante que se haya presente aquí, especialmente en Galicia que tenemos la autoestima muy dañada [...] (E.4).

La gente de aquí se siente muy orgullosa de este evento porque no deja de ser su sello de identidad. Lourenzá, en parte se conoce por la *faba* [...] la gente se siente más orgullosa de la Festa da Faba que de las propias fiestas patronales [...] la excelencia del producto ha hecho que aumente su autoestima porque es una manera de dar visibilidad a su trabajo [...] es como una dignificación a su trabajo reflejado en esos días de la fiesta, ellos se sienten los protagonistas reales del evento (E.3).

Aquí te puedo decir un sí muy grande, hacía mucha falta, la verdad. Por fin sienten que se están quitando de encima esa imagen de agricultor *fabero* de antes, ya no solo con la fiesta, están más contentos con su trabajo y ha mejorado su autoestima (E.2).

El trabajo de los agricultores/as se ve reforzado durante la fiesta, el sentirse orgulloso de su labor (E.5/E.6)

7.2.8. Efectos inducidos: variable “fomento del desarrollo social (cooperación y colaboración)”

Destacan la dimensión del fomento social como uno de los factores más importantes para el desarrollo económico, sin el cual no sería posible. No solo aluden a las interacciones sociales que se producen durante el evento, consideradas esenciales para la organización del evento y para la generación de nuevos contactos, sino a aquellas interacciones necesarias para todo el proceso productivo.

Es la parte más importante [...] El evento genera nuevas conversaciones, nuevos encuentros, nuevas visiones (E.4).

Aquí la tradición es juntarse las casas y escoger la *faba* y desenvainar [...] Es un momento social muy importante para las familias [...] esa interacción social que este año pasado, por motivo de la pandemia se tuvo que hacer en solitario (E.2).

El trabajo social ha sido fundamental y se ha potenciado grandemente a la hora de la comercialización (E.1).

7.2.9. Efectos inducidos: variable “promoción y valor añadido a otros productos”

Hacen especial incidencia a otros productos derivados de la huerta presentados en la Festa da Faba, pues la intención final es posicionar y dar cabida a otros productos locales, siendo la protagonista principal la Faba de Lourenzá.

Aprovechan, desde hace años, esa circunstancia para comercializar otro tipo de productos de huerta. Ya por aquél entonces le vimos “las orejas al lobo” del problema del posible monocultivo y sería un error, y lo que trasciende aquí es poner en valor los productos de la huerta en general (E.4).

La Festa da Faba no deja de ser un escaparate para poner en valor otros productos que pueden complementar perfectamente. Los productos de la propia huerta, ahora mismo estamos inculcando a los agricultores la idea de la diversificación de otros cultivos y abrir el abanico de posibilidades a los clientes y centrarnos sobre todo en esa combinación (E.3).

8. CONCLUSIONES

Teniendo en cuenta las respuestas de las entrevistas y noticias analizadas –sin pretender sobredimensionar los efectos–, parece que la Festa da Faba se presenta como el evento más importante del año y supone un motor revulsivo destacable a nivel turístico, promocionando, no solo la villa de Lourenzá, sino toda la comarca como territorio, alcanzando un nivel identitario importante; por lo tanto, es considerada una fiesta con valor identificativo. Este análisis confirma que existe una correlación significativa entre el nombre “Festa da Faba de Lourenzá” con la propia villa, característica que viene reforzada por el propio proceso evolutivo de la producción de un haba de calidad con repercusión de excelencia en el territorio, amparada bajo la marca “Faba de Lourenzá”. Aunque, tal y como adelantamos en el análisis, hay posiciones encontradas en cuanto a la situación actual de la fiesta, dado que están los que opinan que la evolución ha sido muy positiva hasta el momento actual, frente a los que observan un declive o estancamiento de la misma, especialmente en lo atinente a la gestión artístico-cultural y oferta gastronómica en los propios stands. Para estos últimos, el hecho de que siga habiendo una elevada venta de haba durante la fiesta, pone en evidencia que el prestigio de la semilla está por encima del propio evento.

Una vez analizadas las variables del modelo de los efectos seleccionados, se observa que el evento en sí tiene impacto en el desarrollo local a nivel económico, puesto que la Festa da Faba repercute en la promoción de la Faba de Lourenzá, como producto gastronómico y, al mismo tiempo, sobre la producción agrícola y su

efecto en toda la comarca implicada. Repercute, de forma directa e indirecta, como afirma Toselli (2006) en la generación de empleo e ingresos. El análisis también pone de relieve la presencia del efecto en la promoción gastronómica de la restauración local y en la generación de visitas turísticas durante todo el año, reforzado con la oferta de la ruta y el Centro de Interpretación. Por lo tanto, tal y como establecen Elías, Genaisir y Leonardi (2019), se trataría de una fiesta popular que potencia el desarrollo turístico de la localidad con efectos económicos, siendo un recurso endógeno con impacto en el capital territorial (Rubio, 2008). Siguiendo en la línea de Perles (2016), la Festa da Faba de Lourenzá se ha conformado como un elemento turístico que puede favorecer la desestacionalización, siempre y cuando, como anuncian algunos de los entrevistados, se evite su estancamiento actual.

Atendiendo al impacto sobre el desarrollo social, teniendo en cuenta las variables más cualitativas, se ha podido apreciar un efecto positivo. Éste es considerado por los entrevistados como uno de los elementos fundamentales que permite la configuración y organización del evento y alimenta todo el proceso productivo que gira en torno al cultivo del haba, aunque, según algunos entrevistados, se percibe una pérdida de voluntad e interés en la gestión organizativa, comparándolo con los niveles de participación en sus orígenes. Es importante destacar la variable identidad cultural, la cual se ha visto altamente reforzada para todos los actores sociales implicados, haciendo especial hincapié en el aumento del orgullo de los principales protagonistas de esta historia, los agricultores/as. Constituye una herramienta que potencia la autoestima de la población local (Nascimento, Romero y Marini, 2012).

Una limitación del estudio ha sido la falta de datos cuantitativos concretos –número de visitantes, gasto medio por visitante y ocupación alojativa durante los días de la Festa da Faba- debido a que no disponía de ellos el Ayuntamiento de Lourenzá. Por otro lado, pensando en una futura investigación, este estudio se podría completar con una mayor presencia de la población local y de turistas o visitantes, lo cual permitiría abordar otros enfoques que enriqueciesen el presente análisis.

9. BIBLIOGRAFÍA

- A Mariña Lucense. <https://amarinalucense.gal>
- Campo Galego, Xornal dixital agrario (11/09/2019). “O Pontigo, pioneros de la faba de Lourenzá”. Disponible en: <https://www.campogalego.es/o-pontigo-pioneros-de-la-faba-de-lourenza/>
- Concello de Lourenzá. (2020, mayo). <http://www.concellodelourenza.gal/es/pagina/la-faba-de-lourenza-1266>
- Cultura de Galicia (Xunta de Galicia). (2020, mayo). Tipología de Fiestas de Interés Turístico. <https://www.cultura.gal/es/tipologia/fiesta-interes-turistico?page=35>
- Cuyate, R., Aparecido da Costa, E. y Pasquotto Mariani, M. A. (2014). Las fiestas como estrategias de implementación de la actividad turística con base local. Reflexiones sobre el Asentamiento. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 23 (2), 305-326. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180730867005>
- De Ron A. M., Rodiño, A. P., Santalla, M. y Martínez-Sierra, V. (2016). Denominación de origen protegida “Faba de Lourenzá”. Centro de Interpretación da Faba. Lourenzá, Lugo, España, 387-392. https://digital.csic.es/bitstream/10261/166413/1/Ron_Denominacion_origen...pdf
- DOGA. Decreto 203/1998, de 25 de junio, por la que se publican las fiestas de Galicia de interés turístico, declaradas por la Administración turística estatal como de interés turístico nacional y local. https://www.xunta.gal/dog/Publicados/1998/19981002/AnuncioBA62_es.html
- DOGA. Decreto 39/2001, de 1 de febrero, de refundición en materia de Consejo Gallego de Turismo, declaración de municipio turístico gallego y declaraciones de fiestas de Galicia de interés turístico. https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2001/20010220/Anuncio2F56_es.html
- DOGA. Decreto 4/2015, de 8 de enero, por el que se regula la declaración de fiestas de interés turístico de Galicia. https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2015/20150120/AnuncioG0244-140115-0001_es.html
- Elías, S., Genaisir E. y Leonardi, V. (2019). Capítulo 12: Fiestas gastronómicas como atractivo Turístico cultural: Un caso de

- Estudio. En Camacho Gómez, Manuela (Coord.) Turismo Cultural y Marketing en países de América Latina. Universidad Juárez Autónoma de Tabasco. <http://www.archivos.ujat.mx/2021/div-DACEA/publicaciones/Libro-Turismo.pdf>
- Elías, S., Leonardi V. y Genaisir, E. (2020). Repercusiones socioeconómicas de la realización de una fiesta popular gastronómica en argentina: la strudel fest. Gran Tour, *Revista de Investigaciones Turísticas*, (21). <http://eutm.es/grantour/index.php/grantour/article/view/147>
- El País (03/10/2010). “La fabeira emprendedora”. Disponible en: https://elpais.com/diario/2010/10/03/galicia/1286101096_850215.html
- El Progreso (05/10/2015). “La Festa da Faba acaba con buenas ventas y a la espera de la cosecha final”. Disponible en: <https://www.elprogreso.es/articulo/noticias/la-festa-da-faba-acaba-con-buenas-ventas-y-la-espera-de-la-cosecha-final/20151005000000358770.html>
- El Progreso (02/09/2016). “Lourenzá ensalza su faba, que cruza fronteras y se degustará en Londres”. Disponible en: <https://www.elprogreso.es/articulo/noticias/lourenza-ensalza-su-faba-que-cruza-fronteras-y-se-degustara-en-londres/20161002000000386080.html>
- El Progreso (27/06/2020). “Lourenzá suspende la Festa da Faba prevista para octubre”. Disponible en: <https://www.elprogreso.es/articulo/a-marina/lourenza-suspende-festa-da-faba-prevista-octubre/202006272024131446381.html>
- Escudero Sánchez, C. L. (2017). Las fiestas populares en el Ecuador: un factor de interacción comunitaria. *Revista Universidad y Sociedad*, 9 (2), 27-33. http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2218-36202017000300004
- Gomes de Moraes, A. (2012). Turismo de eventos. Un análisis del impacto económico en el comercio de la ciudad de Barretos (Brasil) durante la fiesta del peón rural. *Estudios y perspectivas en turismo*, 21, 1594 -1608. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5254000>.
- González Neira, A. y Ramírez Picón, J. (2008). Impacto económico del XI Festival de Flamenco de Jerez. *Cuadernos de Investigación*

Vigía 5. Cádiz: Fundación Provincial de Cultura Diputación de Cádiz. <https://www.dipucadiz.es/publicaciones/catalogo/Impacto-economico-del-XI-Festival-de-flamenco-de-Jerez>

Herrero Prieto, L. C. (2004). Impacto económico de los macrofestivales culturales: reflexiones y resultados. Departamento de Economía Aplicada de la Universidad de Valladolid, España, disponible en Portal Iberoamericano de Gestión Cultural. <https://studylib.es/doc/1835651/impacto-econ%C3%B3mico-de-los-macrofestivales-culturales--refl...>

Herrero Prieto, L. C. (2010). La contribución de la cultura y las artes al desarrollo económico regional. *Revista Investigaciones Regionales – Sección Panorama y Debates*- 19, 177 a 202. https://www.researchgate.net/publication/277275195_La_contribucion_de_la_cultura_y_las_artes_al_desarrollo_economico_regional

La Voz de Galicia (07/10/2010). Las fabas cotizan al alza en Lourenzá, abarrotada en el día grande de la fiesta. Disponible en: https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/amarina/lourenza/2019/10/07/fabas-cotizan-alza-lourenza-abarrotada-dia-grande-fiesta/0003_201910X7C3991.htm

LaVozdeGalicia(02/10/2018).“OtroalicientedelaFestadaFaba,losvehículos con historia, en Lourenzá”. Disponible en: <https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/amarina/lourenza/2018/10/01/aliciente-festa-da-faba-vehiculos-historia-lourenza/00031538401004304642127.htm>

LaVozdeGalicia(14/05/2019).“Pisala tierra y descubre cómo se produce la Faba de Lourenzá”. Disponible en: <https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/somosagro/agricultura/2019/04/22/pisa-tierra-aprendecultiva-tesoro-faba-lourenza/00031555918684178507183.htm>

La Voz de Galicia (03/10/2019). “El pan de fabas, la última creación de una panadería de Mondoñedo”. Disponible en: https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/amarina/lourenza/2019/03/10/pan-fabas-ultima-creacionpanaderia-mondonedo/0003_201903X10C6993.htm

LaVozdeGalicia(10/02/2020).“En“buggy”porlaRuta da Faba”. Disponible en: https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/amarina/2020/10/02/buggy-ruta-da-faba/0003_202010X2C8993.htm

Leno Cerro, F. (1991). Los recursos turísticos en un proceso de planificación: inventario y evaluación. *Papers de Turisme*,

- Generalitat Valenciana, (7) 7-23. <http://www.papersdeturisme.gva.es/ojs/index.php/Papers/article/view/366>
- Martínez-Sierra, V., Oural, M., Roldán, R. y Veiga M. J. (2008). *Faba de Lourenzá*. Editado por la Diputación Provincial de Lugo.
- Millán Vázquez de la Torre, M. G. (2012). Las fiestas que potencian el turismo cultural en el mes de mayo en Córdoba. *Kalpana*, 8, 30-41. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4095246>
- Morales Yago, F. J., Martínez Puche, A., y Martínez Puche, S. (2018). Las fiestas de origen histórico como instrumento para fomentar el turismo en un espacio de frontera del Sureste peninsular. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 76, 247-275. <https://doi.org/10.21138/bage.2522>
- Mundiario, HGgT (16/11/2020). “José Cuadrado, presidente de la cooperativa Terras da Mariña: “La Faba de Lourenzá es una seña de identidad””. Disponible en: <https://www.mundiario.com/articulo/revista-hggt/faba-lourenza-es-sena-identidad-nuestro-territorio/20201116141653203756.html>
- MyNews Hemeroteca profesional. [software]. <https://www.mynews.es/hemeroteca-digital/>
- Nascimento da Silva, L., Romero Marqués, H. y Marini, B. (2012). O desenvolvimento local no município de Anastácio, MS: a Festa da Farinha – un estudo de caso. *Multitemas, Campo Grande*, MS, (42), 115-128. <https://doi.org/10.20435/multi.v0i0.280>
- Perles Ribes, J. F. (2006). Análisis del impacto económico de eventos: una aplicación a fiestas populares de proyección turística. *Cuadernos de Turismo*, 117, 147-166. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/18011>
- Perles Ribes, J. F. y Sánchez Díaz, E. (2019). Reestimación del impacto económico de las fiestas populares de proyección turística a través de metadatos provenientes de la telefonía móvil: Calp, un ejemplo de aplicación. *Revista Pasos*, 17 (5), 947-961. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.067>
- Rausell Köster, P. (Dir.), Abeledo Sanchís, R., Carrasco Arroyo, S. y Martínez Tormo, J. (2007). *Cultura. Estrategia para el desarrollo local*. Agencia Española de Cooperación Internacional, Instituto Interuniversitario de

- Desarrollo Local. Universidad de Valencia. <http://www.cervantesvirtual.com/obra/cultura-estrategia-para-el-desarrollo-local--0/>
- Rey, M. (2016). “La faba de Lourenzá, la joya de las legumbres gallegas”. *GCiencia Xornalismo + Divulgación*. <https://www.gciencia.com/ciencia/faba-lourenza-joya-legumbres-galegas/>
- Rodríguez Becerra, S. (2007). Fiestas de moros y cristianos en Galicia y Andalucía. Análisis comparativo r interpretativo. *Boletín Auriense*, tomo XXXVII, 357-378. https://www.researchgate.net/publication/310588388_FIESTAS_DE_MOROS_Y_CRISTIANOS_EN_GALICIA_Y_ANDALUCIA
- Rubio Terrado, P. (2008). Desarrollo local patrimonio cultura. El parque cultural de Albarracín. *Revista Geographicalia*, 53, 21-48. https://www.researchgate.net/publication/28299447_Desarrollo_local_y_patrimonio_cultural_El_parque_cultural_de_Albarraquin
- Santos Solla, X. M. (1994). Capítulo: Fiestas, ferias y mercados de Galicia. *Sémata, Ciencias Sociais e Humanidades*, núm. 6. En: Núñez Rodríguez, Manuel. *El Rostro y el Discurso de la Fiesta*. ISBN 84-8121-190-7, pp. 297-309. <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/4763>.
- Seaman, B. (2003). Economic impact of the arts. En Towse R. (2003). *A Handbook of Cultural Economics*, capítulo 27, pp. 224-231
- Terras da Mariña, Sociedad Cooperativa Galega. “INDICACIÓN GEOGRÁFICA PROTEGIDA “FABA DE LOURENZÁ”. Disponible en: <https://www.terrasdamarina.com/faba-lourenza/>
- Toselli, C. (2006). Algunas reflexiones sobre el turismo cultural. *Revista Pasos*, 4 (2), 175-182. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2006.04.012>
- Venturini, E. J. (2003). Patrimonio cultural, turismo y desarrollo local: el Camino de las Estancias Jesuíticas de Córdoba. *Aportes y Transferencias*, 7 (1), 45-64. <https://www.redalyc.org/pdf/276/27600704.pdf>

CARTOGRAFÍA DIGITAL DE LA HOSPITALIDAD EN LA PROVINCIA DE LUGO: DEL CÓMO Y EL PARA QUÉ

ESTEFANÍA LÓPEZ SALAS
(GET-UDC)

1. INTRODUCCIÓN

Desde los inicios de la peregrinación hacia Santiago de Compostela, los hospitales jugaron un papel fundamental en la experiencia de la persona peregrina. La atención al forastero a lo largo de las rutas de peregrinación traslada al mundo real un modo de actuar considerado propio del cristianismo y su doctrina desde sus primeros tiempos. Así lo refleja, entre otros, el pasaje del Evangelio de san Mateo en el que Jesús advierte a sus discípulos: “Porque tuve hambre, y me disteis de comer; tuve sed, y me disteis de beber; fui forastero, y me recibisteis; estaba desnudo, y me vestisteis; enfermo, y me visitasteis; en la cárcel, y vinisteis a mí... De cierto os digo que en cuanto lo hicisteis a uno de estos mis hermanos más pequeños, a mí lo hicisteis” (25:35-40).

En los caminos que conducían al sepulcro del apóstol Santiago, esta actitud de atención al necesitado se materializó a través de la construcción de arquitecturas cuya finalidad era proveer, al menos, un mínimo soporte, de alojamiento, comida y bebida, a aquellas personas que, abandonando su hogar, su mundo conocido, emprendían el camino hacia Compostela. Ya a comienzos del siglo XIII, en las principales rutas desde Francia, se habían creado estructuras caritativas, posicionadas de

modo que la distancia entre ellas no superaba lo que una persona era capaz de recorrer a pie en un solo día de viaje (Good Morelli, 1998: 3). El peregrino podía encontrar al menos una arquitectura hospitalaria cada 8 o 12 km y, solo en los territorios más aislados del recorrido, la distancia entre ellas aumentaba, pero sin superar el límite que marcaba el caminar a pie (Good Morelli, 1998: 69-70; Plötz, 2012: 175).

Los espacios de la hospitalidad vinculada a la peregrinación fueron instalados, en algunos casos, dentro de instituciones eclesiásticas existentes, como monasterios, conventos y abadías, entre otras, ubicadas principalmente en entornos urbanos, pero también rurales. Asimismo, se levantaron obras de nueva planta, siempre próximas al camino y generalmente asociadas a determinados elementos de la ciudad y el paisaje medieval, como las puertas de entrada, los puentes y las fuentes o cursos de agua (Good Morelli, 1998: 87-96). La hospitalidad asociada a la peregrinación se sirvió, por tanto, no sólo de las construcciones que ya estaban ubicadas en los bordes de las rutas jacobeanas o en las áreas próximas a los espacios humanizados que estas atravesaban, sino que también impulsó una redefinición del ambiente construido del camino en un proceso que fue simbiótico. Esta relación de interdependencia, por un lado, entre cada obra y el camino, hace que hoy, el documentar la existencia de un hospital en un lugar, constituya un factor clave en el proceso de conocimiento de las rutas históricas y, en algunos casos, la única evidencia del paso de viajeros en peregrinación a Santiago que, de otra forma, permanecerían en el anonimato.

Por otro lado, como señalamos anteriormente, cada hospital del camino, como entidad individual, desde su origen forma parte de algo mayor, un conjunto de elementos organizados para un determinado fin a lo largo y ancho de un territorio. En otras palabras, constituyen una red en la que los enlaces son los caminos y los hospitales, los nodos, cuya finalidad común y distancia límite garantizan el correcto funcionamiento del conjunto del sistema, dan soporte caritativo a la peregrinación, pero también la limitan o pueden ser un reflejo de su decaimiento, si alguno de sus elementos se deteriora en el tiempo. Por tanto, frente al estudio individual de los hospitales, una aproximación de conjunto es una nueva lente, desde la que observar la arquitectura hospitalaria al servicio de la peregrinación que, creemos, puede abrir el camino hacia nuevos descubrimientos en torno a este fenómeno histórico.

Este es el punto de partida del proyecto *Mapping Hospitals*, <https://mappinghospitals.udc.es/>, iniciado en junio de 2018 gracias a la I Beca de Investigación sobre el Camino de Santiago y las Peregrinaciones, concedida por la Cátedra de igual nombre de la Universidad de Santiago de Compostela. El objetivo de este proyecto es el estudio del conjunto de hospitales al servicio de viajeros y peregrinos en todo el territorio gallego de mediados del siglo XVIII, a través del análisis de una fuente histórica concreta y del uso de herramientas de mapeado digital. Además de arquitecturas destinadas a la atención de forasteros, también se incluyen las que acogían a pobres, enfermos, lisiados, viudas, ancianos, huérfanos y cualquier otra persona que no era capaz de cuidarse, ya fuera por motivos económicos o físicos, dentro de la estructura de la sociedad de la época. Esta era la definición medieval de hospital que todavía estaba vigente en uno de los periodos más olvidados en los estudios sobre las arquitecturas al servicio de la caridad en torno a la peregrinación, el siglo XVIII. En esta centuria continuó la tendencia hacia la disminución de las peregrinaciones que ya se había iniciado anteriormente, pero sin llegar a interrumpirse, tal y como reflejan diversos relatos conservados (Herbers y Plötz, 1998). Asimismo, es una época que representa un verdadero punto de inflexión en la organización hospitalaria heredada de los siglos anteriores en el conjunto del estado español, que estaba a punto de cambiar en concordancia con la nueva ideología ilustrada, propulsora de una evolución de los conceptos y prácticas asistenciales (Gijón Jiménez, 2017: 263).

¿Cuántos edificios ofrecían alojamiento y atención a los viajeros en peregrinación a Santiago en el siglo XVIII? ¿Cómo se distribuían estos edificios en el territorio? ¿Es posible abordar su estudio desde una perspectiva de conjunto? ¿Podemos hablar de red hospitalaria al servicio de las rutas jacobeanas en este periodo? ¿Puede el análisis de esta aportar nueva luz sobre la peregrinación y su decaimiento? ¿De qué forma las herramientas de mapeado digital ayudan a aumentar nuestro conocimiento sobre la peregrinación a Santiago y la arquitectura de la hospitalidad? En este trabajo presentamos los resultados obtenidos para una parte del total del territorio estudiado hasta la fecha dentro del proyecto *Mapping Hospitals*, el correspondiente a la actual provincia

de Lugo, suma de las desaparecidas provincias de Mondoñedo y Lugo del antiguo Reino de Galicia.

2. EL CORPUS DE ARQUITECTURAS HOSPITALARIAS: OBTENCIÓN Y ANÁLISIS DE DATOS

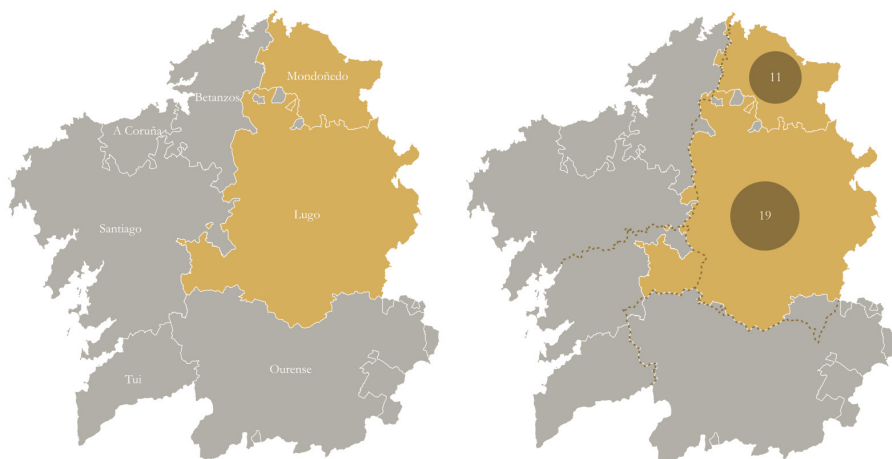
Para alcanzar el objetivo planteado, hemos partido de la información que, sobre este tipo de arquitecturas, fue recogida en los libros de Respuestas Generales del catastro del Marqués de la Ensenada, elaborado en los años cincuenta del siglo XVIII (Camarero Bullón, 2002) y accesibles gracias a su digitalización en el Portal de Archivos Españoles (<http://pares.mcu.es/Catastro/>). Aunque no se trata de un censo de hospitales, el interés averiguador de este catastro sobre el territorio objeto de interrogación que, en origen, tenía fines meramente fiscales, condujo indirectamente a recabar una relación de aquellos para toda la Corona de Castilla que, como veremos, podemos encontrar dispersa en sus múltiples páginas manuscritas, pero dentro de una estructura de pesquisa y documentación concreta.

La pregunta número 30 del Interrogatorio de este catastro disponía que los peritos debían averiguar si existían o no hospitales en cada feligresía (o parroquia), así como cuál era su calidad, renta y forma de mantenerse. La información era anotada en el punto 30 del libro de las Respuestas Generales redactado para cada territorio censado. Su lectura es muy valiosa para empezar a aproximarnos a la realidad del conjunto de hospitales de aquella época, su número y posición. Este interés global del catastro de Ensenada por el conocimiento de la riqueza urbana y rústica que había en todos los reinos castellanos nos permite empezar a recomponer el sistema hospitalario que daba servicio al conjunto del territorio en un momento temporal concreto. La visión panorámica de esta fuente documental es un punto de partida acorde a la lente global que se plantea en el proyecto *Mapping Hospitals*.

Dentro de los límites territoriales objeto de análisis en este trabajo, contamos con un total de 1229 libros de Respuestas Generales. La lectura de la información anotada por los peritos para la pregunta número 30 del Interrogatorio se traduce en la localización de 18 respuestas positivas en feligresías ubicadas en la antigua provincia de

Lugo y 9 en la de Mondoñedo que, a su vez, revelan la existencia de un conjunto de 30 arquitecturas hospitalarias, 19 en el área lucense y 11 en la mindoniense. Estas configuran nuestro corpus de estudio (Figura 1).

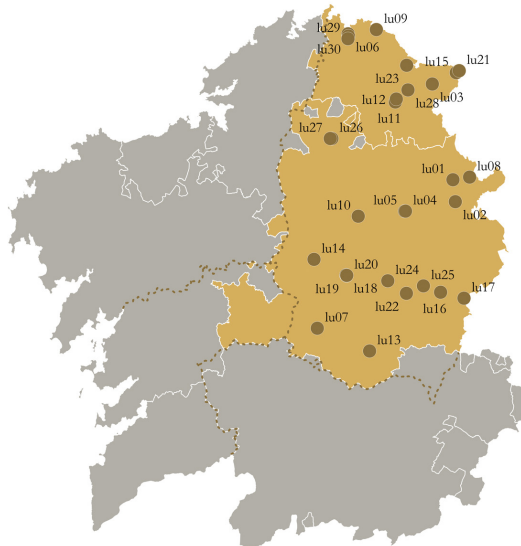
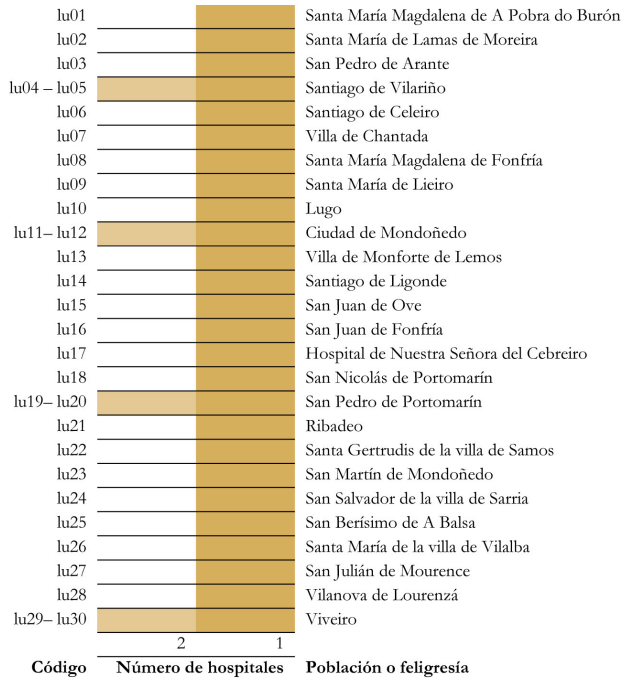
Figura 1. División provincial del antiguo Reino de Galicia a mediados del siglo XVIII según Castro Redondo (2019) y total de arquitecturas hospitalarias en las provincias de Lugo y Mondoñedo en relación con los límites administrativos actuales representados en línea discontinua.



Fuente: *Elaboración propia.*

Si nos fijamos en las entidades poblacionales, el análisis de los datos extraídos muestra que un grupo de 25 poblaciones de la actual provincia de Lugo tenían a mediados del siglo XVIII al menos una arquitectura hospitalaria al servicio de sus habitantes, permanentes o de paso. De ellas, solo dos asentamientos urbanos (Mondoñedo y Viveiro) y una parroquia rural (Santiago de Vilariño, en Castrovverde) elevaban a dos el número de instituciones caritativas disponibles y, exclusivamente en Portomarín, sumando sus dos parroquias de San Pedro y San Nicolás, el total ascendía a tres (Figura 2).

Figura 2. Relación y representación de las poblaciones de la actual provincia de Lugo con uno o más hospitales a mediados del siglo XVIII, con la indicación del código asignado en el corpus.

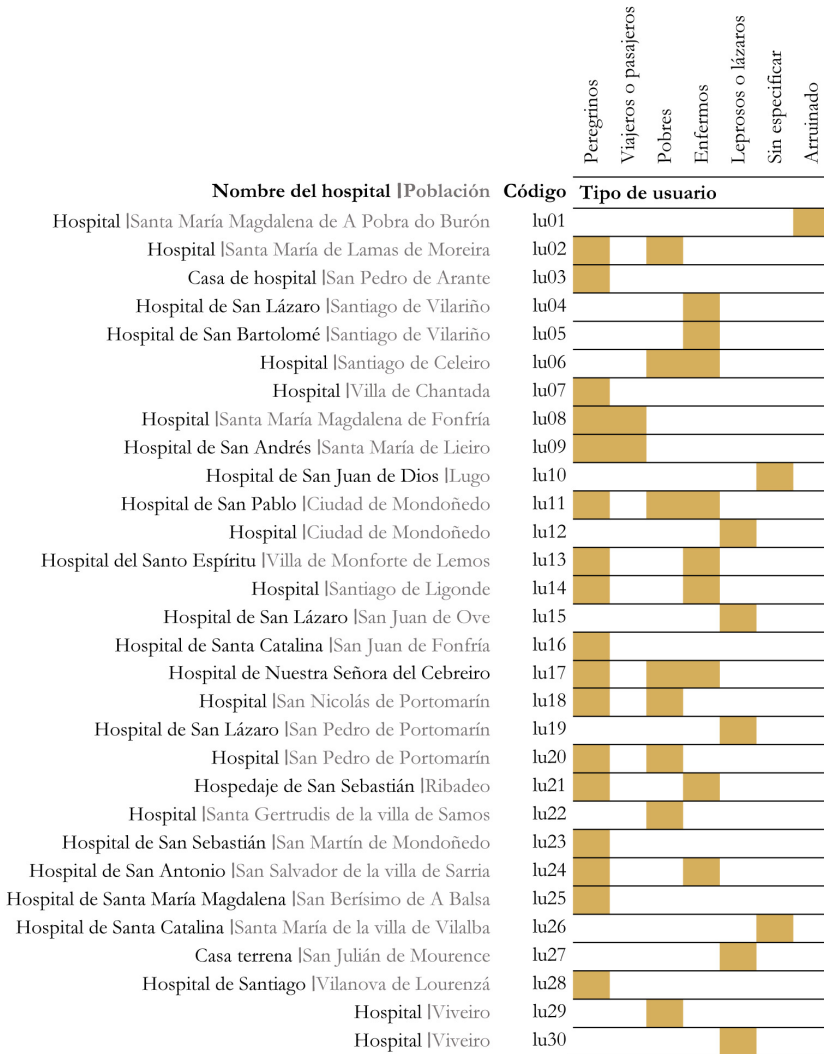


Fuente: *Elaboración propia.*

Además, la lectura de cada respuesta individual y su análisis de conjunto nos dan acceso a otra serie de datos cualitativos que, en muchos casos, superan el tipo de información por la que expresamente preguntaban los peritos. Dentro de estos datos no sistemáticos, para la mayoría de las arquitecturas localizadas, figuran referencias al nombre del hospital, el tipo de usuario/s a que estaba destinado, la clase de fundación, patronato o administración que lo sostenía y, ya en menor número, indicaciones sobre su estado de conservación, cantidad de camas disponibles, nombre de los administradores o existencia de capilla asociada, entre otros.

Si prestamos atención al dato relativo al tipo de usuario/s, la lectura global de la averiguación realizada desvela que, en más de la mitad del total de arquitecturas al servicio de la caridad en estas dos provincias -17 casos-, figuraban las personas peregrinas como únicas usuarias o compartiendo el espacio con otras (Figura 3). El segundo grupo significativo lo formaban 12 instituciones destinadas a personas enfermas, también de forma especializada o no. Fuera de los anteriores solo restan dos fábricas destinadas a pobres, una referencia a un hospital arruinado y otros dos ejemplos sin información relativa al tipo de usuario/s (Figura 4).

Figura 3. Las arquitecturas de la hospitalidad y sus usuarios según el catastro del Marqués de la Ensenada.

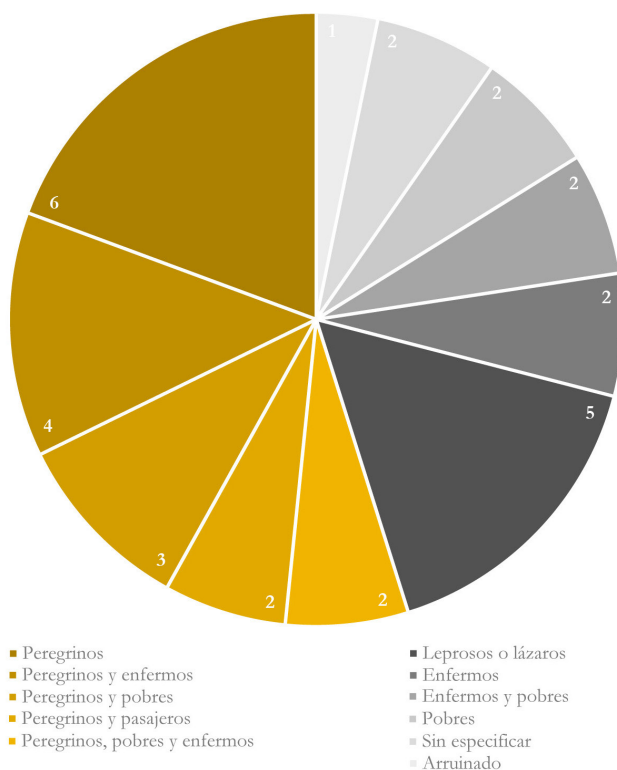


Fuente: *Elaboración propia.*

Es importante tener en cuenta que, si la respuesta dada a la pregunta 30 del Interrogatorio no cita la atención a personas peregrinas entre las funciones del hospital, esto no es un factor para determinar, de forma inequívoca, que su punto de ubicación no sea paso de un camino de peregrinación. Por un lado, caer enfermo o viajar aquejado de alguna

dolencia era algo que podía suceder durante el viaje a Santiago de Compostela. Por otro, la palabra pobre hace referencia a personas locales o de paso que no tenían lo necesario para pagar un alojamiento o su manutención, incluidos peregrinos y viajeros. De hecho, en la información del catastro es muy habitual encontrar el uso de la expresión “pobres peregrinos” entre las respuestas dadas.

Figura 4. Arquitecturas hospitalarias de acuerdo al número y tipo de usuario/s dentro de dos grandes jerarquías de dimensiones (peregrinos y enfermos).



Fuente: *Elaboración propia.*

Con respecto a la función del hospital, otra cuestión a tener presente en el análisis del conjunto de datos extraídos de esta fuente documental es que, cuando se hace referencia a los peregrinos como usuarios de las casas, no necesariamente se trata sólo de aquellos que se dirigían

a Santiago de Compostela. Indudablemente, estos fueron el principal tipo de peregrino en el territorio estudiado, pero en algún caso pudo no ser el único. Los peritos solamente especificaron que se trataba de peregrinos que transitaban al apóstol Santiago en la información recabada para los hospitales del Cebreiro, San Nicolás de Portomarín y San Pedro de Portomarín. De forma excepcional, en el caso del hospital de San Antonio, de la villa de Sarria, se anotó que los administradores tenían obligación de “dar posada a todos los peregrinos de vuelta de la romería del apóstol señor Santiago”, además de una limosna de ocho maravedíes, si traían consigo “la Compostelana”, es decir, la acreditación de haber peregrinado a Compostela. Este servicio del sistema de hospitales tanto en el sentido de ida hacia Santiago de Compostela, como en el de regreso a sus casas, es algo que conviene no olvidar.

Lo que ofrecían estas arquitecturas era alojamiento, manutención y cuidados gratuitos o muy económicos por un corto periodo temporal, es decir, no tenían un fin comercial, sino que lo hacían por caridad. Esto era posible porque la mayoría de estas instituciones habían sido creadas a través de donaciones, en las que la atención al necesitado figuraba entre las obligaciones establecidas por los fundadores o patronos, que cedían parte de sus bienes y las rentas asociadas a ellos para el sostén de este servicio en el tiempo (Locker, 2012: 32).

En las antiguas provincias de Lugo y Mondoñedo, el dato de la renta del hospital es una constante en la mayoría de las averiguaciones. Esta se indica por medio de descripciones más o menos detalladas. Encontramos desde simples referencias a la existencia de tierras y casas que mantienen los hospitales, pasando por anotaciones de la cantidad exacta de ducados, reales de vellón y maravedíes que recibían de foros y arrendamientos de sus propiedades para su funcionamiento, hasta relaciones precisas del pago en diversas especies (centeno, vino, castañas, leña, paja...) que garantizaban alimento, cama y servicios básicos de administradores y usuarios (Figura 5).

Figura 5. Datos relativos al fundador, patronato, administrador y renta de cada hospital según las Respuestas Generales del catastro de Ensenada.

Código	Fundación	Patronato	Administrador	Renta anual
lu01			Sin especificar	En centeno, en litigio
lu02	Majestad		Juan Francisco San Martín	De tierras y casas
lu03			Sin especificar	Sin especificar
lu04	Majestad		Juan José Osorio	493 reales de vellón
lu05	Majestad		Juan José Osorio	100 reales de vellón
lu06	Particular		Marcos de Serantes	894 reales y 49 maravedíes
lu07			Un pobre	Sin renta
lu08	Encomienda de San Juan de Portomarín		Sin especificar	De tierras aforadas
lu09	D. Andrés Varela, cura		Sin especificar	Réditos de 400 ducados
lu10	Majestad		Sin especificar	2500 reales de vellón por fincas
lu11			Sin especificar	5257 reales y 20 maravedíes
lu12			Sin especificar	por bienes arrendados
lu13		Villa	Sin nombre	Sin especificar
lu14	Obra pía		Conde de Monterrey	1500 reales de vellón
lu15		Villa	Sebastián Fernández Pérez	397 reales de vellón
lu16	Convento de tercerones de la villa de Melide		Roque de Aira	340 reales de vellón
lu17			Sin especificar	Sin especificar
lu18		Villa	Sin especificar	16 ferrados de centeno, medio cañado de vino, cuatro carros de leña, dos carros de paja, un ferrado de castañas verdes
lu19			Sin especificar	77 reales de vellón
lu20			Sin especificar	Sin renta
lu21		Villa	Francisco Pérez Villameca	2200 reales de vellón
lu22	Real monasterio de Samos		Sin especificar	Sin renta
lu23			Sin especificar	300 reales de vellón
lu24	Marqueses de Sarria		Un religioso y una criada	300 ducados de vellón
lu25	Obispo de Lugo		José Ventura Suárez de Prado, cura	180 reales de vellón
lu26			Sin especificar	77 reales y 28 maravedíes
lu27			Sin especificar	Sin especificar
lu28			Sin especificar	280 reales de vellón
lu29	Desconocida		Padre Barbón, francés	2250 reales
lu30	Desconocida		Sin especificar	258 reales y 20 maravedíes

Fuente: *Elaboración propia.*

El estudio comparativo de las rentas del conjunto de hospitales da noticia de qué poblaciones contaban con los mejor dotados, desde un punto de vista económico, lo cual es indicativo de una mayor capacidad, no sólo para conservar las infraestructuras, sino también para atender a más personas usuarias y en mejores condiciones. En este sentido, las arquitecturas con rentas más elevadas, por encima de 1000 reales de vellón, se reducían a ocho, ubicadas en las villas o ciudades de Sarria, Mondoñedo, Viveiro, Lugo y Ribadeo, y en las parroquias de Santa María de Lieiro, en el núcleo costero de Cervo, y Santiago de Ligonde, en la actual Castroverde (Figura 6).

Figura 6. Relación de hospitales ordenados de acuerdo al valor de su renta expresada en el sistema monetario vigente en el XVIII, en especie, sin ninguna asignada o no especificada en los datos del catastro.

Población	Cód.	Tipo de renta			
		Ducados	Reales de vellón	Maravedíes	En especies, sin renta u otras
Santa María de Lieiro	lu09	400			
San Salvador de la villa de Sarria	lu24	300			
Ciudad de Mondoñedo	lu11				
Ciudad de Mondoñedo	lu12		5257	20	
Viveiro	lu29		2250		
Lugo	lu10		2500		
Ribadco	lu21		2200		
Santiago de Ligonde	lu14		1500		
Santiago de Celeiro	lu06		894	49	
Santiago de Vilaríño	lu04		493		
San Juan de Ove	lu15		397		
San Juan de Fonfría	lu16		340		
San Martín de Mondoñedo	lu23		300		
Vilanova de Lourenzá	lu28		280		
Viveiro	lu30		258	20	
San Berísimo de A Balsa	lu25		180		
Santiago de Vilaríño	lu05		100		
Santa María de la villa de Vilalba	lu26		77	28	
San Pedro de Portomarín	lu19		77		
San Nicolás de Portomarín	lu18				16 ferrados de centeno, medio cañado de vino, cuatro carros de leña, dos carros de paja, un ferrado de castañas verdes
Santa María Magdalena de Fonfría	lu08				De tierras aforadas
Santa María de Lamas de Moreira	lu02				De tierras y casas
Santa María Magdalena de A Pobra do Burón	lu01				En centeno, en litigio
Villa de Chantada	lu07				Sin renta
San Pedro de Portomarín	lu20				Sin renta
Santa Gertrudis de la villa de Samos	lu22				Sin renta
San Pedro de Arante	lu03				Sin especificar
Villa de Monforte de Lemos	lu13				Sin especificar
Hospital de Nuestra Señora del Cebreiro	lu17				Sin especificar
San Julián de Mourence	lu27				Sin especificar

Fuente: *Elaboración propia.*

Además de la renta, la pregunta 30 del Interrogatorio se preocupaba por saber “de qué se mantenían” las casas. Esta cuestión se puede interpretar, por un lado, como un interés por recoger datos relativos al origen del patrimonio de los hospitales, con cuyos réditos no solo se garantizaba su funcionamiento sino que, en buena medida, eran los que determinaban el valor de la institución y de los bienes asociados a ella, desde un punto de vista fiscal, principal fin de la averiguación catastral. Por otro, también cabe la posibilidad de entender esta pregunta como un afán por conocer quién se ocupaba de la atención y cuidado de la institución caritativa, es decir, quién ejercía las funciones de administrador u hospitalero.

En lo que atañe al origen de las rentas que mantenían estas instituciones, la información anotada durante la realización del catastro de Ensenada nos permite saber que 12 casas eran de fundación (real, nobiliaria, eclesiástica o particular) y 4 de patronato (concejo de la villa), mientras que, en los catorce casos restantes, este dato no fue anotado o simplemente se señaló que era desconocido. Otro dato que, a veces, recogieron los peritos fue el del nombre del administrador del hospital, quien por su trabajo, en algunas ocasiones, recibía una paga, que se extraía de la renta que tenía asignada la casa. El nombre del hospitalero fue registrado en 12 hospitales y, entre ellos, figuran principalmente vecinos del lugar, pobres y religiosos. La falta de constancia en anotar información relativa a la fundación, el patronato o la administración del hospital en este documento histórico deriva de la vaguedad de la pregunta de partida sobre cómo se mantenían.

Excluyendo ahora el tema de la localización del hospital dentro de la población objeto del catastro, que analizaremos en el próximo apartado, cabe destacar en último lugar que, además de todo lo anterior, también es posible conocer algunas características relativas a la realidad material de cada institución hospitalaria, su estado de conservación, dotaciones y ayuda específica que ofrecían. No obstante, como señalamos anteriormente, estos no son datos sistemáticos y solo fueron anotados en algunos pocos casos del conjunto.

Cuando se realizó este catastro, se señala que estaba arruinado el hospital ubicado en la feligresía y villa de Santa María Magdalena de A Pobra do Burón. En el caso del hospital de San Pedro de Portomarín se indica que lo formaban tres casas, mientras que en la villa de Samos el hospital era una única construcción y en la parroquia de San Juan de Mourence no solo se indica que se trataba de una casa, sino que esta era terrena, es de decir de una única planta. Los hospitales de Santa María de Lamas de Moreira y Santa María Magdalena de Fonfría disponían de dos camas cada uno para atender a peregrinos, pobres y pasajeros. En el caso del hospital situado en Santa María de Lieiro que, recordemos, era uno de los que tenía una renta mayor en ese momento, el número de camas a disposición de peregrinos y viajeros ascendía a seis. La presencia de una capilla en las proximidades del hospital o formando parte

de él se producía, al menos, en tres de las instituciones localizadas, las ubicadas en las parroquias de Santiago de Celeiro, San Juan de Fonfría y en el hospital de lázaros de Viveiro. La lectura de conjunto de las respuestas dadas también nos permite obtener datos más precisos de las funciones de estas instituciones y los fines concretos de sus rentas. Entre estos encontramos referencias a: la administración de santos sacramentos, la asistencia, cuidado y manutención de enfermos, el alojamiento de peregrinos, que podía incluir cama, ropa de capa, luz, leña y comida, así como una limosna, las misas cantadas en capillas asociadas y su adorno y reparación.

3. ARQUITECTURA Y TERRITORIO: DEL MAPEADO DIGITAL AL ANÁLISIS GEOGRÁFICO

Una vez creado el corpus de arquitecturas hospitalarias a partir de la lectura de una fuente documental concreta, el siguiente paso en el desarrollo del proyecto *Mapping Hospitals* se focalizó en la representación gráfica de este conjunto en relación con el territorio, con su contexto, por medio de su mapeado digital con herramientas GIS. En concreto se utilizó el Sistema de Información Geográfica de software libre y código abierto QGIS, que permite la georreferenciación o posicionamiento bien definido de geografías pasadas y datos históricos en un sistema de coordenadas concreto y su posterior análisis espacial.

La creación de lo que aquí llamamos cartografía digital de la hospitalidad, o en otras palabras, un mapa web de arquitecturas hospitalarias en el siglo XVIII georreferenciadas, consideramos que nos permitirá, por una parte, el estudio de relaciones espaciales entre arquitectura y territorio, hacer preguntas y examinar conexiones que, de otra forma, no es posible o muy difícil abordar con rigurosidad. Por otra parte, este mapeado permite también subrayar el valor indispensable de lo visual como herramienta para la comunicación de los resultados, más allá de la investigación académica.

A través de las Respuestas Generales del catastro de Ensenada tenemos información relativa al lugar de implantación de cada arquitectura, pero a una escala de aproximación muy concreta, que es la de la parroquia, villa o ciudad censada. En muy pocas ocasiones,

los peritos se preocuparon por anotar la ubicación exacta del hospital dentro de aquellas y, cuando sí lo hicieron, la información averiguada y anotada fue muy vaga. De hecho, tan solo hay cuatro hospitales en los que figura alguna referencia al sitio concreto dentro de los límites del territorio que fue objeto de registro y valoración. En el caso de la casa de hospital de San Pedro de Arante se indica que estaba en el “sitio de la puente”. Lo mismo ocurre en el hospital de Santa Catalina de San Juan de Fonfría, del que se señala que se encontraba en el sitio de Fonfría, y en el hospital de leprosos de San Pedro de Portomarín, del que se anotó que estaba al sitio de San Lázaro de la misma villa. La cuarta y última referencia a esta cuestión, entre las treinta respuestas transcritas, y la más detallada de todas ellas, se recabó para el hospital de San Sebastián de la ciudad de Ribadeo, del que se precisa que estaba “sito junto al campo de san Francisco y calle nombrada del hospital”. La utilización de la palabra sitio, como veremos, puede hacer referencia tanto a un barrio o zona concreta dentro de un asentamiento, como a un núcleo de los varios que formaban la parroquia.

Solo con estos datos no es posible llevar a cabo un ejercicio de posicionamiento espacial de cada entidad en una localización geográfica única y bien definida con unas coordenadas concretas, es decir, no tenemos información suficiente para georreferenciarlas de forma lo más aproximada posible al lugar que ocuparon en la realidad para, en un paso posterior, ahondar en el conocimiento de la relación de este tipo de arquitecturas con el paisaje circundante, con los caminos, y con otros hospitales. Como consecuencia, en este punto del trabajo se hizo necesario realizar una revisión de los estudios existentes que, para cada hospital, recojan datos sobre su ubicación exacta o aproximada, bien porque hoy se conserva su fábrica o porque existen referencias a esta cuestión en otras fuentes documentales de esa época o anterior, así como analizar planos y fotografías históricas, prestando especial atención a la toponimia, los nombres de calles y de los edificios singulares, que puedan ser huella de esa antigua función caritativa o con los que las arquitecturas que aquí nos ocupan estaban relacionadas (por ejemplo, capillas). Este es un trabajo todavía en desarrollo cuyos resultados, en cuanto a la precisión de las coordenadas, veremos que varían de unos hospitales a otros.

Siguiendo el orden de los códigos identificativos asignados en el corpus, la primera arquitectura a georreferenciar es el hospital de la parroquia de Santa María Magdalena de A Pobra de Burón. El núcleo rural de A Pobra de Burón fue la capital y principal villa de la extensa Terra de Burón, que abarcaba los actuales ayuntamientos de A Fonsagrada y Negueira de Muñiz, hasta principios del siglo XIX. Se sabe que, desde época medieval, había varios hospitales al servicio del llamado camino primitivo o camino de Oviedo: el de la Reina, el de la Santísima Trinidad y el de Santiago (Polín, 1993: 11; Xunta de Galicia, 2012a: 2). Además, hay constancia documental de que, al menos desde el siglo XVII, había también una leprosería, posiblemente situada en las afueras del asentamiento. En el catastro no se señala cuál de estos se mantenía, aunque arruinado, y por tanto no hemos podido situarlo dentro del conjunto habitado actual. En este caso, el punto que representa a este hospital en el mapa digital se ubicó provisionalmente en las inmediaciones de la ermita de San José que, posicionada al borde del camino, en la salida del núcleo, pudo estar vinculada a alguno de los hospitales que aquí existieron.

Algo similar ocurre con el hospital de Santa María de Lamas de Moreira, también en el ayuntamiento de A Fonsagrada, no muy lejos del anterior. Este asentamiento hoy no forma parte de la delimitación del camino primitivo, ni de ninguna de las dos variantes de este reconocidas entre los núcleos de Paradanova y el Hospital de Montouto (Xunta de Galicia, 2012a), aunque el catastro sí cita a los peregrinos como únicos usuarios, lo que nos conduce a pensar que, posiblemente, daba servicio a otra ruta de peregrinación, ubicada más hacia el sur de aquellas.

La tercera arquitectura del corpus es la casa de hospital situada en la feligresía de San Pedro de Arante. De ella, el catastro especifica que estaba en el “sitio del puente”. El topónimo A Ponte se conserva en la actualidad, dando nombre a un núcleo rural a escasos tres kilómetros hacia el este de la iglesia de San Pedro de Arante. Aquí se sabe que a mediados del siglo XVI un canónigo fundó un hospital con una ermita (Yzquierdo Perrín, 2003: 68), que probablemente era el que seguía funcionando en el siglo XVIII, para servicio de peregrinos a Santiago por la ruta de la Costa. Su posición está identificada en los planos de la delimitación del trazado de este camino (Xunta de

Galicia, 2014) en las inmediaciones del actual santuario de Santa María de las Virtudes, muy próxima al puente del lugar sobre el río Grande.

En la parroquia de Santiago de Vilariño había dos hospitales según el catastro de Ensenada, el de San Lázaro y el de San Bartolomé. De ellos esta fuente histórica sólo señala su uso por parte de personas enfermas, pero existe constancia documental de que el camino de peregrinación a Santiago pasaba por este territorio desde finales del siglo XIII (Yzquierdo Perrín, 2003: 38). Asimismo, muy pocos años después, también está documentada la existencia aquí de, al menos, una institución caritativa (Xunta de Galicia, 2012b: 1). Atendiendo al nombre, el llamado hospital de San Lázaro en el catastro del setecientos era una leprosería, mientras que el hospital de San Bartolomé posiblemente se ocupaba de la atención de peregrinos. No obstante, no hemos localizado datos relativos al lugar exacto de ubicación de ambas construcciones, hoy no conservadas, más allá de poder situarlas en un núcleo concreto dentro de la feligresía.

El trabajo de georreferenciación sí pudo completarse en el caso del hospital de Santiago de Celeiro porque, aunque fue derribado a principios XIX, de él se conserva la capilla anexa que tenía, dedicada a Santa Ana. Se sabe que ambas construcciones estaban unidas y, por tanto, la localización de este edificio singular en la trama del actual Celeiro nos permite también ubicar el hospital histórico desaparecido. Asimismo, los estudios previos sobre esta arquitectura revelan más información en cuanto al tipo de personas usuarias a que estaba destinado. Si bien el catastro decía que se ocupaba de pobres y enfermos, en un libro de cuentas de los servicios que este hospital ofreció entre 1671 y 1760, se señala que en ese periodo atendieron a un total de 106 personas enfermas y 170 peregrinas, además de pobres, maleantes, moribundos y niños expósitos (Adrán Goás, 2007: 82-83).

El hospital de peregrinos de la villa de Chantada es otro de los casos en los que no hemos conseguido localizar información sobre su lugar de ubicación, más allá de que estaba vinculado al paso del llamado Camino de Invierno a Santiago de Compostela, incorporado como ruta oficial por la Ley de Patrimonio Cultural del 2016. No ocurre así con el hospital para peregrinos y pasajeros de la feligresía de Santa

Magdalena de Fonfría, en el ayuntamiento de A Fonsagrada. Este se fundó en el siglo XVI para atender a los romeros que iban a Santiago y a otros caminantes, estaba a cargo de dos mesoneros que tenían sus puestos de venta en las inmediaciones de aquel (Ruiz de la Peña Solar, 1994: 583-584) y se mantuvo en pie hasta mediados del siglo XIX cerca de un manantial de agua que da nombre al lugar (Yzquierdo Perrín, 2003: 36).

El hospital de San Andrés de la parroquia de Santa María de Lieiro se ubicaba en San Ciprián, actual ayuntamiento de Cervo. Fue fundado en 1641 y seguía funcionando a mediados del siglo XVIII, momento en el que se reformó uno de los lienzos de su fábrica (Fernández Villalba, 2012: 12). Su desaparición definitiva se produjo a raíz de la enajenación de sus propiedades en 1858 (Fernández Villalba, 2012: 54). En la actualidad, a nivel material se conserva la capilla que poseía, en una localización muy próxima al mar. También pervive la huella del edificio histórico hospitalario en el nombre de la calle inmediata a aquella, conocida como calle del Hospital.

El décimo hospital del corpus es el de San Juan de Dios de Lugo. Este es el único que, según las Respuestas Generales del catastro, tenía esta ciudad a mediados del siglo XVIII. Sin embargo, desde etapas muy tempranas, Lugo había contado con múltiples fundaciones hospitalarias y posadas que acogían a pobres peregrinos con fines caritativos y humanitarios, además de una leprosería extramuros, en el barrio de San Lázaro (Polín, 2003: 126-131). De hecho, al menos en el caso de esta última, está documentado que se conservaban sus edificaciones en el momento de realización del catastro de esta ciudad, en cuyas respuestas generales, fechadas en 1753, sin embargo, no fueron nombradas (Polín, 2003: 160-167).

La ciudad de Lugo era y es punto de paso del Camino Primitivo de Santiago. El hospital que sí cita el catastro, el de San Juan de Dios, es el que anteriormente se conocía como de San Bartolomé que, desde 1720 y hasta mediados del siglo XIX, administraron los religiosos de la orden de igual nombre (Polín, 2003: 112-113). Se situaba en la zona norte del recinto amurallado, próximo a la llamada puerta falsa, extendiéndose hasta la actual puerta de San Fernando, mirando hacia la antigua calle del Sol, hoy Rúa San Froilán, y a la Praza de Ferrol. Aquí se localiza la actual iglesia de San Froilán, que perteneció al

complejo hospitalario. La traza de este hospital urbano desaparecido la podemos conocer a través de la consulta de cartografía histórica. En concreto, aparece representado en dos planos de Lugo de 1821 y en otro de 1850, conservados en el Archivo Cartográfico y de Estudios Geográficos del Centro Geográfico del Ejército de Tierra, así como en el plano de Francisco Coello de 1864.

En Mondoñedo contaban con el hospital de San Pablo y con una leprosería cuando los peritos hicieron las pesquisas del Interrogatorio en esta ciudad, en el año de 1752. El primero de ellos se ubicaba desde el siglo XIII en las inmediaciones de una de las puertas de la muralla que cerraba el asentamiento urbano, llamada de la Villa o de la Fuente, donde hoy está la Fonte Vella de Mondoñedo, no muy lejos de la catedral (Outeiral Brión, 2010a). Sin embargo, en 1750 el obispo Sarmiento decidió trasladar este hospital hasta una nueva ubicación, en el Campo de los Remedios, fuera del recinto más poblado, en el margen del camino de salida de Mondoñedo hacia Gontán. Aquí se llevaron a cabo las obras de un nuevo hospital, cuyo edificio se conserva en la actualidad, titulado de San Pablo y San Lázaro, terminado en 1755 (Outeiral Brión, 2010a). Por la fecha de construcción, esta nueva institución estaba en obras en el momento en el que se hacían las averiguaciones catastrales y, como consecuencia, seguían funcionando los antiguos hospitales de San Pablo, para peregrinos, pobres y enfermos, y de San Lázaro, para leprosos. Localizar este último en la trama actual de Mondoñedo también es posible, porque esta antigua función permanece en la toponimia. En las afueras de la ciudad, a algo más de un kilómetro hacia el noroeste de la catedral, se sitúa hoy el barrio de San Lázaro, con una única calle de igual nombre. Aquí está en pie una capilla, bajo la advocación de San Lázaro, y al otro lado del camino que pasa por enfrente de ella se situaba la desaparecida leprosería de Mondoñedo (Outeiral Brión, 2010a).

Continuamos el trabajo de documentación para georreferenciar otro hospital urbano, el del Santo Espíritu de la villa de Monforte de Lemos. Se ubicaba en el espacio que hoy ocupa el Centro de Interpretación do Viño da Ribeira Sacra, en la Rúa do Comercio. Existe constancia de su existencia al menos desde el siglo XV, cuando se le conocía como hospital del Arrabal, y dejó de funcionar tras la

desamortización de los religiosos de la orden de San Juan de Dios que allí vivían, a principios del XIX. En ese momento, los edificios fueron ocupados por el ayuntamiento de la villa, con excepción de la capilla (Casanova Otero, s.d.).

El hospital para peregrinos y enfermos de la parroquia de Santiago de Ligonde, hoy desaparecido, se ubicaba en el núcleo rural de Ligonde, del actual ayuntamiento de Monterroso. Se creó en fecha muy temprana, pues es mencionado en documentos anteriores al año 1000 y mantuvo su función de asistencia en pleno Camino Francés a Compostela hasta principios del siglo XIX (Yzquierdo Perrín, 2003: 168). Poseía un cementerio para peregrinos cuyo emplazamiento se conoce y está señalado con una pequeña cruz de piedra sobre su muro de cierre (Iglesias Villaverde, 2010a). Se trata de una finca hoy a pasto, situada hacia la mitad de esta aldea, en el margen noreste del camino que la cruza.

Volviendo a la ruta de la costa, no muy lejos de Ribadeo, en la feligresía de San Juan de Ove, el catastro de Ensenada menciona que existía una leprosería. No hemos localizado referencias con documentación histórica relativa a su ubicación, pero sí aparece representada en los planos de la delimitación oficial de la Ruta de la Costa (Xunta de Galicia, 2014), a unos 400 metros hacia el norte de la iglesia parroquial de San Juan de Ove, situada en el núcleo de A Eirexa. En sus inmediaciones también se identifica la llamada Fuente de los Malatos, cuyo nombre indica que probablemente fue utilizada para abastecimiento de una leprosería o para el lavado de los enfermos de la lepra. Esta función histórica también pervive en la toponimia del lugar, llamado Os Malatos, y en el de un riachuelo que cruza esa área, el Rego dos Malatos (Real Academia Galega y Xunta de Galicia, s.d.).

El siguiente hospital que posicionamos espacialmente fue el de Santa Catalina de la feligresía de San Juan de Fonfría, destinado a peregrinos. El propio catastro de Ensenada hace referencia a que esta edificación se situaba en el sitio de Fonfría, hoy una pequeña aldea del ayuntamiento de Pedrafita do Cebreiro, punto de paso del Camino Francés. Se conservan testimonios documentales de la existencia de un hospital de peregrinos en este lugar desde el siglo XVI hasta mediados del XIX (Yzquierdo Perrín, 2003: 160; Iglesias Villaverde, 2010b), pero no

hemos localizado datos con referencias a su lugar exacto de ubicación dentro de este pequeño asentamiento. No obstante, el catastro también señala que tenía una capilla, para cuyo adorno se destinaban parte de las rentas del hospital. La iglesia del lugar se construyó en el siglo XVI, por tanto, debido a las pequeñas dimensiones del asentamiento, no sería extraño pensar que fuera la que el catastro cita como vinculada al hospital.

No muy lejos del emplazamiento anterior, peregrinos, pobres y enfermos recibían la atención necesaria en el hospital de Nuestra Señora del Cebreiro, primera parada del Camino Francés en territorio gallego. Se fundó antes del inicio del siglo X, como monasterio y hospital, ubicado en el lateral sur de la iglesia de Santa María la Real (Yzquierdo Perrín, 2003: 158). Estuvo bajo la administración de monjes franceses benedictinos desde finales del siglo XI hasta 1858. Hoy se conserva en su ubicación original, aunque la fábrica fue reformada desde 1962 en adelante y funciona como hotel (Méndez, 2010).

Continuamos con los tres hospitales que el catastro de Ensenada vincula a la villa de Portomarín. El primero de ellos, el de pobres y peregrinos de la parroquia de San Nicolás de Portomarín, era de origen medieval. Se situaba muy próximo al ábside de la iglesia de San Nicolás (Abel Expósito, 1998: 91), en el barrio de igual nombre del viejo Portomarín, que se extendía por el margen norte del río Miño. Se perdió con motivo de la construcción del embalse de Belesar en los años sesenta del siglo XX, cuando la antigua población quedó sumergida por el agua y sólo parte de sus edificaciones históricas fueron previamente trasladadas al nuevo asentamiento. Entre ellas no figuraba el hospital. No obstante, se conservan fotografías de cómo era su fábrica (Moure Domínguez, 2009: 74) y también fueron elaboradas varias representaciones de la trama del viejo Portomarín que hoy nos permiten posicionar espacialmente esta arquitectura desaparecida (Moure Domínguez, 2009: 54; Castro Fernández y López Facal, 2018: 136).

En la parroquia o barrio de San Pedro de Portomarín, que se alzaba en la orilla sur del río Miño, había otros dos hospitales. Uno era un lazareto, cuya ubicación desconocemos. El segundo era un hospital de pobres peregrinos, que se edificó a principios del siglo XII, junto al puente que unía ambas orillas de la villa (Yzquierdo Perrín,

2003: 168). Todavía se conservan algunos restos de este puente, que se ubicaba hacia el oeste del actual, y se pueden ver en épocas de sequía del río. Estas huellas físicas junto a las representaciones de la trama histórica de la población nos llevan a la georreferenciación aproximada del desaparecido hospital de peregrinos de San Pedro de Portomarín, también denominado Casa de Dios en la documentación histórica.

La siguiente institución referida en el catastro es el hospital de San Sebastián de Ribadeo. El primer documento que registra su existencia es de 1343, aunque no se descarta que su fundación fuera anterior (Fernández Pacios, 2011: 65). El catastro indica que entre sus usuarios figuraban peregrinos y enfermos, a los que dio servicio hasta la primera mitad del siglo XIX (Yzquierdo Perrín, 2003: 68). Tenía capilla asociada y, según las Respuestas Generales se ubicaba “junto al campo de san Francisco y calle nombrada del hospital”, es decir, en las inmediaciones de la actual Praza de España (Fernández Pacios, 2011: 65). Posiblemente se situaba en el extremo norte de la misma, por donde pasaba el camino real que cruzaba la villa, en la esquina de las actuales Rúa Villafranca del Bierzo y Rúa San Francisco (Fernández Pacios, 2004: 69). Además de un hospital de peregrinos, Ribadeo poseía un lazareto. A él pertenecía la actual capilla de San Lázaro, en la calle de igual nombre, viejo camino de salida de la villa hacia la parroquia de San Juan de Ove. Fue fundado a principios del siglo XIV y desapareció después de 1766, cuando se produjo la fusión de este con el hospital de San Sebastián (Outeiral Brión, 2010b). Por tanto, sus edificaciones debían estar en pie cuando se desarrolló el Interrogatorio del catastro de Ensenada en esta villa, en el año 1752, aunque no se da noticia de ellas.

En la feligresía de Santa Gertrudis de la villa de Samos había a mediados del XVIII un hospital que pertenecía al monasterio de San Julián de Samos. Se trataba de una casa ubicada en el barrio de O Hospital, en la orilla del antiguo camino real que cruzaba la villa y se dirigía a Sarria, ruta de peregrinación hacia Santiago. La presencia de un hospital en esta villa para servicio de peregrinos y pobres está bien documentada desde la Edad Media, así como su uso continuado en el tiempo, que posiblemente terminó con la desamortización de las propiedades del monasterio de Samos en la tercera década del siglo XIX (López Salas, 2018).

Otro hospital con la advocación de San Sebastián era el de la parroquia de San Martiño de Mondoñedo, ubicado en el núcleo de igual nombre del actual ayuntamiento de Foz. Destinado a peregrinos, según las Respuestas Generales, la primera referencia documental que reseña su existencia data de la tercera década del siglo XVI. De la lectura de un documento de 1540 se desprende que el hospital limitaba con un horno que pertenecía al monasterio de San Martiño y con una calle, la única que todavía cruza este pequeño asentamiento rural, además de situarse justo detrás del ábside de la iglesia de aquel, hoy parroquial (Fernández Pacios, 2011: 69; Fernández Pacios, 2004: 101). Lo mismo se constata en una visita del obispo Riomol y Quiroga en 1757 en la que se anotó que el hospital para dar posada a peregrinos se hallaba junto la iglesia (Fernández Pacios, 2011: 71).

El hospital de San Antonio de la villa de Sarria también se ubicaba en las inmediaciones de un edificio religioso, la iglesia parroquial de San Salvador. Fue fundado a finales del siglo XVI, tal y como consta en la escritura de adquisición de las fincas en las que se mandó construir, en la parcela que hoy ocupan los juzgados de primera instancia de Sarria (Vázquez Rodríguez, 2019: 14). Funcionó como hospital hasta la tercera década del siglo XIX, cuando se instaló en él el ayuntamiento de la villa y empezó un proceso de transformación y pérdida de la fábrica histórica.

Otra edificación al servicio de los peregrinos por el Camino Francés a Santiago a mediados del XVIII era el hospital de Santa María Magdalena de Triacastela. Está documentada su venta en pública subasta a principios del siglo XIX, como casa de hospital en mal estado de conservación, en la que hubo capilla, junto a otra edificación anexa y una huerta detrás de ella (López Pombo, 2002: 243). Aunque muy transformada, esta construcción se conserva en la actualidad y se conoce como Casa de Pedreira, en el nº 19 de la avenida Camilo José Cela de Triacastela. Su ubicación exacta está perfectamente identificada en los planos de la delimitación del Camino Francés a su paso por esta localidad (Xunta de Galicia, 2011).

Uno de los pocos hospitales que el catastro de Ensenada no señala para quién estaba destinado es el de Santa Catalina de Villalba, pero en otras fuentes históricas se hace referencia a que, mientras se mantuvo

en funcionamiento, se ocupaba de la atención de pobres, peregrinos, soldados y transeúntes. Son pocos los datos que se conocen de esta arquitectura, pero sí está constatado que ya existía, al menos, hacia principios del siglo XVII y continuó en pie hasta su derribo en 1808 tras su desamortización (Outeiral Brión, 2010c). Asimismo, está bien documentada su localización, en el lado sur de la iglesia parroquial de Santa María, con un frente a la actual plaza de igual nombre y otro hacia la calle Porta de Cima, antiguo camino real (Abel Expósito, 2004: 120). Porta da Cima era una de las puertas de entrada al recinto amurallado de Vilalba, con la que también limitaba esta institución hospitalaria a mediados del siglo XVIII (Abel Expósito, 2004: 120, 122).

En las afueras del núcleo urbano anterior, al lado de la actual capilla de A Magdalena y no muy lejos del río de igual nombre, a los pies del camino Rollo, existía un lazareto para la atención de pobres leprosos en una casa terrena o de planta baja, según la respuesta dada a la pregunta 30 para la feligresía de San Julián de Mourence en el catastro de Ensenada.

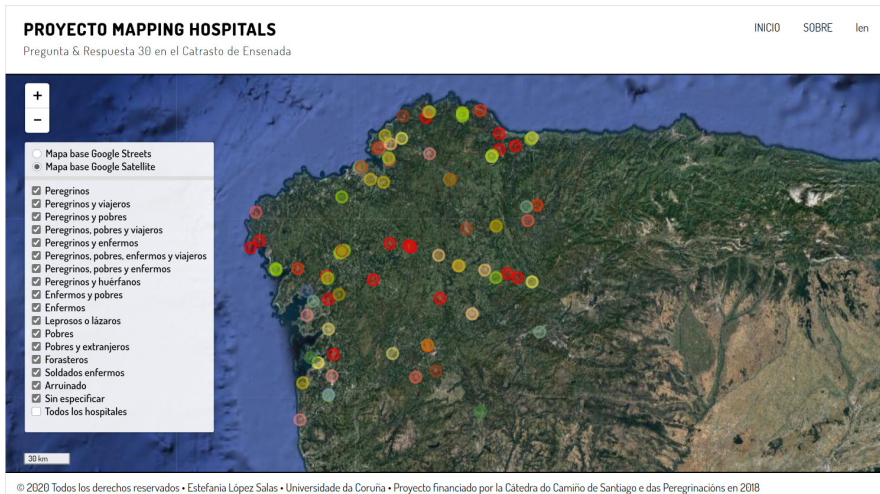
Al igual que en el caso del hospital vinculado al monasterio benedictino de San Julián de Samos, en Vilanova de Lourenzá existía el llamado hospital de Santiago para peregrinos bajo el amparo del cenobio de San Salvador. Su fundación es desconocida, aunque su actividad hospitalaria está bien documentada desde principios del siglo XVII a mediados del XIX (Outeiral Brión, 2010d). Parece que su fábrica se conservó hasta los primeros años del siglo XX, pero no hemos localizado referencias sobre su lugar concreto de ubicación dentro del conjunto urbano.

Los dos últimos hospitales relacionados en las respuestas generales del catastro de Ensenada en el territorio aquí estudiado son los asociados a la villa de Viveiro: uno para pobres de todo género, locales o foráneos, y otro destinado a leprosos. El primero de ellos se deduce que estaba vinculado al convento de San Francisco, según los datos del catastro. Se trataba del llamado hospital de Santiago, en funcionamiento al menos desde finales del siglo XIV. En una visita pastoral de principios del XVII se dice que este hospital estaba ubicado en la feligresía de Santiago y, en la documentación relacionada con un pleito de finales del mismo siglo se recoge que el hospital se situaba dentro de la villa, con su fachada principal de cantería

hacia la calle pública (Fernández Pacios, 2011: 76). No obstante, no contamos con más datos sobre su ubicación precisa dentro de la trama de la villa histórica. No ocurre lo mismo, sin embargo, en el caso del antiguo lazareto de Viveiro, situado extramuros, a unos 750 m hacia el norte del puente. La atención de enfermos de lepra o malatos en esta villa está documentada desde finales del siglo XIV y continuó hasta principios del XX (Fernández Pacios, 2011: 75-76; Pérez Rodríguez, 2001: 11). Aunque el hospital de San Lázaro no se conserva en la actualidad, sí pervive su huella en la toponimia del lugar, concretamente en dos entidades, San Lázaro y Fonte de San Lázaro. Esta es una herramienta principal para su posicionamiento espacial en la actualidad. Asimismo, aparece representado en el plano de la ría de Viveiro que acompaña al mapa general de Lugo y su provincia de Francisco Coello de 1864, donde podemos ver que el ahí llamado lazareto u hospital de San Lázaro se ubicaba en una posición bastante alejada de la villa y en el margen oeste del camino que, saliendo de Viveiro, se dirigía a Celeiro.

Aunque este trabajo de georreferenciación todavía está en curso no solo para el territorio analizado en este trabajo, sino para el conjunto del antiguo Reino de Galicia, los resultados alcanzados hasta la fecha son accesibles en el mapa digital publicado en la plataforma web del proyecto: <https://mappinghospitals.udc.es/> (Figura 7). En él cada hospital ha sido representado con un punto sobre dos mapas base actuales. Las arquitecturas de la hospitalidad se muestran clasificadas en diversas capas, de acuerdo al tipo de usuario/s citado en las Respuestas Generales.

Figura 7. Mapa digital interactivo en desarrollo del proyecto *Mapping Hospitals*, accesible en: <https://mappinghospitals.udc.es/>.



Fuente: *Elaboración propia.*

Las coordenadas de cada punto que representa un hospital coinciden con las de sus edificaciones, en el caso de que estas o alguna de las que tenía sean una permanencia y estén identificadas. Así ocurre para un total de nueve de las treinta arquitecturas que forman el corpus que aquí presentamos (Figura 8). De un segundo grupo de hospitales hoy no se conservan restos físicos, pero sí documentación histórica en la que consta su ubicación en la época aquí estudiada, de forma escrita o gráfica. Esta nos facilita la localización del espacio que ocupaba la arquitectura histórica en el paisaje urbano y rural actual con diferente grado de rigurosidad. En siete casos, los datos permiten una localización precisa y en otros seis el planteamiento de hipótesis que el futuro desarrollo del proyecto, con la lectura de nuevas referencias, podrá completar.

Asimismo, contamos con cuatro arquitecturas que han dejado la huella de su antigua función caritativa en la toponimia. En tres de estos casos la toponimia es un elemento más a sumar a la información obtenida por otras vías, como restos físicos o documentos históricos. En un solo hospital, el nombre que hoy tienen determinados lugares del territorio nos conduce al posicionamiento espacial aproximado de edificaciones perdidas, de un modo no tan riguroso como en los anteriores, pero sí con mayor exactitud que la escala del catastro.

En último lugar, después del trabajo realizado, tan sólo de seis entidades no hemos podido, hasta ahora, localizar información para su posicionamiento espacial dentro de la trama del núcleo, de acuerdo a una mirada de proximidad. Con el objetivo de garantizar una lectura correcta de esta información, en la tabla de atributos del punto que representa a cada una de ellas se añadió un campo de coordenadas en el que se indica que son desconocidas. Aun así, el punto está localizado provisionalmente sobre el mapa y, generalmente, lo situamos en las inmediaciones de la iglesia del lugar y al borde del camino. En conjunto, este grado de conocimiento en el posicionamiento espacial de las arquitecturas hospitalarias va desde la evidencia a la hipótesis con diferentes niveles de probabilidad en concordancia con la existencia o no de restos físicos, datos históricos y toponímicos.

Figura 8. Identificación y posicionamiento geoespacial de las arquitecturas hospitalarias con indicación del tipo de evidencia y grado de conocimiento.

Tipo de evidencia	Grado de conocimiento	Latitud Y, Longitud X*		Cód.	Nombre del hospital Población
		Coordenadas			
Restos físicos	Preciso	43.679035, -7.592967		lu06	Hospital Santiago de Celceiro
		43.014058, -7.557937		lu10	Hospital de San Juan de Dios Lugo
		43.43836, -7.357754		lu12	Hospital Ciudad de Mondoñedo
		42.522426, -7.513505		lu13	Hospital del Santo Espíritu Villa de Monforte de Lemos
		42.85949, -7.780478		lu14	Hospital Santiago de Ligonde
		42.755865, -7.241916		lu25	Hospital de Santa María Magdalena San Berisimo de A Balsa
		43.298799, -7.690727		lu27	Casa terrena San Julián de Mourence
Restos físicos y toponimia	Preciso	43.695648, -7.440725		lu09	Hospital de San Andrés Santa María de Liciro
		42.707771, -7.04316		lu17	Hospital de Nuestra Señora del Cebreiro
		43.148213, -7.001137		lu08	Hospital Santa María Magdalena de Fonfría
Documentos	Preciso	42.800414, -7.622822		lu18	Hospital San Nicolás de Portomarín
		42.799282, -7.619836		lu20	Hospital San Pedro de Portomarín
		42.729899, -7.326653		lu22	Hospital Santa Gertrudis de la villa de Samos
		43.560833, -7.303032		lu23	Hospital de San Sebastián San Martín de Mondoñedo
		42.776968, -7.417494		lu24	Hospital de San Antonio San Salvador de la villa de Sarria
	Aproximado	43.298542, -7.682806		lu26	Hospital de Santa Catalina Santa María de la villa de Vilalba
		43.140138, -7.085651		lu01	Hospital Santa María Magdalena de A Pobra do Burón
		43.496658, -7.142829		lu03	Casa de hospital San Pedro de Arante
		43.427669, -7.363107		lu11	Hospital de San Pablo Ciudad de Mondoñedo
		42.731361, -7.157854		lu16	Hospital de Santa Catalina San Juan de Fonfría
Documentos y toponimia	Aproximado	42.798367, -7.620312		lu19	Hospital de San Lázaro San Pedro de Portomarín
		43.536369, -7.040659		lu21	Hospedaje de San Sebastián Ribadeo
Toponimia	Aproximado	43.671175, -7.591506		lu30	Hospital Viveiro
No localizada	Desconocido	43.531839, -7.052647		lu15	Hospital de San Lázaro San Juan de Ove
		43.059958, -7.074806		lu02	Hospital Santa María de Lamas de Moreira
		43.029432, -7.3232		lu04	Hospital de San Lázaro Santiago de Vilaríño
		43.029378, -7.326958		lu05	Hospital de San Bartolomé Santiago de Vilaríño
		42.60841, -7.769107		lu07	Hospital Villa de Chantada
		43.470664, -7.29866		lu28	Hospital de Santiago Vilanova de Lourenzá
		43.661371, -7.59405		lu29	Hospital Viveiro

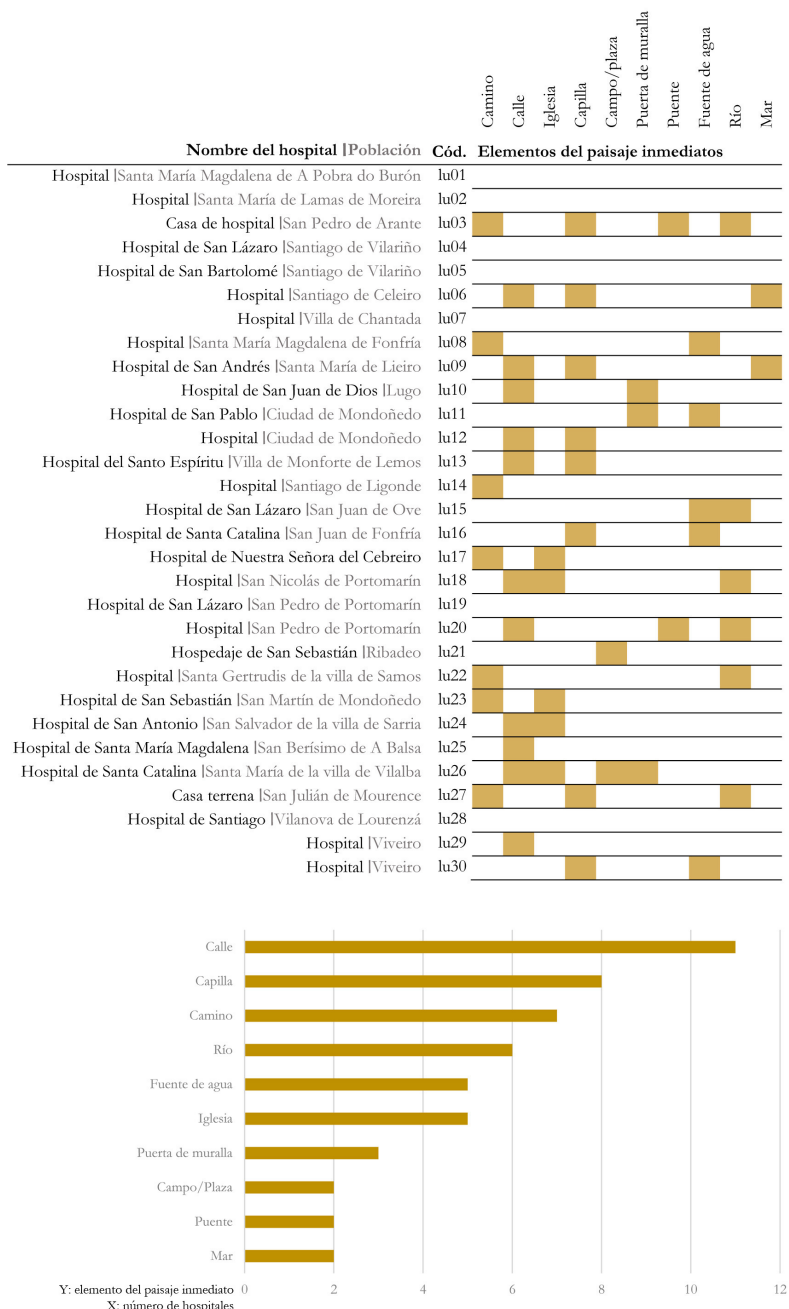
*La introducción en GoogleMaps u OpenStreetMap de las coordenadas, tal y cual están aquí indicadas, nos lleva a la entidad.

Fuente: *Elaboración propia.*

4. CONCLUSIONES

La lectura conjunta del trabajo de georreferenciación de los hospitales relacionados por las Respuestas Generales del catastro de Ensenada nos lleva a comprobar que, a mediados del siglo XVIII, la relación de estas arquitecturas con el paisaje mantenía los mismos patrones que en los primeros siglos de desarrollo y consolidación de las rutas a Santiago de Compostela, con instituciones ubicadas en los bordes de caminos en entornos rurales o con el frente a calles y campos o plazas en los urbanos, con el predominio de localizaciones próximas a cursos de agua, fuentes o manantiales, así como a entidades singulares como capillas, iglesias, puertas de muralla y puentes (Figura 9). En buena medida, esto era consecuencia directa de que la fundación de estas instituciones caritativas se remontaba a la Edad Media, en la mayor parte de los casos, aunque también sucedía para aquellos otros cuyas fábricas fueron levantadas en épocas posteriores o reubicadas en nuevas localizaciones de la misma población antes de los siglos centrales del setecientos.

Figura 9. Análisis de los elementos del paisaje urbano y rural inmediatos a la localización de las arquitecturas hospitalarias.



Fuente: *Elaboración propia.*

Un total de 24 arquitecturas de este corpus se ubicaban a los pies o en el área próxima a alguna de las rutas de peregrinación a Santiago de Compostela de las hoy delimitadas como oficiales, independientemente de que entre sus usuarios se cite o no a peregrinos. Nueve hospitales estaban en las inmediaciones del Camino Francés, ocho en el Camino Norte o Ruta de la Costa, cinco en torno al Camino Primitivo o de la ruta del interior y dos en el hoy llamado Camino de Invierno. A todos estos hay que añadir las cinco arquitecturas que existían dispersas por diferentes puntos de la costa de la antigua provincia de Mondoñedo y un caso que, aunque próximo a la ruta oficial del interior, no es un punto de paso recogido hoy en ella (Figura 10 y Figura 11).

Figura 10. Distancias entre unos hospitales y otros en relación con las rutas de peregrinación a mediados del setecientos.

Camino Francés		De	A	Distancia (km)
Hospital de Nuestra Señora del Cebrero	lu17	lu16	Hospital de Santa Catalina San Juan de Fonfría	12
Hospital de Santa Catalina San Juan de Fonfría	lu16	lu25	Hospital de Santa María Magdalena San Berisimo de A Balsa	9
Hospital de Santa María Magdalena San Berisimo de A Balsa	lu25	lu22	Hospital Santa Gerrrudis de la villa de Samos	9
Hospital Santa Gerrrudis de la villa de Samos	lu22	lu24	Hospital de San Antonio San Salvador de la villa de Sarría	13,5
Hospital de San Antonio San Salvador de la villa de Sarría	lu24	lu19	Hospital de San Lázaro San Pedro de Portomarín	20
		lu20	Hospital San Pedro de Portomarín	
		lu18	Hospital San Nicolás de Portomarín	
Hospital de San Lázaro San Pedro de Portomarín	lu19			
Hospital San Pedro de Portomarín	lu20			
Hospital San Nicolás de Portomarín	lu18	lu14	Hospital Santiago de Ligonde	15,5
Hospital Santiago de Ligonde	lu14		Hospital de Furelos San Juan de Furelos *	21
Camino del Norte, ruta del Interior, Camino primitivo o de Oviedo				
Hospital Santa María Magdalena de Fonfría	lu08	lu01	Hospital Santa María Magdalena de A Pobra do Burón	8,5
Hospital Santa María Magdalena de A Pobra do Burón	lu01	lu02	Hospital Santa María de Lamas de Moreira	9
Hospital Santa María de Lamas de Moreira	lu02	lu04	Hospital de San Lázaro Santiago de Vilaríño	20
		lu05	Hospital de San Bartolomé Santiago de Vilaríño	
Hospital de San Lázaro Santiago de Vilaríño	lu04			
Hospital de San Bartolomé Santiago de Vilaríño	lu05	lu10	Hospital de San Juan de Dios Lugo	20
Hospital de San Juan de Dios Lugo	lu10		Hospital Santa María de Melide*	43
Camino Norte o Ruta de la Costa				
Hospedaje de San Sebastián Ribadeo	lu21			
Hospital de San Lázaro San Juan de Ove	lu15	lu03	Casa de hospital San Pedro de Arante	10,7
Casa de hospital San Pedro de Arante	lu03	lu28	Hospital de Santiago Vilanova de Lourenzá	16
Hospital de Santiago Vilanova de Lourenzá	lu28	lu12	Hospital Ciudad de Mondoñedo	8
		lu11	Hospital de San Pablo Ciudad de Mondoñedo	
Hospital Ciudad de Mondoñedo	lu12			
Hospital de San Pablo Ciudad de Mondoñedo	lu11	lu26	Hospital de Santa Catalina Santa María de la villa de Vilalba	33
		lu27	Casa terrena San Julián de Mourence	
Hospital de Santa Catalina Santa María de la villa de Vilalba	lu26			
Casa terrena San Julián de Mourence	lu27		Hospital Santiago de Arzúa*	74
Camino de Invierno				
Hospital O Barco de Valdeorras*		lu13	Hospital del Santo Espíritu Villa de Monforte de Lemos	70
Hospital del Santo Espíritu Villa de Monforte de Lemos	lu13	lu07	Hospital Villa de Chantada	28
Hospital Villa de Chantada	lu07		Hospital San Ciprián de Chapa*	60
Camino del Mar				
Hospedaje de San Sebastián Ribadeo	lu21	lu23	Hospital de San Sebastián San Martín de Mondoñedo	24
Hospital de San Sebastián San Martín de Mondoñedo	lu23	lu09	Hospital de San Andrés Santa María de Lieiro	24
Hospital de San Andrés Santa María de Lieiro	lu09	lu06	Hospital Santiago de Celeiro	16,5
		lu29	Hospital Viveiro	
		lu30	Hospital Viveiro	

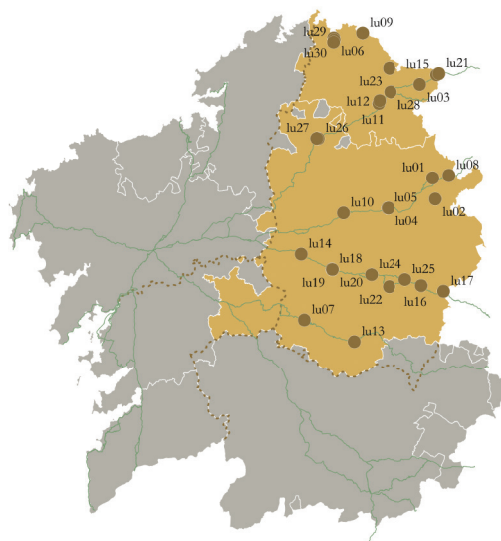
*Este hospital no pertenece a las antiguas provincias de Lugo y Mondoñedo

Fuente: *Elaboración propia.*

Si atendemos a la relación entre el número de hospitales por cada ruta y la longitud aproximada que cruzaba el ámbito territorial aquí estudiado de cada una, sobre los límites provinciales de 1753, observamos que el Camino Francés era el mejor dotado, con 9 hospitales para unos 85 km de recorrido, seguido por el Camino Norte o Ruta de la Costa, con 8 hospitales para un itinerario de alrededor de 122 km.

Al analizar las distancias que existían entre hospitales, dentro de cada ruta, con el fin de comprobar la pervivencia del funcionamiento de la red en el setecientos, observamos que, en el caso de los hospitales relacionados con el Camino Francés, la separación entre uno y el siguiente variaba entre 9 y 21 km. Un peregrino común puede caminar hasta 25 km al día y el límite, en condiciones muy excepcionales, podría subir hasta los 40 km por jornada de viaje. Por tanto, a mediados del siglo XVIII seguía funcionando una red hospitalaria en torno a esta ruta concreta que sí garantizaba que el peregrino pudiese encontrar al menos una arquitectura en cada jornada de viaje. Sin embargo, esto no sucedía, en las otras tres opciones, al menos no en todo su trazado por las provincias aquí estudiadas.

Figura 11. Visualización global de las arquitecturas hospitalarias de mediados del setecientos en relación con las rutas de peregrinación a Santiago de Compostela.



Fuente: *Elaboración propia.*

En el caso del Camino Primitivo o Camino de Oviedo, si entre A Pobra de Burón y Castroverde se pasaba por el hospital de Santa María de Lamas de Moreira, que hoy no forma parte del recorrido oficial, sí estaba asegurado no superar un intervalo entre 8,5 y 20 km de un hospital a otro hasta Lugo, si no tenemos en cuenta que, del primero del recorrido, el catastro indica que estaba arruinado. A pesar del mayor número de hospitales que existían en la hoy Ruta de la Costa, si bien la distancia entre las paradas desde Ribadeo a Villalba se mantenía dentro del rango de los 8 a los 16 km, no ocurría así de ahí en adelante. Peregrinar por el Camino de Invierno a mediados del siglo XVIII tampoco era garantía de encontrar una arquitectura hospitalaria sin rebasar los límites del cuerpo humano. Por último, los hospitales localizados en la costa, si consideramos un supuesto Camino del Mar desde Ribadeo hasta Viveiro, se separaban entre sí de 16,5 a 24 km, por tanto, distancias asumibles en jornadas de viaje andando de uno a otro.

Aunque en este trabajo sólo tenemos en cuenta los hospitales en su concepto medieval, es decir, los edificios frecuentados por pobres, marginados, peregrinos, enfermos y viajeros, principalmente, lo cierto es que estamos dejando fuera otro tipo de arquitecturas como posadas o viviendas particulares que pudieran ofrecer alojamiento y comida. En este ámbito territorial el catastro no hace referencia en la pregunta número 30 del Interrogatorio a ninguna de estas, aunque sí ocurre en otras provincias (López Salas, 2019). Asimismo, es importante tener en cuenta que del conjunto del catastro de Ensenada, hasta ahora en este trabajo solo hemos utilizado la información que, sobre hospitales, averiguaron los peritos al hacer las preguntas del Interrogatorio, pero todavía queda pendiente el incluir los otros muchos datos que de ellos figuran en los demás libros elaborados para cada feligresía, a saber, los libros de lo real de legos y eclesiásticos. Estos pueden incluso dar noticia de otros hospitales existentes en estas poblaciones que no se anotaron en los libros de las Respuestas Generales y, sobre todo, ofrecer más datos acerca de su materialidad.

En cualquier caso, el trabajo aquí desarrollado pone de manifiesto la existencia de una red hospitalaria en una amplia zona de las antiguas provincias de Mondoñedo y Lugo que, organizada para

una función determinada y conectada por unos rangos de distancia concretos, estaba al servicio de los caminos de peregrinación, además de dar soporte a los habitantes de cada población y su entorno. En algunas zonas, la ausencia de hospitales para una distancia acorde a un día de viaje puede ser no solo indicio del decaimiento de la red, sino también una explicación de la continuación de la importancia histórica de una ruta concreta, el Camino Francés. Comprender el grado de persistencia de la red medieval en un periodo como en el setecientos, sobrepasa los objetivos aquí planteados, pero sí es una vía a abordar en el futuro para, con una visión global y comparativa y por medio de herramientas digitales de análisis asistido por ordenador y mapeado web interactivo, continuar el camino hacia nuevas lecturas y descubrimientos en torno a la hospitalidad y la peregrinación jacobea.

5. BIBLIOGRAFÍA

- Abel Expósito, J. M. (1998). Escudos del viejo Portomarín. *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 8(2), 83-124.
- Abel Expósito, J. M. (2004). La heráldica de la villa de Villalba. *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 11(2), 83-124.
- Adrán Goás, C. (2007). El camino de Santiago en la diócesis de Mondoñedo: El hospital de pobres y peregrinos de Santa Ana de Celeiro. *Rudesindus: miscelánea de arte e cultura*, (1), 71-104.
- Camarero Bullón, C. (2002). El Catastro de Ensenada, 1749-1759: diez años de intenso trabajo y 80.000 volúmenes manuscritos. *CT Catastro, Diciembre*, 61-88.
- Casanova Otero, J. R. (s.d.). La Capilla del hospitalillo y su clausura. *JR Casan. Monforte de Lemos y su entorno a través del tiempo*. <http://www.jrcasan.com/MONFORTE/hospital/capilla.htm>
- Castro Fernández, B., y López Facal, R. (2018). Patrimonio cultural y competencias sociales: bases para una propuesta de intervención didáctica en Portomarín. *Educatio Siglo XXI*, 36(1), 129-148. <http://dx.doi.org/10.6018/j/324201>
- Castro Redondo, R. (2019). *Cartografía digital de Galicia en 1753. Jurisdicciones, provincias y Reino*. Andavira.

- Fernández Pacios, X. R. (2011). Unha nova vía de peregrinación: o Camiño do Mar. Estudio do tramo Ribadeo-Viveiro. *Ad Limina*, 2(2), 57-83.
- Fernández Pacios, X. R. (2004). *O Camiño de Santiago na Mariña Lucense*. Xunta de Galicia.
- Fernández Villalba, J. I. (2012). Hospital de San Andrés de San Ciprián. *Rudesindus*. <https://es.calameo.com/books/0011099440b33b4f3f717>
- Gijón Jiménez, V. (2017). Los viajeros extranjeros y los hospitales españoles de la última década del siglo XV hasta la revolución francesa. *Vectores de Investigación*, 12-13 (12-13), 259-308. https://docs.wixstatic.com/ugd/33e3ab_faefb5858194467381b6447654d65e54.pdf
- Good Morelli, L. (1998). *Medieval Pilgrims' Hospices on the Road to Santiago de Compostela*, 1 [Tesis doctoral, Yale University]. ProQuest Dissertations & Theses. <https://www.proquest.com/dissertations-theses/medieval-pilgrims-hospices-on-road-santiago-de/docview/304460618/se-2?accountid=17197>
- Herbers, K., y Plötz, R. (1998). *Caminaron a Santiago. Relatos de peregrinaciones al "fn del mundo"*. Xunta de Galicia.
- Iglesias Villaverde, X. (2010a). Ligonde. En *Xacopedia*. Recuperado 4 Abril, 2021, de <http://xacopedia.com/Ligonde>
- Iglesias Villaverde, X. (2010b). Fonfría. En *Xacopedia*. Recuperado 4 Abril, 2021, de http://xacopedia.com/Fonfr%C3%ADa_1
- Locker, M. D. (2012). *Landscapes of Pilgrimage in Medieval Britain* [Tesis doctoral, University College London]. UCL Discovery. <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1388786/>
- López Pombo, L. (2002). Notas históricas de la villa de Triacastela. *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, (10), 227-250.
- López Salas, E. (2018). La hospitalidad monástica en San Julián de Samos: su rastro documental y físico. En Manuel Costa y Paulo Sá Machado (Coord.), *Atas do V Colóquio Internacional Caminhos de Santiago "San Pedro de Rates, O primeiro discípulo de Santiago" 2017* (pp. 27-43). Município da Póvoa de Varzim.
- López Salas, E. (2019). Hospitales, hospicios y posadas de la actual provincia de A Coruña a mediados del siglo XVIII. En Manuel Costa

- y Paulo Sá Machado (Coord.), *Atas do IV Colóquio Internacional Caminhos de Santiago “Os Caminhos do Mar” 2018* (pp. 209-220). Município da Póvoa de Varzim.
- Méndez, I. (2010). Cebreiro, O. En *Xacopedia*. Recuperado 4 Abril, 2021, de http://xacopedia.com/Cebreiro_O
- Moure Domínguez, B. (2009). Traslado y reconstrucción de Portomarín [Trabajo fin de máster, Universidade da Coruña]. RUC – UDC. <http://hdl.handle.net/2183/9939>
- Outeiral Brión, S. (2010a). Mondoñedo. En *Xacopedia*. Recuperado 4 Abril, 2021, de <http://xacopedia.com/Mondo%C3%B1edo>
- Outeiral Brión, S. (2010b). Ribadeo. En *Xacopedia*. Recuperado 4 Abril, 2021, de <http://xacopedia.com/Ribadeo>
- Outeiral Brión, S. (2010c). En Vilalba. *Xacopedia*. Recuperado 4 Abril, 2021, de <http://xacopedia.com/Vilalba>
- Outeiral Brión, S. (2010d). Vilanova de Lourenzá. En *Xacopedia*. Recuperado 4 Abril, 2021, de http://xacopedia.com/Vilanova_de_Lourenz%C3%A1
- Pérez Rodríguez, M. (2001). El hospital de San Lázaro y su sacristán. *Revista anual de Semana Santa*, 35(28), 2001, 11-13.
- Plötz, R. (2012). El peregrino y su entorno. Historia, infraestructura y espacio. *Ad Limina*, 3(3), 2012, 165-180. https://www.caminodesantiago.gal/documents/17639/362242/Ad_Limina_III.%2007_Robert%20Pl%C3%B6tz.pdf
- Polín, R. (1993). O Camiño primitivo de Santiago: Ruta astur-galaica do interior: I. De Fonsagrada a Lugo. *Lucensia: miscelánea de cultura e investigación*, (6), 9-20. http://biblioteca.galiciiana.gal/es/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1157751&presentacion=pagina&posicion=11®istrardownload=0
- Polín, R. (2003). *Camiño Primitivo de Santiago. Camiño a Lugo. Guía histórica e cartográfica do Camiño Primitivo de Santiago na urbe e señorío lucense*. A Nosa Terra.
- Real Academia Galega y Xunta de Galicia (s.d.). *Toponimia de Galicia*. <https://toponimia.xunta.gal/es>
- Ruiz de la Peña Solar, J. I. (1994). Dos fundaciones hospitalarias medievales en el itinerario astur-galaico del camino de Santiago:

Fonfría y Montouto. *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos*, (144), 581-591.

Vázquez Rodríguez, S. (2019). Análisis histórico-artístico de la calle mayor de Sarria [Trabajo fin de máster, Universidade da Coruña]. RUC – UDC. <http://hdl.handle.net/2183/23512>

Yzquierdo Perrín, R. (2003). *Los caminos a Compostela: el arte de la peregrinación*. Encuentro.

Xunta de Galicia (2011). Decreto 227/2011, de 2 de diciembre, por el que se aprueba la delimitación de la ruta principal del Camino de Santiago, Camino Francés, desde la entrada en el municipio de Pedrafita do Cebreiro hasta el límite del término municipal de O Pino. Triacastela. Serie de planos. <https://www.cultura.gal/es/delimitacion-camino-frances>

Xunta de Galicia (2012a). Decreto 267/2012, de 5 de diciembre, por el que se aprueba la delimitación del Camino de Santiago del Norte, ruta del interior, también conocido como Camino Primitivo o de Oviedo. A Fonsagrada. Memoria Justificativa. <https://www.cultura.gal/es/delimitacion-camino-norte-interior-oviedo>

Xunta de Galicia (2012b). Decreto 267/2012, de 5 de diciembre, por el que se aprueba la delimitación del Camino de Santiago del Norte, ruta del interior, también conocido como Camino Primitivo o de Oviedo. Castroverde. Memoria Justificativa. <https://www.cultura.gal/es/delimitacion-camino-norte-interior-oviedo>

Xunta de Galicia (2014). Decreto 158/2014, de 27 de noviembre, por el que se aprueba la delimitación del Camino de Santiago del Norte, Ruta de la Costa. Ribadeo. Serie de Planos. <https://www.cultura.gal/es/delimitacion-camino-santiago-norte-ruta-costa>

REDESCUBRIENDO LAS RELACIONES ENTRE EL CAMINO DE SANTIAGO Y SUS ACTORES IMPLICADOS: ILUSIONES, EXPECTATIVAS Y REALIDADES

IRIA CAAMAÑO-FRANCO
MARÍA ANDRADE SUÁREZ
(GET-UDC)

1. INTRODUCCIÓN

Las rutas de peregrinación son a menudo lugares patrimoniales de valor más allá de su posicionamiento religioso (Liro, 2021) visitados tanto por motivos sociales, históricos, religiosos, culturales, deportivos, etc. El Camino de Santiago se posiciona como el primer gran ejemplo de la recuperación contemporánea del peregrinaje masivo en Occidente (Lois-González y Santos, 2015), constituyendo un fenómeno multifacético de proyección y reconocimiento internacional (Porcal, Díez y Íñiguez, 2012). En su proceso de consolidación se dispone como una ruta tanto religiosa, como espiritual o cultural (Soljan y Liro, 2020; Liro, Soljan y Bilska-Wodecka, 2018) y, a su vez, como un elemento territorial de alto valor simbólico (Porcal, Díez y Íñiguez, 2012).

Con todo, el Camino de Santiago se ha configurado como un producto turístico que se encuentra en constante crecimiento y que genera debates sobre su papel en el desarrollo económico y social,

especialmente, por ser un momento en el que gran parte del territorio que atraviesa se debate entre la despoblación y el desmantelamiento del medio rural (Andrade, 2012). En esta línea, son diversos los trabajos que, desde perspectivas diferentes, han analizado sus impactos positivos y negativos así como su potencialidad como factor de desarrollo local, especialmente en el caso de Galicia (Precedo, Revilla y Mínguez, 2007; Leira, Rego y Santos, 2010; Andrade, 2012; Porcal, Díez y Íñiguez, 2012; Santos, 2006; Martín Duque, 2014; Padín y Pardellas, 2015; Montes, 2015; Martín-Duque, 2017). Por supuesto, hay que contextualizar que por las propias características del producto turístico resulta difícil cuantificar estos efectos (Porcal, Díez y Íñiguez, 2012) por lo que los resultados no consiguen determinar si el turismo representa un nuevo medio de desarrollo regional o, si por el contrario, no es más que una ilusión (Sharpley, 2002).

No obstante, no hay dudas en el incremento continuado del número de personas que realizan esta ruta y a pesar de ello el Camino de Santiago parece no estar generando una clara dinámica de desarrollo sobre las áreas rurales que atraviesa. Los estudios existentes indican que, como sintetiza Martín-Duque (2017), en general, la ruta tiene un leve impacto económico en los municipios por los que transcurre debido, principalmente, al bajo gasto medio registrado por caminante y día (entorno a los 30€). Asimismo, apuntan que el Camino no ha alterado significativamente la dinámica demográfica de dichos municipios (Santos, 2006) aunque sí se observa cierto grado de desarrollo en las ciudades cabeceras de comarca y fundamentalmente en la ciudad de Santiago de Compostela (Precedo, Revilla y Mínguez, 2007).

Por otra parte, se ha considerado que puede suponer además de una oportunidad de desarrollo una amenaza por la presión que estos flujos de visitantes ejercen en los recursos naturales y culturales así como la alteración que pueden generar en la estructura socioeconómica del destino (Martín-Duque, 2017). Sin embargo, la cuestión de la posible masificación en Camino de Santiago (Santos, 2006; Fiol, 2010; Porcal, Díez y Íñiguez, 2012) es todavía una incertidumbre (Martín-Duque, 2017) observando grandes diferencias dependiendo de la ruta. Con todo, según un estudio de la USC (2018), más del 80% de los residentes considera que los beneficios del Camino para el ayuntamiento son superiores a los costes y más del 90% de los encuestados percibe

impactos económicos del Camino positivos en lo que se refiere a ingresos, comercio local, empleo y turismo.

En base a este contexto, la presente investigación se centra en el Camino Francés que, siendo una de las rutas más desarrolladas desde la perspectiva de la oferta turística y de la demanda, está experimentando un aumento continuado en el número de peregrinos y peregrinas. En este trabajo se hace así hincapié en la valoración que, sobre el Camino de Santiago, tienen los principales colectivos y agentes sociales implicados. Se trata de estudiar, por tanto, la valoración y el potencial del Camino como factor de desarrollo local y estudiar cuál es el apoyo, a escala local, de la evolución actual de esta ruta de peregrinación con la finalidad de caracterizar también los aspectos más problemáticos desde el punto de vista de las partes implicadas. Para ello el estudio se desarrolla mediante una metodología cualitativa basada en 10 entrevistas en profundidad a actores implicados.

En las páginas que siguen se plantea el marco teórico en el que se encuadra la investigación, se describe la metodología seguida para validar el modelo propuesto y se analizan, a continuación, los resultados obtenidos. Finalmente, se señalan las principales conclusiones y se discuten sus contribuciones teóricas y prácticas.

2. LA DISCUSIÓN SOBRE EL CAMINO DE SANTIAGO COMO ELEMENTO DINAMIZADOR DEL DESARROLLO RURAL: POSIBLES RESPUESTAS A UNA PROBLEMÁTICA VIGENTE

En un contexto marcado por un creciente interés por el futuro de los espacios rurales, sometidos desde hace tiempo a una profunda crisis demográfica, económica y cultural (Dalda y Docampo, 2003), dichos espacios intentan integrarse a nuevas dinámicas a través de nuevos procesos productivos, entre los cuales se encuentra la aparición de actividades lucrativas vinculadas con usos no productivos del suelo agrícola como el turismo (Andrade, 2012). Así, el contexto global invita a instaurar nuevos modos de aprovechamiento integral de los recursos endógenos de un espacio rural que trata de paliar los efectos derivados de su desarticulación territorial y socioeconómica.

En el marco de esta filosofía, el turismo se postula como una actividad económica susceptible de formar parte, en muchos casos, de planes

de desarrollo. De este modo, en los últimos años se ha llevado a cabo una política de fomento de la actividad turística en municipios rurales dotados de numerosos recursos naturales y culturales pero deteriorados desde el punto de vista demográfico y económico. Precisamente en las últimas décadas el turismo se reconoce como un medio potencial para el desarrollo socioeconómico y la regeneración de zonas rurales y, en particular, aquellas afectadas por el declive de las actividades agrarias tradicionales (Pourtaheri, Rahmani y Ahmadi, 2012). Así, el turismo es considerado con frecuencia un catalizador deseable de innovaciones para el desarrollo local sostenible como resultado de la conservación, la intervención y la recuperación del patrimonio y el valor que esto aporta al territorio (Mitchell y Shannon, 2018) pero, especialmente, se destaca su contribución a la mejora de la calidad de vida de las comunidades locales (Briedenhann y Wickens, 2004).

De acuerdo con la literatura, la actividad turística es un elemento de dinamización económica para las poblaciones locales pero, como todo fenómeno, genera impactos en un amplio abanico de dimensiones como la sociocultural, la demográfica o la medioambiental (Brida, London y Rojas, 2014; Vargas-Sánchez, Porrás-Burno y Plaza-Mejía, 2011; Delgado y Hernández, 2019). Además, el turismo se ha convertido en una herramienta prioritaria de la ortodoxia de la planificación rural (Garrod, Wornell y Youell, 2006). Las áreas periféricas y rurales que se encuentran en una situación económica y socialmente deprimidas lo han considerado con frecuencia como un instrumento clave para promover el empleo local y un camino hacia la regeneración rural, la diversificación y la reestructuración de las economías (Panyik, Costa y Rätz, 2011). No obstante, hay que tener en cuenta que si bien el turismo es una opción para ayudar a dinamizar la economía rural y, en particular, desempeña un papel importante en la creación de un valor agregado, su impacto no deja de ser controvertido (Pourtaheri, Rahmani y Ahmadi, 2012).

En la misma línea cabe puntualizar que la recuperación y revitalización de la vida social y económica en los espacios rurales apoyada en las actividades turísticas exige una correcta integración en el sistema productivo local. En este sentido, es oportuno considerar el hecho de que el turismo es una medida sectorial que por sí sola no puede subsanar todos los problemas de las áreas rurales puesto

que la cuestión de la despoblación y del atraso económico urge soluciones globales y no parciales (Andrade, 2012). En cualquier caso, “es probable que cualquier diversificación económica sea bienvenida” (Hohl y Tisdell, 1995: 532) y, por ende, el sector turístico se presenta como un conveniente factor del desarrollo local pero complementario (Precedo, Revilla y Mínguez, 2007).

Teniendo en cuenta estos argumentos, las rutas de peregrinación son ampliamente reconocidas como atractivos turísticos potenciales y relevantes puesto que ofrecen considerables oportunidades para el desarrollo de los territorios por los que transitan (Balestrieri y Congiu, 2017). Aunque es necesario reconocer que las investigaciones en esta materia concreta siguen siendo escasas (De la Torre, Pérez y Cárdenas, 2016) en la práctica el turismo se ha promocionado en numerosos lugares sagrados con el objetivo de diversificar la oferta turística, rejuvenecer economías en crisis y generar fondos para su preservación y conservación (De la Torre, Pérez y Cárdenas, 2016). Además, este tipo de turismo, que combina la motivación espiritual con el interés por descubrir y conocer las regiones atravesadas, se ha visto incrementado paulatinamente en todo el mundo (Hughes, Bond y Ballantyne, 2013), en lugares asociados a casi todas las religiones y ha experimentado un auge extraordinario en las últimas décadas (Balestrieri y Congiu, 2017). Esos motivos turísticos seculares ofrecen así oportunidades para la integración de los lugares de peregrinaje en las estrategias de desarrollo regional de las zonas rurales (Hilpert, 2018).

En general el turismo religioso, y específicamente las peregrinaciones, pueden considerarse como estrategia de desarrollo rural y como una actividad complementaria y que provee de ingresos adicionales y empleo a las comunidades locales (Juárez, Ramírez y Mota, 2017). En todo caso, si bien en muchas localidades pequeñas el turismo generado por las rutas de peregrinación se ha convertido en la primera fuente de ingresos, lo cual evidencia claramente su capacidad transformadora, se pone de manifiesto que, en general, las rutas de peregrinación generan mayores beneficios en el punto final o meta de la peregrinación dado que es donde se concentra mayormente este efecto económico inducido (Precedo, Revilla y Mínguez, 2007; Prozano, 2018).

Así mismo, el desarrollo de este turismo de peregrinación requiere un conjunto de elementos tractores que, con frecuencia, no están

disponibles automáticamente para el desarrollo turístico, así como también unas estructuras de gobernanza de los destinos que sean eficientes y equilibren los distintos intereses de las partes interesadas (Bausch, Schröder y Gunya, 2020). Por tanto, el análisis del turismo de peregrinación desde la perspectiva del desarrollo turístico implica así describir las condiciones previas generales, el marco de desarrollo y especialmente las estructuras de gobernanza que se requieren (Bausch, Schröder y Gunya, 2020).

En este sentido, el apoyo de los diversos actores hacia el turismo religioso proviene generalmente del reconocimiento de sus beneficios potenciales y, de este modo, mientras que para las entidades eclesíásticas puede conllevar un incremento económico, la reafirmación de su autoridad o atracción de nuevos fieles, las entidades laicas destacan especialmente su potencial económico y de desarrollo (De la Torre, Pérez y Cárdenas, 2016).

Por consiguiente, es necesario diseñar planes estratégicos eficaces para el fomento de este tipo de actividades turísticas, pero teniendo en cuenta que a menudo las rutas de peregrinación pasan por más de una región, o incluso por más de un país, por lo que la gestión plantea diversos y magnos desafíos que, en la mayoría de los casos, dependerán del nivel de desarrollo previo y de la participación de actores implicados (Ambrósio *et al.*, 2019). Es decir, será fundamental que la planificación del turismo integre una correcta coordinación y compromiso entre las diversas partes interesadas. Para ello será esencial un enfoque colaborativo en todos los niveles (García-Delgado, Martínez-Puche y Lois-González, 2020) donde, por supuesto, la inclusión de residentes en el proceso de toma de decisiones (Aas, Ladkin y Fletcher, 2005; Briedenhann y Wickens, 2005) adquirirá un papel decisivo.

En definitiva, el Camino como factor de desarrollo local sigue manteniendo un considerable valor estratégico, al menos desde un punto de vista teórico tal y como sugieren Precedo, Revilla y Mínguez (2007) ya que: 1) Los significados culturales conforman un sentido de identidad que se añade al meramente geográfico o de lugar, reforzando el sentido de autoidentificación del individuo con su territorio, lo cual puede contribuir a reforzar la implicación y la participación del individuo en las iniciativas de desarrollo local; 2)

la identidad cultural aporta una imagen de prestigio que favorece la promoción local de iniciativas; 3) el sentido de cooperación que aporta el Camino puede interpretarse como un potencial de capital social generador de cohesión territorial, favoreciendo la formación de entornos locales innovadores y 4) el modelo lineal aporta además una organización en red de las comunidades territoriales por donde pasa, lo cual puede llegar a constituir una estrategia para la difusión de las innovaciones.

3. CONTEXTUALIZACIÓN DE LA RUTA DE PEREGRINACIÓN: EL CAMINO FRANCÉS A SANTIAGO

A lo largo de su historia, desde el S.IX hasta la actualidad, el Camino de Santiago ha pasado por diversos acontecimientos que le han permitido configurarse como un indiscutible producto turístico (Pereiro, 2019; Caamaño y Andrade, 2021). Como resumen cronológico de los eventos más reseñables destacar inicialmente el año 1962 cuando se designa como parte del Patrimonio Histórico-Artístico y el año 1982 cuando recibe la visita del papa Juan Pablo II. Será así a partir de los años 80 cuando despertó mayor interés y cuando el turismo entra de lleno en la agenda política gallega en un contexto que implicaba la necesidad de buscar nuevas salidas a la delicada crisis que mantenía a sectores claves de la economía gallega sumida en una profunda depresión (Santos, 2006). Así, en 1987 el Camino de Santiago fue declarado Itinerario Cultural Europeo por el Consejo de Europa (Council of Europe, 2021) debido a su importancia como vínculo histórico y cultural de la historia de la cristiandad así como a su valor universal (Millán y Pérez, 2017). Más tarde, en 1993 y coincidiendo con el Año Santo y el Xacobeo 93, será declarado por la UNESCO Patrimonio Mundial de la por lo que será un año decisivo en el que esta vía de peregrinación experimentará un verdadero resurgir en su patrimonialización y, por ende, en su aprovechamiento turístico.

Pero, sin duda, el Camino de Santiago ha vivido un proceso de revitalización que se ha visto significativamente acelerado en los últimos años: se ha consolidado como una de las rutas culturales más visitadas en el mundo y ha percibido un aumento constante en el número de las personas que lo realizan desde 2004, con ligeros

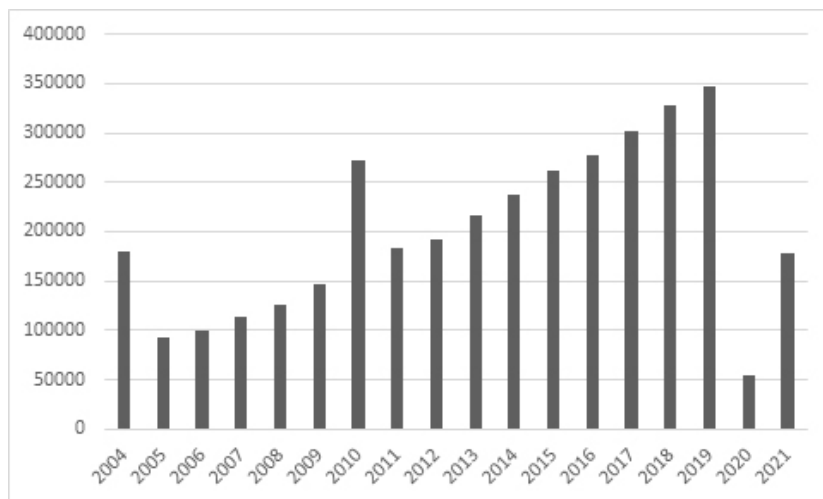
repuntes en los Años Santos (Oficina del peregrino, 2020). Este flujo continuado de individuos, aunque inicialmente inspirado en motivos religiosos, ha contribuido para la conformación de lo que se podría considerar una de las primeras rutas turísticas de la historia, al contar con todos los elementos necesarios para ser observada como tal: “oferta de alojamiento” (albergue para peregrinos), “oferta complementaria”, (posadas, mesones) o “recursos turísticos” (monumentales, históricos, naturales...) (López Palomeque, 1993). La peregrinación a Santiago de Compostela fue, en este sentido, un ejemplo de prototurismo que, hoy en día, ha creado un nuevo modelo de ruta turístico-cultural global: “Camino de Santiago S.A.” (Pereiro, 2019).

Según datos de la Oficina del Peregrino en la década de los 90 llegaban a la ciudad una media de 39.021 por año (Máximo 154.000 (1999), mínimo 5.000 (1990)) mientras que en la década del 2000 al 2010 llegaron ya una media de 101.297 por año Máximo 180.000 (2004), mínimo 55.000 (2000). En la actualidad (2011-2019) las cifras rondan los 300.000 peregrinos por año, concretamente, de media 259.947 (obteniendo el máximo 347.000 en el año pre-COVID 2019).

A la vista de los datos, y tal y como se muestra en la Figura 1, se pone de manifiesto cómo el Xacobeo explica los picos de afluencia de peregrinos (año 2004 y año 2010). No obstante, desde el año 2011 el número de peregrinos que llegan a Santiago de Compostela se ha incrementado sustancialmente con cifras que superan los 300.000 peregrinos anuales desde el año 2017. Además, también se produce un notable cambio en cuanto a la procedencia, derivada del notable incremento de peregrinos internacionales desde el año 2010. De este modo, se experimenta un punto de inflexión al representar un lugar central como producto turístico estrella de Galicia y, por tanto, un momento crucial que se debe de gestionar de manera correcta si no se quiere caer en la banalización de la misma (Santos, 2006). Como

es lógico, a partir del año 2020 y a raíz de la crisis generada por la COVID-19, las cifras desaceleran.

Figura 1. Evolución del número de peregrinos según las Compostelas* entregadas.



Fuente: *Oficina del Peregrino (2020)*

El Camino de Santiago se ha convertido en un itinerario polivalente y versátil (Murray y Graham, 1997), pasando de ser considerado un producto vinculado al turismo espiritual para convertirse en algo mucho más amplio que recoge diferentes tipologías turísticas (Nilsson y Tesfahuney, 2016). Así, el Camino de Santiago ha pasado de ser un producto únicamente ligado al turismo espiritual y religioso a ser considerado desde una perspectiva más amplia (Øian, 2019), configurándose como un itinerario histórico, espiritual, cultural, turístico y deportivo (Porcal, Díez y Íñiguez, 2012; Lois-González y Santos, 2015; Gómez-Ullate, 2016; Moscarelli, López y Lois González, 2020). De hecho, Santos (1999) remarcó que el año santo Xacobeo 1993 desencadenó un proceso de “re-semántica” o “reinventio” (Pazos-Justo *et al.*, 2018) que convirtió al Camino en el principal producto

* No todas las personas que peregrinan a Santiago deciden recoger la *Compostela*, documento con que la Oficina del Peregrino acredita haber realizado un mínimo de 100 Km a pie o en transporte no motorizado.

turístico de Galicia y a la ciudad de Santiago en un destino turístico internacional.

De hecho, el Camino de Santiago es una de las rutas de peregrinación más reconocidas a nivel internacional y destaca, entre otros aspectos, por el énfasis puesto en el viaje y no tanto en el destino (Fernandes *et al.*, 2012). Debemos señalar también que la ruta jacobea ha pasado de ser un espacio de peregrinación y ascetismo, orientado a la búsqueda de identidad religiosa y trascendente, a convertirse en algo mucho más diverso donde la experiencia turística ha ocupado una centralidad evidente (Montes, 2015). En ese sentido, el Camino de Santiago representa el perfecto ejemplo de cómo el turismo supone una metamorfosis moderna y secular de las antiguas peregrinaciones (Collins-Kreiner, 2010; Lois y López, 2012).

Este cambio inauguró una nueva “era del turismo” que no rompe con el pasado, sino que supone un reposicionamiento de su imagen tradicional, es decir, de símbolos estrictamente religiosos (peregrinación y ciudad santa) a un sentido cultural más amplio (marcado por la celebración de los años jacobeos modernos). El resurgimiento del Camino de Santiago se puede interpretar, así, como la consecuencia de la creación de un nuevo producto en consonancia con los nuevos motivos de turismo contemporáneo (Lois, 2013), en el contexto de un uso más activo del tiempo libre y de diversificación de productos turísticos para satisfacer a una demanda cada vez más exigente y variada (Porcal, Díez y Íñiguez, 2012).

El Camino Francés es, de todos los Caminos de Santiago, el que más personas aglutina (Santos, 2006; Tresserras, 2006; Millán, Morales y Pérez, 2010), siendo elegido por un 63,37% de los peregrinos en 2016 (Oficina del Peregrino, 2020). Por este motivo en este estudio nos hemos centrado en dicha ruta para investigar los impactos que el turismo ha tenido sobre ella.

El Camino Francés a Santiago comienza en Saint Jean Pied-de-Port (Roncesvalles), en territorio aquitano, y discurre por cuatro comunidades autónomas españolas (Navarra, La Rioja, Castilla y León y Galicia) y siete provincias (Navarra, La Rioja, Burgos, Palencia, León, Lugo y A Coruña) (Véase Mapa 1). Los más de 700 km que conforman el Camino hasta Santiago de Compostela se dividen en 31 etapas, tal y como se muestra en la siguiente imagen. Alternativamente, los

peregrinos pueden completar la Prolongación Jacobea y alcanzar el extremo del cabo de Fisterra (Xunta de Galicia, 2021).

Mapa 1. Etapas del Camino de Santiago Francés.



Fuente: *Albergues del Camino de Santiago, 2021.*

4. METODOLOGÍA

Este trabajo tiene como finalidad identificar las valoraciones y perspectivas de las partes interesadas sobre la capacidad de desarrollo rural de una Ruta de Peregrinación consolidada como el Camino de Santiago, concretamente, sobre el Camino Francés. Así, en primer lugar se han examinado los impactos (positivos y negativos), un enfoque aplicado ampliamente en los estudios del desarrollo local/rural y turismo (García-Delgado, Martínez-Puche y Lois-González, 2020), para, en segundo lugar, exponer el potencial general del Camino de Santiago en el desarrollo de las localidades rurales por las que transcurre y ofrecer, a continuación, recomendaciones para su desarrollo.

En este contexto, es preciso tener en cuenta que el desarrollo turístico debe de estar enfocado a la satisfacción de tres actores fundamentales que intervienen en el proceso: a) turistas, b) empresarios y c) ciudadanos de la sociedad receptora (Álvarez Sousa, 2005). Además, en el caso concreto objeto de estudio, tal y como indican Pazos-Justo et al. (2018), hay tres actores institucionales principales (Estado, Gobierno

Autonómico de Galicia y Ayuntamientos) a los que Herrero (2008) añade las Asociaciones de Amigos del Camino y la Iglesia Católica.

Con todo ello, y debido a la naturaleza exploratoria de esta investigación, se ha considerado apropiado una metodología cualitativa basada en la realización de entrevistas en profundidad semi-estructuradas destinadas a cotejar diferentes opiniones y percepciones de los actores estratégicos del Camino Francés en Galicia (políticos, personal técnico, residentes, emprendedores/as...).

En este caso el muestreo de sujetos entrevistados ha sido por conveniencia para reflejar una diversidad de perspectivas. Finalmente se han conseguido realizar un total de 10 entrevistas, según se muestra en la Tabla 1., durante los meses de Abril-Mayo 2021 y todas de manera telefónica debido a las restricciones sanitarias existentes. Las conversaciones fueron grabadas previo consentimiento de los entrevistados con el único fin de facilitar la transcripción y análisis.

Tabla 1. Función principal de las partes participantes.

CÓDIGO	CARGO DEL ENTREVISTADO	FECHA
E.1.	Empresa hotelera	4/3/2021
E.2.	Ayuntamiento	8/03/2021
E.3.	Peregrina	10/03/2021
E.4.	Empresa hotelera	11/03/2021
E.5.	Diputación	15/03/2021
E.6.	Guía Turístico en el Camino	23/03/2021
E.7.	Iglesia	20/04/2021
E.8.	Ayuntamiento	30/04/2021
E.9.	XACOBEO	24/05/2021
E.10	Xunta	25/05/2021

Fuente: *Elaboración propia.*

Para la elaboración del guion de la entrevista se ha seguido el criterio establecido en los objetivos de estudio. Para el análisis de contenido primero se realizó la codificación de frases clave y segmentos de texto, luego de lo cual se agruparon visiones y perspectivas similares

mediante un proceso de análisis temático. Las declaraciones se compararon con la literatura existente para englobar también puntos de vista y perspectivas previamente encontrados.

5. VALORACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LAS PARTES INTERESADAS SOBRE LA CAPACIDAD DE DESARROLLO RURAL DEL CAMINO FRANCÉS A SANTIAGO

Existen relativamente pocos estudios sobre la percepción de los impactos que trae el turismo de peregrinación por parte de las comunidades por las que trascurren estas rutas (Progano, 2018)¹ y probablemente es debido a que son en sí mismos un fenómeno tan amplio, diverso y trascendente que se debe de abordar desde diferentes partes del prisma.

En este caso, se ha decidido concentrar la investigación en un caso muy concreto de estudio, el Camino Francés, puesto que resulta una de las rutas del Camino que mayor impacto a nivel cuantitativo de peregrinos recibe (en torno a la mitad de las personas que recogen la Compostela) y, por ende, el que mayor nivel de desarrollo turístico presenta. Así, de todas las rutas del Camino de Santiago parece que, en este caso, se percibe con más intensidad que esta actividad genera claramente efectos sobre el territorio por el que transcurre y, de hecho, los entrevistados confirman que una vez que sales de la ruta establecida se nota que ya te desvías del Camino (E.2.; E.3.; E.5.; E.8) bien sea por las infraestructuras e/o incluso por la afluencia de caminantes: “el impacto del camino también se nota mucho en los ámbitos del propio itinerario, pero luego yo creo que el retorno en otros espacios que quedan un poco alejados del propio itinerario pues es muy residual” (E.5).

No obstante, todo tiene un haz y un envés, y la actividad turística no resulta inocua por lo que los entrevistados aportan valoraciones en ambas direcciones: “el impacto es relativo, para bien y para mal” (E.5); “El impacto en el ámbito rural yo creo que también es significativo y ... a veces para bien en el sentido que se fomenta también (...) pues un

¹ Resultados de Galabra en el siguiente enlace: <https://biblio.caminhosdesantiago.net/lib/>

mayor interés por esas zonas pero también negativo que hay personas que no (...) que no acaban de ver tampoco (...)" (E.7).

Como ya se ha puesto de manifiesto, el conocimiento de la valoración que los peregrinos y agentes sociales e institucionales implicados en este itinerario religioso-cultural adquiere una importancia crítica en tanto en cuanto permite efectuar un diagnóstico global de su estado actual y de sus perspectivas futuras (Porcal, Díez y Íñiguez, 2012). En este sentido, el análisis del discurso ofrecido por los actores entrevistados ha permitido revelar que el Camino de Santiago se configura como el producto turístico estrella de Galicia. Tal y como cita la E.10: "Los resultados no dejan lugar a dudas sobre el éxito alcanzado, al menos si lo medimos en llegada de visitantes. Pero también ha aumentado el grado de conocimiento de los caminos, el prestigio, la actividad económica, en general el balance ha sido muy positivo" (E.10).

En esta línea, se considera de vital importancia conocer, analizar y evaluar la incidencia del Camino de Santiago en el desarrollo de estos espacios rurales, puesto que el conocimiento de tales variables facilitará la planificación y las estrategias de promoción y regulación de esta ruta milenaria. Con este punto de partida, y con la finalidad de estructurar de modo coherente los resultados alcanzados, se ha considerado oportuno reagrupar los argumentos aportados por los entrevistados en impactos positivos e impactos negativos. Partiendo de estudios previos (Caamaño y Andrade, 2021) se organizarán dichos impactos en cuatro dimensiones: dimensión económica, dimensión simbólica, dimensión cultural y dimensión social, por ser estas las temáticas asociadas en el proceso de comunicación social del Camino de Santiago en la prensa nacional. No obstante, dado que en el ámbito simbólico solo surgió como tema la promoción turística, se ha decidido agrupar dicha dimensión con la cultural por estar en esta ocasión los discursos intrínsecamente relacionados.

Tabla 2. Valoraciones y perspectivas de los actores turísticos sobre los impactos generados por el Camino Francés sobre el territorio.

ECONÓMICA	SIMBÓLICA-CULTURAL	SOCIAL
POSITIVAS		
<ul style="list-style-type: none"> • Creación de empleo (directo e indirecto) especialmente, a nivel micro y de carácter familiar • Fijación de población en entornos rurales • Mejora de las infraestructuras (trazado, señalización...) 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoción del territorio (en el ámbito nacional e internacional) • Puesta en valor del patrimonio (cultural y natural; material e inmaterial) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desarrollo de un mayor intercambio cultural en zonas rurales • Aumento del capital social
NEGATIVAS		
<ul style="list-style-type: none"> • Encarecimiento de la vida (elevado alquiler, hostelería...) 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradación medioambiental del territorio • Turistificación del territorio 	<ul style="list-style-type: none"> • Aculturación del territorio • Incremento de la burocracia

Fuente: *Elaboración propia.*

5.1. Valoración y perspectiva económica

A continuación se abordará, en primer lugar, el impacto económico generado desde múltiples perspectivas por el Camino en los territorios que atraviesa, por ser ésta una de las cuestiones más repetidas y destacadas por los actores en las entrevistas realizadas.

En primer lugar, destaca claramente la visión del Camino como un eje generador de riqueza en el territorio (E.1.; E.2.; E.7.;E.10) atrayendo consigo la puesta en marcha de iniciativas directa e indirectamente dedicadas al ámbito turístico: “el turismo sí puede ser una actividad

importante generadora de empleo, generadora de bienestar, y que yo creo que puede incluso dinamizar otro tipo de actividades que no dependan tanto incluso de la propia actividad turística” (E.5.).

No obstante, se señala la necesidad de rentabilizar más el camino promoviendo la diversificación del producto, basándolo más en la experiencia y en el apartado emocional (E.5.; E.10). Así, dado que existe un flujo elevado de peregrinos, especialmente en determinados momentos del año, es necesario mejorar su acogida y ofertarle más servicios para que su visita repercuta más positivamente en el territorio. Aún así, es preciso “buscar una mayor rentabilidad del impacto del camino en la economía... y no gastar más dinero del que recaudamos” (E.5.).

De todo lo anterior, y sin el detalle de una investigación exhaustiva, las administraciones públicas se presentan como responsables de un enfoque principalmente económico (E.1.) en su estrategia turística del Camino. De hecho, un análisis desglosado del contenido de las entrevistas por agentes permite observar que, efectivamente, las administraciones buscan reorientar las estrategias con el fin de lograr un peregrino con mayor capacidad de gasto (E.5; E.9.; E.10). No obstante, para ello, los entrevistados consideran también preciso apostar por una mayor profesionalización, apreciación que es compartida con el propio sector y con los peregrinos (E.5):

la potencialidad a nivel turístico siempre la valoro en función de la iniciativa privada. Yo creo que si hay una zona rural por la que pasan cientos o miles de personas haciendo el camino y encima es bonita, supone que habrá alguien lo suficientemente espabilado o espabilada para generar una economía (E.5.).

En segundo lugar, varios son los entrevistados que mencionan la importancia de la ruta de peregrinación a la hora de generar empleo y, con ello, contribuir a la fijación de población en estos entornos rurales (E.5.; E.6.; E.8; E.10). Según su propia apreciación, las iniciativas suelen estar vinculadas a pequeños negocios, de carácter familiar e impulsados mayoritariamente por gente extranjera en territorios a veces completamente abandonados, tal y como relata el E.6.: “Está la Susan, que es una australiana que está en Portomarín. Esta semana han llegado una pareja de Estados Unidos (California) que compró un Albergue que era de un sudafricano también en Vilachá: El Alberque de las Banderas” (E.6).

En tercer y último lugar, también se remarca todo lo relacionado con la mejora de las infraestructuras en entornos rurales, entre lo que destaca la mejora de la señalización (E.10), mejora del trazado (E.10), mejora de servicios (E.5; E.10) y revalorización de las propiedades (E.6). No obstante, estas cuestiones que a priori se visualizan como positivas también tienen su efecto contrario dado que ha conllevado a un encarecimiento de la vivienda (E.1) y un excesivo uso del asfalto (E.2; E.6): “hay algunas intervenciones en el camino que no son bien aceptadas por los peregrinos porque no necesitan un puente de plata o una moqueta para llegar a Santiago” (E.6.); “Hay excesivo asfalto, aunque reconozco que promueve una mayor accesibilidad... pero se pierde identidad” (E.2)

En definitiva, se constata que el gobierno autónomo gallego, desde un inicio, apostó por potenciar el valor del Camino de Santiago como un recurso turístico y, para ello, se han llevado a cabo numerosas actuaciones para restaurar tramos de la ruta y diversas infraestructuras con el fin de favorecer la atracción de peregrinos (Santos, 2006). Además, en esta estrategia se logró la colaboración de todas las comunidades autónomas por las que atraviesa el Camino en sus diversas vertientes (camino francés, del norte, inglés, portugués, etc.) y el éxito fue espectacular (Millán y Pérez, 2017):

se hace precisa la adaptación y mejora tanto de los itinerarios en lo que se refiere a acondicionamiento de las infraestructuras, espacios públicos, señalización y mejora del entorno como a la mejora y ampliación de la infraestructura de acogida, uno de los grandes símbolos del Camino de Santiago (E.10).

5.2. Valoración y perspectiva simbólica-cultural

El Camino de Santiago ha experimentado un proceso de promoción y mercantilización turística que lo ha transformado (Lois-González, Santos y Taboada, 2018) y, en concreto desde la década de los 90, ha sido objeto de un fuerte apoyo institucional, especialmente por parte del Gobierno Autonómico de Galicia como principal impulsor del Xacobeo.

En este contexto, no se puede negar una nueva visión del Camino como atracción turística, con connotaciones tanto culturales como espirituales, donde la peregrinación religiosa y la turística se superponen y se entrelazan (E.6.; E.7.). De hecho, uno de los pilares fundamentales del

camino es “la clave histórica como potencial” (E.5.; E.6), pero destacan también otros factores como el paisaje, los valores intrínsecos al camino, y/o las historias vivas del camino (E.1.; E.2.; E.6.; E.8.; E.9.; E.10).

La idea inicial del Camino como una forma de turismo religioso ha evolucionado así hacia un significado cultural más amplio, aportando una nueva dimensión: como factor de dinamización y desarrollo local en los espacios por los que transcurre (Andrade, Grial y Caramés, 2010; Padín y Pardellas, 2015), lo que se vincula al modelo de los itinerarios culturales como estrategia de identidad territorial para el desarrollo local (Precedo, Revilla y Mínguez, 2007). En la actualidad, es contemplado como un símbolo de la identidad europea, una expansión del patrimonio cultural y una estrategia de desarrollo turístico-cultural local, regional, nacional e internacional (Lois-González y Santos, 2015; Pereiro, 2019).

Así, todas estas cuestiones están siendo promocionadas y comercializadas tanto por instituciones públicas como privadas que alcanzan a ser un escaparate nacional e internacional del destino Galicia a nivel global (E.10). No obstante, tal y como menciona el E.7., las instituciones encargadas de la promoción del camino se están enfocando más en destacar los valores culturales que los religiosos (Caamaño y Andrade, 2021). Esto, sin duda, es una confirmación de que el turismo resulta una actividad indisociable de los cambios vividos en la sociedad y pretende evadir modelos turísticos anacrónicos en un tiempo donde predomina la reinención constante.

En esta línea, otro de los efectos mencionados es la excesiva turistificación del Camino (E.10). Es decir, de manera paralela al significativo crecimiento cuantitativo que ha vivido el Camino de Santiago, y especialmente el Camino Francés, también se ha empezado a degradar desde la perspectiva cualitativa (E.1.). Así, los resultados de este estudio confirman la existencia de protestas sobre la excesiva turistificación y banalización de la ruta (Tresserras, 2006; Martín-Duque, 2017). En este sentido, la E.5. señala que “hay algunos caminos que empiezan a presentar síntomas de que se necesita cambiar el rumbo”, y ella y otros informantes también añaden la importancia de apostar por más calidad y menos cantidad (E.1.; E.5.).

Por otro lado, asociado a la dimensión cultural, también se subraya que, gracias al paso del Camino por ciertos recursos patrimoniales, éstos se han rehabilitado y conservado (E.6; E.8). No obstante, también

se insiste en la necesidad de que ese patrimonio, como por ejemplo las iglesias, estén abiertas y atendidas puesto que mayoritariamente se encuentran cerradas y ello genera, en ocasiones, cierta desilusión en el peregrino (E.6.).

Por último, resulta necesario subrayar la importancia que adquiere en el discurso de los entrevistados la concienciación medioambiental, tanto por parte de los peregrinos como incluso de los propios actores implicados. Así, se propone una mayor atención a la limpieza del camino de manera regular (E.1.; E.2.; E.5.; E.6) y la necesidad de realizar acciones de cara a una mayor sensibilización de los usuarios de la ruta (E.2.; E.6.). En este sentido, aunque inicialmente y en general se afirma que los peregrinos no suelen generar impacto en la naturaleza (E.2.), se habla de una evolución negativa de su comportamiento a medida que se incrementa su uso:

falta un mayor número de papeleras y que también haya un responsable que vaya a recogerla (E.2); Hay sitios donde los albergues te dan una bolsa, buena, de plástico, creo que era, y otra de tela, con... tu logotipo y luego tú la llevas para que eches tu basura ahí (E.6).

5.3. Valoración y perspectiva social

En último lugar, se abordan las cuestiones relativas a la perspectiva social y, especialmente, al intercambio cultural generado por los peregrinos en los territorios por los que transcurre la ruta. En este sentido, los entrevistados destacan la importancia significativa del intercambio cultural. Se puede afirmar, por tanto, que en relación con los mensajes promovidos a través de las campañas de propaganda institucional se contribuye a secularizar el Camino, omitiendo los sentidos religiosos e interpretando esta Ruta en mayor medida como un espacio de comunicación y de encuentro intercultural y una metáfora de la meta compartida por los países europeos (Herrero, 2008):

hay gente de otros países de la que se puede aprender, es bueno conocer la gente de otros países, proyectos europeos ... el camino es diversidad (E.1.); intercambio cultural y lo que trae también el camino es distintas maneras de (...) relacionarse y conocer también otro tipo de culturas (E.7.).

Sin embargo, las personas informantes atribuyen también a la actividad turística en el Camino una pérdida continua de la cultura

local. Por ejemplo, un abandono del sector primario para dedicarse al ámbito turístico (E.1.), así como una degradación de la gastronomía (E.5; E.6) tanto en calidad como en la homogeneización de la oferta, sin una puesta en valor los platos típicos locales. Por ello, el E.4. destaca la importancia de poner en valor, a través del Camino, los productos locales tanto agroalimentarios como artesanales.

Por último, pero no por ello menos importante, se destaca por parte de los actores privados una excesiva burocracia y multiplicidad de agentes implicados en el Camino, lo que resulta limitador para el desarrollo de proyectos empresariales (E.6) e incluso para el desarrollo de actuaciones directas sobre la ruta. En esta línea, la E.1. argumenta que, en los años 90, la gestión del camino resultaba más fácil porque estaban las competencias centralizadas en un solo ente, el Xacobeo, pero que, en la actualidad, “Ya están todos en todo” por lo que propone volver a reunificar las competencias y que sea un único ente el que aglutine a todos los agentes que participan en la gestión del Camino. Aún así, desde la administración insisten en la necesidad de trabajar en red y cooperar entre asociaciones y otros entes (E.10).

En definitiva, todos los entrevistados concuerdan en que el Camino de Santiago es una alternativa para desencadenar procesos de desarrollo socioeconómico en los espacios rurales por los que transcurre. (E.1.). Aún los entrevistados más críticos afirman que el Camino se presenta como una oportunidad para contribuir al desarrollo rural sostenible (E.5.): “el Camino se percibe como un elemento de valorización, de prestigio y, ahora también, como un polo de atracción turística” (E.10). En definitiva, “el turismo siempre se debe de tomar como una actividad muy importante pero complementaria” (E.5.). No obstante, puntualizan que es necesario hacerlo bien y, para ello, apuestan por un equilibrio (E.1.). y potenciar el empoderamiento del rural (E.2.).

5.4. DAFO-CAME

Con el fin de sintetizar de manera visual las respuestas proporcionadas por los actores locales entrevistados para el presente trabajo, se ha decidido añadir la figura 2 con el DAFO-CAME, una herramienta analítica que permite diagnosticar la situación de partida y, a su vez, establecer posibles alternativas estratégicas y de desarrollo.

Figura 2. DAFO-CAME.

<p style="text-align: center;">DEBILIDADES</p> <p>D.1. Degradación del entorno y los recursos a medida que la ruta incrementa su uso.</p> <p>D.2. Multiplicidad de agentes intervinientes en la planificación y gestión de la ruta lo que dificulta su coordinación.</p> <p>D.3. Turistificación de la ruta lo que implica en ocasiones una pérdida de identidad.</p> <p>D.4. Encarecimiento del nivel de vida .</p>	<p style="text-align: center;">AMENAZAS</p> <p>A.1. Iniciativas de inversión extranjeras.</p> <p>A.2. Excesiva burocracia de la administración.</p>
<p style="text-align: center;">CORREGIR</p> <p>C.1. Implantar un sistema de mantenimiento y restauración de los recursos, especialmente, en el ámbito medioambiental.</p> <p>C.2. Impulsar la gestión única del Camino promoviendo nuevos modelos de cooperación más eficaces entre los agentes implicados (públicos y privados).</p> <p>C.3. Realizar campañas de concienciación acerca de los valores del Camino y de la puesta en valor de la identidad local (población local y peregrinos).</p>	<p style="text-align: center;">AFRONTAR</p> <p>AF.1. Requerir, por parte de la administración, que las empresas ligadas al Camino mantengan sus valores intrínsecos (históricos, culturales, humanos...).</p> <p>AF.2. Facilitar la apertura de pequeñas empresas que mantengan el espíritu y los valores del Camino.</p> <p>AF.3. Asegurar zonas de descanso adecuadas al clima de cada zona y puntos de SOS.</p>

<p style="text-align: center;">FORTALEZAS</p> <p>F.1. Reconocimiento internacional del producto turístico.</p> <p>F.2. Ruta de peregrinación histórica y única en cuanto a sus valores intrínsecos al Camino (paisaje, patrimonio cultura, itinerario histórico...).</p> <p>F.3. Fijación de población a través de la generación de empleo.</p> <p>F.4. Mejora de las infraestructuras y comunicaciones.</p>	<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <p>O.1. Saturación de destinos tradicionales que impulsan la búsqueda de nuevos sitios para viajar.</p> <p>O.2. Nuevas motivaciones de los peregrinos (deportivas, espirituales, gastronómicas...).</p>
<p style="text-align: center;">MANTENER</p> <p>M.1. Seguir apostando por una estrategia de promoción de la ruta de peregrinación a nivel internacional potenciando los valores intrínsecos del Camino y las ventajas que ofrece.</p> <p>M.2. Promover la creación y mantenimiento de nuevas iniciativas empresariales.</p> <p>M.3. Realizar inversiones de conservación y de renovación en infraestructuras y comunicaciones.</p>	<p style="text-align: center;">EXPLOTAR</p> <p>E.1. Realizar un análisis crítico de la oferta actual para adaptarla a las necesidades, motivaciones y gustos reales de la clientela potencial.</p>

Fuente: *Elaboración propia.*

6. CONCLUSIONES

La implantación de actividades turísticas en el medio rural tiende a presentarse con frecuencia como la solución única a los problemas sociales y económicos de las regiones rurales más deprimidas y, en base a este tipo de afirmaciones, se generan unas excesivas expectativas que es necesario matizar (Precedo, Revilla y Mínguez, 2007). Así, a pesar del espejismo que supone el turismo rural o los programas de desarrollo vinculados al Camino de Santiago, la mayoría de estos municipios siguen sumidos en

una crisis económica y demográfica (Andrade, Grial y Caramés, 2010).

Con este escenario es razonable pensar que el turismo esté sobrevalorado como panacea para el declive de las condiciones rurales (Sharpley, 2002; García Delgado, 2020) y, en base a esta premisa, el Camino de Santiago no pueda ser considerado en sí mismo como motor suficiente de desarrollo. No obstante, aunque no se esté generando una colosal dinámica de crecimiento sobre las áreas rurales que atraviesa, ¿significa esto que no genera impactos positivos?

Los análisis obtenidos en el presente trabajo, ponen de manifiesto que esta exposición de cautela no significa un menosprecio de las oportunidades que esta ruta de peregrinación ofrece como complemento que puede aportar importantes beneficios. De hecho, el análisis de las entrevistas en profundidad nos ha permitido identificar y contrastar los diferentes tipos de impactos (económico, simbólico-cultural y social) que se producen en una ruta de peregrinación muy concreta, el Camino Francés a Santiago, desde un enfoque multidisciplinar que ha permitido identificar y explorar diferentes puntos de vista y perspectivas de los actores implicados.

En primer lugar, y en línea con otras investigaciones actuales (Fernández, Fernández y Riveiro, 2021), cabe destacar el consenso existente entre todos los agentes entrevistados en afirmar que perciben mayores beneficios que perjuicios en el territorio rural por el que atraviesa el Camino. Como valoración global, a pesar de que los resultados señalan diversas dificultades en el desarrollo del Camino de Santiago se advierte predisposición por parte de los agentes entrevistados para la superación y la búsqueda de soluciones consensuadas en las circunstancias actuales porque confían plenamente en las bondades que el Camino de Santiago ofrece para los territorios por los que transcurre. Igualmente, es necesario recalcar que no es posible hablar de pautas comunes para todos los territorios por los que transcurre el Camino dado que no todos están en el mismo grado de desarrollo.

En segundo lugar, la perspectiva económica es la que mayor atención ha recibido dado que el Camino de Santiago se percibe como un producto turístico de alto impacto y se considera un motor de generador de riqueza, de empleo e incluso que fija población en ciertos municipios regresivos del rural gallego. Seguidamente ha sido

la perspectiva simbólica-patrimonial la abordada en esta ocasión por los entrevistados y, al igual que confirman otros estudios (Mitchell y Shannon, 2018), se percibe que el turismo ha provocado que los municipios por los que pasa este itinerario se empiecen a preocupar por aspectos tan relevantes como la conservación de infraestructuras y del patrimonio. Es decir, ha actuado como promotor de una conciencia medioambiental y territorial. Por último, se ha mencionado la perspectiva social dado que el Camino ha supuesto un medio un vehículo transmisor de la cultura e imagen de los territorios rurales que la componen.

En tercer y último lugar, los resultados ponen de manifiesto que, si bien es cierto que el auge del Camino Francés ha servido para que el territorio sea conocido a nivel internacional, también lo es que el aumento de visitantes está generando una situación de turistificación de la ruta por lo que urge defender su sostenibilidad. Así mismo, sería necesario profundizar más en esta tendencia con el objetivo de actuar ante sus posibles consecuencias.

En definitiva, es innegable que el Camino de Santiago se constituye como un elemento incentivador local (Montes, 2015) y un potenciador de la identidad cultural local, todavía insuficientes para generar un proceso de desarrollo local pero con un gran potencial de desarrollo del capital social por la generación de un sentido de identidad sustentado en la potente imagen del Camino (Precedo, Revilla y Mínguez, 2007). Que esto sea así dependerá del contexto local y temporal, la voluntad política, las condiciones culturales y socioeconómicas, los recursos disponibles en el territorio, el compromiso de los grupos de interés, etc. (García Delgado, 2020). En este sentido, investigaciones previas plantean la colaboración intermunicipal como un factor básico para acometer un planteamiento estratégico que fortalezca los territorios rurales que atraviesa la ruta y, de esta manera, la integración de los distintos municipios en una estrategia común será beneficiosa para cada uno de ellos y para la totalidad (Padín y Pardellas, 2015). Así pues, se plantea como futura línea de investigación el análisis de las interacciones y las relaciones de cooperación entre los diversos actores involucrados y las partes interesadas en el Camino, con el propósito de identificar la pluralidad de perspectivas sobre la multiplicidad de significados y discursos asociados con el Camino.

7. BIBLIOGRAFÍA

- Aas, C., Ladkin, A., Fletcher, J. (2005). Stakeholder collaboration and heritage management. *Annals of Tourism Research*, 32 (1), 28–48. DOI: 10.1016 / j.annals.2004.04.005
- Albergues del Camino de Santiago (2021). *Guía del Camino de Santiago con albergues, etapas, consejos, información y noticias*. <https://www.alberguescaminosantiago.com/etapas-y-mapas/>
- Álvarez Sousa, A. (2005). Las peregrinaciones: dramaturgia y ritos de paso. (Aproximación fenomenológica-etnometodológica. En Xulio X. Pardellas de Blas (Dir.), *Turismo religioso: o Camiño de Santiago*, 11-29. Vigo: Universidade de Vigo. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=5838>
- Ambrósio, V., Fernandes, C., Cabra, A., Silva, G. (2019). A conceptual model for assessing the level of development of pilgrimage routes. *International journal of religious tourism and pilgrimage*, 7(2), 94-104. DOI:<https://doi.org/10.21427/h2yb-hs41>
- Andrade Suárez, M. J. (2012). La generación de la imagen del destino a través de las fuentes de información y comunicación turística: El caso Gallego. *Revista de estudios regionales*, (93), 17-41. Fecha de Consulta 1 de Octubre de 2021]. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75524557001>
- Andrade Suárez, M.J.; Grial, L. y Caramés, R. (2010). El turismo como factor estratégico de desarrollo rural: el Camino de Santiago Francés. *Rotur-Revista de Ocio y Turismo*, 3, 49-82. DOI: <https://doi.org/10.17979/rotur.2010.3.1.1244>
- Balestrieri, M.; Congiu, T. (2017). Rediscovering rural territories by means of religious route planning. *Sustainability*, 9, 363. DOI: <https://doi.org/10.3390/su9030363>
- Bausch, T.; Schröder, T., Gunya, A. (2020). Pilgrimage as a field of tourism development: the case of Kavala (Northern Greece) and its institutional and cultural challenges. *International journal of religious tourism and pilgrimage*, 8 (3), DOI:<https://doi.org/10.21427/yjwj-9s36>
- Brida, J.G., London, S. y Rojas, M. (2014). El turismo como fuente de crecimiento económico: impacto de las preferencias intertemporales

- de los agentes. *Investigación económica*, 73 (289), 59-77. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0185-1667\(15\)30003-5](https://doi.org/10.1016/S0185-1667(15)30003-5)
- Briedenhann, J., Wickens, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas—vibrant hope or impossible dream?. *Tourism management*, 25(1), 71-79.
- Briedenhann, J., Wickens, E. (2005). Combining qualitative and quantitative methods in evaluation-related rural tourism development research. *Methods in Development Research*, 85-92.
- Caamaño Franco, I., Andrade Suárez, M. (2021). El Camino de Santiago y el Xacobeo como fenómenos polisémicos: reflexiones a través del estudio de su imagen mediática. *Revista Galega de Economía*, 30 (3), 1-20. DOI: <https://doi.org/10.15304/rge.30.3.7485>
- Collins-Kreiner, N. (2010). Researching pilgrimage: Continuity and transformations. *Annals of tourism research*, 37(2), 440-456. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.10.016>
- Council of Europe (2021). *Programa de Itinerarios Culturales del Consejo de Europa*. <https://www.coe.int/es/web/cultural-routes/about>
- De la Torre, G. M. V., Pérez, L. M., y Cárdenas, R. M. (2016). Factores que determinan el crecimiento del turismo en destinos religiosos. *Revista de Ciencias Sociales*, 22(1), 85-97. DOI: <https://doi.org/10.21138/bage.2491>
- Delgado Méndez, A., y Hernández León, E. (2019). Patrimonios inmateriales, desarrollo rural y despoblación: la identidad como recurso. *Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico*, 96, 150-171 DOI: <https://doi.org/10.33349/2019.98.4525>
- Dalda Escudero, J. L., Docampo, M. G. (2003). As novas áreas de expansión urbana na Galicia contemporánea. *Revista galega de ciencias sociais*, (1), 9-22.
- Fernández Fernández, M., Fernández Méndez, D., y Riveiro García, D. (2021). El impacto del Camino de Santiago a escala local: la percepción de los residentes de dos municipios gallego. *Cuadernos de Turismo*, 47, 37-63. DOI: <https://doi.org/10.6018/turismo.474001>
- Fernandes, C., Pimenta, E., Gonçalves, F. y Rachão, S. (2012). A new research approach for religious tourism: the case study of the

- Portuguese route to Santiago. *International Journal of Tourism Policy*, 4(2), 83-94.
- Fiol, J. (2010). El Camino Catalán de Santiago desde Montserrat. *Cataluña: Lectio*.
- García-Delgado, F. J., Martínez-Puche, A. y Lois-González, R. C. (2020). Heritage, tourism and local development in peripheral rural spaces: Mértola (Baixo Alentejo, Portugal). *Sustainability*, 12(21), 9157. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12219157>
- Garrod, B., Wornell, R., Youell, R. (2006). Re-conceptualising rural resources as countryside capital: The case of rural Tourism. *Journal of Rural Studies*, 22(1), 117-128. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2005.08.001>
- Gómez-Ullate, M. (2016). Actores, redes y fragilidad en las rutas culturales de peregrinación. En L. Ochoa-Siguencia, M. Gómez-Ullate e A. Kamara (Eds.), *Gestión cultural y turismo en las rutas culturales europeas: de la teoría a la práctica* (págs. 90-108). Czestochowa, Polonia: Editorial del Instituto de Investigación e Innovación en Educación. Recuperado de: [https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/project-result-content/2d749475-4fd5-474b-a90c-58a2296424ea/CMTECR_2016%20\(1\).pdf](https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/project-result-content/2d749475-4fd5-474b-a90c-58a2296424ea/CMTECR_2016%20(1).pdf)
- Herrero Pérez, N. (2008). La recuperación de la peregrinación jacobea: aportaciones al debate acerca de las relaciones entre turismo y peregrinación. En M. Cornejo e M. Cantón Ruy Llera (Coords.), *Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión* (págs. 123-138). Donostia-San Sebastián: “Ankulegi” Asociación Vasca de Antropología. Recuperado de: <https://www.ankulegi.org/wp-content/uploads/2012/03/1007Herrero-Perez.pdf>
- Hilpert, M. (2018). Regional economic impact of small-scale pilgrimage sites: local value added by small sanctuaries in rural areas (Bavaria, Germany). *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 6(3), 81-85.
- Hohl, A., Tisdell, C. (1995). Peripheral Tourism: Development and Management. *Annals of Tourism Research*, (22), 517-534. DOI: [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00005-Q](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00005-Q)
- Hughes, K., Bond, N., Ballantyne, R. (2013). Designing and managing interpretive experiences at religious sites: visitors perceptions of

- Canterbury Cathedral. *Tourism Management*, 36, 210-220. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.11.022>
- Juárez Sánchez, J. P., Ramírez Valverde, B., Mota Vargas, J. A. (2017). ¿Las peregrinaciones rurales impulsan el desarrollo local? Análisis en San Miguel del Milagro, Tlaxcala, México. *El periplo sustentable*, (33), 428-451.
- Leira, J., Rego, G., Santos, M.P. (2010). Peregrinaciones y turismo. El Camino de Santiago. *ROTUR. Revista de Ocio y Turismo*, 3(1), 39-48. DOI: <https://doi.org/10.17979/rotur.2010.3.1.1243>
- Liro, J. (2021). Visitors' motivations and behaviours at pilgrimage centres: Push and pull perspectives. *Journal of Heritage Tourism*, 16(1), 79-99.
- Liro, J., Soljan, I. y Bilaska-Wodecka, E. (2018). Spatial changes of pilgrimage centers in pilgrimage studies – review and contribution to future research. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 6 (3). <https://doi.org/10.21427/v92c-8113>
- Lois González, R.C. (2013). The Camino de Santiago and its contemporary renewal: Pilgrims, tourists and territorial identities. *Culture and religion*, 14, 8-22 DOI: <https://doi.org/10.1080/14755610.2012.756406>
- Lois González, R.C. y López, L. (2012). El Camino de Santiago: una aproximación a super carácter polisémico desde la geografía cultural y el turismo. *Documentos de Análisi Geogràfica*, 58 (3), 459-479.
- Lois-González, R.C. y Santos, X.M. (2015). Tourists and pilgrims on their way to Santiago. Motives, Caminos and final destinations. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 13, 149-164. DOI: <https://doi.org/10.1080/14766825.2014.918985>
- Lois-González, R., Santos, X. y Taboada, R. (2018). The Camino de Santiago de Compostela: The Most Important Historic Pilgrimage Way in Europe. Olsen, D. Y Trono, A. (Eds.): *Religious pilgrimage routes and trails: sustainable development and management*, CAB International, UK, pp.72-87.
- López Palomeque, F. (1993). Diversidad de tipologías que vertebran el Camino de Santiago en Torres Luna, MP; Pérez Alberti, A.; Lois González, RC (1993) *Los Caminos de Santiago y el territorio*.

- Congreso Internacional de Geografía*. Xunta de Galicia. Santiago de Compostela: 801-823.
- Martín Duque, C. (2014). El Camino de Santiago primitivo a su paso por Asturias, estudio de una ruta cultural desde la perspectiva turística. *Cuadernos de Turismo*, (33), 233–249. Recuperado de <https://revistas.um.es/turismo/article/view/195721>
- Martín-Duque, C. (2017). Los impactos del turismo en el Camino de Santiago Francés: una aproximación cualitativa. *Methaodos: Revista De Ciencias Sociales*, 5 (1). <https://doi.org/10.17502/m.rcs.v5i1.155>
- Mitchell, C. J., Shannon, M. (2018). Establishing the routes to rural in-migrant proprietorship in a Canadian tourism region: A mobilities perspective. *Population, Space and Place*, 24(3) DOI: <https://doi.org/10.1002/psp.2095>
- Millán, M.G. y Pérez, L.M. (2017). El turismo religioso en distintas zonas geográficas de España. Características de los turistas. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 75, 29-54. DOI: <https://doi.org/10.21138/bage.2491>
- Millán, M. G., Morales, E., Pérez, L. M. (2010). Turismo religioso: estudio del Camino de Santiago. *Gestión Turística*, (13), 9-37. DOI: <https://doi.org/10.4206/gest.tur.2010.n13-01>
- Montes, C. (2015). Al andar se hace turismo: nuevas ruralidades en torno al Camino de Santiago. *APOSTA: Revista de Ciencias Sociales*, 65, 131-150. Recuperado de <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/cmontes1.pdf>
- Moscarelli, R.; Lopez, L.; Lois González, R.C. (2020). Who Is interested in developing the way of saint james? The pilgrimage from faith to tourism. *Religions*, 11, 24. DOI: <https://doi.org/10.3390/rel11010024>
- Murray, M. y Graham, B. (1997). Explorando la dialéctica del turismo de rutas: el Camino de Santiago. *Gestión de turismo*, 18 (8), 513-524. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(97\)00075-7](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(97)00075-7)
- Nilsson, M., Tesfahuney, M. (2016). Performing the “post-secular” in Santiago de Compostela. *Annals of Tourism Research*, 57, 18-30. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.11.001>

- Oficina del Peregrino (2020). Informes anuales sobre la llegada de peregrinos a Santiago de Compostela. Recuperado de: <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>
- Øian, H. (2019). Pilgrim routes as contested spaces in Norway, *Tourism Geographies*, 21 (3), 422-441 DOI: <https://doi.org/10.1080/14616688.2018.1522511>
- Padín, C., Pardellas de Blas, X. (2015). Patrimonio y turismo sostenible en el Camino de Santiago: la gestión de las administraciones locales del itinerario francés en Galicia. *PASOS: Revista de turismo y patrimonio cultural*, 13 (6), 1413-1423. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.098>
- Panyik, E., Costa, C., Rátz, T. (2011). Implementing integrated rural tourism: An event-based approach. *Tourism Management*, 32(6), 1352-1363. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.01.009>
- Pazos-Justo, C., Samartin, R. y Del Rio, M. (2018). Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela. *SÉMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, 30, 233-256.
- Pereiro, X. (2019). Turismo y peregrinación, dos caras de la misma moneda: el camino portugués interior de Santiago de Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 43, 407-434. DOI: <https://doi.org/10.6018/turismo.43.16>
- Porcal Gonzalo, M. C., Díez Angulo, A. e Íñiguez De Heredia, J. J. (2012). Dimensión territorial y turística de la ruta norte del Camino de Santiago en el País Vasco: distintas concepciones, valoraciones y propuestas de intervención sobre un fenómeno multifacético. *Boletín De La Asociación De Geógrafos Españoles*, 58, 177-204. DOI: <https://doi.org/10.21138/bage.2064>
- Pourtaheri, M., Rahmani, K., Ahmadi, H. (2012). Impacts of religious and pilgrimage tourism in rural areas: The case of Iran. *Journal of Geography and Geology*, 4(3), 122. DOI: <http://dx.doi.org/10.5539/jgg.v4n3p122>
- Precedo, A., Revilla, A., y Mínguez, A. (2007). El turismo cultural como factor estratégico de desarrollo: el Camino de Santiago. *Estudios Geográficos*, 68 (262), 205-234. DOI: <https://doi.org/10.3989/egeogr.2007.i262.11>

- Progano, R.N., (2018). Residents' Perceptions of Socio-Economic Impacts on Pilgrimage Trails: How does the community perceive pilgrimage tourism? *Asian Journal of Tourism Research*, 3 (2), 148-178. DOI: <https://doi.org/10.12982/AJTR.2018.0014>
- Santos Solla, X.M. (1999). Mitos y realidades del Xacobeo. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 28, 103-118. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1318654>
- Santos, X.M. (2006). El Camino de Santiago: turistas y peregrinos hacia Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 18: 135-150. Recuperado de: <https://revistas.um.es/turismo/article/view/17791>
- Sharpley, R. (2002). Rural Tourism and the challenge of Tourism diversification: the case of Cyprus. *Tourism management*, 23(3), 233-244. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00078-4](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00078-4)
- Sołjan, I. y Liro, J. (2020). The changing roman catholic pilgrimage centres in Europe in the context of contemporary socio-cultural changes. *Social & Cultural Geographyl* , 1-24. DOI: <https://doi.org/10.1080/14649365.2020.1739322>
- Tresserras, J. (2006). Rutas e itinerarios culturales en Iberoamérica. *Cuadernos de Patrimonio y Turismo Cultural*, 15, 13-56.
- UNESCO World Heritage Centre (1992-2021). *Caminos de Santiago de Compostela: Camino francés y Caminos del Norte de España*. <https://whc.unesco.org/es/list/669>
- Vargas-Sánchez, A., Porrás-Burno, N., Plaza-Mejía, M. (2011). Explaining residents' attitudes to tourism: is a universal model possible? *Annals of tourism research*, 38(2), 460-480.
- Universidad Santiago de Compostela [USC] (2018). Estudio del impacto socioeconómico del Camino de Santiago. Recuperado de https://www.eixoatlantico.com/images/SIE/181129-sie-turismo-barcelos/informe_estudio_camino_santiago-esp_laura-dopeso.pdf
- Xunta de Galicia (2021). Camino de Fisterra y Muxía. *El Camino de Santiago*. <https://www.caminodesantiago.gal/es/planifica/las-rutas/camino-de-fisterra-e-muxia>

DO LITORAL AO TURÍSTICO-ECONÓMICO. PERCEÇÕES E IDEIAS SOBRE O CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES¹

CARLOS PAZOS-JUSTO
ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN
MARIA JOÃO MOREIRA
INÊS AMERICANO LOPES
(Galabra UMinho)

1. INTRODUÇÃO

Na Galiza, os Caminhos de Santiago começaram a despertar o interesse de vários atores locais e internacionais durante a década de 80 do século passado; em Portugal, as ações de planificação, promoção e divulgação

¹ Este trabalho é resultado do projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” financiado pela Cátedra Institucional do Caminho de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago de Compostela, no âmbito da Convocatoria de 21 proxectos de investigación, difusión e didáctica sobre o Camiño de Santiago e as Peregrinacións a Compostela, que desenvolveu a linha de pesquisa encetada por Americano Lopes (2020). Desenvolvido entre fevereiro e maio de 2021, este projeto teve como objetivo avançar no conhecimento acerca do estado dos caminhos de Santiago em Portugal, conhecer genericamente as políticas públicas e privadas em torno dos mesmos, identificar os diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento do Caminho Português da Costa e contribuir para uma planificação cultural eficiente e sustentável dos caminhos de Santiago.

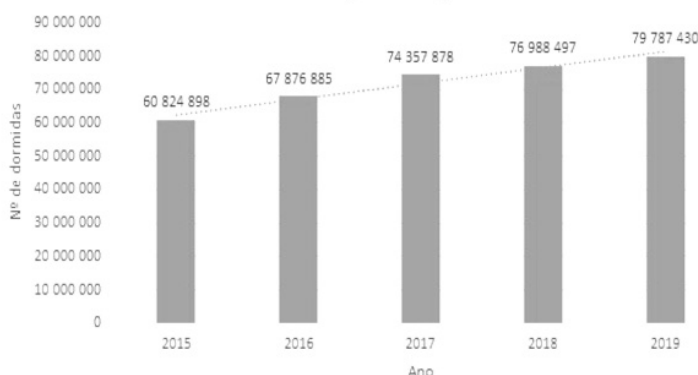
tiveram início, em termos gerais, bem mais tarde, durante, *grosso modo*, a primeira década do presente século. Se no caso galego, o *Xacobeo 93* – «vehículo y expresión máxima del desarrollo turístico de Galicia» (Santos Solla, 1999: 116) – significou o primeiro megaevento de projeção da *reinvenção* dos Caminhos de Santiago, designadamente do Caminho Francês, no caso português, no nosso entender, será com a publicação no *Diário da República* do Decreto-Lei nº 51/2019, de 17 de abril (que “Regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários”) quando de alguma forma se institucionalizam os Caminhos de Santiago mediante políticas públicas concretas, visibilizando-o e, mais importante, regulamentando o desenvolvimento em curso dos vários itinerários lusos. Caberia hipotetizar, diga-se de passagem, o *tardio* interesse do Estado Português pelos Caminhos de Santiago como consequência das particulares relações dos dois estados peninsulares durante a Época Contemporânea; ou o facto de as primeiras iniciativas de desenvolvimento surgirem tendencialmente no Norte, longe, portanto, do centro económico e político que Lisboa representa para Portugal. Seja como for, a partir da primeira década do século XXI, os Caminhos de Santiago começaram a ser objeto da atenção de diferentes atores, em regra, de dimensão local e regional, com destaque para as associações e os municípios.

Por seu turno, os Caminhos de Santiago em Portugal foram progressivamente objeto de atenção em diversos trabalhos, muitos de natureza académica. Entre outros: no âmbito da antropologia, Gomes (2012 e 2017), Catarina Mendes (2009) ou Barbosa Gonçalves (2012); na historiografia, Moreno (1986), Antunes Silva (2004) ou Marques (2006); para o turismo cultural e religioso, Fontoura Nadais (2010), Paiva Alves (2012), Pereira Martinho (2014) ou Fernandes Duarte (2016); no marketing, Lopes Antunes (2016) e Sousa *et al.* (2017). Merece especial atenção a pesquisa desenvolvida pelo professor Xerardo Pereiro, em grande parte centrada no Caminho Português do Interior: Pereiro (2009, 2017 e 2019); Pereiro e Fernandes (2018) e Bernardo e Pereiro (2020).

Paralelamente ao progressivo interesse pelos itinerários jacobeus, cabe assinalar o notório crescimento do sector do turismo que, sobretudo, no Sul, nas grandes cidades (Lisboa e Porto, designadamente)

e, em geral, na faixa litoral, está a converter-se num elemento central da vida económica (e social) dos territórios (*vid.* Gráfico 1).

Gráfico 1. Número de dormidas em alojamentos turísticos coletivos em Portugal (2015-2019).



Fonte: PORDATA (<https://pordata.pt>).

Neste quadro, foram vários os itinerários que começaram a ser objeto de ações de sinalização e divulgação, designadamente: o Caminho Português Central (Lisboa-Coimbra-Porto-Valença-Santiago de Compostela), o Caminho do Interior (Viseu-Chaves-Ourense-Santiago de Compostela), o Caminho de Torres (Salamanca-Braga-Valença-Santiago de Compostela) e o Caminho Português da Costa (Porto-Caminha/Valença-Santiago de Compostela).

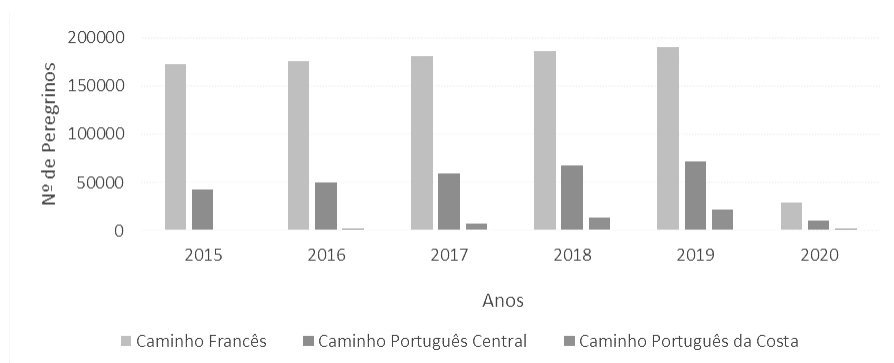
A aprovação do Decreto-Lei nº 51/2019, de 17 de abril, significa um impulso estatal decisivo no processo de institucionalização dos vários itinerários (e, de alguma forma, na fixação dos traçados, motivo de disputa relativamente frequente entre diferentes atores; Gomes 2012). O primeiro tramo a ser certificado, sob as regras do Diploma mencionado, foi, em março de 2021, o “Caminho Português de Santiago Central - Alentejo e Ribatejo”². Por outro lado, poucos anos antes, em 2016, os “Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela” passaram a integrar (junto a outros 20 “bens”) a Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial elaborada pela Comissão Nacional

² Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=certificado-o-primeiro-caminho-portugues-de-santiago> (acesso em 15/06/2022).

da UNESCO³. Sendo que, segundo Gomes (2017: 17), a iniciativa teria partido, em 2009, da Associação Espaço Jacobeus, e só em 2015, com o envolvimento de mais atores, é que a proposta para a candidatura ao Património da Humanidade teve eco perante as entidades estatais.

Durante os últimos anos, verifica-se um aumento continuado do número de pessoas peregrinas portuguesas e estrangeiras (*vid.* Gráfico 2) a frequentarem as rotas portuguesas (até o ano de 2020 em que, por causa da pandemia da COVID-19, houve um decréscimo muito acentuado). No seu conjunto, segundo dados da Oficina del Peregrino, as rotas portuguesas contribuíram com 27,23% do fluxo total de peregrinos que chegaram a Santiago de Compostela em 2019, sendo em todo o período 2015-2020 o Caminho Português Central o segundo grande itinerário.

Gráfico 2. Fluxo de peregrinos (2015-2020).



Fonte: *Elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino.*

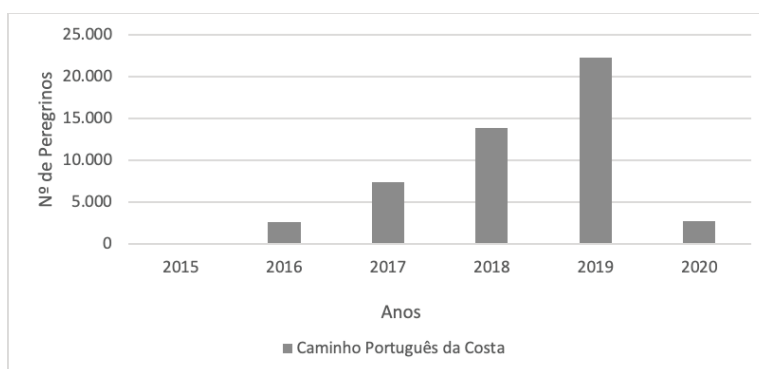
Já o Caminho Português da Costa (doravante CPC), objeto de análise aqui, foi alvo de um projeto singular porquanto implicou a aliança de dez municípios (prática porventura menos frequente no Portugal atual) interessados no desenvolvimento deste itinerário: “Valorização dos Caminhos de Santiago — Caminho Português da Costa” (2015-2019). Com início na cidade do Porto e término no município de Valença, o CPC está inserido na dimensão Territorial da Região do Norte de Portugal (NUT II), constituindo-se como o

³ Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/6222/> (acesso em 15/06/2022).

itinerário jacobeu mais ocidental da região norte portuguesa. Com a sua origem atribuída à Baixa Idade Média, possui uma extensão, em solo português, de 149,5 km.

O CPC, como se pode apreciar no Gráfico 3, foi o percurso declarado por 22.292 peregrinos em 2019, constituindo-se como o terceiro grande caminho ultrapassado somente pelo Caminho Francês e pelo Caminho Português Central, respetivamente.

Gráfico 3. Fluxo de peregrinos no CPC (2016-2020).

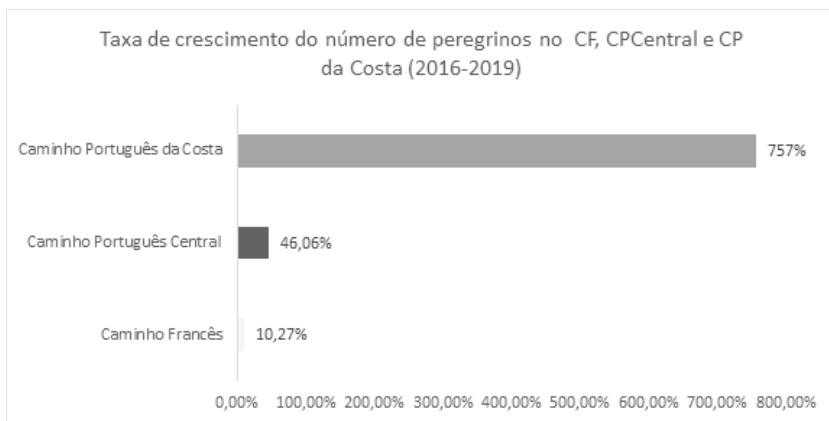


Fonte: *Elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino*⁴.

Estes dados, na nossa perspetiva, parecem evidenciar uma tendência de singular relevância em várias dimensões, nomeadamente no que diz respeito a que o CPC foi o itinerário a Santiago de Compostela que experimentou elucidativamente um maior crescimento de peregrinos entre 2016 e 2019 (*vid.* Gráfico 4) se comparado com o Caminho Francês e o Caminho Português Central.

⁴ Para o CPC a Oficina del Peregrino apenas disponibiliza dados a partir de 2016, altura em que a Xunta da Galiza (governo autónomo galego) reconhece este Caminho como um itinerário oficial de peregrinação, o que interpretamos como uma evidência da recente estabilização e visibilidade deste itinerário.

Gráfico 4. Taxa de crescimento do número de peregrinos do Caminho Francês, do Caminho Português Central e do CPC (2016-2020).



Fonte: *Elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino.*

2. METODOLOGIA

No projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” desenvolvemos uma abordagem qualitativa e quantitativa. A investigação está ancorada em 2 inquéritos (para os municípios e para as associações), constituídos por perguntas abertas e fechadas, que foram elaborados de forma a permitir a comparação entre as perceções dos dois tipos de entidades inquiridas. Para tal, os inquéritos estavam conformados por 5 blocos temáticos (*vid.* Figura 1, onde, a modo ilustrativo, exemplificamos com duas perguntas do inquérito cada bloco temático do questionário aos municípios)⁵.

⁵ Para a elaboração dos inquéritos e codificação dos dados obtidos contamos com o apoio do Dr. Luís Cuntín (consultor em investigação social e de mercado).

Imagem 1. Blocos temáticos dos inquéritos.

POLÍTICA CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • P.1. Quais os grandes objetivos em matéria cultural? • P.5. Qual o papel/ envolvimento das comunidades na política cultural da Câmara?
O ENTENDIMENTO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO GRANDES OBJETIVOS - PERCEÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • P.8. Quais são os valores fundamentais associados aos Caminhos de Santiago? • P.15. Considera que o Decreto-Lei n.º 51/2019 de 17 de abril – Certificação do CS - teve algum impacto no desenvolvimento e/ou gestão do CPC?
AÇÕES DESENVOLVIDAS	<ul style="list-style-type: none"> • P.32. Quais os principais obstáculos identificados na implementação das ações desenvolvidas? • P.35. Quais as infraestruturas e recursos criados para o CPC de entre os que aponto a seguir?
AÇÕES A DESENVOLVER	<ul style="list-style-type: none"> • P.45. Quais os objetivos nesse curto ou médio prazo? • P.50.1. Quais são os impactos positivos que o desenvolvimento do CPC pode no futuro implicar para a sua autarquia?
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • P.53. De facto, quais são os parceiros com os quais têm trabalhado mais estreitamente? • P.57. a. Como valora a adesão da comunidade local?

Fonte: *Elaboração própria.*

Em função das limitações impostas pela situação epidemiológica, os dois inquéritos foram aplicados à distância (via Zoom) por dois membros da equipa de investigação: o inquérito às Câmaras Municipais entre 18/03/2021 e 16/04/2021, consoante a disponibilidade da pessoa representante de cada câmara municipal (*vid.* Tabela 1).

Tabela 1. Implementação de inquéritos a câmaras municipais.

Câmara municipal	Data do inquérito	Perfil pessoa inquirida
CM Porto	12/04/2021	Membro executivo camarário
CM Matosinhos	25/03/2021	Membro executivo camarário
CM Vila do Conde	1/04/2021	Técnico camarário
CM Maia	20/03/2021	Técnico camarário
CM Póvoa do Varzim	30/03/2021	Membro executivo camarário
CM Esposende	16/04/2021	Técnico camarário
CM Viana do Castelo	12/03/2021	Membro executivo camarário
CM Caminha	20/03/2021	Membro executivo camarário
CM Vila Nova de Cerveira	18/03/2021	Membro executivo camarário
CM Valença	15/04/2021	Técnica camarária

Fonte: *Elaboração própria.*

O inquérito às associações decorreu entre 20/04/2021 e 13/05/2021, igualmente em data adequada para a pessoa representante de cada Associação (*vid.* Tabela 2). Por outro lado, as associações inquiridas dividem-se, de acordo com a sua dimensão territorial, em locais e nacionais, das quais, 6 são locais e 4 de âmbito nacional, não tendo sido identificada, no momento da pesquisa, nenhuma associação regional ativa. A criação da primeira associação remonta ao ano 1985, com o surgimento do Centro de Estudos Jacobeus – Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, seguindo-se pela Associação Espaço Jacobeus (AEJ), no ano 2004 e, pela Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, em 2005. No seu conjunto, a maior parte das associações (7 em 10) começou a sua atividade em 2010 ou em data posterior, sendo que apenas 4 desenvolvem a sua atividade especificamente à volta do CPC.

Tabela 2. Implementação de inquéritos a associações.

Associação	Data do inquérito	Perfil pessoa inquirida
Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo	05/05/2021	Presidente
Associação Apoio Peregrino Caminho Português da Costa	04/05/2021	Presidente
Associação Espaço Jacobeus	20/04/2021	Presidente
Via Veteris - Associação Jacobeia de Esposende	23/04/2021	Presidente
Associação de Hospitaleiros Ventos Peregrinos	30/04/2021	Secretária
Via Portus Cale - Ass. Intern. de Companheiros nos Caminhos de Santiago	05/05/2021	Membro da direção
Centro de Estudos Jacobeus - Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela	28/04/2021	Membro da direção
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	26/04/2021	Presidente
Associação Monasterium de Leça do Balio	13/05/2021	Coordenadora
Associação de Peregrinos Via Lusitana	03/05/2021	Presidente da direção

Fonte: *Elaboração própria.*

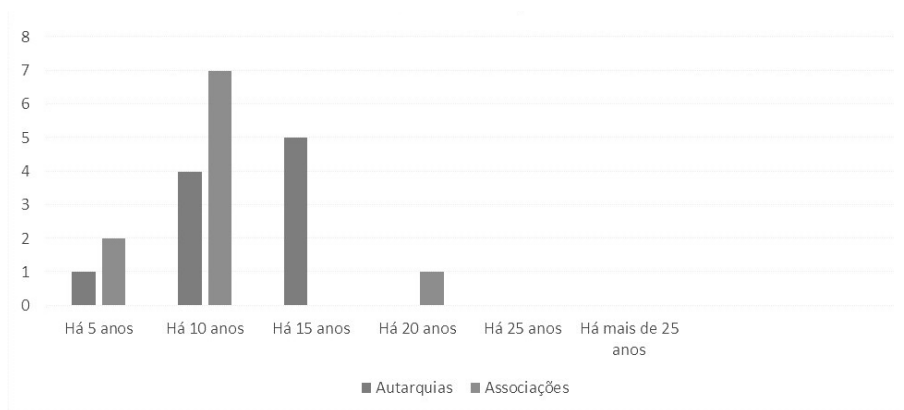
Nas páginas seguintes, a partir do projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português

da Costa” (*cf.* nota 1) tentaremos identificar e analisar as percepções e ideias das 10 câmaras municipais envolvidas no desenvolvimento do CPC assim como das associações a ele vinculadas. A análise alicerça-se igualmente em diferentes contributos, nomeadamente os desenvolvidos no âmbito dos projetos “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos” (2011-2017) (Ref.: FFI2012-35521) e “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (2018-2021) (Ref.: FFI2017-88196-R)⁶. Assim para o entendimento das narrativas sobre os Caminhos de Santiago: Torres Feijó (2011 e 2014); Bello Vázquez (2015); e Fernández e Samartim (2016); para a análise das comunidades, turismo e políticas públicas: Torres Feijó (2015a, 2015b e 2019); Pazos-Justo, del Río e Samartim (2018) e Freitas, Pazos-Justo e Samartim (2021).

3. RESULTADOS SOBRE AS PERCEÇÕES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES

Em função das respostas de municípios e associações (*vid.* Gráfico 5), podemos situar em finais da primeira década do presente século (ca. 2009, como data de referência) o início do interesse pela dinamização do CPC. De facto, as entidades inquiridas assinalaram o período que vai de 2006 até 2015, especialmente no caso das autarquias, como o de início das ações concretas focadas no desenvolvimento do CPC.

⁶ Ambos os projetos dirigidos pelo Professor Elias Torres Feijó, contaram/contam com a participação de 2 dos autores deste trabalho, Álvaro Iriarte e Carlos Pazos-Justo. Veja-se, para consulta de alguns resultados desta linha de pesquisa, Samartim e Pazos-Justo 2020.

Gráfico 5. Início do interesse pelo CPC.

Fonte: *Elaboração própria.*

Poucos anos mais tarde, como já foi indicado, os dez municípios atravessados por este itinerário, liderados pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, avançaram com o projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa” (2015-2019), que foi dotado de um orçamento total de 2.157.784,76 € (dos quais até um 85% financiado pelo Fundo Europeu de Financiamento Regional [FEDER]). O projeto tinha por objetivos:

Qualificar os ativos histórico-culturais públicos com vocação turística, contribuindo para o enriquecimento da oferta turística regional e para o desenvolvimento do “turismo cultural”, potenciando a atração de turistas nacionais e estrangeiros de proveniências muito diversificadas, aumentando, assim, a sustentabilidade, a médio e longo prazo, de uma tipologia de turismo, que manifesta indicadores robustos de crescimento⁷.

⁷ A citação é transcrição da informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto (<https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/134/files/1556/ficha-final-santiago-norte-04-2114-feder-000138-1.pdf> ; acesso em 15/06/2022). Apontamos que, durante a pesquisa realizada, não foi possível aceder a informação detalhada sobre o projeto em questão, apesar de ter sido solicitada. No mesmo documento, são ainda indicadas as seguintes “atividades”:

A presente Operação traduzirá numa notável melhoria das condições oferecidas pelo Caminho Português da Costa e irá refletir-se de uma forma muito positiva sobre a opinião que os peregrinos têm deste itinerário. O Plano de Comunicação além de prever ações de comunicação de massas prevê a utilização das novas formas de comunicação através das redes sociais e dos novos “fazedores de opinião” que

O projeto em questão foi precedido, em todo o caso, por uma outra iniciativa intermunicipal, “Caminhos de Santiago: O Caminho Português da Costa”, com data de 2010:

projecto intermunicipal para reconhecimento e qualificação do Caminho Português da Costa, mediante acções de Identificação e regulação do traçado, da disponibilidade de informação e sinalização do Caminho em todos os municípios, a consulta de informação histórica para contextualizar os bens culturais ligados ao Caminho e a promoção turística, cultural e social (Hidria, 2017: 44)⁸.

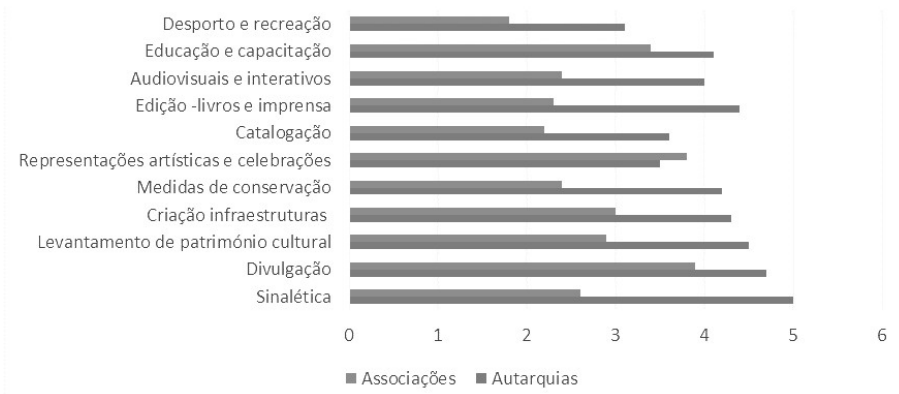
A partir de fins da primeira década do século XXI e até ao presente, as câmara>s municipais e associações, promoveram diversas ações no CPC (*vid.* Gráfico 6): com destaque (i) as vinculadas à sinalização do itinerário, à divulgação, ao levantamento do património cultural e à edição de diversos materiais, no que diz respeito aos municípios⁹; (ii) já as entidades associativas consultadas, destacaram as atividades de divulgação, as representações artísticas e celebrações, entre outras.

são os “bloggers”. O conjunto transversal de Equipamento de Sinalética, visam dar uma imagem uniforme, normalizada e fluente da sinalização em todo o percurso do Caminho Português da Costa. O conjunto de ações designadas “Sons do Caminho” pretendem ser mais do que uma designação, um conceito. Peregrinar é sentir e fruir o espaço em todo o seu esplendor. Os “Sons do Caminho” querem construir uma rede de eventos que animem, que deem notícia, que promovam a integração do caminheiro com o autóctone. As ações de recuperação e valorização de sítios e outro patrimonial cultural, possibilitaram a fruição do valor em causa, quer pela recuperação e/ou salvaguarda, quer pela sua interpretação e a criação, recuperação ou apetrechamento de infraestruturas e equipamentos que permitem tornar o Caminho mais atrativo e utilizável, visando contribuir para uma consolidação do património comum que é o Caminho Português da Costa.

⁸ *Cfr.* <https://www.cm-pvarzim.pt/noticias/seminario-internacional-caminhos-de-santiago-o-caminho-portugues-da-costa/> (acesso em 15/06/2022).

⁹ No âmbito do projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago — Caminho Português da Costa”, foram publicados dois volumes, *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa* (VV.AA. 2017a) e *Caminho Português da Costa. Estudos* (VV.AA. 2017b); lançaram também uma página web conjunta, <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt> (acesso em 15/06/2022).

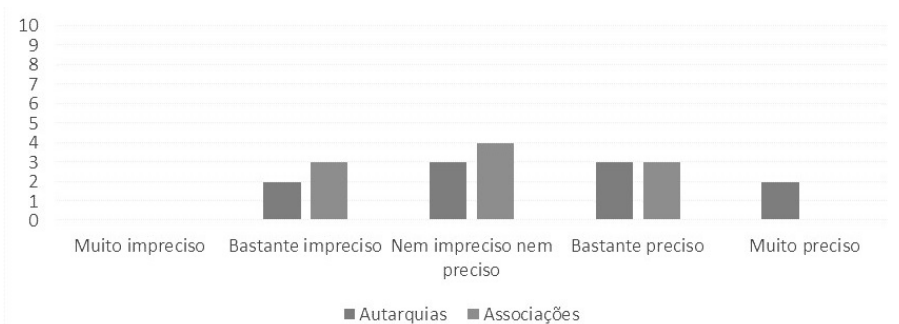
Gráfico 6. Importância das ações desenvolvidas no CPC.



Fonte: *Elaboração própria.*

Apesar de tanto municípios como associações assinalarem a divulgação como um âmbito de atuação privilegiado, indicam uma perceção difusa do conhecimento prévio do território por parte dos peregrinos (*vid.* Gráfico 7). Mais em detalhe: dimensões como a ‘História’ local (2,55 sobre 5) ou ‘Língua portuguesa’ (2,2 sobre 5) são percebidas como as menos conhecidas; por seu turno, sem atingir o patamar máximo (‘muito conhecimento’ = 5), os elementos mais conhecidos para as pessoas peregrinas seriam o “Espaço e paisagem” e “Espiritualidade” locais. Alguns dos inquiridos chegaram a afirmar a necessidade de promover narrativas de divulgação próprias face outros discursos (guias, etc.) de elaboração exterior ao território e às suas comunidades.

Gráfico 7. Perceção do conhecimento prévio do território por parte das pessoas peregrinas.



Fonte: *Elaboração própria.*

Numa outra perspetiva, confrontados com uma série de parâmetros (*vid.* Gráfico 8) propostos para identificar os motivos da procura do CPC por parte dos peregrinos, as entidades inquiridas destacaram (numa escala de 1 a 5) o “litoral”, a “paisagem” e “que os caminhos estão na moda”; destacaram expressivamente menos, especialmente as associações, “a procura da autenticidade”, o que, de alguma forma, parece espelhar o entendimento de o CPC ser um itinerário não diferenciado pelo sua dimensão histórica ou patrimonial. Neste sentido, uma das pessoas representantes de uma das câmaras municipais estabeleceu uma diferença entre o “Caminho dos puristas”, o Caminho Português Central (entendido, este sim, com uma maior dimensão histórico-patrimonial), e o “Caminho contemporâneo”, o CPC. Paralelamente, até 3 municípios deram notícia de iniciativas cujo objetivo é dotar o itinerário em análise de conteúdo cultural/patrimonial¹⁰.

Quanto às motivações das pessoas peregrinas e perante um conjunto de 7 parâmetros¹¹, as autarquias destacam a “espiritualidade”, a “cultura” e, em terceiro lugar, a “aventura”; para as associações, as 3 motivações de maior relevo são “espiritualidade”, “lazer/férias” e, no mesmo nível, “cultura” e “aventura”.

Gráfico 8. Elementos que contribuem para a visibilidade e procura do CPC.



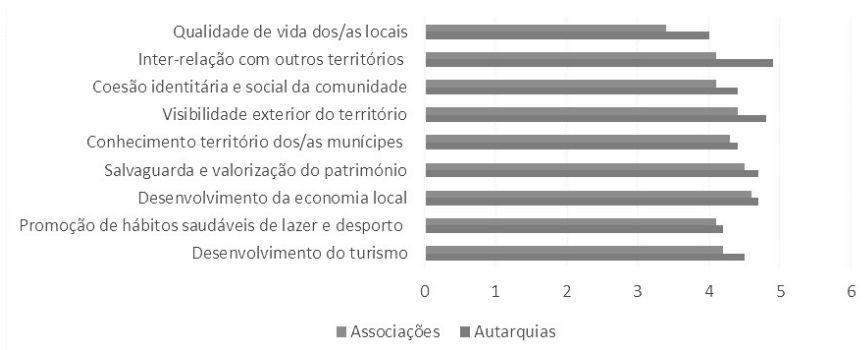
Fonte: *Elaboração própria*

¹⁰ Um exemplo modelar é o festival “Festa da História — Caminhos de Santiago” de Esposende (1ª edição em 2017).

¹¹ “Lazer/férias”, “Investigação/estudos”, “Aventura”, “Desporto”, “Cultura”, “Religião” e “Espiritualidade”.

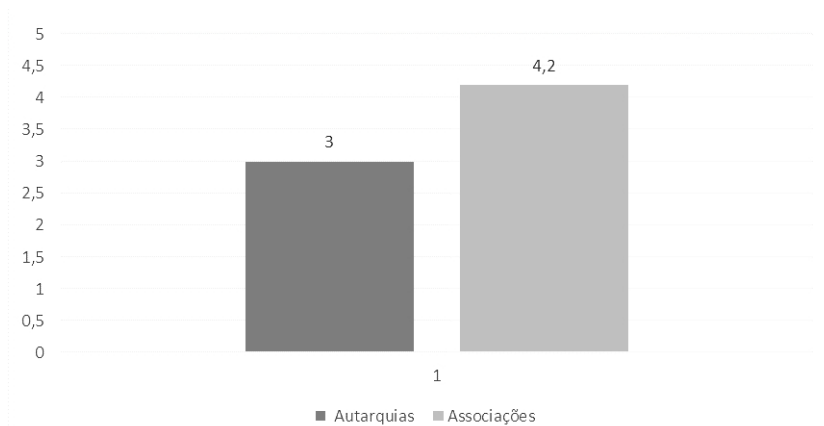
É unânime, ainda que mais expressivo na perspetiva dos municípios, o entendimento tendencialmente positivo acerca do desenvolvimento do CPC para “Salvaguarda e valorização do património” ou o “Desenvolvimento da economia local” (*vid.* Gráfico 9). Repare-se que, no entanto, comparativamente a relevância atribuída para “Qualidade de vida dos/as locais” é ligeiramente menor tanto para autarquias como para associações.

Gráfico 9. Importância do desenvolvimento de CPC numa série de parâmetros.



Fonte: *Elaboração própria.*

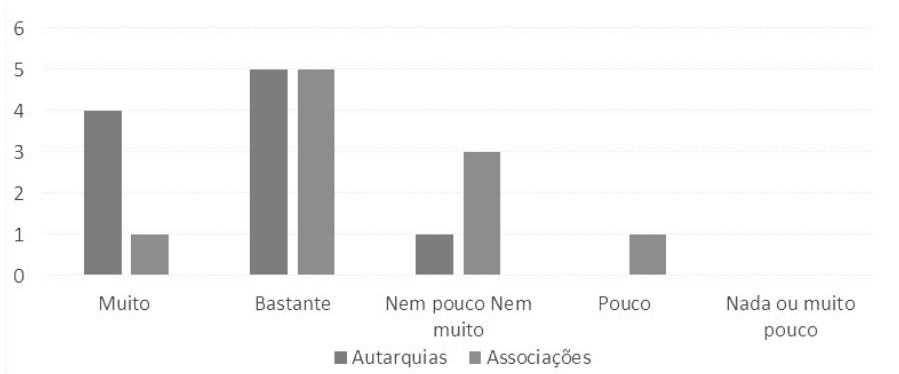
Nesta direção, questionadas pelos impactos positivos e negativos derivados do desenvolvimento do CPC, as perceções são sensivelmente diferentes: as autarquias põem em destaque particularmente o “desenvolvimento turístico-económico” como o grande impacto positivo, ao passo que mostram uma tendência para não identificar ou mesmo desvalorizar potenciais impactos negativos, entre os quais a eventual possibilidade de enfrentarem um problema de massificação (*vid.* Gráfico 10). Já as associações, coincidindo na apreciação relativamente ao “desenvolvimento turístico-económico”, apontam expressivamente a “massificação e turistificação do Caminho” ou a “diluição do Caminho numa lógica económica” como os principais impactos negativos identificados; em 2 casos, os discursos incluíram “caminho das areias” como expressão pejorativa em função, interpretamos, das lógicas turístico-económicas.

Gráfico 10. Possibilidade de enfrentar um problema de massificação no CPC.

Fonte: *Elaboração própria.*

Noutra dimensão, quando questionadas de diferentes perspetivas acerca das comunidades locais, as autarquias declararam uma perceção do CPC enquanto elemento forte da identidade local (*vid.* Gráfico 11); para as associações, esta perceção é moderada; em vários casos, aliás, a pessoa inquirida afirmou tratar-se de um fenómeno crescente, i. e., as populações locais teriam cada vez mais presente o CPC como mais um elemento da sua identidade. Para a questão “Em que medida considera que a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC?”, as respostas foram, tanto de autarquias como de associações, “muito importante” ou “bastante importante”. Porém, relativamente ao grau de envolvimento efetivo das comunidades as respostas mostram uma perceção desigual, sendo mais notória na perceção das associações.

Gráfico 11. CPC e identidade local.



Fonte: *Elaboração própria.*

Tendo presente, como ficou recolhido no Gráfico 9, o entendimento da “Promoção da qualidade de vida dos/as locais” como um dos parâmetros menos destacado, cabe referir o “acolhimento” como o papel mais consensual atribuído pelas entidades consultadas às comunidades locais no desenvolvimento do CPC (*vid.* Gráfico 12); o que significa, interpretamos, a atribuição de um papel passivo às comunidades.

Gráfico 12. De que forma a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC.



Fonte: *Elaboração própria.*

Por outro lado, 8 das 10 associações consultadas declararam um envolvimento nulo ou muito escasso no âmbito do projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago — Caminho Português da Costa” promovido, como já foi indicado, pelos 10 municípios atravessados pelo itinerário em foco (*vid.* Gráfico 13). Quanto às câmaras municipais, a valoração geral do projeto é altamente positiva. Estas, declaram igualmente como parceiro destacado o Turismo do Porto e Norte; por sua vez, as associações (que percebem o labor das câmaras municipais como moderadamente positivo) indicam as autarquias, outras associações e as juntas de freguesia como os principais parceiros.

Gráfico 13. Envolvimento ativo no projeto “Valorização dos Caminhos”.

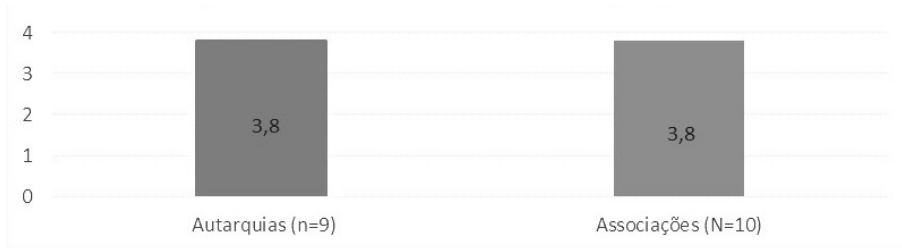


Fonte: *Elaboração própria.*

Por último, junto a um claro entendimento unânime da importância do aeroporto do Porto no desenvolvimento do CPC (*quilómetro zero* do mesmo, caberia pensar), as respostas das entidades inquiridas mostram a perceção do real interesse das entidades galegas (Xunta de Galicia e Xacobeo S.A., designadamente) na promoção deste itinerário. À questão, no entanto, “Como considera o trabalho desenvolvido pelas entidades galegas - Xunta, Xacobeu S.A. etc. - no CPC?”, as respostas, tanto de municípios como de associações (*vid.* Gráfico 14; escala: 1 = “negativo”; 5 = “muito positivo”), mostram uma perceção desigual e, em todo o caso, significativamente menor se comparado com o interesse percebido. Nos discursos de algumas entidades surgiram algumas dúvidas acerca do envolvimento das entidades galegas o que pode traduzir, na nossa ótica, alguma confusão relativamente ao papel que

aquelas podem desempenhar na gestão dos Caminhos Portugueses em solo português.

Gráfico 14. Valoração do trabalho das entidades galegas no CPC.



Fonte: *Elaboração própria.*

4. CONCLUSÕES

A análise realizada acerca das perceções e ideias das câmaras municipais e associações consultadas sobre o desenvolvimento do CPC apontam para um quadro marcado, em primeiro lugar, por uma acentuada convergência nas ideias e ações dos municípios e, em segundo lugar, uma relativa similar perceção, em geral, entre estes e as associações, alicerçada, por exemplo, no consensual entendimento como positivo ou mesmo muito positivo do desenvolvimento do CPC durante a última década.

O CPC começa a ser objeto de atenção a partir de 2009 (data aproximada de referência), ano em que diversas entidades associativas e municipais iniciam uma série de ações cujo fim é desenvolver o itinerário em várias dimensões. A partir de 2019, data-chave para os Caminhos de Santiago em Portugal, o CPC entra numa fase, em curso, de acelerada fixação e institucionalização, com envolvimento do Estado.

A diferença da *reinventio* compostelana da década de 80 do século passado e anos posteriores¹², o desenvolvimento do CPC está marcado

¹² “As políticas culturais e turísticas, no período que vai de 1980 até o momento atual, são entendidas aqui, sob a denominação *reinventio*, como um processo relativamente rápido de ressignificação de Santiago de Compostela enquanto, não apenas, mas fundamentalmente, meta dos Caminhos de Santiago. Com o concurso decisivo da Igreja católica e outras organizações internacionais, a *reinventio* foi promovida

por um forte ou até hegemónico impulso turístico-económico, nomeadamente se atendermos aos discursos das câmaras municipais (nesta direção, apostar no desenvolvimento do CPC seria o mesmo que promover o desenvolvimento turístico-económico dos territórios em causa); aliado a aquele, o atributo “litoral/costa” parece funcionar como o elemento diferenciador fundamental face a, por exemplo, o Caminho Português Central. Ainda em relação à *reinventio* citada, cabe assinalar: (a) a relativamente menor dimensão da “fé/religião” ou a Igreja católica frente a uma expressiva associação entre o CPC (os caminhos, em geral) e a “espiritualidade”, ao mesmo tempo que (b) parece emergir um entendimento diferenciado entre este e o fenómeno de peregrinação a Fátima, nos discursos em análise; (c) outra das ideias fortes da *reinventio*, o Caminho como elemento vertebral europeu, por exemplo, está praticamente ausente dos discursos, ao passo que (d) o CPC pode ser entendido, pontualmente, como elemento de convergência com a Galiza (“terra irmã”). Nos discursos das entidades associativas, note-se, face à orientação central turístico-económica dos municípios, a dimensão cultural-patrimonial é objeto de generalizada reivindicação; estas, mostram, em geral, uma perspetiva mais crítica com o desenvolvimento em curso do CPC, questionando, em ocasiões, as decisões tomadas relativamente à orientação geral ou aos traçados oficiais (“caminho das areias”).

A análise realizada permite igualmente caracterizar o desenvolvimento do CPC até à data, designadamente no que diz respeito às políticas públicas, como marcado por uma secundarização das comunidades locais, tanto nas fases de planificação como de implementação das diversas iniciativas. Paradoxalmente, como foi apontado, é significativa entre as entidades consultadas a crescente perceção do CPC como um elemento forte das identidades locais. É perceptível, nesta direção, uma

por agentes institucionais Estado, Xunta da Galiza e Concelho interessados em impulsar uma série de ideias relativas a: (a) a condição europeia dos Caminhos e de Santiago de Compostela/Galiza/Espanha; (b) a religião/espiritualidade como elemento estruturante dos territórios e das comunidades; (c) o par património/cultura como um dos eixos centrais das políticas públicas; e (d) o desenvolvimento do turismo como aspiração central” (Pazos-Justo, del Río e Samartim, 2018: 250; *itálicos no original*).

Para o entendimento das narrativas acerca da *reinventio* compostelana seguimos aqui Torres Feijó (2011).

planificação menos interessada nos impactos que o desenvolvimento do CPC pode significar para as comunidades afetadas, assim como, em geral, nas ações implementadas até à data; segundo os dados manejados, não foram acompanhadas de medidas de avaliação de impactos não desejados (à luz da literatura sobre o tema, porém, possíveis ou até prováveis; Torres Feijó, 2019 e Bernardo e Pereiro, 2020). Aparentemente, o critério fundamental de avaliação, porventura único, reside no número de pessoas peregrinas que seguem o CPC.

Na pesquisa realizada, é significativo, no nosso entendimento, o ruído que paira acerca da articulação com as entidades galegas no que diz respeito à gestão dos Caminhos de Santiago, mais em concreto, relativamente ao papel que estas deveriam desempenhar. Por outro lado, as respostas das entidades inquiridas indiciam uma certa *ansiedade* patrimonial/cultural/histórica, por comparação com outros itinerários (o Caminho Francês e, muito provavelmente aqui, o Caminho Português Central); frente a esta perceção, parece emergir uma tendência para preencher de conteúdo cultural/patrimonial o itinerário em foco, percebido como despossuído de capitais fortes nesta direção.

Por último, o trabalho de investigação realizado tornou evidente que, para um melhor conhecimento do desenvolvimento em curso do CPC, para a uma planificação sustentável especialmente, será necessário: (a) conhecer as ideias e perceções das comunidades locais dos territórios afetados e (b) também dos sectores económicos mais diretamente envolvidos (restauração, hotelaria, etc.); (c) em função da dispersão de dados e da perceção das entidades inquiridas, entendemos igualmente urgente avançar com projetos de pesquisa cujo objetivo central terá de ser a caracterização das pessoas peregrinas (origens, ideias, motivações, perceções, práticas, etc.) que percorrem o CPC.

5. BIBLIOGRAFIA

Americano Lopes, I. (2020). Análise e identificação dos discursos, práticas patrimoniais e *stakeholders* no Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/70663>

- Antunes Silva, J. (2004). Caminhos de Santiago: Uma Europa peregrina, *Theologica*, 39, 331-357. Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12690/1/silva.pdf> 11
- Barbosa Gonçalves, F.J. (2012). Plano de interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos. [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Repositório IPVC. http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/20.500.11960/1337/1/Francisco_Goncalves.pdf.
- Bello Vázquez, R. (2015). Measuring Identity: Indicators for Comparison of Real and Fictional Discourses on a Cultural Heritage City. Em G. R. Ricci (Ed.), *Travel, Tourism, and Identity* (pp. 127-142). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781351301121-8/measuring-identity-indicators-comparison-real-fictional-discourses-cultural-heritage-city-1-raquel-bello-v%C3%A1zquez>
- Bernardo, E., e Pereiro, X. (2020). Responsible tourism: cosmetics, utopia or reality? An analysis of the scientific literature. *International Journal of Tourism Anthropology* 8(1), 22-43. <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJTA.2020.113923>
- Catarina Mendes, A. (2009). Peregrinos a Santiago de Compostela. Uma etnografia do Caminho Português. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. <http://hdl.handle.net/10451/299>
- Fernandes Duarte, A.C. (2016). Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/87059>
- Fernández Rodríguez, M.L. e Samartim, R. (2016). Impacto dos discursos literários nas práticas e consumos culturais ligados aos Caminhos de Santiago: de Paulo Coelho aos souvenirs de cavaleiros templários, *IS Working Papers*, 3(37). https://www.researchgate.net/publication/324260038_Impacto_dos_discursos_literarios_nas_praticas_e_consumos_culturais_ligados_aos_Caminhos_

de_Santiago_De_Paulo_Coelho_aos_souvenirs_de_cavaleiros_templarios

- Fontoura Nadais, C.D. (2010). O turismo e os territórios da Espiritualidade. Os caminhos de Santiago em Portugal. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. ESTUDO GERAL Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/15370>
- Freitas, D., Pazos-Justo, C. e Samartim, R. (2021). Perceção e Realidade dos Impactos do Caminho Português Interior a Santiago na atividade comercial da cidade de Chaves: Análise sobre parâmetros da economia, a interação, a identidade local e as políticas públicas, *ROTUR, Revista de Ocio y Turismo*, 15(1), 59-77. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7746776>
- Gomes, L.E. (2012). Olhares sobre o património: uma etnografia do Caminho de Santiago Português. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25954>.
- Gomes, L.E. (2017). Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela. O Património em Processo. [Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. ESTUDO GERAL Repositório científico da UC. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/79392>
- Hidria (2017). Estudo do Traçado do Caminho Português. Em Eixo Atlântico (ed.). *Caminho de Santiago. Estudo dos traçados no Norte de Portugal*. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. <https://www.eixoatlantico.com/pt/listado-publicaciones/2900-estudos-dos-tracados-no-norte-de-portugal>.
- Lopes Antunes. Â.I. (2016). Caminhar na era tecnológica em direção a Santiago de Compostela: Estudo do uso de uma app por parte dos peregrinos. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Politécnico de Viseu]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu. <http://hdl.handle.net/10400.19/3322>
- Marques, J. (2006). Os santos dos caminhos portugueses. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 7, 243-262. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3772/3527>.
- Moreno, H. (1986). Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *História: Revista da Faculdade de*

- Letras da Universidade do Porto*, 3, 77-89. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7676/2/2042.pdf>
- Paiva Alves, S.M.P. (2012). A Antevisão do Peregrino na Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves: Subsídios para a criação de uma rota turística Volume I. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/15849>
- Pazos-Justo, C.; Del Río, M. e Samartim, R. (2018). *Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela, SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 30, 233-256. RepositóriUM. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/57465>
- Pereira Martinho, A. (2014). Turismo Cultural e religioso: o Caminho de Santiago no concelho de Vouzela. [Relatório de Estágio, Instituto Politécnico de Coimbra]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/16625>
- Pereiro, X. (2009). *Turismo cultural: Uma visão antropológica*. ACA y Pasos.
- Pereiro, X. (2017). Turiperegrinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela. *Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)/Journal of Tourism & Development*. <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/9903>.
- Pereiro, X. (2019). Turismo y peregrinación, dos caras de la misma moneda: el camino portugués interior de Santiago de Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 43, 407-434. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/374871>
- Pereiro, X. e Fernandes, F. (2018). *Antropologia e Turismo: teorias, métodos e praxis*. PASOS, RTPC. <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita20.pdf>
- Samartim, R. & Pazos-Justo, C. (2020). Impactos dos Caminhos na comunidade local de Santiago de Compostela: Resultados de um projeto de investigação em curso. *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos*, 23, 307-322. <http://hdl.handle.net/1822/70098>
- Santos Solla, X. M. (1999). Mitos y realidades del Xacobeo, *Boletín de la AGE*, 27, 103-117.

- Sousa, B., Casais, B., Malheiro, A., e Simões, C. (2017). A experiência e o marketing turístico em contextos religiosos e de peregrinação: o caso ilustrativo dos Caminhos de Santiago. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27/28, 789-800. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8831>
- Torres Feijó, E. J. (2011). Discursos contemporâneos e práticas culturais dominantes sobre Santiago e o Camiño: a invisibilidade da cultura como hipótese. Em A.P. Lourenço e O.M. Silvestre (Eds.), *Literatura, espaços, cartografia* (pp. 391-449). Centro de Literatura Portuguesa.
- Torres Feijó, E. J. (2014). Autor, texto e espaço geo-cultural mediatizado: processos de ressemantização, banalização e misturação de géneros em produtos sobre o Caminho de Santiago. Em S. Quinteiro e R. Baleiro (Eds.), *Lit&Tour: Essays on Literature and Tourism* (pp. 291-310). Húmus.
- Torres Feijó, E. J. (2015a). Comunidades, coesão, sustentabilidade e fator visitante: ferramentas conceituais e parâmetros para a análise: o caso de Santiago de Compostela. Em C. Almeida Marques (Ed.), *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas - Revitalização do Espaço Pós-Suburbano* (pp. 121-123). CAPP-ISCSP-ULisboa & CIAUD-FA-U.
- Torres Feijó, E. J. (2015b). Identity Sustainability, Identity Affectivity, and the Ithaca Traveler: Conceptual Tools for Measuring and Modeling Tourism as an Opportunity. Em G. R. Ricci (Ed.), *Travel, Tourism and Identity, Culture & Civilization* (pp. 143-162), Volume 7. Transaction Publishers.
- Torres Feijó, E. J. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do Caminho de Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Andavira.
- VV.AA. (Eds.) (2017a). *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa. Guia do Caminho*. Felprint. <http://www.cm-viana-castelo.pt/download/11760/c3497c5a727c799af7a9792c3ba2a61d>
- VV.AA. (Eds.) (2017b). *Caminho Português da Costa. Estudos*. [s.l.]: Felprint.

Legislação:

Decreto-Lei nº 51/2019, de 17 de abril de 2019 - “Estabelece a salvaguarda, valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários”, in Diário da República nº 76, de 17 de abril de 2019, I Série. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/51-2019-122124252>

Webgrafia:

Câmara Municipal do Porto. (2015). Projeto Intermunicipal Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa. <https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/134/files/1556/ficha-final-santiago-norte-04-2114-feder-000138-1.pdf>

Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa. <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt>

Oficina del Peregrino. Estadísticas. <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>

Póvoa de Varzim. (2010, Maio). Seminário Internacional “Caminhos de Santiago: o Caminho Português da Costa”. <https://www.cm-pvarzim.pt/noticias/seminario-internacional-caminhos-de-santiago-o-caminho-portugues-da-costa/>

República Portuguesa. XXII Governo. (2021, Março). Certificado o primeiro caminho Português de Santiago. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=certificado-o-primeiro-caminho-portugues-de-santiago>

UNESCO. (2017). Sites on the tentative list. Routes of Santiago de Compostela: Routes in Portugal. <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/6222/>

APROXIMAÇÃO A UMA ANÁLISE QUANTITATIVA-DEDUTIVA DE DADOS QUALITATIVOS-INDUTIVOS: BASE DE DADOS DE HÁBITOS DE CONSUMO DE VISITANTES EM SANTIAGO DE COMPOSTELA (GALIZA)

EMILIO CARRAL
MARISA DEL RÍO ARAÚJO
ELIAS J. TORRES FEIJÓ
[Galabra USC]

1. INTRODUÇÃO

A análise de dados deve conduzir-nos, através duma metodologia rigorosa, à produção de resultados significantes e úteis (Attride-Sterling, 2001). Especialmente, quando trabalhamos com dados qualitativos ou semiquantitativos, uma aproximação baseada na análise temática (Nowell *et al*, 2017) pode ser de grande utilidade para produzir dados mais significantes, mas também permite apresentar de maneira mais clara e descritiva os métodos analíticos utilizados (Braun e Clarke, 2006).

A análise temática pode ser considerada como o método fundacional da análise qualitativa, um processo utilizado em numerosos métodos qualitativos, ou um método propriamente dito, que pode servir de ponte entre a análise qualitativa e a quantitativa (ver Nowell *et al*, 2017). Esta metodologia é mui útil para identificar elementos chave

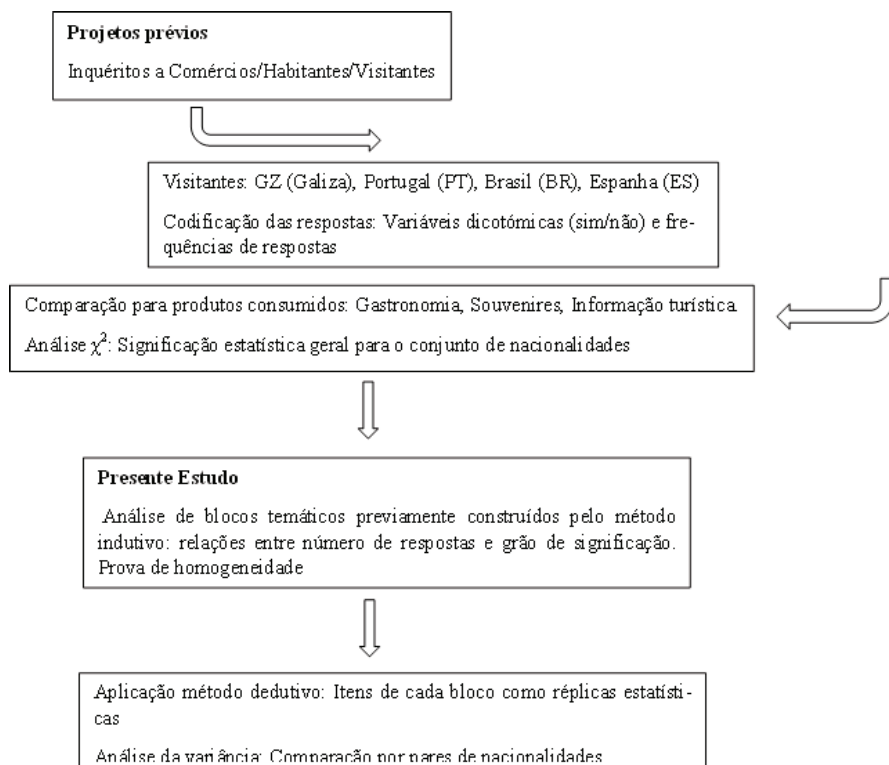
numa cumprida base de dados, e vai na via de ajudar a produzir uma aproximação bem estruturada no estudo dos mesmos, assim como tirar umas conclusões claras e bem-organizadas (King, 2004).

Creswell (2014) entende a tematização como um processo sistemático de codificação onde questões específicas sejam analisadas e categorizadas em temas que representam o fenómeno de interesse no estudo. Este processo sistemático de codificação pode ser gerido duma maneira indutiva, hipótese e desenho da pesquisa, ou também desde uma perspectiva dedutiva, configurando *a posteriori* os conjuntos de itens (temas), respondendo a interesses analíticos ou de comparação previamente definidos. A primeira aproximação vem definida pelo contexto dos dados e os preconceitos analíticos propostos na definição inicial da pesquisa (na hipótese inicial, atendendo à pergunta: que queremos comparar e para quê?). A aproximação dedutiva virá definida pelo interesse analítico com o objeto de realizar uma análise mais específica de determinados aspetos do conjunto de dados (Braun e Clarke, 2006).

Desde a perspectiva dedutiva este trabalho analisa uma seleção da base de dados dos dois projetos de investigação mencionados mais adiante, com o objetivo de avaliar a possibilidade de extrair uma maior informação com significação estatística mediante a validação de blocos temáticos aplicando a prova de Crombach e análise da variância. Deste jeito comprovaremos em primeiro lugar homogeneidade (senso das respostas por itens) da informação agrupada nos blocos construídos pela aproximação indutiva, e posteriormente se desenvolverá uma comparação por pares, entendendo cada item do bloco como réplicas estatísticas. O objetivo final é completar a informação obtida pela análise X^2 (desenho indutivo e comparação genérica das variáveis) com a resultante da análise de variância: desenho dedutivo para a configuração de blocos temáticos formados por itens -réplicas estatísticas (comparação por pares de variáveis).

O processo geral de análise é resumido no Gráfico 1.

Gráfico 1. Processo de análise base de dados derivado dos projetos prévios.



Fonte: Elaboração própria.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O material analisado no presente estudo é uma parte da base de dados obtida após a realização dos Projetos:

Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos (Ref., FFI2012-35521) e “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (Ref.: FFI2017-88196-R).

No período março 2013-março 2014 foram feitos 2081 inquéritos a visitantes da cidade de Santiago de Compostela (Galiza). De periodicidade diária e número heterogéneo atendendo aos segmentos temporais em que podia variar a presença de pessoas de determinadas

procedências na cidade (feriados, férias, etc.), estes inquéritos apresentam as seguintes características técnicas:

- Inquérito pessoal com questionário estruturado para visitantes ao município de Santiago, maiores de 16 anos e com residência habitual na Galiza, no resto de Espanha, em Portugal (o país da Europa de que procedem mais visitantes no ano inicial da pesquisa, 2008) e no Brasil (o país de fora de Europa de que procedem mais visitantes nesse mesmo ano).
- Total de 2.081 inquéritos válidos: Galiza: 398 / Espanha: 878 / Portugal: 408 /Brasil: 396.
- Erro de amostragem para o conjunto da mostra: $\pm 2,15\%$, e para a distinta origem: Galiza: $\pm 4,91\%$ / Espanha: $\pm 3,31\%$ / Portugal: $\pm 4,85\%$ /Brasil: $\pm 4,92\%$.
- Nível de confiança: 95%; $p = q = 0,5$.
- Procedimento de amostragem: De conveniência com cotas por lugar de origem das pessoas inquiridas.

O desenho dos inquéritos foi feito mediante um processo de tematização indutiva: em ausência de trabalhos conhecidos desta índole, a equipa trabalhou em múltiplas sessões de formulação de perguntas de interesse, cujo conteúdo e forma de inquerir era submetida ao escrutínio da equipa, para garantir a obtenção de resultados que satisfizessem os objetivos dos projetos e a qualidade deles, evitando no possível qualquer viés.

Ficaram configurados, assim, um total de 6 blocos temáticos:

Bloco 1: Visitas prévias a Santiago: 2 perguntas

Bloco 2: Motivo/ Processo de decisão para a viagem: 7

Bloco 3: Ideias e atividades em Santiago: 49

Bloco 4: Organização da viagem: 10

Bloco 5: Satisfação com a visita: 5

Bloco 6: Características sociodemográficas: 9

Explicamos agora aspetos relativos aos três primeiros blocos por oferecerem elementos específicos que convém ter presentes no objetivo deste trabalho.

No bloco 1 apenas queríamos determinar essa variante por se a reiteração da visita introduz elementos diferenciais em qualquer dos blocos seguintes.

No bloco 2, destinado a conhecer a motivação específica da viagem, o nosso objetivo foi discriminar entre pessoas peregrinas e não peregrinas como fator relevante do tipo de visita e explorar, no caso da peregrinação, alguns aspetos específicos, nomeadamente ao tipo e eventual prolongamento a Fisterra (o que modificaria o sentido originário da peregrinação com final absoluto em Santiago e reforçaria o ângulo misterioso, telúrico ou mítico da viagem). Igualmente, foram introduzidas neste âmbito perguntas relativas ao conhecimento prévio de assuntos vinculados ao destino através de produtos culturais e em que medida incidem diretamente na viagem ou compartilham repertório com os discursos dominantes sobre Santiago e o Caminho. Também no bloco 2 pretendemos o contraste de aspetos relativos à Galiza e a Santiago (intercalando, às vezes, perguntas, para não centrar em excesso a temática e cansar a pessoa entrevistada) para conhecer em que medida esta atua como metáfora ou representação daquela e as singularidades que oferece. Nesse sentido, pretendemos conhecer se a visita gera modificações de ideias sobre o visitado. Em concreto, centramos as questões aqui no relativo à parte histórico-patrimonial da cidade, para conhecer qual é a percepção da monumentalidade, alargamento e vida da zona velha.

O Bloco 3, o mais numeroso em número de perguntas, vai destinado a conhecer as ideias e as práticas culturais das pessoas e saber em que medida apresentam homologias entre elas e com os macrodiscursos (o da Igreja Católica, o da UE e a UNESCO e o de O Diário de um Mago, de Paulo Coelho). Nele introduzem-se também assuntos que permitam determinar conhecimentos prévios e efeitos da visita em termos de satisfação e de ideias-força.

Previamente à análise dos resultados configurou-se a base de dados por um processo de estruturação e codificação de variáveis (processo indutivo) e segundo os interesses previamente definidos na pesquisa (*vid.* Apêndice).

Para ilustrar o procedimento utilizado para categorizar as respostas apresenta-se como exemplo o caso da variável: “Que comeu ou bebeu em Santiago?” Esta foi uma pergunta fechada, e somente se recolhe a resposta quando a pessoa inquerida responde sim à questão inicial de se comeu ou bebeu.

Tabela 1. Frequências absolutas sem categorizar das respostas a variável: “Que comeu ou bebeu em Santiago?”.

Producto	Frequência
Vieiras	1
Polvo, mariscos, peixe	1
Algo mais tradicional	1
Arroz	1
<i>Bocadillo</i> tortilha, auga	1
Cozido	1
Compra em mercado e supermercado, grandes superfícies (Carrefour, As cancelas)	1
De tudo.	1
Empada	1
Isto de que ponham uma <i>galleta</i> lhes gosta.	1
Mariscada	1
Marisco	2
Marisco, variada	1
Mexilhão, Polvo	1
Prato do dia com polvo ou algo de marisco: sapateira, santola. Torta de Santiago	1
Nada	1
Nada especial	26
Não sabe	1
Peixes	3
Petiscos	1
Piquenique	1
Polvo á galega	1
Povo e peixe	1
Polvo, vieiras, pimentos de Padrão, empada	1
Polvo, zamburinhas, peixe, vinhos	1
Torta de Santiago, marisco	1
Trazem cozinha ambulante	1
Pedaço de pizza	1
Uma garrafa de auga e um docinho	1

Fonte: *Elaboração própria.*

A Tabela 1 apresenta as frequências duma mostra aleatória de 5% das respostas recolhidas, apreciando-se o elevado número, baixas frequências e presença de *outliers*, que levou a fazer, como primeiro passo para construção de categorias, um reconto das respostas que continham cada uma das comidas e bebidas assinaladas pelas pessoas entrevistadas. As comidas com uma maior percentagem de aparição foram escolhidas como categorias em primeiro lugar (há que indicar que se recontaram na mesma os termos em diferentes línguas ou normas (caso de galego, português, português na sua variedade do Brasil e espanhol). Culturalmente, sobretudo no Brasil, mas também perceptível no âmbito espanhol e no português, mariscada ou marisco não apenas incluem crustáceos ou moluscos (que é o seu sentido reto, tal como se entende comumente na Galiza) mas também cefalópodos, cuja única exceção, por aparecer singularizada e citada à parte, é o polvo (não assim todo o tipo de lulas ou longueirões). Por outra parte, é um conceito que, no âmbito galego, inclui alguns mariscos caros (por exemplo, frente aos habitualmente mais baratos mexilhão ou berberecho/berbigão). *Mariscada* alude também, regra geral, a um conjunto variado de mariscos; mas detetamos também ser utilizado para referir-se ao consumo de dois ou três no máximo destes produtos.

Surgiram assim as categorias: marisco (genérico) e polvo. O resto das respostas foi agrupado atendendo aos relacionamentos entre elas. Por exemplo, a categoria MARISCO construiu-se acrescentando à categoria marisco (genérico) as respostas que aludiam às distintas classes de marisco. Finalmente, as respostas que não se integram claramente em nenhuma categoria (frequência menor de 5%) constituíram a categoria OUTROS. Na Tabela 2 aparecem as frequências de resposta das categorias principais só para os casos em que as respostas apresentavam comidas e bebidas incluídas numa só categoria. Abarcam 39,4% das respostas. Os casos restantes são respostas que combinam categorias até um máximo de seis.

Tabela 2. Frequências absolutas categorizadas das respostas a variável: Que comeu ou bebeu em Santiago?

Categorias	Frequência
Marisco	99
Polvo	62
Peixe e carnes	31
Comida típica/tradicional	37
Comida rápida / Sandes (“Bocadillos”)	24
Petiscos, “pinchos” ou “raciones”	44
Bebidas	25
Sobremesas, doces e café	37
Outros	105

Fonte: *Elaboração própria.*

Mas, mesmo assim, o trabalho de análise estatística bivalente com a nova variável já categorizada (Que comeu o bebeu em Santiago?) ficava impossível pelo elevado número de categorias que incorporavam as combinações das principais. Para facilitar as análises bivariadas dos dados optou-se por construir nove variáveis dicotômicas (uma para cada categoria principal) com valores 0 e 1 (0 para a ausência da categoria na resposta e 1 para a presença). Por exemplo, a variável dicotômica MARISCO resume-se nas frequências da Tabela 3.

Tabela 3. Frequências absolutas pela variável dicotômica “MARISCO”.

Valores	Frequência
1,00	185
0,00	1896

Fonte: *Elaboração própria.*

Para combinar esta praticidade estatística sem perder a riqueza dos dados, foram construídas variáveis que evidenciavam a composição de cada categoria principal. Por exemplo, a categoria MARISCO agrupa as respostas da Tabela 4.

Tabela 4. Variáveis que refletem a composição da categoria principal “MARISCO”.

Respostas	Frequência
Marisco (genérico)	125
Mexilhões	11
Vieiras	12
Amêijoas / Berbigões / Zamburinhas	11
Gambas / Lagostins	6
Longueirões	2
Perceves	2
Lavagante	4
Marisco + Vieiras	1
Marisco + Amêijoas / Berbigões / Zamburinha	1
Marisco + Longueirões	1
Marisco + Ostras	1
Mexilhões + Vieiras	1
Vieiras + Perceves	1
Amêijoas / Berbigões / Zamburinhas + Longueirões	1
Marisco + Mexilhões + Lavagante	1
Mexilhões + Vieiras + Amêijoas / Berbigões / Zamburinhas	1
Mexilhões + Amêijoas / Berbigões / Zamburinha. + Gambas / Lagostins	1
Mexilhões + Amêijoas / Berbigões / Zamburinhas + Perceves	1
Vieiras + Amêijoas / Berbigões / Zamburinhas + Longueirões + Perceves	1
Total	185

Fonte: *Elaboração própria.*

A primeira análise quantitativa foi feita mediante análise chi quadrado, a melhor técnica adaptada à estrutura dos dados, mas que somente permite obter diferenças gerais para o conjunto de grupos de interesse a serem comparados, além de ver-se afetada em muitos casos por um número baixo de respostas positivas para cada item/ pergunta realizada.

Com o objetivo de obter uma compreensão geral das características e comportamento dos dados, do corpus total foram analisados os resultados de 9 blocos temáticos em relação com o consumo de Produtos gastronómicos, *Souvenirs* e Fontes de informação utilizadas. As respostas correspondem a Visitantes a Santiago de Compostela segundo os países de procedência (Galiza, Portugal, Brasil e Espanha) e em referência a hábitos de consumo: Produtos alimentares (Tabela 5), compra prevista e realizada (Tabela 6), valoração da compra (Tabela 7) e fontes de informação utilizada para a visita (Tabela 8). Nas citadas Tabelas apresentam-se o número de respostas positivas para cada item segundo o país de origem que chega à cidade, e os valores de p para a prova χ^2 , o que nos indica se há diferenças globais para o consumo segundo a nacionalidade de quem visita Compostela, mais por mor do tipo de desenho dos inquéritos não é possível estabelecer diferenças por pares de nacionalidades. Com objetivo de obter informação mais específica para o conjunto de dados apresentados nas citadas tabelas realizaram-se as seguintes análises:

- Relação entre respostas afirmativas e o total de respostas.
- Número de diferenças estatisticamente significativas em relação ao número de respostas positivas e totais.
- Estimação da fiabilidade dos dados por bloco temático e possibilidade de comparação por bloco para pares de nacionalidades mediante análise de variância (tematização dedutiva).

Foram analisadas um total de 4295 respostas em referência às variáveis acima enunciadas, aplicando o modelo neutro que considera todas as variáveis equivalentes e que não faz diferença para o significado estatístico (Hubbell, 2001). Não avaliamos a natureza da resposta, processo a fazer qualitativamente *a posteriori*. Somente apresentamos resultados quantitativos das respostas, sendo que a natureza das mesmas é analisada desde a perspectiva qualitativa.

Tabela 5. Respostas relacionadas como Consumo de Produtos alimentares¹.

Consumo (n = 533)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Torta de Santiago	0,00	6	141	80	17
Queijo	0,00	3	106	15	11
Vinho	0,01	0	43	5	5
Pão	0,05	7	14	6	2
Licores	0,15	1	32	6	2
Empada	0,05	1	29	3	1
Doces	0,00	17	29	26	9
Outros produtos típicos	0,01	8	27	0	8
Local de Compra (n = 533)					
Zona Velha	0,03	4	50	9	1
Mercado de Abastos	0,34	4	25	2	3
Supermercados	0,00	18	35	13	7
Loja especializada	0,46	3	25	5	1
Casal Cotón (1)	0,95	1	7	1	1
Rua São Francisco (2)	0,21	2	2	2	1
Rua do Franco (3)	0,35	2	5	0	1
Praça Cervantes/Preguntoiro (4)	0,50	0	4	0	0
Tipo de Oferta (n = 380)					
Oferta Variada	0,06	26	61	21	7
Oferta Ampla	0,07	17	23	16	13

¹ Casal Cotón (1) Rede de vários estabelecimentos de produtos relativamente mais baratos que outros doutras ofertas, com destaque para a Torta de Santiago, cuja cata com fins comerciais é oferecida por empregadas a pé de rua. Rua São Francisco (2) Rua de entrada à parte antiga da cidade próxima do principal estacionamento de autocarros e viaturas da zona. Nela situam-se alguns cafés, bares e restaurantes, alojamentos e, fundamentalmente, várias lojas de oferta dos denominados produtos típicos, com destaque para a Torta de Santiago. Rua do Franco (3) Rua com abundância de bares, tavernas e restaurantes (e com algumas lojas de souvenirs) historicamente dedicada ao lazer e consumo de bebidas e comidas por parte da população local, hoje destinada fundamentalmente ao turismo. Praça Cervantes/Preguntoiro (4) zona historicamente dedicada ao comércio de proximidade de bens básicos e de lazer no âmbito local, crescentemente orientada à atividade turística.

Consumo (n = 533)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Preços aceitáveis	0,25	14	37	12	4
Produto de Qualidade	0,32	15	50	23	13
Bom Atendimento	0,63	2	10	2	2
Lojas destacáveis	0,07	15	28	4	5
Avaliação positiva	0,01	14	23	9	16
Qualidade de Oferta (n= 203)					
Oferta Homogênea	0,28	10	43	21	11
Oferta Insuficiente	0,17	5	10	1	4
Preços altos	0,14	9	18	12	1
Produto de Má Qualidade	0,87	3	9	3	1
Mau Atendimento	0,08	0	3	3	3
Lojas em Negativo	0,00	8	6	0	0
Orientação Turística	0,10	6	8	1	1
Avaliação Negativa	0,55	0	2	0	0

n= número de inquéritos com resposta positiva. χ^2 (p) = Valor do p para a prova χ^2 .

Visitantes procedentes de GZ=Galiza, ES=Espanha, PT= Portugal, BR=Brasil.

Fonte: *Elaboração própria.*

Tabela 6. Compra prevista e realizada de diferentes produtos.

Compra Prevista (n = 888)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Souvenires/Artigos Religiosos	0,11	32	200	96	118
Produtos Gastronômicos	0,00	7	71	28	10
Roupa/ joias	0,06	18	56	20	36
Livros/Revistas	0,00	10	8	8	8
Lotaria	0,02	2	10	0	0
Não específica	0,18	14	114	55	63
Onde pensa comprar (n=917)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Zona Velha	0,00	34	256	104	135
Zona Nova	0,00	14	13	4	11
Compra Prevista (n = 888)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Centros Comerciais	0,00	21	13	14	9
Postos ambulantes	0,01	11	15	11	3
Compra Realizada (n=773)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR

Souvenires/Artigos Religiosos	0,00	26	247	114	157
Produtos Gastronômicos	0,02	5	56	23	18
Roupa/ Joias	0,00	35	128	35	81
Livros/Revistas	0,00	12	10	7	14
Lotaria	0,32	1	3	0	0

n= número de inquéritos com resposta positiva. χ^2 (p) = Valor do p para a prova χ^2 .

Visitantes procedentes de GZ=Galiza, ES=Espanha, PT= Portugal, BR=Brasil.

Fonte: *Elaboração própria.*

Tabela 7. Compra Geral.

Tipo de Oferta (n=326)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Oferta Variada	0,70	30	45	23	28
Oferta Ampla	0,94	19	34	16	25
Preços aceitáveis	0,65	9	16	8	16
Produto de Qualidade	0,00	4	9	8	20
Bom Atendimento	0,81	2	5	3	2
Lojas destacáveis	0,06	12	25	6	8
Avaliação positiva	0,30	11	12	9	17
Variedade de Oferta (n=275)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Oferta Homogênea	0,24	28	77	28	20
Oferta Insuficiente	0,32	11	15	5	5
Preços altos	0,01	6	10	9	13
Produto de Má Qualidade	0,66	1	4	1	0
Mau Atendimento	0,54	1	3	0	2
Lojas em Negativo	0,01	12	13	2	3
Orientação Turística	0,52	9	17	9	4
Avaliação Negativa	0,50	0	2	0	0

n= número de inquéritos com resposta positiva. χ^2 (p) = Valor do p para a prova χ^2 .

Visitantes procedentes de GZ=Galiza, ES=Espanha, PT= Portugal, BR=Brasil.

Fonte: *Elaboração própria.*

Tabela 8. Fontes de Informação.

Mapa da Cidade (n=669)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Oficina Turismo Santiago	0,00	8	142	22	28
Concelho de Santiago	0,16	0	6	3	7
Turgalicia	0,09	11	79	14	24
Hotel	0,13	2	41	9	25
Corte Inglês	0,33	3	38	8	22
Galeón	0,42	0	9	4	2
Internet /Google maps	0,29	4	19	4	5
Não específica	0,10	9	51	22	29
Guías Turísticas (n=281)	χ^2 (p)	GZ	ES	PT	BR
Ed. Anaya	0,38	3	20	2	2
El País-Aguilar	0,01	0	20	0	0
Michelin	0,60	0	10	3	2
Turgalicia	0,20	2	5	1	0
John Brierley	0,12	0	1	2	1
Lonely Planet	0,06	0	1	1	4
Internet/Apps	0,42	3	27	8	4

n= número de inquéritos com resposta positiva. χ^2 (p) = Valor do p para a prova χ^2 .

Visitantes procedentes de GZ=Galiza, ES=Espanha, PT= Portugal, BR=Brasil.

Fonte: *Elaboração própria.*

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do ponto de vista geral podemos constatar que o número de inquéritos, sendo variável, é resultado dos parâmetros fixados para que a confiança da mostra fosse de 95%. Foi colocado em origem um número mínimo de 384 inquéritos por nacionalidade exceto no caso espanhol, tanto pelo volume deste contingente, mui superior aos outros, como para podermos analisar alguns subconjuntos com alguma relevância estatística (Comunidades Autónomas como Catalunha, Madrid, Castela-Leão, ...) ou, ao menos, para detectarmos tendências. Como pode ser verificado, esses números foram em todos os casos ultrapassados. Convém notar que o desequilíbrio no número de respostas positivas segue sempre a

mesma tendência entre as diferentes nacionalidades. Do ponto de vista da interpretação qualitativa é evidente que devemos considerar a “falta de respostas positivas” como uma informação fulcral sobre o interesse do visitante por determinados produtos. Assim galegos e portugueses dão menos respostas positivas no item “Compra de *Souvenirs*”, que podemos interpretar como um rejeitamento duma compra “standard” (menos compras implica menor número de respostas positivas específicas). Outra coisa é como podemos explicar o motivo deste comportamento, ainda que referências à proximidade cultural/ geográfica e maior conhecimento da cidade e da sua oferta parece que pode ser uma explicação factível (Tabela 9). Evidentemente existem outros fatores intrínsecos ao próprio desenho dos inquéritos e execução do questionário: falta de clareza na redação e realização da pergunta, respostas cumpridas, complexas e de difícil interpretação ou localização da pergunta no questionário que pode provocar cansaço na pessoa objeto do inquérito, condições que podem ser comuns a todo o pessoal entrevistado, ainda que também é relevante que não todas as pessoas têm o mesmo perfil sociodemográfico, etc. Todas estas hipóteses apontam para a necessidade duma análise complexa e holística da base de dados desde a sua origem.

Tabela 9. Antes desta visita, quantas vezes esteve em SCQ?

País	É a 1ª vez	<1 vez/ ano	>1 vez/ ano	>1 vez/ ano	NR
GZ	2,0%	16,1%	12,3%	64,3%	5,3%
ES	40,7%	45,1%	4,9%	6,4%	3,0%
PT	35,5%	46,3%	9,6%	6,4%	2,2%
BR	80,8%	16,9%	0,8%	0,3%	1,3%

Fonte: *Elaboração própria.*

A mesma tendência de variabilidade é observada na percentagem de diferenças significativas (valor de $p \leq 0,05$ para a prova χ^2) para os itens de cada bloco temático (Tabela 10).

Tabela 10. Variabilidade nas percentagens de diferenças significativas para os itens de cada bloco temático.

Bloco temático ²	% itens com diferenças estatisticamente significativas ($p \leq 0,05$)	Número de respostas positivas (valor médio)
<i>Souvenirs</i> / Onde Compram	100	165
<i>Souvenirs</i> / Onde Pensa Comprar	50	148
<i>Souvenirs</i> Comprados	80	194
Informação / Mapa	13	77
Produtos Gastronómicos / Onde compram	56	53
Oferta Produtos Gastronómicos	13	69
<i>Souvenirs</i> /Qualidade Oferta	29	60
Informação Guias	0,0	17
<i>Souvenirs</i> / Tipo Oferta	28	39
Produtos Gastronómicos / Qualidade Oferta	13	25

Fonte: *Elaboração própria.*

Há 4 categorias com >50% de significações e 6 categorias <50%. Mais especificamente temos 1 categoria com 0% de significações (Utilização das guias como fonte de informação), 3 categorias entre 25%-30%, 2 categorias 50%-60%, 2 categorias 80%-90% e 1 categoria 100% (Local de compra de souvenirs). Estas diferenças nos valores de p são estatisticamente significativas (Tabela 10) .

Por outro lado, analisando as possíveis relações quantitativas entre número de inquéritos, número de respostas positivas e % de significações estatísticas de itens por bloco (Tabela 11) encontramos valores estatisticamente significativos para as três variáveis estudadas e um relacionamento elevado que indica que quanto mais inquéritos forem feitos mais respostas positivas serão obtidas, e quanto mais respostas positivas, mais percentagens de significações estatísticas.

² Os distintos itens (e os correspondentes valores de p para a prova X^2) pertencentes aos diferentes blocos temáticos apresentam-se nas Tabelas de 5 a 8.

Como o menor valor de correlação (r^2) é para a relação Inquéritos-Significações, podemos supor que realmente o que determina mais diretamente o número de significações é o número de respostas positivas. Este relacionamento pode ser um indicador quantitativo da análise qualitativa, quer dizer-se, correlações baixas implicariam um maior esforço na análise qualitativa, na procura de extrair uma maior representatividade das respostas positivas, já que o grau de significações estatística vai ser pequeno. Noutro sentido, quando os valores de correlações são elevados, análise quantitativa e qualitativa estão a jogar um rol claramente complementar e equilibrado. Este ponto de equilíbrio mostra-se quando há uma clara preferência de compra que responde aos interesses dos visitantes e com informação clara, e.g. *souvenirs* e onde compraram (*vid. supra* Tabela 6).

Tabela 11. Valores estatísticos para comparação de frequências e correlações de valores p da prova χ^2 correspondentes a cada item entre blocos temáticos.

Diferença entre frequências para os valores de p entre itens		
H de Kruskal-Wallis	27,448	
gl	10	
Sig. assintótica	0,002	
Correlações entre % de valores significativos (valor de p para a prova χ^2) e número de respostas positivas		
Valores de r^2 para $p \leq 0,05$		
	% Significações	Número de respostas positivas
Número Inquéritos por categoria	0,59	0,80
% Significações		0,69
Correlação geral entre amplitude (diferença no número de respostas) e valores de p		
Amplitude / Valores de p (X2)		
Rho de Spearman	-0,21	
p	0,07	
N	76	

Fonte: *Elaboração própria.*

Assim, teremos blocos temáticos que ofereçam maior ou menor grau de robustez seguindo o número de respostas positivas por bloco temático.

3.1 Significação e Representação das diferenças

Tendo presente a clara relação existente entre número de inquéritos realizados e número de diferenças significativas, e que sim há diferenças estatisticamente significativas entre blocos para o valor de p para a prova de X^2 , poderíamos entender que a não aparição de diferenças para algum item é devido ao pequeno número de respostas positivas. Com o objetivo de esclarecer esta possível tendência procedeu-se a uma tematização do método de análise, comparando entre blocos os escopos de amplitude dos valores das respostas para cada item e por nacionalidade (Galiza, Espanha, Portugal e Brasil) com os valores de significação estatística (valor de p para a prova χ^2). Esta foi uma comparação dupla: análise de variância entre blocos temáticos com o objetivo de detetar diferenças entre os escopos de amplitude para o número de respostas por item entre nacionalidades, e correlação entre os valores de significações estatístico e ditos escopos de amplitude, tanto de maneira global como por blocos de maneira independente. Os resultados da análise da variância ($F = 0,53$, $p = 0,86$) mostram claramente que não existem diferenças entre os escopos de amplitude entre blocos, para os quais sim havia essa diferença entre a percentagem de valores estatisticamente significativos (Tabela 10). Por outro lado, nem a correlação global, nem as parciais por blocos, são significativas estatisticamente exceto para o bloco “Fontes de Informação/Mapa Cidade”, mas com valores de r^2 igual a zero ou negativo (Tabela 12). Teoricamente, a uma maior amplitude entre o número de respostas positivas entre nacionalidades para cada item, o valor de p para a X^2 deverá ser menor.

Tabela 12. Correlações entre valor de significação (p para a prova χ^2) e amplitude no número de respostas positivas para cada item por nacionalidades e para cada bloco temático.

Itens	Coefficiente de correlação / e valor de significação (p)
Onde Pensa Comprar	0,00 / 1,00
Que pensa comprar	0,69 / 0,131
Compra Feita	-0,47 / 0,43
Consumo de Produtos alimentares-Local de Compra	0,-44 / 0,28
Compra Souvenires-Variiedade de Oferta	-0,23 / 0,62
Fontes de Informação -Mapa Cidade	-0,74 / 0,04
Compra Souvenires-Tipo de Oferta	-0,23 / 0,62
Compra de Produtos alimentares- Qualidade de Oferta	-0,08 / 0,85
Compra de Produtos alimentares- Tipo de Oferta	-0,24 / 0,60
Consumo de Produtos alimentares	-0,40 / 0,36
Fontes de Informação -Guias turísticas	0,30 / 0,52

Fonte: *Elaboração própria.*

Como é possível observar, a grande desigualdade no número de respostas positivas (estamos ante respostas a inquéritos com uma estrutura semiaberta) e a sua diferente distribuição entre os distintos itens faz com que muitos resultados não podam realmente ser interpretados do ponto de vista estatístico devido a um número mui baixo das denominadas respostas positivas: respostas que fazem referência direta ao assunto do inquérito. Por estes motivos, e com o objeto de poder extrair uma informação mais completa, faz-se necessário adicionar uma interpretação qualitativa, especialmente em aqueles casos em que o número de respostas é claramente baixo e que realmente impede uma interpretação estatística ajeitada, por exemplo da perspectiva do objeto da pergunta: assim, enquanto no item de compra de produtos gastronómicos o número de diferenças significativas é 86%, no referente ao local de compra descende até 25%. Uma causa disso pode ser a falta de relevância da zona em questão,

zonas não especialmente relevantes, uniformes; enfim, a cidade velha percebida e entendida como um todo, e não parcelarmente, a caminho da gentrificação comercial.

Afinal, e com o objeto facilitar a interpretação quantitativa/estatística, faz-se uma proposta de aplicação de análise temática de carácter metodológico: estudo de grupos temáticos para a comparação por pares entre lugares de origem de visitantes.

3.2. Estudo de grupos temáticos

Partindo duma perspetiva metodológica indutiva definimos os blocos temáticos como elemento de comparação direta entre o comportamento dos visitantes por nacionalidades, entendendo os itens de cada bloco temático como réplicas estatísticas de amostragem. O objetivo desta aproximação é poder contribuir para uma melhor compreensão do comportamento individual dos visitantes segundo a nacionalidade e por elementos similares agrupados tematicamente. Seguindo Carpenter *et al* (2009), a intenção é ultrapassar o modelo de análise estabelecido (modelo de desenho definido para análise χ^2) para intentar ter uma visão diversa e complexa do estudado. Para poder desenvolver esta aproximação é necessário comprovar a confiabilidade do conjunto de itens para cada bloco temático. A hipótese que seguimos é que cada bloco com n itens representa uma ideia, e.g. que produtos gastronómicos são de preferência (8 itens: torta, queijo, ...). Para poder utilizar estes itens como réplicas para a análise estatística é necessário responder com a mesma fiabilidade a cada um dos itens, mas nem sempre se cumpre este requisito de fiabilidade por diversos motivos: diferentes nacionalidades (cultura), melhor conhecimento duns produtos (por serem mais típicos) que doutros, erros na recolhida da resposta ..., pode haver um número de inquéritos/ número de respostas muito variáveis.

Utiliza-se a prova de Cronbach para avaliar a fiabilidade na resposta aos diferentes itens em cada bloco temático (Navas, 2002). O índice é aplicável para uma variável que se constrói de maneira indireta compilando informação procedente de distintas perguntas. À partida, o inquérito realizado é de natureza “cultural” (frente, por exemplo, a um inquérito de intenção de voto), e como tal, o dito inquérito constitui um roteiro para estabelecer uma narrativa. E essa

narrativa pode ser interpretada no seu conjunto ou nas suas partes (que requerem, por vezes, cruzamentos e inter-relações) mas requer ser interpretada, mesmo, em algum caso, no que diz respeito às perguntas abertas. Tendo isto presente parece lógica a consideração prévia dos blocos como elementos uniformes (um discurso, uma narrativa) que podem ser comparados entre si. Aliás, a nossa hipótese procura estabelecer se um bloco temático conformado por diferentes itens pode ser considerado como representação dum hábito de consumo geral (discurso de consumo), correspondente como um relato lógico, pelo qual, se as correlações entre os itens são elevadas podemos considerar que este facto é desempenhado corretamente (discurso coerente).

O índice de Cronbach utilizado corresponde ao valor de estandardizado que aplica os valores das correlações (p) entre número de respostas para diferentes itens e por nacionalidades de cada bloco/ discurso. A utilização do algoritmo que trabalha com as correlações é o que melhor se adapta aos nossos dados, já que a aplicação do algoritmo em base as variâncias podem produzir interpretações erradas por causa do desequilíbrio no número de respostas (variâncias elevadas).

$$\alpha = \frac{Kp}{1 + p(K - 1)}$$

α = Índice de Cronbach, K = nº de itens, p = valor das correlações entre itens dentro de cada bloco temático.

Tabela 13. Valores do índice de Cronbach (α) para cada bloco temático.

Bloco temático	α
Consumo de Produtos alimentares - Local de Compra	0,98
Consumo de Produtos alimentares	0,98
Compra de Produtos alimentares - Tipo de Oferta	0,99
Compra de Produtos alimentares - Qualidade de Oferta	0,93
Onde Pensa Comprar	0,62
Que pensa comprar	0,95
Compra Feita	0,90
Compra <i>Souvenirs</i> - Tipo de Oferta	0,92
Compra <i>Souvenirs</i> - Variedade de Oferta	0,93
Fontes de Informação - Mapa Cidade	0,97
Fontes de Informação - Guias turísticos	0,93

Fonte: *Elaboração própria.*

Como vemos, e para os blocos analisados, os valores obtidos são ótimos (exceto um caso), já que os itens estão altamente correlacionados (r^2 meia bloco $\geq 0,90$); quer dizer-se, as repostas para cada diferente item são coerentes dentro do conjunto do bloco (Tabela 13). Em destaque, com o valor mais baixo, temos o item “Onde pensa comprar”, que parece indicar um comportamento lógico: a gente quer comprar, mas não sabe onde porque não conhece e/ou é indiferente onde.

3.3 Produtos alimentares-Qualidade da oferta

Consequentemente podemos considerar os itens como réplicas (factos-dados representativos da mesma ideia/ relato), e aplicar uma análise da variância para estimar as diferenças por nacionalidades entre pares. Os resultados são mostrados na Tabela 14.

Tabela 14. Valores de p da análise de variância para as comparações entre nacionalidades para cada bloco temático.

	P		
	ES	PT	BR
Compra de Produtos - Qualidade de Oferta			
GZ	0,08	1,00	0,54
ES		0,08	0,02
PT			0,54
ANOVA Geral		F = 2,16; p = 0,12	
Consumo de Produtos alimentares			
GZ	0,32	0,32	0,14
ES		1,00	0,62
PT			0,61
		F = 0,81; p = 0,50	
Consumo de Produtos alimentares-Local de Compra			
GZ	0,29	0,75	0,17
ES		0,45	0,76
PT			0,29
		F = 0,90; 0,48	
Compra de Produtos alimentares- Tipo de Oferta			
GZ	1,0	0,47	0,41
ES		0,50	0,40
PT			0,13
		F = 0,83; p = 0,49	
Onde Pensa Comprar			
GZ	0,81	0,94	,93
ES		0,92	0,95
PT			1,00
		F = 0,41; p = 0,75	
Que pensa comprar			
GZ	0,03	0,45	0,36
ES		0,13	0,18
PT			0,86
		F = 1,89; p = 0,16	

Compra Feita			
GZ	0,47	0,79	0,62
ES		0,72	0,91
PT			0,95
F =1,138; p=0,36			
Compra - Tipo de Oferta			
GZ	0,14	0,72	0,46
ES		0,07	0,45
PT			0,28
F =1,390; p=0,27			
Compra - Variedade de Oferta			
GZ	0,22	,810	,718
ES		0,14	0,11
PT			0,90
F =1,13; p =0,36			
Fontes de Informação - Guias turísticos			
GZ	0,12	0,68	0,83
ES		0,18	0,14
PT			1,00
F =6,13; p=0,00			
Fontes de Informação - Mapa Cidade			
GZ	0,00	0,08	0,03
ES		0,02	0,09
PT			0,17
F =12,84, p=0,01			

Fonte: *Elaboração própria.*

Estas análises permitem-nos, primeiro, uma visão conjunta de todos os itens, além de individualizar os resultados por pares de países.

Quando não há diferenças gerais podemos concluir que o comportamento é similar, indicando que se dão os mesmos comportamentos/ variações para cada item para cada nacionalidade: todos/as somos turistas e compartilhamos o mesmo relato. Mas a análise por pares permite diferenciar em cada caso. Os valores de p também podem servir para matizar os comportamentos, tanto dentro dum bloco temático com diferença geral ou não. Vejamos dois exemplos:

Compra de Produtos - Qualidade de Oferta (Tabela 5). Não há diferença geral ($p = 0,12$), mas os valores claramente diferentes de p indicam uma menor semelhança da Espanha com o resto dos países, e estatisticamente significativa com o Brasil. De algum modo, pode considerar-se que as respostas de pessoas galegas (GZ) representam o hábito/ cultura local e, assim sendo, podem aplicar-se comparações com o resto das procedências.

Fontes de Informação - Guias turísticos (Tabela 14). Sim há uma claríssima diferença geral ($p=0,00$), mas não por pares (devido ao pequeno número de respostas positivas). Mas os valores de p indicam a mesma tendência que no caso anterior, diferença entre Espanha e o resto dos países, e clara semelhança Portugal-Brasil.

Quer dizer-se, a metodologia proposta põe ao nosso dispor valores quantitativos, que, ainda no caso de não ser estatisticamente significativos, permitem inferir diferentes tendências que deverão ser analisadas mediante aproximações qualitativas na procura de distintivos significantes, como já foi dito anteriormente.

4. CONCLUSÕES

De maneira geral, a aproximação quantitativa proposta permite sistematizar a significação estatística das respostas e orientar no caminho para uma análise qualitativa complementar e necessária. Podemos dizer que o procedimento proposto permite contrastar a homogeneidade das respostas por blocos temáticos, e dizer, transformar o desenho das respostas planificado pelo método indutivo mediante um procedimento dedutivo (tematização), e de um ponto de vista prático acrescenta a potencialidade certa de completar a análise inicial de variáveis dicotómicas por χ^2 com uma análise da variância que permite uma comparação mais concreta por pares (país de origem de visitantes a Compostela). Igualmente o processo de tematização proposto permite incorporar à análise estatística final aqueles itens com um número baixo de respostas, e, portanto, também utilizar toda a informação disponível.

Mais especificamente, podemos comprovar que há uma tendência clara, mas não estatisticamente significativa ($p=0,07$) entre o escopo de amplitude no número de respostas positivas e a percentagem de diferenças estatisticamente significativas por itens para as diferentes nacionalidades

comparadas. Estes resultados permitem matizar os resultados globais obtidos mediante a prova de χ^2 , mui provavelmente afetadas pelo baixo número de respostas em determinados itens. Igualmente a metodologia proposta permite avaliar o desequilíbrio no número de respostas por item/ nacionalidade e manifestar claramente a evolução dos comportamentos entre os grupos comparados. Este desequilíbrio segue uma mesma tendência entre os grupos de comparação.

Igualmente cabe indicar que a ausência de respostas positivas nos inquéritos deve ser entendida como uma nova fonte de informação, que requer duma análise multifatorial, onde se combine a perspetiva qualitativa e a quantitativa. Isto é: a característica da pergunta, o seu posicionamento ordinal no inquérito, a complexidade da resposta e a interpretação dela, as diferentes culturas nacionais, são uma fonte de informação qualitativa importante que pode explicar o baixo número de respostas positivas (mas como já comprovamos, refletem um mesmo padrão entre nacionalidades). Este facto deve ser avaliado em combinação com a análise quantitativa.

A prova de Cronbach pode ser utilizada para definir blocos temáticos com rigorosidade estatística, convertendo-se esses blocos em um discurso ou relato coerente que implica a necessidade duma interpretação combinada qualitativa-quantitativa.

Como encerramento, e em referência ao objetivo da pesquisa, podemos dizer que os turistas (visitantes ou peregrinos) mostram um comportamento semelhante: são turistas, e, se partirmos da funcionalidade homológica que as grandes narrativas que detetamos sobre Santiago de Compostela e o Caminho veiculam na configuração de ideias sobre a cidade, podemos verificar que isso é assim e que apresentam um papel unificador quanto a imagens e ideias sobre Compostela.

Mais também é clara a perceção de tendências diferentes por nacionalidades. Estes factos que podem aparentar ser mui evidentes não sempre parecem estar presentes no desenho das políticas turísticas correspondentes.

5. BIBLIOGRAFIA

- Attride-Stirling, J. (2001). Thematic networks: An analytic tool for qua-litative research. *Qualitative Research*, 1, 385–405. doi:10.1177/146879410100100307.
- Braun, V. y Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychol-ogy. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77–101. doi:10.1191/1478088706qp063oa.
- Carpenter, S.R., Folke, C., Scheffer, M. y Westley,F. (2009). Resilience: Accounting for Noncomputable. *Ecology and Society* 14(1):13.
- Creswell, J. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hubbell, S.P. (2001) “The Unified Neutral Theory of Biodiversity and Biogeography”. *Monographs in Population Biology*, No. 32, 2001, Princeton University Press.
- King, N. (2004). Using templates in the thematic analysis of text. En C. Cassell y G. Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 257–270). London, UK: Sage.
- Nowell, Lorelli S.; Jill M. Norris, Deborah E. White, y Nancy J. Moules (2017).Thematic Analysis: Striving to Meet the Trustworthiness Criteria. *International Journal of Qualitative Methods*, 16: 1–13. 2017. DOI: 10.1177/1609406917733847.
- Navas, M. J. (2002). La fiabilidad como criterio métrico de la calidad global del test. En M. J. Navas (Coord.), *Métodos, diseños y técnicas de investigación psicológica* (pp. 213-261). Madrid, España: UNED.

APÊNDICE

Seguem os **Objetivos Gerais e Indicadores Operacionais** da pesquisa. O seu propósito era reconhecer o imaginário e identificar as práticas eficazes dos visitantes de Santiago de Compostela, informação que foi cruzada com aquela presente em produtos culturais e literários e, por outro lado, o de tentar identificar o impacto que esses consumos produzem na comunidade local. Durante o projeto. Foi trabalhado com uma metodologia de dupla perspectiva, ou seja, de perfis qualitativos e quanti-

tativos materializados em pesquisas qualitativas presenciais e entrevistas telefônicas aprofundadas.

OBJETIVOS GERAIS E INDICADORES OPERACIONAIS

A hipótese de partida do projeto defende a estreita relação entre as ideias geradas a partir de dos produtos culturais de maior impacto ou mais disseminados no Caminho de Santiago e as imagens recebidas pelos visitantes, que modelam as expectativas depositadas em Santiago de Compostela.

O objetivo integral do estudo foi determinar se existem homologias entre as imagens na cidade de Santiago e o consumo real dos viajantes que chegam à capital da Galiza e, a partir disso, confirmar hipóteses anteriores sobre os perfis dos visitantes que acolhe a cidade. Para isso, foram identificados esses objetivos gerais e indicadores operacionais, prévia detecção das variáveis intervenientes:

Objetivo geral 1. Registrar as motivações expressas sobre a intenção da visita a Santiago e os motivos da escolha deste destino turístico, com especial atenção para aqueles que chegam como resultado da escolha de algum itinerário do Caminho de Santiago e decidem fazer o caminho para Fisterra, que rivaliza com a ideia da Catedral como meta do Caminho. É especificado no registro e armazenamento das seguintes informações:

Indicador operacional 1.1. Motivo da viagem.

Indicador operacional 1.2. Causas da escolha de Santiago de Compostela ou do Caminho de Santiago como experiência de viagem ou destino turístico.

Indicador operacional 1.3. Motivos da rota para Fisterra.

Indicador operacional 1.4. Relação direta entre o consumo direto de certos produtos culturais de caráter ficcional e as práticas culturais.

Indicador operacional 1.5. Atrativos singulares da Galiza.

Indicador operacional 1.6. No caso de fazer o Caminho, motivos que levaram à escolha daquele itinerário do Caminho de Santiago e não de outros (caso de ser peregrino)

Objetivo geral 2. Identificar os produtos culturais associados ao Caminho de Santiago e / ou Santiago e esses utilizados durante o processo de tomada de decisão, durante a viagem e na mesma visita à cidade que contribuem para a construção do imaginário da cidade de Compostela e determinar os usos feitos na cidade.

Indicador operacional 2.1. Leituras / visualização de produtos culturais de caráter ficcional em que Santiago de Compostela ou o Caminho de Santiago aparece.

Indicador operacional 2.2. Fontes de informação sobre restaurantes e alojamentos utilizados em Santiago.

Indicador operacional 2.3. Fontes de informação sobre lojas em Santiago

Indicador operacional 2.4. Fontes de informação consultadas na organização da visita a Santiago.

Indicador operacional 2.5. Informações consultadas sobre eventos realizados em Santiago.

Indicador operacional 2.6. Uso de mapa na cidade.

Indicador operacional 2.7. Uso de guias de viagem.

Indicador operacional 2.8. Fontes de informação utilizadas no planejamento e durante a viagem global.

Objetivo geral 3. Recolher as imagens ligadas a Santiago de Compostela, Caminho de Santiago e a Galiza e à cultura galega portadas pelos visitantes e, se for o caso, como afeta a experiência imediata a possíveis mudanças (descobertas, sensações vividas etc.) e outras variáveis associadas a priori.

Indicador operacional 3.1. Imagem de Santiago antes da viagem e imagem construída depois da visita.

Indicador op

eracional 3.2. Descobertas da cidade de Santiago.

Indicador operacional 3.3. Duração ideal da vista de Santiago.

Indicador operacional 3.4. Atividade essencial para fazer em Santiago.

Indicadores operacionais 3.5. Estimativa da população da parte velha e da cidade de Santiago.

Indicador operacional 3.6. Conhecimento prévio da própria gastronomia (bem identificada como *de aqui* o referente santiagoês ou galego).

Indicador operacional 3.7. Grau de conhecimento da cultura galega.

Indicador operacional 3.8. Imagem da Galiza anterior e construída a partir da viagem.

Indicador operacional 3.9. Descobertas da Galiza.

Indicador operacional 3.10. Emoções percebidas durante o Caminho de Santiago e / ou em Santiago de Compostela.

Indicador operacional 3.11. Frequência de visitas a Santiago e Galiza.

Indicador operacional 3.12. Ligações anteriores com a Galiza.

Indicador operacional 3.13. Para o caso específico dos galegos, significado da cidade de Santiago no seu imaginário.

Objetivo geral 4. Reconhecer o consumo (material e imaterial) na cidade e, se tivesse sido o caso, os gastos a eles vinculados e medem o seu grau de satisfação com a visita à cidade.

Indicador operacional 4.1. Tempo real dedicado a visitar a cidade de Santiago.

Indicador operacional 4.2. Lugares que você já visitou ou gostaria de visitar.

Indicador operacional 4.3. Espaços excepcionais na parte antiga de Santiago.

Indicador operacional 4.4. Espaços de entrada na cidade.

Indicadores operacionais 4.5. Atividades desenvolvidas em Santiago ou que você queira desenvolver, que inclui atividades culturais e visitas guiadas.

Indicadores operacionais 4.6. Atividades e locais visitados na cidade com anterioridade.

Indicadores operacionais 4.7. Experiências alimentares e gastronômicas vivenciadas na cidade de Santiago e centros-estabelecimentos gastronômicos relacionados.

Indicadores operacionais 4.8. Compras feitas em Santiago e centros-estabelecimentos comerciais relacionados.

Indicador operacional 4.9. Alojamento em Santiago.

Indicador operacional 4.10. Despesas em Santiago e repartição por conceito.

Indicadores operacionais 4.11. Satisfação com a visita à cidade, ênfase no conhecimento e percepção de variedade em estabelecimentos comerciais e de restauração.

Objetivo geral 5. Determinar as expectativas globais e a experiência vivida na Galiza, a importância relativa da cidade no curso da viagem.

Indicadores operacionais 5.1. Duração geral da viagem e da viagem à Galiza.

Indicadores operacionais 5.2. Tipo de viajante (grau de liberdade na elaboração do roteiro, relacionamento com companheiros de viagem, gastos globais e meios de transporte utilizados)

Indicador operacional 5.3. Importância relativa de Santiago no global da viagem.

Indicadores operacionais 5.4. Seguimento dum roteiro do Caminho na hora de ser perguntado; rota selecionada e dias reservados para esta finalidade e paradas representativas durante a debulha.

Objetivo geral 6. Detalhar as características sociodemográficas dos casos analisados.

Indicador operacional 6.1. Município de residência.

Indicadores operacionais 6.2. Idade e sexo.

Indicadores operacionais 6.3. Nível de estudos e profissão.

Indicadores operacionais 6.4. Tipo e tamanho do lar.

Indicador operacional 6.5. Nacionalidade.

ANÁLISE LEXICOMÉTRICA: ALGUMAS TÉCNICAS APLICADAS A ENTREVISTAS A VISITANTES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN

[Galabra UMinho]

SUSANA SOTELO DOCÍO

[Galabra USC]

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos algumas metodologias e técnicas de análise lexicométrica aplicadas a entrevistas gravadas no âmbito dos projetos de investigação “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos” (Referência FFI2012-35521), desenvolvido entre 2012 e 2016 por investigadores do Grupo Galabra da Universidade de Santiago de Compostela e “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (Referência FFI2017-88196-R), desenvolvido entre 2018 e 2021 por investigadores da Rede Galabra (<https://redegalabra.org>).

Uma das hipóteses de trabalho formuladas nos projetos já referidos é que os diferentes agentes envolvidos na planificação turística do Caminho de Santiago promovem uma série de discursos, ideias e valores que têm impacto nos consumos e nas práticas das pessoas que fazem o Caminho e que visitam a Cidade de Santiago de Compostela

(Torres Feijó, 2015a, 2015b, 2019; Pazos-Justo, Del Río & Samartim, 2018; López Pena *et al.*, 2020; Samartim & Pazos-Justo, 2020; Torres Feijó *et al.*, 2020).

Com recurso a um conjunto de entrevistas realizadas no âmbito dos projetos de investigação referidos, pretendemos, a partir do léxico usado pelos entrevistados, construir alguns conjuntos de dados que nos ajudem na análise e categorização dos viajantes/peregrinos entrevistados no seu todo e também por grupos identificados quanto a idade, género, país, identificação (ou não) como peregrino e nível de estudos (e a combinação das variáveis anteriores).

As nossas responsabilidades, dentro dos referidos projetos, estão relacionadas com o tratamento linguístico (nomeadamente a extração terminológica e a análise lexicométrica) dos *corpora* constituídos, bem como na aplicação de técnicas de Processamento da Linguagem Natural (PLN) que facilitem a análise quantitativa e qualitativa do referido *corpus*. No que se refere à extração terminológica e à análise lexicométrica, temos hoje ao nosso dispor ferramentas de PLN, como é o caso das que são disponibilizadas¹, com licença livre GPLv3 (Licença Pública Geral GNU, s.d.), no pacote ou *suite*² de ferramentas linguísticas *LinguaKit* (Gamallo & Garcia, 2017; Gamallo *et al.*, 2018), que, para além da simples extração de concordâncias ou de lemas e a sua frequência, também nos permite outras análises lexicométricas que ultrapassam a mera quantificação de frequências, como podem ser a extração de palavras-chave, de triplos (relações), de entidades nomeadas (pessoas, lugares, organizações,...) ou a análise da polaridade (mais conhecida dentro do PLN como análise de sentimento), em que se pode valorar o léxico (positivo, negativo ou neutro) de diferentes subconjuntos de textos.

1.1. Antecedentes

O uso de técnicas baseadas na análise lexicométrica tem uma longa tradição no campo da ciência política, uma vez que facilita uma inter-

¹ Pode ser descarregada em: <https://github.com/citiususc/LinguaKit> e também disponível como serviço web: <https://www.linguaKit.com>

² Doravante usaremos o termo *suite* para nos referirmos ao termo e ao conceito *software suite*, conjunto de ficheiros e aplicações.

pretação exaustiva dos textos com menor influência dos preconceitos ideológicos do investigador e ajuda a formular hipóteses. A sua principal vantagem reside na possibilidade que oferece de combinar métodos qualitativos e quantitativos no processo de interpretação (Scholz, 2019). Essas técnicas têm sido utilizadas não só na análise do discurso político, mas também com textos institucionais e organizacionais (Gobin & Deroubaix, 2010) ou intervenções de políticos nas redes sociais (Käsper & Maurer, 2020).

Para além da ciência política, a lexicometria também tem sido usada noutras disciplinas, como ciências da saúde (Benvenuti *et al.*, 2020; Souza *et al.*, 2018; Montalescot *et al.*, 2021), informática (El Bouanani & Kassou, 2013), análise literária (Deli, 2021; Assunção & Araújo, 2019) ou educação (Terrazas, 2016). Benvenuti *et al.* (2020) analisaram um corpus de entrevistas com pacientes com demência através de análise lexical e morfossintática utilizando ferramentas PLN (Stanford NLP). Por sua vez, Montalescot *et al.* (2021) aplicam o método Alceste por meio do programa IRAMUTEQ para analisar 22 entrevistas com doentes em diálise. El Bouanani & Kassou (2013) realizam perfis web e detecção de autoria com base em análise lexicométrica e de vocabulário. Finalmente, García-Pablos *et al.* (2016) apresentam uma plataforma com uma arquitectura modular na qual combinam várias ferramentas de PLN para analisar um corpus de resenhas on-line de clientes de hotéis.

2. MÉTODO

Gostaríamos de chamar a atenção sobre dois aspetos relativos aos resultados da análise lexicométrica das entrevistas que constituem uma limitação da mesma, tendo em conta o facto de termos considerado na nossa análise apenas a parte relativa às intervenções dos entrevistados (eliminando as intervenções dos entrevistadores):

1. O facto de as intervenções das pessoas entrevistadas fazerem referência a intervenções do entrevistador (um simples processo anafórico, por exemplo),
2. O facto de as perguntas da própria entrevista semidirigida poder influir na produção discursiva do entrevistado.

Contudo, a utilidade analítica dos dados extraídos com este tipo de ferramentas parece-nos clara, porque permitirá comparar estas técnicas automáticas com técnicas manuais de pós-codificação usadas na análise de respostas a perguntas abertas, em que os responsáveis pela codificação distribuem as respostas entre as categorias previamente definidas, e em que se corre o risco de que o “Coder bias is added to interviewer bias, since the coder makes decisions and formulates interpretations, introducing a ‘personal touch’” (Lebart *et al.*, 1998).

Este tipo de análise lexicométrica explora a totalidade das respostas dos entrevistados, sem fragmentá-las ou interpretá-las segundo categorias previamente definidas, com a intenção de descobrir possíveis grupos de dados e de relações entre eles. “Es, por tanto, una técnica inductiva, en la que las categorías surgen a partir de las concordancias entre los textos de los hablantes. No están definidas previamente” (Pérez & Pozo, 2020).

Os resultados extraídos da análise lexicométrica (ou, se se preferir, textométrica) das entrevistas, em forma de dados estruturados, permitir-nos-ão estabelecer hipóteses passíveis de verificação sobre os conteúdos dos discursos dos entrevistados, reunidos em subgrupos em função de variáveis (e combinações de variáveis) como a idade, género, país, autoidentificação dos viajantes como peregrinos (ou não) e nível de estudos, bem como cruzar esses dados com outros procedentes dos 2081 inquéritos realizados no âmbito dos projetos acima referidos e também de outros *corpora* que os investigadores da Rede Galabra estão a construir a partir de um arquivo de livros, guias de viagem, páginas web, etc., relativos ao Caminho de Santiago (Samartim, 2021).

Existem ferramentas que, com alguma ajuda de especialistas em PLN, podem auxiliar os trabalhos nas áreas das CHS, como as que podemos encontrar na *suite LinguaKit* (Gamallo & Garcia, 2017), que aqui utilizaremos para análise, extração e anotação linguística ou *IRaMuTeQ* (Ratinaud, 2009), um *software* livre que permite utilizar de forma simplificada o pacote estatístico R com *corpora* textuais, utilizada também no âmbito de alguns projetos da Rede Galabra (www.redegalabra.org).

A extração manual de dados lexicométricos de um texto (como a ocorrência do número de palavras, de lemas, palavras-chave, etc.) pode ser muito demorada e dispendiosa, para além de que se corre o

risco, como acabamos de referir, de enviarmos ainda mais os dados, que, neste caso, por ser provenientes de entrevistas semidirigidas, já podem estar de alguma maneira condicionados. Por outro lado, esta extração manual, quando se trabalha com grandes volumes de dados linguísticos, torna-se para todos os efeitos impraticável, exigindo o auxílio de técnicas computacionais que ajudem na extração e tratamento automatizados desses dados, e na sua posterior análise qualitativa. Essas técnicas computacionais, hoje, ultrapassam a mera contagem de ocorrências de caracteres ou de palavras.

Evidentemente, é sempre aconselhável a revisão manual (de maneira especial quando nos deparamos com dados ou resultados suspeitosamente chamativos). E existe também a possibilidade de utilizar uma metodologia mista (automática e manual), como o exemplo que apresentamos em 4.1, em que marcamos manualmente os nomes comuns extraídos das entrevistas como estando de alguma maneira relacionados com a categoria “gastronomia”. Outro exemplo desta técnica mista que iremos apresentar será o caso da extração das entidades nomeadas (*vd. infra* 4), em que, para resolver problemas de baixa precisão na extração (extração com muito ruído) ou de baixa abrangência (extração com muita perda de informação), os resultados automáticos foram complementados com algum trabalho semiautomático de categorização, escolhendo um representante para as várias possíveis formas que ocorrem no texto para se referir ao mesmo conceito (ou, se se preferir, ao mesmo referente):

Compostela = Santiago de Compostela = Santiago

contemplando, até, casos em que se misturam termos em duas línguas:

pulpo a la gallega = pulpo á feira = pulpo cocido = pulpo = polbo à feira, polvo, etc.

Selecionando “entidades normalizadas”, na interface da página de descarga das entrevistas (*vd. infra* 3 e figura 1), é possível ter acesso a uma versão das transcrições das entrevistas em que, por exemplo, todas as ocorrências de *Santiago*, *Compostela*, *Santiago de Compostela* são desambiguadas e em que

- todas as ocorrências de *Santiago* são sempre referências ao Apóstolo Santiago;

- todos os *Compostela* são sempre referências ao documento expedido pelo cabido da Catedral de Santiago de Compostela;
- as referências à cidade de Santiago de Compostela foram sempre normalizadas para *Santiago_de_Compostela*.

3. CORPUS

Entre março de 2013 e março de 2014, no âmbito do Projeto “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (vd. *supra* 1), foram realizados 2081 inquéritos a visitantes/turistas/peregrinos da cidade de Santiago de Compostela (Galiza):

- 398 inquéritos a visitantes procedentes da Galiza;
- 878 procedentes do resto do Estado Espanhol;
- 408 procedentes de Portugal e
- 396 procedentes do Brasil.

Dentre estes 2081 inquéritos, foram selecionados 271 visitantes para serem entrevistados posteriormente via telefone:

- 56 entrevistas a visitantes procedentes da Galiza;
- 100, do resto do Estado Espanhol;
- 56, de Portugal e
- 59, do Brasil.

Sem os dados quantitativos obtidos com técnicas lexicométricas, a análise destas entrevistas dificilmente passaria de meras opiniões, baseadas nas intuições ou nas convicções, mais ou menos fundamentadas, do investigador, sem a possibilidade de qualquer exercício de falseabilidade. Os métodos tradicionais de interpretação baseados na intuição ou nas convicções do investigador já não são suficientes na investigação em Ciências Humanas e Sociais (CHS). As metodologias tradicionais utilizadas, sem o recurso a provas baseadas em *corpora* ou a dados quantitativos, não nos permitem mais do que emitir meras opiniões, como dissemos. O resultado poderá ser um texto sem dúvida brilhantemente construído, sim, mas não nos permitirá defender que estamos a fazer ciência. Ainda podemos encontrar, em muitos trabalhos da nossa área, a construção de exemplos

ad hoc, a crítica impressionista que não passa de mera opinião, sem demonstrar o que se está a afirmar, a falta de generalizações ou o uso de extrapolações.

As 271 entrevistas foram gravadas na íntegra e posteriormente transcritas. O *corpus* aqui analisado é o procedente de 252 entrevistas, uma vez que tiveram de ser descartadas 19 entrevistas porque a fraca qualidade da gravação impossibilitou a transcrição das mesmas.

Todos os participantes eram voluntários e foram contactados via email. Após aceitação, foi agendada uma data para a entrevista. No início da mesma, todos os entrevistados foram informados de que foram escolhidos dentre todas as pessoas a quem se lhes fez o questionário, com o objetivo de aprofundar as respostas dadas previamente nos mesmos. Também foram informados de que a conversa iria ser gravada e que o conteúdo da mesma, previamente anonimizado, iria ser utilizado exclusivamente para fins de investigação, relacionados com o projeto universitário em curso.

A entrevista foi semidirigida, sem necessidade de responder a um número fechado de perguntas colocadas segundo uma ordem rígida (Quivy, 1998: 192), com questões suficientemente abertas para que o ou a entrevistada pudesse responder afastando-se, se necessário, das opções colocadas pelo entrevistador ou entrevistadora nos inquéritos ou na própria entrevista.

As transcrições de entrevistas estão disponíveis (neste momento só para os investigadores do projeto) em três versões:

- XML (com anotações);
- TXT (para o seu processamento automático com LinguaKit, Iramuteq, etc.);
- HTML (para uma fácil leitura e análise manual).

A partir da interface da página de descarga (figura 1) é possível fazer *download* de diferentes *subcorpora*, combinando os subgrupos que se podem estabelecer a partir dos dados das pessoas entrevistadas, recolhidos na tabela 1:

Tabela 1. Subgrupos que se podem estabelecer das pessoas entrevistadas.

Variável	Valores
Idade	< 30 anos
	30 <= x < 50
	50 <= x < 65
	>= 65
	Sem resposta
Género / sexo	Homem
	Mulher
País	Brasil
	Espanha
	Galiza
	Portugal
Nível de Estudos	Sem estudos formais / estudos básicos
	Primários / ESO / 6º ano
	Secundário / bacharelato / 12º ano
	Formação profissional (médio)
	Formação profissional (superior) / mestría
	Universitários médios / grado
	Universitários superiores / pós-graduação
	Sem resposta
Autoidentificação como peregrino	Sim
	Não

Fonte: *Elaboração própria.*

Para além de poder escolher as versões em formatos diferentes (XML; TXT; HTML) e poder construir os diferentes *subcorpora* a partir dos dados dos entrevistados, também é possível selecionar o texto completo das entrevistas com as intervenções das pessoas entrevistadas e dos entrevistadores, ou eliminar as intervenções destes últimos.

Figura 1. Interface da página de descarga das entrevistas.

Formulário de descarregamento do corpus de transcrições

Escolha as opções que você precisar para seleccionar os ficheiros do corpus.

[Marcar todas](#)

P6.1 Idade Sem dados < 30 30 <= x < 50 50 <= x < 65 >= 65

P6.2 Sexo Mulheres Homens

P01 País Brasil Portugal Galiza Espanha

P6.3 Nível de estudos Sem dados Sem estudos / básicos Primários / ESO / 6º ano Secundários / bacharelato / 12º ano Formação profissional (médio) Formação profissional (superior) / mestría Universitários médios / grado Universitários superiores / posgraduação

P121 É peregrino? Não Sim

Correio electrónico

Formato final Completo Entidades originais Só respostas Entidades normalizadas

[Descarregar](#)

Fonte: *Elaboração própria.*

A totalidade da amostra utilizada (252 indivíduos entrevistados cuja gravação estava em condições de ser transcrita) conforma um *corpus* com um total de 1005094 *tokens*³ distribuídos como se recolhe na tabela 2:

³ Evitamos usar aqui o termo “palavras” ou “formas de palavras” por causa da sua ambiguidade optando pelo termo inglês *token*. Em *O João comeu o frango com as mãos*, temos:

- 8 *tokens* (o, João, comeu, o, frango, com, as, mãos)
- 7 formas distintas (o, João, comeu, frango, com, as, mãos)
- 6 lemas (o, João, comer, frango, com, mão)

Tabela 2. Tamanho do *corpus* e dos *subcorpora* das transcrições das entrevistas.

procedência	<i>tokens</i>		<i>lemas</i>	
Brasil	260170	25,89%	8024	25,57%
Espanha	359998	35,82%	8954	28,53%
Galiza	200763	19,97%	8249	26,28%
Portugal	184163	18,32%	6157	19,62%
Total	1005094	100,00%	31384	100,00%

Fonte: *Elaboração própria.*

Para o presente trabalho, apresentamos alguns exemplos de análises sobre os *corpora* em português e em espanhol devido ao facto de que com ferramentas como LinguaKit (e outras) não é possível analisar automaticamente um *corpus* em duas línguas, como é o caso das entrevistas a visitantes galegos, em que encontramos entrevistas em galego, entrevistas em espanhol e entrevistas em que se alterna galego e espanhol.

Deixamos para um próximo trabalho propostas de solução a este problema, que, aliás, levanta um desafio interessante em termos de processamento de linguagem natural, mineração de conteúdos, lexicometria, sociolinguística, etc.: como contornar as limitações dadas pelo facto de estas ferramentas não poderem responder a situações reais da maior parte das comunidades linguísticas, que não são monolíngues e em que o normal é alternar duas ou mais línguas ou variedades linguísticas.

4. ALGUMAS TÉCNICAS DE ANÁLISE

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns exemplos de como analisar um conjunto de entrevistas realizadas a visitantes/turistas/peregrinos da cidade de Santiago de Compostela (*vd. supra* 3) com o apoio das ferramentas disponibilizadas pela *suite* LinguaKit para o português e o espanhol (nas funcionalidades por nós utilizadas), nomeadamente:

1. Etiquetagem morfológica (*tagger*) e lematização;
2. Frequência de palavras e extração de palavras-chave (após lematização);

3. Extração de termos multipalavra;
4. Identificação e classificação de entidades nomeadas;
5. Extração de relações (triplos).

Estas ferramentas (ou a combinação de algumas delas) permitirão, a especialistas da linguística, dos estudos na cultura, antropologia, turismo, etc., interpretar os dados e as relações entre eles, dentro desses âmbitos de conhecimento, nomeadamente:

- construir perfis dos viajantes entrevistados (a partir dos metadados disponíveis);
- identificar outros perfis ou grupos de pertença (a partir de palavras-chave, termos mais frequentes, hápax, etc.);
- extrair possíveis relações (de que falam as pessoas entrevistadas quando referem um determinado termo ou conceito, por exemplo, de que falam quando referem explicitamente o termo “catedral”);
- fornecer *datasets* para posterior análise e categorização semiautomática ou manual por parte dos especialistas.

4.1. Etiquetação morfossintática, frequência de palavras e lematização

Um primeiro exemplo de técnica mista ou semiautomática de que falamos (análise automática + análise manual) pode ser a lista de nomes comuns extraídos das entrevistas relacionadas com a área da gastronomia⁴, que apresentamos na tabela 3.

⁴ A gastronomia é um dos elementos fortes do atual turismo e um dos instrumentos construtores da identidade da sociedade atual (Torres, 2019). Sobre a relação entre gastronomia, cultura, turismo e comércio local, veja-se Torres (2019) e Carral *et al.* (2016).

Tabela 3. Exemplos de nomes comuns da área da gastronomia.

nome	nº de ocorrências		
	BR	ES	PT
restaurante	163	134	124
plato	0	51	0
prato	51	0	59
polvo	37	0	54
pulpo	13	168	5
polbo	0	0	1
bar	31	82	24
torta de Santiago	44	0	17
tarta de Santiago	2	37	0
tarte de Santiago	1	0	18
desayuno	1	19	0
pequeno almoço	0	0	14
café da manhã	14	0	0

Fonte: *Elaboração própria.*

Dessa lista de nomes comuns extraídos automaticamente das entrevistas, foram selecionados manualmente termos relacionados com a gastronomia correspondentes às diferentes línguas ou variantes (*café da manhã = almuerzo = desayuno = pequeno-almoço*). Assim, para a construção da tabela 3, primeiro foi selecionada uma lista de nomes comuns extraídos das entrevistas a visitantes provenientes do Brasil, Galiza, Espanha e Portugal, utilizando a ferramenta de etiquetagem morfosintática (PoS-tagger) do LinguaKit, que atribui etiquetas de “Part-of-Speech” a cada forma de palavra (Gamallo *et al.*, 2018)⁵. Na tabela 4 apresentamos algumas linhas a modo de exemplo do resultado oferecido pelo LinguaKit:

⁵ Exemplo de execução do etiquetador morfosintático para espanhol, com o texto a ser analisado em `input.txt` e o resultado em `output.csv`:

```
linguakit tagger es input.txt > output.csv
```


Tabela 4. Exemplos de resultados do etiquetador morfossintático (PoS-tagger) do LinguaKit.

Forma de palavra	Lema	PoS
Mas	mas	CC
o	o	DA0MS0
lugar	lugar	NCMS000
onde	onde	RG
ficamos	ficar	VMIS1P0
hospedados	hospedar	VMP00PM

Fonte: *Elaboração própria.*

Posteriormente, utilizando um simples programa para linha-de-comandos (terminal) do Linux, que procura expressões regulares no conteúdo dos ficheiros (grep)⁶, selecionamos dentre os resultados anteriores, apenas os nomes comuns (*vd.* tabela 5):

Tabela 5. Exemplos de resultados do etiquetador morfossintático (PoS-tagger) do LinguaKit (apenas nomes comuns).

Nº de ocorrências	Forma de palavra	Lema	PoS
756	peçoas	peçoas	NCFP000
568	coisa	coisa	NCFS000
402	coisas	coisa	NCFS000
113	restaurantes	restaurante	NCMS000

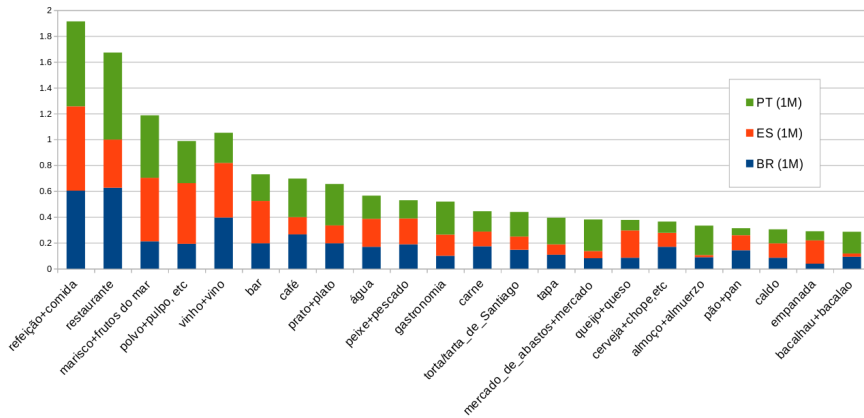
Fonte: *Elaboração própria.*

No gráfico da figura 2 apresentamos os nomes vinculados à área da gastronomia nas entrevistas estudadas, com frequência >10 ocorrências de, pelo menos, um dos termos em alguma das colunas (correspondente a entrevistados brasileiros, espanhóis ou portugueses). Para a elaboração do gráfico, as frequências foram recalculadas por milhão de palavras, dado o tamanho das entrevistas ser diferente.

⁶ Exemplo de uso de grep para extrair substantivos comuns (com etiqueta começando por NC) do *corpus* previamente etiquetado com LinguaKit.

```
grep NC output.csv | sort | uniq -c > nomes_comuns.csv
```

Figura 2. Nomes comuns (>10 ocorrências) vinculados à área da gastronomia.



Fonte: *Elaboração própria.*

Ao contrário do que foi feito na tabela 3, em que apresentamos exemplos de ocorrências dos diferentes termos, distinguindo também entre línguas e variantes, neste gráfico, os termos correspondentes a diferentes línguas ou variantes (*café da manhã = almuerzo = desayuno = pequeno-almoço*) foram agora agregados sob a mesma categoria.

Para além do trabalho mais evidente em que juntamos na mesma categoria ocorrências de formas como

Corunha + Coruña + Coruna + La_Coruña + La_Coruna + A Corunha

ou

Cancelas, As Cancelas, Las Cancelas, Centro Comercial Las Cancelas

foi feito também um trabalho manual de categorização, juntando sob a mesma categoria, nomes como

marisco, frutos do mar, mexilhão, ostra (= marisco);

ou

vinho, alvarinho, ribeiro (= vinho);

etc.

Este trabalho de categorização pode ser útil para a análise do conteúdo das entrevistas, mas também a pode empobrecer (nomeadamente as possíveis análises linguísticas ou sociolinguísticas,

mas não só). Por exemplo, juntar os termos *Galiza* e *Galícia*, nas entrevistas a viajantes brasileiros pode ser útil para uma análise do conteúdo das mesmas (uma vez que ambos os termos correspondem ao mesmo conceito), mas, do ponto de vista sociolinguístico, perderíamos informação, uma vez que o termo *Galícia* só é usado pelas pessoas brasileiras entrevistadas e não pelas portuguesas.

Outro exemplo de possível empobrecimento da análise, agora não de tipo linguístico, é o caso dos termos *vinho*, *alvarinho*, *ribeiro*, *ribera del Duero*. Nas entrevistas a portugueses e a espanhóis, vemos que as pessoas conhecem estes diferentes tipos de vinhos, enquanto, nas entrevistas a brasileiros, revela-se claramente que os entrevistados desconhecem essas diferenciações (cf. tabela 6), apesar de apresentar um elevado número de ocorrências do termo *vinho*. Ao juntar *vinho+albarinho+ribeiro* numa mesma categoria *vinho*, perdemos essa informação.

Tabela 6. Ocorrências dos termos vinho, alvarinho e ribeiro nas entrevistas.

nomes	BR	ES	PT
ribeiro	2	27	1
albarinho+alvarinho	0	25	5
vinho+vino	101	100	37

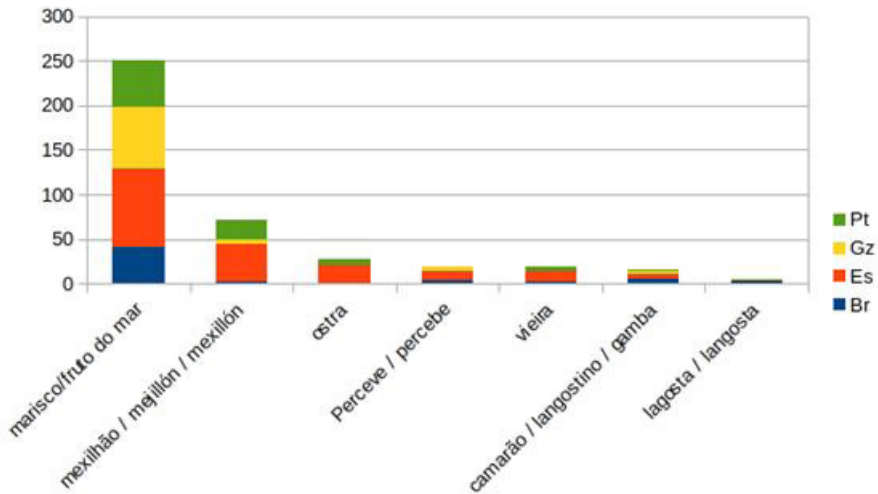
Fonte: *Elaboração própria.*

Evidentemente, também seria possível apresentar individualmente cada um dos nomes que se agrupam sob estas categorias, como apresentamos, a modo de exemplo, na figura 3. Note-se que a coluna relativa a *marisco* corresponde ao número de ocorrências desta palavra nas entrevistas⁷ e não à soma de todas as ocorrências de termos passíveis de integrar a categoria *marisco/frutos do mar*, como acontece no gráfico da figura 2.

⁷ No caso das entrevistas a visitantes provenientes da Galiza, apesar de termos entrevistas em galego, entrevistas em espanhol e entrevistas em que se alterna galego e espanhol (cf. *supra* 3), foi possível fazer uma procura manual dos termos (por exemplo: *mexillón / mejillón*), sem lematização prévia.

Neste exemplo, continua a existir um trabalho de categorização, como o que permitiu excluir, por exemplo, todas as ocorrências da palavra *vieira* referidas apenas à concha, símbolo do peregrino, etc., como, por exemplo, no caso de “*compramos una vieira de cerámica*”.

Figura 3. Nomes (com frequência > 10 ocorrências) que integram a categoria “marisco”.



Fonte: *Elaboração própria.*

Na tabela 7 e no gráfico da figura 4, apresentamos o peso da totalidade dos nomes comuns vinculados à área da gastronomia.

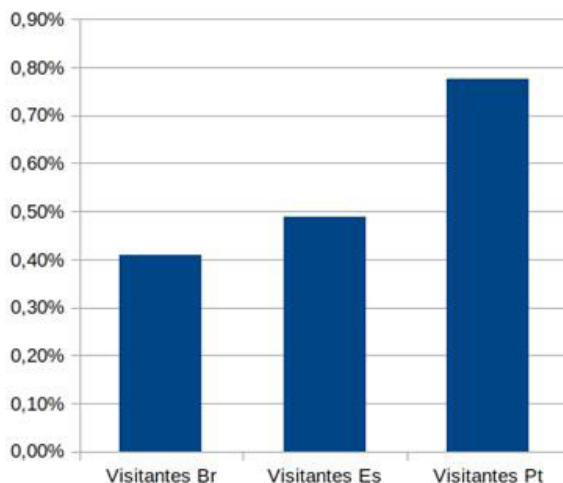
Tabela 7. Peso dos nomes vinculados à gastronomia nas entrevistas.

	Entrevistas a brasileiros (260170 tokens)		Entrevistas a espanhóis (359998 tokens)		Entrevistas a portugueses (184163 tokens)	
nomes comuns (palavras)	48650	18,70%	55441	15,40%	33819	18,36%
nomes comuns (lemas)	5191	10,67%	5780	10,43%	4435	13,11%
nomes gastronomia (palavras)	1066	0,41%	1759	0,49%	1426	0,77%
nomes gastronomia (lemas)	36	3,38%	53	3,01%	245	17,18%

Fonte: *Elaboração própria.*

Trata-se agora da contagem da totalidade dos nomes etiquetados como nomes comuns nas transcrições das entrevistas que podem ser associados à área da gastronomia (e não apenas os nomes com ocorrências superiores a qualquer valor (como acontece nos gráficos das figuras 2 e 3).

Figura 4. Peso dos nomes vinculados à gastronomia nas entrevistas.



Fonte: *Elaboração própria.*

4.2. Extração de palavras-chave

Para além da comparação direta de frequências das mesmas palavras nos subconjuntos de entrevistas, é possível comparar a distribuição das frequências utilizando alguma medida estatística.

O extrator de palavras-chave do LinguaKit seleciona os nomes (comuns e próprios), adjetivos e verbos que são relevantes no texto. Exceto no caso dos nomes próprios, que podem ser multipalavra, os adjetivos e verbos são sempre monolexicais.

A relevância é calculada comparando a frequência dos candidatos a palavras-chave do texto com a frequência dessas palavras-chave num *corpus* de referência (Gamallo & Garcia, 2017; Gamallo *et al.*, 2018). Para identificar diferenças significativas entre o texto analisado e o *corpus* de referência é usada uma medida estatística (*keyness*). No caso do LinguaKit, é o qui-quadrado:

Mais precisamente, o peso de um termo é o valor qui-quadrado que mede a divergência entre os dados observados e os esperados. Estes últimos são os dados obtidos a partir de um *corpus* de referência com um tamanho médio de 100M de tokens por língua, compilado pelo grupo ProLNat@GE, e que é composto por textos de vários géneros e domínios: jornalístico, técnico, literário, de redes sociais, etc. (Gamallo & Garcia, 2017: 25).

Na tabela 8 apresentamos, a modo de exemplo, alguns dos resultados da extração de palavras-chave (só formas lexicais plenas) dos textos das entrevistas. Repare-se, por exemplo, como o termo *bocado* é apenas relevante no texto das entrevistas a portugueses (*bocado* é muito frequentemente usado no português europeu no sentido de “pedaço, pequena quantidade ou pequeno intervalo de tempo”); *pegar*, nas entrevistas a brasileiros (*pegar* tem um maior número de aceções no português do Brasil, algumas exclusivas desta variedade linguística, como “tomar um meio de transporte”, muito relevante neste contexto) e *Asturias*, nas entrevistas a espanhóis (topónimo menos conhecido pelas pessoas de origem portuguesa ou brasileira).

Tabela 8. Exemplos resultados extrator de palavras-chave do LinguaKit.

Palavras-chave	Brasil		Espanha		Portugal	
	keyness	PoS	keyness	PoS	keyness	PoS
gente	8800,67	N	4850,88		N 2030,43	N
achar/creer	4749,21	V	1840,24		V 3451,23	V
Santiago de Compostela	3426,32	ENTITY	118347,72	ENTITY	4227,82	ENTITY
saber	1593,67	V	2698,21		V 923,84	V
gostar/gustar	1514,71	V	14639,47		V 2968,77	V
falar/hablar	1507,14	V			200,99	V
Espanha/España	1311,32	ENTITY	16480,68	ENTITY	1333,70	ENTITY
Brasil	1300,85	ENTITY			224,74	ENTITY
dizer/decir	1116,31	V	6244,16		N 139,83	N
Portugal	1074,11	ENTITY	3351,99	ENTITY	1543,54	ENTITY
país	1028,16	N	950,74		N 752,24	N
dever/deber	975,69	V	689,01		V 624,45	V
Caminho de Santiago	934,59	ENTITY	104007,77	ENTITY	2258,13	ENTITY
cidade/ciudad	914,00	N			144,44	N
Galiza/Galicia	693,93	ENTITY	55681,12	ENTITY	1158,84	ENTITY
Madrid	617,20	ENTITY	19739,59	ENTITY	697,50	N
peregrino	608,17	N	5502,18		N 697,50	N
Catedral de Santiago	331,24	ENTITY	29330,14	ENTITY	1413,64	ENTITY
Vigo	271,96	ENTITY	8100,65	ENTITY	359,59	ENTITY
albergue	216,01	N	9214,97		N 715,42	N
polvo/polbo/pulpo	118,65	N	6137,13		213,07	N
Asturias			9217,99	ENTITY		
bocado					1781,70	N
pegar	588,86	V				

Fonte: *Elaboração própria.*

Também aqui, alguma técnica mista ou semiautomática (análise automática + análise manual) pode ser de utilidade. Neste caso, iremos extrair os nomes de lugares mais relevantes nas entrevistas a portugueses e brasileiros.

A partir das etiquetas que a ferramenta *PoS-tagger* do LinguaKit nos fornece (neste caso, apenas N, ENTITY, V e A) poderemos selecionar, por exemplo, aquelas palavras-chave correspondentes às entidades mencionadas (ENTITY), para construir um gráfico com os nomes de

lugares, como o que recolhemos na figura 6, acrescentando às entidades selecionadas pelo extrator de palavras-chave o número de ocorrências que podemos obter com a ferramenta apresentada em 4.1. Como veremos (vd. 4.4), o extrator de entidades nomeadas do LinguaKit permite identificar, por meio de etiquetas, os resultados entre: antropónimos (NP0SP00), topónimos (NP00G00), organizações (NP00O00) e outros (NP00V00).

Assim, selecionando, dentre os resultados do extrator de palavras-chave, os nomes de lugares e cruzando esta informação com o número de ocorrências, podemos elaborar um gráfico como da figura 5 com os topónimos-chave das entrevistas. Neste caso, dado que o tamanho das entrevistas é diferente, as frequências foram recalculadas por milhão de palavras, conforme a tabela 9, a modo de exemplo (apenas com topónimos *Santiago de Compostela*, *Portugal*, *Espanha* e *Galiza* das entrevistas feitas a visitantes portugueses e brasileiros, que são os que apresentam o maior número de ocorrências).

Tabela 9. Exemplos resultados extrator de palavras-chave do LinguaKit.

Topónimos	Entrevistas a visitantes de Portugal (184163 tokens)		Entrevistas a visitantes do Brasil (260170 tokens)	
	nº de ocorrências	1M	nº de ocorrências	1M
Galiza	232	1259,75	199	764,88
Espanha	267	1449,80	376	1445,20
Portugal	309	1677,86	308	1183,84
Santiago de Compostela	846	4593,75	982	3774,45

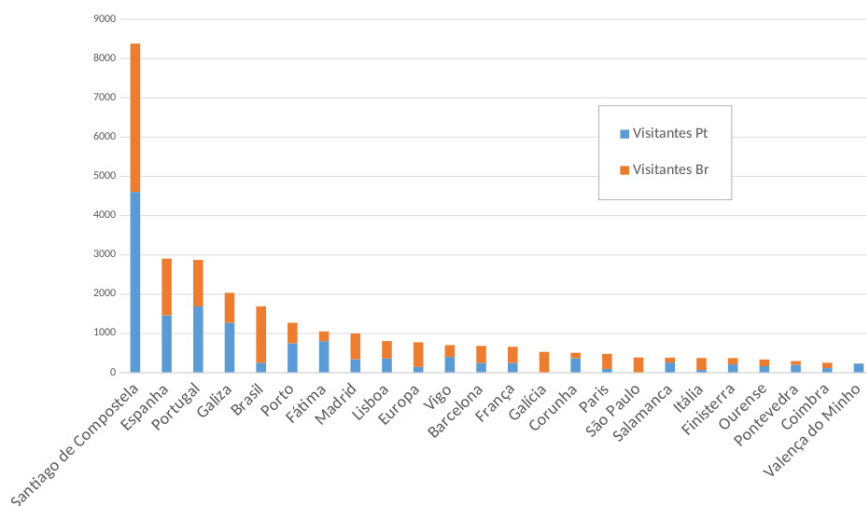
Fonte: *Elaboração própria.*

Em resumo, nesta análise semiautomática das palavras-chave extraídas pelo LinguaKit foram utilizados os seguintes dados:

- Número total de palavras (tokens) de cada conjunto de entrevistas
- Frequência das formas de palavra (nº de ocorrências)

- Frequência por milhão
- Escala logarítmica, quando a amplitude dos valores utilizados o justifique (não é o caso do gráfico da figura 3, por acharmos mais ilustrativo mostrar a discrepância de valores).

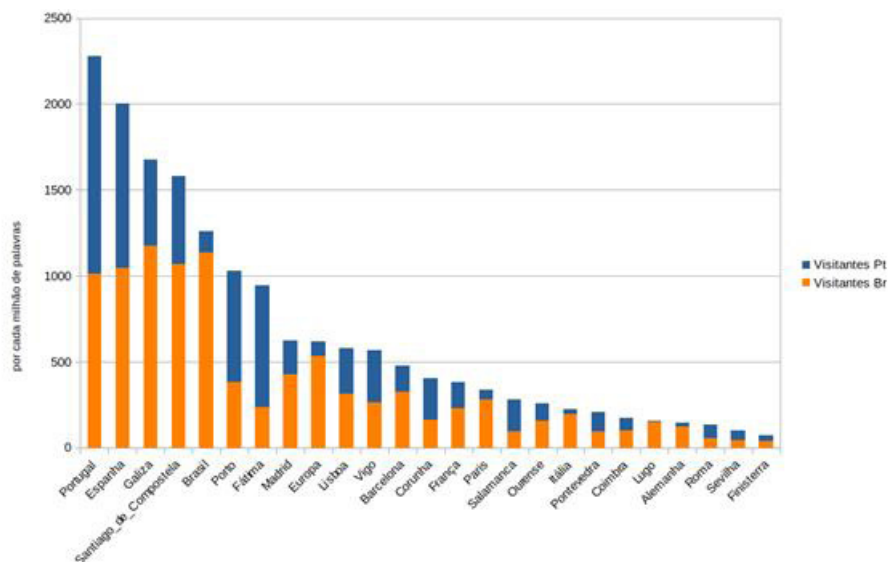
Figura 5. Topónimos-chave extraídos das entrevistas a portuguesas e brasileiros.



Fonte: *Elaboração própria.*

Em análises posteriores, poderão ser feitas comparações dos topónimos selecionados a partir das palavras-chave extraídas pelo LinguaKit (figura 5) com os do gráfico da figura 6, em que apresentamos a seleção dos topónimos mais referidos pelas pessoas entrevistadas, selecionados manualmente a partir da lista de totalidade dos topónimos extraídos automaticamente pelo LinguaKit, em que, como podemos observar, os resultados e a ordenação dos mesmos não coincide totalmente. Os resultados lexicométricos baseados na simples contagem de palavras isoladas podem ser significativamente diferentes em comparação com os resultados aqui apresentados: palavras-chave cuja relevância é calculada comparando a frequência dos candidatos a palavras-chave do texto com a frequência dessas mesmas palavras-chave num *corpus* de referência.

Figura 6. Lugares mais referidos pelos portugueses e brasileiros entrevistados.



Fonte: *Elaboração própria.*

4.3. Extração de termos multipalavra

É evidente que os resultados lexicométricos baseados na simples contagem de palavras isoladas apresentam limitações importantes e não serão os mesmos que os obtidos usando combinações de palavras, sejam elas termos multipalavra, como palavras compostas, em sentido muito lato, colocações, termos de especialidade pluriverbais, ou entidades nomeadas pluriverbais.

Por exemplo, na figura 2, ao representarmos os nomes comuns mais frequentes vinculados à área da gastronomia, um dos resultados mais relevantes da extração automática era o termo *água*.

Se nos limitamos a contabilizar o número de ocorrências do termo *água*, os resultados são os seguintes, recolhidos na tabela 10⁸:

⁸ No caso das entrevistas a visitantes provenientes da Galiza, apesar de termos entrevistas em galego, entrevistas em espanhol e entrevistas em que se alterna galego e espanhol (*cf. supra* 3), foi possível fazer uma procura manual do termo (*agua / auga*), sem lematização prévia.

Tabela 10. Número de ocorrências do termo *água* nas entrevistas.

nomes	Br	Es	Gz	Pt
água /agua /auga	47	82	41	38

Fonte: *Elaboração própria.*

Acontece que na extração das concordâncias do termo *água* iremos encontrar (nas entrevistas em espanhol, por exemplo) concordâncias como:

... y de beber qué quieres, ¿**agua** o refresco?

... Llegas y quieres beber **agua**, pues aquí tienes agua, o tómate esta cerveza.

... Hay un grifo de **agua**.

... te encuentras un bar que te vende botellas de **agua** a dos o tres euros

... no te ponen **agua** en la mesa

... llegamos a la estación y nos compramos una botella de **agua**.

... te comes una manzana o te bebes un poco de **agua**.

Todas essas ocorrências poderão ser contabilizadas, e bem, para o sentido de *água* como bebida. Mas também iremos encontrar ocorrências como:

... ir a comprar un paraguas porque se lió a caer **agua** desesperadamente.

... ya que estoy viviendo pues botas de **agua** y hacia delante, no queda otra.

... yo creo que hay menos humedad y a lo mejor el **agua** que ha caído es la misma.

... decían que en las playas el **agua** está muy fría.

... que nos cayó mucha **agua** encima también.

... dormir en un pabellón sin **agua** caliente

... es el verde, el **agua** que hay

... por la mañana cayó mucha **agua**

... había probado el **agua** del Atlántico

... **agua** cristalina y arena muy fina

... recipientes de **agua** bendita.

Estas últimas não poderão ser contabilizadas, evidentemente, para o sentido de água como bebida.

Como sabemos, o sentido de uma palavra ou grupo de palavras poderá ser delimitado pelo universo do discurso ou marco de referência (isto é, pelo contexto) ou pelas restantes unidades lexicais que, juntamente com ela, conformam o sintagma ou combinação lexical (pela vizinhança linguística). “You shall know a word by the company it keeps” (Firth, 1957: 11), escrevia, a meados do século passado, um dos autores que introduziu o termo linguístico “colocação”.

O ponto fraco dos trabalhos de lexicometria é o facto de, muito frequentemente, se limitarem à unidade palavra como unidade de análise e descrição linguística, uma vez que as palavras não funcionam como unidades isoladas. Isto é evidente no caso das expressões idiomáticas: sob que aceção de *deitar* e de *foguete* e de *festa* poderemos recolher a expressão “deitar foguetes antes da festa” (= regozijar-se prematuramente)?

Mas, como veremos, não estamos a falar apenas das chamadas expressões idiomáticas. Acontece também com outros tipos de combinações lexicais. A prática de associar combinações lexicais a uma determinada aceção assenta muitas vezes no facto de o dicionário atribuir um determinado sentido a uma aceção de uma palavra que, em rigor, é o sentido dessa palavra quando combinada com outra ou outras palavras. Ter “aptidão para captar tons, melodias e sons musicais” não é uma das aceções da palavra *ouvido*, como podemos ver registado na maior parte dos dicionários, mas da combinação lexical “ter bom/mau ouvido” (Calderón, 1994; Iriarte, 2001)

Sendo assim, na análise lexicométrica, deverão ter um tratamento especial:

- palavras compostas (*fim de semana*)
- expressões idiomáticas (*deitar foguetes antes da festa*)
- colocações (*amor cego*)
- termos de especialidade (*cartão vermelho*)
- entidades nomeadas (*Santiago de Compostela, Cavaleiros da Ordem de Santiago, 25 de Julho*)

O reconhecedor de entidades nomeadas de LinguaKit pode identificar e classificar entidades multipalavra, como *Santiago de*

Compostela, mas não agrupa diferentes variantes de uma entidade com o mesmo referente, sejam elas devidas à língua (Ourense/Orense), a variantes gráficas (Saint Jean Pied de Port/Saint-Jean-Pied-de-Port) ou de uso (Palas/Palas de Rei). No *corpus* descrito neste trabalho, estas variantes foram compiladas automaticamente utilizando técnicas como a distância de Levenshtein⁹ ou a detecção de componentes comuns (por exemplo, *Caldas* e *Caldas de Reis*), e depois normalizadas utilizando um denominador comum para todas elas.

Com o *LinguaKit* é possível fazer extração de termos multipalavra, após a etiquetagem morfossintática (PoS-tagger) referida em 4.1, utilizando diversas medidas de associação lexical para identificar possíveis candidatos (*LinguaKit*, s. d.):

Extracts multiwords from PoS tagged text. There are several optional parameters, each one being a specific lexical association measure for ranking the candidate terms: chi square (`-chi`, default), loglikelihood (`-log`), mutual information (`-mi`), symmetrical conditional probability (`-scp`), simple co-occurrences (`-cooc`).

O sistema extrai certos padrões sintáticos (por exemplo, A-N, adjetivo-nome, ou N-P-N, nome-preposição-nome) e produz a lista de candidatos usando uma medida de associação estatística que determina a força da ligação entre os termos.

Na tabela 11 podemos ver uma amostra de termos multipalavra extraídos das entrevistas a visitantes brasileiros na qual aparecem diferentes formas de nomear a parte antiga de uma cidade, o que parece indicar uma preferência dos visitantes por este tipo de local.

⁹ Distância de edição entre duas cadeias de caracteres, que vem dada pelo número de modificações necessárias para transformar uma cadeia em outra.

Tabela 11. Amostra de termos multipalavra extraídos de entrevistas a visitantes do Brasil.

Termo multipalavra	Métrica (MI)	Padrão
amigo galego	9.885699	A-N
ano letivo	9.885699	N-A
saudade de polvo	9.885696	N-P-N
parte histórica	8.885696	N-A
casco histórico	8.300733	N-A
colegas espanhóis	8.300733	N-A
cidade antiga	7.885696	N-A
cidade com alma	7.885696	N-P-N
centro histórico	7.715771	N-A
cultura galega	7.563768	N-N
lembrança de	6.885696	N-P-N
Santiago&de&Compostela	6.078341	N-P-N
amigos de Ourense	6.078341	N-P-N

Fonte: *Elaboração própria.*

4.4. Identificação e classificação de entidades nomeadas

A identificação e classificação de entidades nomeadas é uma ferramenta de extração de dados textuais muito útil.

O LinguaKit permite identificar as entidades mencionadas ou nomes próprios e, após a etiquetagem morfossintática (PoS-tagger) referida em 4.1, etiquetando-as usando um sistema de classificação semântica (Gamallo & Garcia, 2017: 19). O módulo -ner identifica os nomes próprios (entidades), simples e compostos e o -nec, que inclui o -ner, acrescenta a classificação de todas as entidades como pessoa, localização, organização e outros. Assim, o LinguaKit permite identificar, por meio de etiquetas, os resultados entre: antropónimos (NP0SP00), topónimos (NP00G00), organizações (NP00O00) e outros (NP00V00).

Após a etiquetagem, é possível extrair, utilizando novamente o grep na linha-de-comandos (e ordená-los por frequência, com sort):

- a) nomes de pessoas (identificados com a etiqueta “NP00SP0”)¹⁰
- b) nomes de lugar (identificados com a etiqueta “NP00G00”)¹¹
- c) nomes de organizações (identificados com a etiqueta “NP00O00”)¹²
- d) datas (identificados com a etiqueta “W”)¹³

Em 4.2, já vimos a utilidade desta ferramenta para a extração de topónimos-chave.

Na figura 7 apresentamos uma nuvem de palavras¹⁴ com as 200 “entidades nomeadas” (topónimos, antropónimos, instituições, organizações, etc.) mais frequentes recolhidas nas entrevistas a visitantes portugueses. Como se pode verificar, os topónimos são maioritários entre as entidades nomeadas com maior número de ocorrências.

¹⁰ Exemplo de execução do extrator de nomes de pessoas (input.txt é o texto a ser analisado e output.txt, o resultado):

```
linguakit tagger pt -nec input.txt |grep "NP00SP" | cut
-d " " -f 1 | sort | uniq -c | sort -nr > output.txt
```

¹¹ Exemplo de execução do extrator de nomes de lugar (input.txt é o texto a ser analisado e output.txt, o resultado):

```
linguakit tagger pt -nec input.txt | grep " NP00G" | cut
-d " " -f 1 | sort | uniq -c | sort -nr > output.txt
```

¹² Exemplo de execução do extrator de nomes de organizações (input.txt é o texto a ser analisado e output.txt, o resultado):

```
linguakit tagger pt -nec input.txt |grep " NP00O" | cut
-d " " -f 1 | sort | uniq -c | sort -nr > output.txt
```

¹³ Exemplo de execução do extrator de nomes de datas (input.txt é o texto a ser analisado e output.txt, o resultado):

```
linguakit tagger pt -ner input.txt |grep " W" | cut -d
" " -f 2 | sort | uniq -c | sort -nr > ouput.txt
```

¹⁴ As nuvens de palavras são, possivelmente, o recurso mais utilizado na visualização de informação nas ciências humanas e, de maneira especial, nos trabalhos escolares.

Trata-se de palavras ou expressões que representam as relações que se estabelecem entre entidades (neste caso, *Galiza*). O gráfico 8 foi elaborado selecionando o termo *Galiza* dentre os resultados da extração de triplos nas transcrições das entrevistas e, num segundo momento, os resultados com termos relacionados com a gastronomia. Na tabela 12 recolhemos 5 exemplos extraídos das entrevistas a visitantes portugueses:

Tabela 12. Exemplos de resultados de triplos com *LinguaKit*.

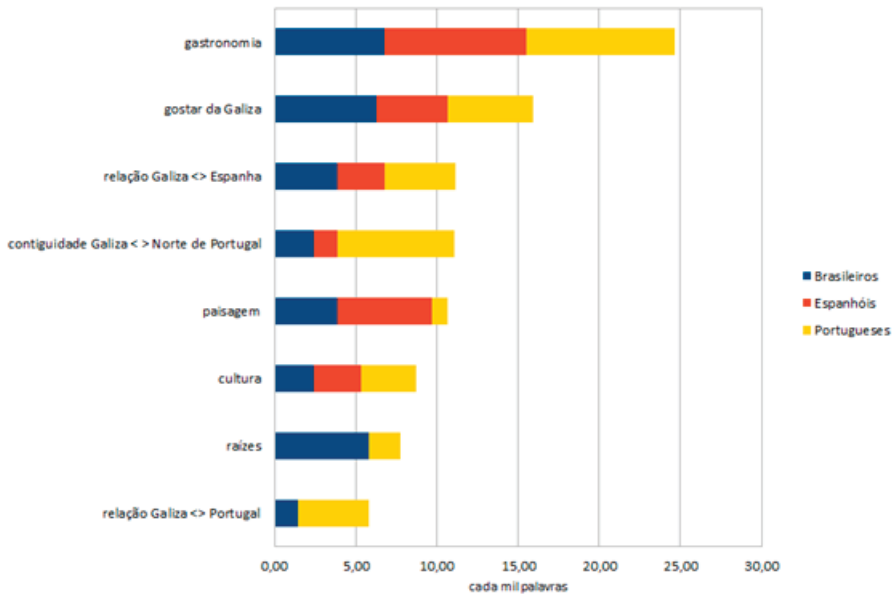
SENTID_4	um prato	me lembra	a Galiza
SENTID_3	o atrativo de a Galiza	é	a parte gastronómica
SENTID_3	a melhor zona para se comer	é	a Galiza
SENTID_2	a Galiza	falavas de	a gastronomia
SENTID_1	Os enchidos	há em	a Galiza

Fonte: *Elaboração própria.*

Novamente, os dados fornecidos por estas ferramentas poderão ser úteis para posteriores análises por parte dos especialistas que, a partir do conhecimento numa determinada matéria poderão interpretar estes dados e as relações entre os mesmos. Por exemplo, a partir do gráfico 8, poder-se-ia depreender que:

- a) se associa, em primeiro lugar, a ideia da *Galiza* à *gastronomia* (nos três conjuntos de entrevistas: a visitantes a espanhóis, portugueses e brasileiros);
- b) aparecem, associados à ideia de *Galiza*, os conceitos *paisagem* (destacando-se os entrevistados espanhóis) e *cultura*;
- c) a relação *Galiza-Espanha* é destacada pelos três grupos;
- d) a questão da *contiguidade Galiza – Norte de Portugal* está muito mais presente entre os portugueses entrevistados do que para espanhóis e brasileiros;
- e) a associação, por parte dos portugueses e, de maneira especial, dos brasileiros, da ideia de *Galiza* a questão das *raízes* (por causa da família ou dos antepassados galegos).

Figura 8. De que fala, quem visita Santiago de Compostela, quando fala da Galiza?



Fonte: *Elaboração própria.*

5. CONCLUSÕES

As técnicas de lexicometria e o PLN ainda apresentam limitações na extração automatizada de informação, o que se soma aos condicionantes inerentes aos próprios dados do estudo. No entanto, ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que, apesar dessas limitações, a combinação de técnicas automáticas, semiautomáticas e manuais pode proporcionar aos investigadores em CHS ferramentas de utilidade, especialmente na análise quantitativa de grandes volumes de dados.

Foram aqui apresentadas algumas propostas metodológicas de extração de conhecimento a partir de dados não estruturados provenientes das transcrições de entrevistas a visitantes (ou turistas, ou peregrinos) da cidade de Santiago de Compostela, combinando técnicas e ferramentas de PLN com a análise manual ou semiautomática que permite, em parte, que não se perca muita da informação que o texto contém, uma vez que a estrutura semântica dos textos é bem

mais rica do que uma mera estrutura de dados lexicais extraída desses mesmos textos. Os resultados foram termos —ou candidatos a termos— que permitiram criar categorias, ou verificar categorias previamente definidas, relevantes na análise das entrevistas ou de grupos de entrevistas.

Deixamos para futuros trabalhos:

- A possibilidade de identificação automática ou semiautomática, a partir de uma lista que sirva de *seed words*, de termos que aqui foram selecionados de modo manual;
- Analisar eventuais polaridades positivas e negativas dentre os perfis de visitantes, por meio do analisador de sentimento do *LinguaKit*;
- Experimentar soluções para que o *LinguaKit* possa ser utilizado em textos em que alternam duas ou mais línguas ou variedades, como é o caso das entrevistas a visitantes galegos, em que encontramos transcrições em galego, em espanhol e outras em que se alterna galego e espanhol.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assunção, C., & Araújo, C. (2019). A Lexicometric Analysis of the Poems from “O Guardador de Rebanhos”. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 41(1).
- Benvenuti, N., Bolioli, A., Mazzei, A., Vigorelli, P. & Bosca, A. (2020). The “Corpus Anchise 320” and the Analysis of Conversations between Healthcare Workers and People with Dementia. In *Proceedings of the Seventh Italian Conference on Computational Linguistics*. Seventh Italian Conference on Computational Linguistics, Bologna, Italy.
- Calderón Campos, M. (1994). *Sobre la elaboración de diccionarios monolingües de producción. Las definiciones, los ejemplos y las colocaciones léxicas*. Granada: Universidad de Granada.
- Carral, E. Carreira, X. C., Vila, B., Torres Feijó, E. (2016). A inter-relação entre gastronomia, cultura, turismo e comércio local em Santiago de Compostela. Primeiros resultados. Em M.L. Tibério, A. Marta-Costa, X. Pereiro, A. Barros, & S. Menezes (Dir.); *Atas do III Seminário “Alimentos e manifestações culturais tradicionais” e II*

- Simpósio internacional “Alimentação e cultura: tradição e inovação na produção e consumo de alimentos.* Vila Real, UTAD, pp. 263-280.
- Deli, Zs. P. (2021). The lexical analysis of two works by Ernest Hemingway and F. Scott Fitzgerald. *Porta Lingua*, 2021/1, 199-209.
- El Bouanani, S. E. M., & Kassou, I. (2013). Using Lexicometry and Vocabulary Analysis Techniques to Detect a Signature for Web Profile. *Proceedings of the 2013 IEEE/ACM International Conference on Advances in Social Networks Analysis and Mining*, 1494-1498.
- Firth, J. R. (1957). *Papers in linguistics: 1934–1951*. Oxford: Oxford University Press.
- Gamallo, P. & Garcia, M. (2017). LinguaKit: Uma ferramenta multilingue para a análise linguística e a extração de informação. *Linguamática*, 9(1), 19–28. doi: 10.21814/lm.9.1.243.
- Gamallo, P., M. Garcia, C. Piñeiro, R. Martinez-Castaño & J. C. Pichel (2018). LinguaKit: A Big Data-Based Multilingual Tool for Linguistic Analysis and Information Extraction. In *2018 Fifth International Conference on Social Networks Analysis, Management and Security (SNAMS)*, 239–244. doi:10.1109/SNAMS. 2018.8554689.
- García-Pablos, A., Cuadros, M. & Linaza, M.T. (2016). Automatic analysis of textual hotel reviews. *Information Technology & Tourism*, 16, 45-69.
- Gobin, C. & Deroubaix, J. (2010). Mots, fréquence et réseaux dans le discours politique. Analyse lexicométrique, méthode et illustration dans deux corpus de textes européens. *Sociolinguistic Studies*, 3(2), 203-227.
- Iriarte, A. (2001). *A Unidade Lexicográfica. Palavras, Colocações, Frasemas, Pragmatemas*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos-Universidade do Minho.
- Käsper, M. & Maurer, L. (2020). Starting Points in French Discourse Analysis’ Lexicometry to Study Political Tweets. *Proceedings of the Digital Humanities in the Nordic Countries*, 379-387.
- Lebart, L. L., Salem, A., Barry, L., Biber, D., & Berry, L. (1998). Exploring Textual Data. In *Computational Linguistics* (Vol. 4). <http://link.springer.com/10.1007/978-94-017-1525-6>.

- Licença Pública Geral GNU (s.d.). *O Sistema Operacional GNU*. <https://www.gnu.org/licenses/gpl-3.0.html>
- Linguakit (s. d.). *LinguaKit*. <https://github.com/citiususc/Linguakit>
- López Pena, Z., Samartim, R., Bello Vázquez, R., Pazos-Justo, C., Iriarte Sanromán, A., & Sotelo Docío, S. (2020). *Visitar, comerciar e habitar a cidade. Desenvolvimento do proxecto expositivo e participación social en Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Andavira.
- Montalescot, L., Rasclé, N., Combe, C. & Untas, A. (2021). Patients' experience one year after dialysis initiation: a lexicometric analysis. *Health Psychology and Behavioral Medicine*, 9:1, 380-397.
- Pazos-Justo, C., Del Río, M., & Samartim, R. (2018). Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 30, 233-256.
- Pérez Echeverría, M.P. & Pozo, J. I. (2020). Cómo conocer y analizar las concepciones sobre el aprendizaje y la enseñanza. In J.I. Pozo, M.P. Pérez Echeverría, Torrado, J.A. & G. López-Íñiguez (Eds.), *Aprender y enseñar música. Un enfoque centrado en los alumnos*. Ediciones Morata. <https://edmorata.es/libros/aprender-y-ensenar-musica-un-enfoque-centrado-en-los-alumnos>
- Quivy, R. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ratinaud, P. (2009). *Iramuteq: interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires*. Consultado em fevereiro 3, 2020 em <http://www.iramuteq>
- Samartim, R. (coord.) (2021). *Base de Dados Bibliográfica de Produtos Culturais sobre os Caminhos de Santiago (1991-2021)*. Santiago de Compostela: Galabra-Universidade de Santiago de Compostela). <https://biblio.caminhosdesantiago.net/lib/> [consulta 23/06/2022] ISSN: 2792-3797.
- Samartim, R., Pazos-Justo, C. (2020). Impactos dos Caminhos na comunidade local de Santiago de Compostela: Resultados de um projeto de investigação em curso. *Madrygal. Revista de Estudos Gallegos*, 23, 307-320.

- Scholz, R. (2019). Lexicometry: A Quantifying Heuristic for Social Scientists in Discourse Studies. In R. Scholz (Ed.), *Quantifying Approaches to Discourse for Social Scientists*. Springer International Publishing.
- Souza, M.A., Wall, M., Thuler, A.C., Lowen, I.M. & Peres, A. (2018). The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52.
- Terrazas, W. (2016). Análisis lexicométrico aplicado al estudio de las concepciones de aprendizaje. *Educación en Revista*, 61, 241-255.
- Torres Feijó, E. (2015a). Comunidades, coesão, sustentabilidade e fator visitante: ferramentas conceituais e parâmetros para a análise: o caso de Santiago de Compostela, em C. Almeida Marques (org). *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas - Revitalização do Espaço Pós-Suburbano*. Lisboa: CAPP-ISCSP-ULisboa & CIAUD-FA-U (cap. 7: “Arte e Cultura, Factores de Identidade Urbana e Desenvolvimento da Economia”), pp. 121-123.
- Torres Feijó, E. (2015b). Identity Sustainability, Identity Affectivity, and the Ithaca Traveler: Conceptual Tools for Measuring and Modeling Tourism as an Opportunity, em Gabriel R. Ricci (ed.), *Travel, Tourism and Identity, Culture & Civilization*, Volume 7, New Brunswick/New Jersey: Transaction Publishers, pp. 143-162.
- Torres Feijó, E. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do caminho em Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade. Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Andavira.
- Torres Feijó, E., Del Rio Araújo, M.L., Carral Villarino, E., Rodríguez Prado, F., & Pichel Iglesias, I. (2020). *A cidade, o camiño e nós. Desenvolvimento do proxecto expositivo e participación social en Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Andavira

NOTA BIO-ACADÉMICA DE AUTORIAS

1. Alberto Rodríguez Barcón (A Coruña, 1980) é profesor no Departamento de Socioloxía e Ciencias da Comunicación (UDC) e investigador do Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC). A súa principal liña de investigación céntrase na construción social da cidade. Está particularmente interesado en cuestións como a transformación dos centros históricos, a análise da xentrificación ou o impacto do turismo, así como os conflitos socioespaciais derivados destes fenómenos.
2. Álvaro Iriarte Sanromán (Redondela, 1962) é profesor do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho e investigador do Grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos. Tem trabalhado em questões relacionadas com a linguística aplicada, a lexicografia e a lexicometria.
3. Antonia Pérez García (Barcelona, 1962). Profesora na Facultade de Turismo, Departamento de Socioloxía da Universidade da Coruña (UDC) e investigadora do Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC). Principais liñas de investigación: comportamentos turísticos, desenvolvemento local e estratexias comunicacionais relacionado co sector turístico.
4. Carlos Pazos-Justo (Redondela, 1975) é profesor do Departamento de Estudos Românicos da Universidade do Minho (UMinho) e investigador do Grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos. A sua investigação tem-se centrado nos estudos da literatura e da cultura.
5. Elias J. Torres Feijó (Tui, 1964), é profesor da Universidade de Santiago de Compostela. Dedicase à investigação na cultura, e à

relação entre narrativas, comunidades e territórios, do ponto de vista teórico e da sua aplicação, fundamentalmente no âmbito das comunidades de língua galego/portuguesa.

6. Emilio V. Carral Vilariño (Santa Mariña do Castro de Amarante, Antas de Ulla, 1962) é professor da Área de Ecologia na Escola Politécnica Superior de Enxeñaria-Universidade de Santiago de Compostela-Campus de Lugo. Investigador na Rede Galabra (grupos na USC e na UMinho). Estuda as relacións entre sistemas agro-alimentares e bem-estar das comunidades locais.
7. Estefanía Calo (Boiro, 1984) é profesora no Departamento de Socioloxía e Ciencias da Comunicación da Universidade da Coruña (UDC) e investigadora do Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC). As súas líneas de investigación están centradas no estudo da vivenda, a cidade e diferentes procesos urbanos como a xentificación e a turistificación.
8. Estefanía López Salas (O Páramo, 1985) é profesora da área de Composición Arquitectónica do Departamento de Proxectos Arquitectónicos, Urbanismo e Composición da Universidade da Coruña e investigadora do Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC). Os seus traballos céntranse no estudo do patrimonio arquitectónico de Galicia cunha aproximación multidisciplinar que permita abordar novas preguntas histórico-artísticas.
9. Inês Americano Lopes (Montalegre, 1991) é colaboradora do Município de Montalegre, na Unidade Orgânica de Turismo e Cultura. Mestre em Património Cultural (2020) pela Universidade do Minho, debruçou o seu estudo em torno dos Caminhos de Santiago, investigação que continua a desenvolver através da colaboração com o Grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos.
10. Iria Caamaño (Muros, 1988) é profesora na Facultade de Turismo, Departamento de Socioloxía da Universidade da Coruña (UDC) e investigadora do Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC). As súas liñas de investigación céntranse na socioloxía da cultura e do turismo, o patrimonio e o desenvolvemento local.
11. Manuel Díaz Leira (Ferrol, 1992), graduado en Sociología por la Universidade da Coruña. Sus contribuciones se centran en el

- estudio de diferentes procesos urbanos localizados en el marco de la ciudad de Ferrol.
12. Maria João Moreira (Porto, 1967) é advogada, assistente convidada da Unidade Técnico Científica de Estudos Sociais e Culturais da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e investigadora do Grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos. A sua investigação tem-se centrado nos estudos jurídicos da cultura em torno dos itinerários do Caminho de Santiago em Portugal.
 13. Maria José Andrade (Carballo, 1980) é profesora no Departamento de Socioloxía e Ciencias da Comunicación (UDC) e investigadora e coordinadora do Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC) e colaboradora no Centro de Estudios sobre Cultura, Política e Sociedade (CECUPS) da Universidade de Barcelona. As súas liñas de investigación céntranse na socioloxía da cultura e do turismo, os patrimonio e os proxectos socioculturais.
 14. Marisa del Río (Santiago de Compostela, 1965) é Profesora Titular da Universidade de Santiago de Compostela con docencia na área de Comercialización e Investigación de Mercados. Coordena o Grupo de Investigación POSMARK: Persoas, Organizacións Sostibles e Márketing, desde o cal participa en investigacións multidisciplinares vencelladas coa produción, a xestión de persoas e o turismo.
 15. Raimundo Otero Enríquez (Santiago de Compostela, 1979) es profesor contratado-doctor en el Departamento de Sociología y Ciencias de la Comunicación de la Universidade da Coruña, e investigador del Grupo de Estudios Territoriales (GET-UDC). Sus principales líneas de investigación se relacionan con el estudio de procesos de desconcentración urbana y de fenómenos metropolitanos emergentes.
 16. Roberto Samartim (Redondela, 1971) é professor no Departamento de Letras da Universidade da Coruña (UDC) e investigador do Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC) e da Rede Galabra (grupos na USC e na UMinho). Estuda o funcionamento dos campos culturais (nomeadamente o literário) e os procesos políticos e ideolóxicos com eles relacionados.

São apresentados neste volume alguns resultados das investigações desenvolvidas por agentes vinculados ao Grupo de Estudos Territoriais (GET) e à Rede GALABRA em universidades públicas do espaço galego-português (Universidades da Corunha, Santiago de Compostela e do Minho). Atendendo aos estudos sobre a habitabilidade das cidades, ao aproveitamento turístico (com as oportunidades e ameaças que ele supõe) e, nomeadamente, aos impactos passados e presentes do fenómeno dos Caminhos a Santiago nas comunidades por eles atravessadas, os sete trabalhos recolhidos neste livro pretendem contribuir para um duplo objetivo. Por um lado, para testar e divulgar abordagens, técnicas e métodos que possam eventualmente servir de modelos para investigações similares desenvolvidas no presente ou no futuro desde o âmbito académico e, por outro lado, para gerar um tipo de conhecimento capaz de ser aproveitado por agentes (localizados quer nas instituições quer nas comunidades) com responsabilidades na planificação e no desenho de políticas públicas.



UNIVERSIDADE DA CORUÑA

ISBN: 978-84-126281-4-2



9 788412 628142